

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**SONHOS DE NABUCODONOSOR:  
ASPECTOS DA PROPAGANDA DO ESTADO NOVO PERNAMBUCANO**

**JOSÉ MARIA GOMES DE SOUZA NETO**

**RECIFE  
2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**SONHOS DE NABUCODONOSOR:  
ASPECTOS DA PROPAGANDA DO ESTADO NOVO PERNAMBUCANO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE pelo aluno **José Maria Gomes de Souza Neto**, para obtenção do título de Doutor, tendo como orientadora a Prof. Dra. **Sílvia Cortez Silva**.

**RECIFE  
2005**

Souza Neto, José Maria Gomes de  
Sonhos de Nabucodonosor : aspectos da  
propaganda do Estado Novo pernambucano / José  
Maria Gomes de Souza Neto. – Recife : O Autor,  
2005.

284 folhas : il., fig.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de  
Pernambuco. CFCH. História, 2005.

Inclui bibliografia.

1. História – Pernambuco – República. 2. Estado  
Novo – Propaganda, festas e eventos – Conceito do  
“Veranico”, 1937-1942. 3. Congresso Eucarístico,  
1939 – Processo divulgativo. I. Título.

981.082

CDU (2.ed.)

UFPE

981.061

CDD (22.ed.)

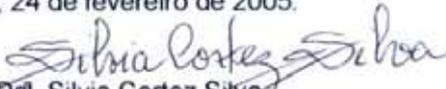
BC2005-143



## ATA DA DEFESA DA TESE DO ALUNO JOSÉ MARIA GOMES DE SOUZA NETO

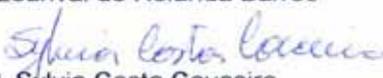
Às 14:00 h do dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **José Maria Gomes de Souza Neto** intitulada "**Sonhos de Nabucodonosor: Aspectos da Propaganda no Estado Novo Pernambucano**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO COM DISTINÇÃO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Silvia Cortez Silva (Orientadora), Antonio Paulo de Moraes Rezende, Lourival de Holanda Barros, Sylvia Costa Couceiro, Geraldo Barroso Filho. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Assistente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

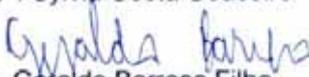
Recife, 24 de fevereiro de 2005.

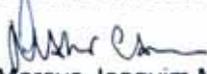
  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Cortez Silva

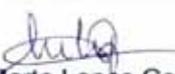
  
Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

  
Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Costa Couceiro

  
Prof. Dr. Geraldo Barroso Filho

  
Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

  
Marta Lopes Gomes

*“Para todas as actividades há canções. Estas devem-se estimular, aproveitando-se as melhores. Fiscalizam-se, escolhendo as que o merecerem, para serem inseridas no Cancioneiro, tomando providências para não se deturparem”.*  
*Livro dos Cantares (She Keng), p. 13.*

*“É a entrada de um mercado de pulgas. Não se paga ingresso. É grátis. Gente mal-ajambrada. Vulpinos, brincalhões. Por que entrar? O que você espera ver? Estou vendo. Estou constatando o que há no mundo. O que sobrou. O que foi descartado. O que não se quer mais. O que teve de ser sacrificado. O que alguém pensou que poderia interessar a outro alguém. Mas é lixo. Se existe algo aqui ou ali, já foi peneirado. Mas lá pode haver algo valioso. Não exatamente valioso. Mas algo que eu poderia querer. Querer resgatar. Algo que me fale. Que fale aos meus anseios. Que fale com alguém, fale de algo. Ah...”*  
*Susan Sontag, O Amante do Vulcão, p. 11.*

## SUMÁRIO

Resumo/Abstract .....	P. 07
Agradecimentos .....	P. 08
Introdução .....	P. 09

### I PARTE: SÓIS GLORIOSOS. INVERNO DE DESCONTENTAMENTOS

#### **I Capítulo: O Veranico do Estado Novo**

<i>Hibiscos nos cabelos de Nenê</i> .....	P. 27
<i>"No Estado Novo, um jornal moderno"</i> .....	P. 34
<i>Mil palavras</i> .....	P. 46
<i>Notícias, invenções, omissões (e outras troças), jornalistas, vigaristas: coisas nossas</i> .....	P. 55
<i>A abelha rainha e os instrumentos de seu prazer</i> .....	P. 61
<i>Choram as sururinas</i> .....	P. 69

### II PARTE: EU FIZ TUDO PRA VOCÊ GOSTAR DE MIM

#### **II Capítulo: as festas do Estado Novo**

<i>Alimentando a terrível besta em seu labirinto</i> .....	P. 80
<i>Educação para as massas</i> .....	P. 83
<i>Cadinhos de multidões, construtores de massas</i> .....	P. 93
<i>Felicidade: uma brincadeira de papel</i> .....	P. 102
<i>Os trabalhos e os dias</i> .....	P. 104
<i>Parabéns</i> .....	P. 121
<i>Na ponta dos pés</i> .....	P. 134

#### **III Capítulo: O Congresso Eucarístico**

<i>Miragens de um oásis místico</i> .....	P. 147
<i>Esquentando as almas: as primeiras notícias</i> .....	P. 153
<i>Há congressos e congressos</i> .....	P. 176
<i>Recife, Budapeste Americana</i> .....	P. 179
<i>Um palco para a Eucaristia</i> .....	P. 191
<i>Peregrinos sobre as águas</i> .....	P. 198
<i>Congresso e Propaganda</i> .....	P. 202
<i>Congresso mundano, festa profana</i> .....	P. 210

#### **IV Capítulo: Festejando as luzes no Estado Novo** ..... P. 212 |

<i>Chag Sameach, Agamenon</i> .....	P. 216
<i>O gênio da lâmpada e suas façanhas</i> .....	P. 224
<i>Próceres e luminares: novidades do Estado Novo</i> .....	P. 234
<i>Convite a Sebastiana</i> .....	P. 244

#### **EPÍLOGO: Às armas, cidadãos** ..... P. 259 |

#### **Fontes** ..... P. 278 |

#### **Lista de imagens** ..... P. 279 |

#### **Bibliografia** ..... P. 280 |

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo explorar as diversas formas e imagens criadas e utilizadas pela propaganda oficial do Estado Novo pernambucano durante seu período de vigência, entre 1937 e 1945, mais particularmente em seus primeiros cinco anos, a grosso modo, o período em que o Brasil ainda não se envolvera na II Guerra Mundial. Durante estes oito anos, Pernambuco foi governado pelo interventor federal Agamenon Magalhães.

A partir da análise do que ainda resta do vasto material produzido naquele período (os jornais, principalmente), procuramos compreender quais imagens, *slogans* e propostas eram levadas a cabo nesta propaganda, ao mesmo tempo em que abordamos as festas e os eventos promovidos pela interventoria federal, também como meio de persuasão popular.

O trabalho foi dividido em duas partes: na primeira, procuramos estabelecer a relação do Estado Novo com os meios de comunicação. Como o jornal (especialmente) era o mais importante veículo da mensagem oficial, nesta parte, exploramos os significados que esta mídia representava para os produtores da propaganda e políticos daquela época.

Na segunda parte, detivemos nosso olhar para as festas e os eventos que marcaram estes oito anos de administração. Procuramos perceber o que tais acontecimentos possuíam de comum entre si e, ao mesmo tempo, suas particularidades e características que faziam de cada festividade um momento tão único dentro da propaganda oficial.

Como conclusão, propomos o conceito de Veranico: desde o início da administração Agamenon Magalhães, houve a criação de um *corpus* propagandístico que visava persuadir os cidadãos do Estado, fazê-los crer que viviam em atmosfera de perpétua alegria e pujança, na tentativa de dissipar eventuais rebeliões contra o regime, ao mesmo tempo em que os instituía e os qualificava aos olhos da população.

## ABSTRACT

This thesis aims to explore the diversity of ways and images used by Pernambucan Estado Novo's official propaganda from 1937 to 1945, in particular, in its first five years, roughly the period before Brazil's engagement in World War II. For those eight years, the Brazilian state of Pernambuco was ruled by federal interveiner Agamenon Magalhães.

From the analysis of the remainder of the vast propaganda material produced during the period (mostly newspapers), we try to understand which images, slogans, and proposals it implied. At the same time, we also attempt to characterise officially promoted parties and rallies as elements of popular persuasion.

The thesis is divided into two segments: the first explores relations between the Estado Novo and the media. As newspapers were the most important vehicle for official propaganda, its meanings for propaganda producers and that generation of politics are discussed in this part.

On the second part, we turn our attention to the official parties and rallies that marked those eight years of federal administration. We try to highlight the similarities and differences among them, and to understand what made each and every one of them such an unique and privileged propaganda weapon.

As a conclusion, the concept of "Veranico" ("Indian Summer") is proposed: a *corpus propagandística* created since the very beginning of Magalhães's administration, designed to persuade citizens, to make them believe in a happy and everlasting atmosphere of well-being, prevent eventual dissents against the regime and to justify it before the eyes of the population.

## **AGRADECIMENTOS**

Escrever é um ato solitário, um grande diálogo entre autor, fontes e autores referências, algo feito muitas vezes no escuro da noite, no mormaço da tarde. Nunca, ao menos no meu caso, há alguém por perto. É pura introspecção, e muitas vezes sofrimento. Apesar e a despeito disso tudo, há um grupo de pessoas a quem não poderia deixar de agradecer neste momento. Alguns deles povoam há décadas minha vida. Uma delas literalmente me viu nascer. Outros chegaram há bem menos tempo e ainda assim não saberia mais viver sem sua presença. A todos: novos e velhos amigos, professores e alunos, minha sincera gratidão.

Minha orientadora, **Sílvia Cortez Silva**. A quem tantas e tantas coisas poderia agradecer, alguém que sempre acreditou em mim e no meu trabalho. Meu respeito e minha mais profunda amizade.

Três professores especiais. Ao longo de minha formação acadêmica, suas disciplinas certamente estiveram entre as mais trabalhosas e, hoje vejo, essenciais para produzir o tipo de trabalho que hoje apresento: **Antonio Paulo Rezende**, meu primeiro professor na graduação e meu último professor no doutorado; **Durval Muniz**, meu professor no doutorado, e muito especialmente **Antonio Torres Montenegro**, com quem fiz minha iniciação científica e fui aluno nos meus três graus de formação.

**Lucianne Borba**, por toda sua ajuda e sua amizade.

Compor esta tese seria virtualmente impossível se eu não tivesse tido a boa fortuna de encontrar ao longo da minha pesquisa grandes profissionais, que para mim trabalharam no artigo. Aos grandes companheiros **Manoel Vicente Jr**, **André Carneiro**, **Karl Schuster** e especialmente **Pablo Henrique**, apresento minha dívida de gratidão.

Três colegas merecem uma menção toda especial: as professoras **Zélia Gominho**, **Zuleica Dantas** e **Susan Lewis**, com quem compartilho as dores e as delícias do Estado Novo. Seus nomes estão lá no final da tese, na bibliografia, por causa das excelentes profissionais que são, e estão aqui no início, pelas excelentes pessoas que são. É uma alegria contar com sua amizade.

Meus caros amigos, que ocupam um espaço muito especial em meu coração. Não tendo irmãos de sangue, tenho uma verdadeira família que me foi sendo dada aos poucos. **Gilberto Lima e Fábio Maia**, que me conhecem há mais de 20 anos e, apesar disso, ainda continuam meus amigos.

Amigos e colegas de profissão, com quem compartilho a paixão pela história. Pelos debates, pelas concordâncias, pelas discordâncias, pelas dicas, pelas sugestões, pela bagunça, por tudo, enfim, vocês são inesquecíveis: **Luiz Severino**, **Carlos Eduardo Pinho**, **Maciel Henrique**, **Ceça Pires** e minha “caçulinha” **Adriana Maria**.

Um afago vai para uma colega em especial, **Kalina Vanderlei**, de quem posso dizer tudo que já disse acima e algo mais: pelo desprendimento em ler meus textos, criticá-los, sugerir leituras, lembrar prazos.

**Silas Filho**, **Hérrisson Dutra**, **Rodrigo Pinho** e **Wagner Teobaldo**, por estarem ao meu lado em momentos cruciais da minha vida. A presença, a palavra, a compreensão. São pontes sobre águas turbulentas.

Meu carinho para **Ana Cristina Barbosa**, a Ariadne que me forneceu um novelo de lã para que eu pudesse sair do labirinto.

Finalmente, minha mãe, **Janina** e meu pai, **Anísio**. Descrever tudo o que fizeram por mim seria redundante e, forçosamente, impreciso. Prefiro, então, dedicar-lhes um amplo e carinhoso agradecimento.

A todos vocês, eu dedico minha tese.

## INTRODUÇÃO

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo e em Pernambuco o governador Carlos de Lima Cavalcanti foi deposto, vindo Magalhães assumir o posto de interventor em dezembro daquele mesmo ano. Cooptar a população, persuadi-la, inebriá-la, envolvê-la foi, desde sempre, preocupação constante deste governo, e mal começara o ano de 1938 e a promoção de festividades era iniciada com toda força. Estas estratégias de propaganda, o emprego do entretenimento como fator de persuasão popular são o tema deste trabalho.

Quando falamos de entretenimento, há que serem feitas algumas distinções. A documentação – os jornais, os livros e assim por diante – tratam a festividades todas de uma mesma forma, com o mesmo nome: festas. Nós preferimos, porém, distingui-las em dois grupos.

Algumas festividades já existiam antes do Estado Novo: faziam parte do calendário festivo corriqueiro da cidade, repetiam-se ano após anos. O diferencial na época do Estado Novo foi que suas lideranças se apossam e se apropriam destas festividades, impondo-lhes mudanças para melhor adequá-las aos seus propósitos. São as festas: o natal, o dia do trabalho, o carnaval.

Outras festividades são elaboradas, produzidas e promovidas pela interventoria ou com seu maciço apoio e diversamente das efemérides, elas não se repetem todo ano. São descontínuas. A estas festividades, chamamos eventos. São exemplos a festa veneziana de 1938, o Congresso Eucarístico em 1939, a Grande Exposição Nacional de Pernambuco, entre 1939 e 1940, e o traslado dos restos mortais dos heróis restauradores, em 1942.

Entre 1938 e 1940, houve grande sortimento de eventos no Recife. Já nos primeiros meses de 1938, para celebrar a iluminação pública que se instalava, o prefeito do Recife (um secretário da interventoria, menos no nome) promoveu a chamada “festa veneziana”, onde barcos passeavam enfeitados pelas águas do Capibaribe, alguns deles contendo os políticos estadonovistas. Esta celebração já era sugerida e mesmo exigida desde os anos 20, para tornar saliente a condição

“veneziana” e progressista da cidade. Aproveitou-se, então, a interventoria de antigo desejo da intelectualidade recifense.

Pouco mais de ano depois, teve lugar o Congresso Eucarístico Nacional, em setembro de 1939. Tais reuniões católicas aconteciam em todo globo<sup>1</sup>, com o sentido de reforçar a posição da Igreja Católica ante o mundo moderno que a cercava e a punha em questão. No Recife, esta ideologia anti-moderna e anti-liberal encontrou um terreno fertilíssimo no palácio do governo, cujos ocupantes eram, em sua maioria absoluta, católicos empedernidos e conservadores. A interventoria fez todo possível para não apenas viabilizar o congresso mas para se mostrar co-promotora do evento, junto à arquidiocese local. A ideologia professada durante o congresso foi, via de regra, a mesma que o Estado Novo divulgaria durante seu tempo de vida.

A memória do Congresso ainda estava fresca quando tiveram início os três meses de Exposição Nacional de Pernambuco. Se o evento católico foi uma vitrine das idéias agamenosianas, a exposição era a ribalta das conquistas econômicas e políticas de seu governo: cada município do Estado mostrou seus números, cada secretaria montou seu pavilhão, seu estande. Ao final, o visitante que adentrasse os portões do festival teria a ótima impressão do progresso de Pernambuco sob jugo do Estado Novo.

As festas do calendário oficial, por sua vez, foram freqüentemente transformadas para servirem ao figurino agamenosiano. O carnaval perderia sua natureza pagã, irreduzível e anárquica para, dentro da definição oficial, tornar-se uma manifestação de ordem, disciplina e cristianismo. O Primeiro de Maio não seria mais a celebração do confronto entre as classes, mas da concórdia entre elas, celebração apadrinhada pelo governo do Estado. Nesta data, em especial, há até a criação de um evento a partir de uma festa: além da celebração do Dia do Trabalho, uma festa, há toda uma semana dedicada ao seu preparo, ao atijamento dos ânimos dos trabalhadores, uma prévia do dia dos trabalhadores. Um evento, portanto.

---

<sup>1</sup> Cf DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922 – 1933)**. São Paulo: UNESP, 1996.

Festas e eventos, todos, formavam uma máscara de reluzente brilho. O fascínio da alegria, do contentamento, dos fogos de artifício, das grandes exposições e festividades e suas luzes tinham por objetivo encandear as vistas da população, hipnotizá-la com as impressões do progresso, da paz e da abundância. Montava-se um circo, onde o interventor Magalhães era o chefe-de-cerimônias: acrobatas jogam para o alto seus malabares; os trapezistas desafiam a morte nas alturas; à direita, um homem corajoso cospe verdadeira fornalha incandescente, enquanto à sua frente dançam animais amestrados e palhaços. O público, encantado com o espetáculo, nem presta atenção ao resto do picadeiro, onde rugem as feras selvagens. Este foi o sentido de todo esforço de festividades empreendido pela interventoria nestes anos, conjurar ilusionismos que desviassem a atenção popular, que encantasse o povo e fizesse-o crer nas afirmações oficiais. A este conjunto de artifícios de persuasão (ou corpus propagandístico), graças a sua intensidade e brevidade, damos o nome de Veranico.

O título desta tese remete a uma passagem bíblica do livro de Daniel, onde o profeta é chamado a interpretar um sonho do rei babilônico Nabucodonosor. Nele, uma gigantesca estátua com cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e coxas de bronze, pernas de ferro e pés de barro, atingida por uma pedra que lhe destroça os pés impiedosamente, destruindo por extensão todo o rico conjunto. Esta passagem serviu de metáfora ao império governado pelo rei sonhador: Babilônia, extremamente rica na antiguidade, construíra uma política onde a ostentação caminhava de mãos dadas com a segurança: era importante impressionar os inimigos, passar-lhes a impressão de que a cidade era uma fortaleza inexpugnável, e assim dissuadi-los de suas intenções de invadi-la. O rei Ciro da Pérsia, porém, mostrou o quanto de propaganda existia naquela imagem: tomou a cidade quase sem resistência.

Aproveitamo-nos desta metáfora, usando-a para ilustrar a política de propaganda da interventoria: as campanhas de persuasão empreitadas, conquistadoras em potencial de mentes e corações pernambucanos, formavam o setor aparente, perceptível deste regime político. Era sua face de ouro, brilhante

como o sol do meio-dia e tão impressionante quanto; como toda boa propaganda política, uma de suas funções primárias era exatamente esconder falhas e dissensões intestinas, mostrar-se unívoca e segura para a população que procura converter. O Veranico foi essa face dourada... mas onde há tal face, há também pés de barro: em 1942, a II Guerra Mundial agiu como a pedra do sonho, destroçou os pés de barro da propaganda oficial. Expôs as fragilidades econômicas chegando a aumentá-las ainda mais, graças ao esforço de guerra; impediu que diversos artifícios de persuasão – festas e eventos, especialmente – fossem realizados; impôs novas realidades fora do figurino rígido do Estado Novo, que não pôde adaptar-se a elas. O que se viu nos últimos anos da interventoria foi bem diferente da eterna festa dos primeiros tempos. A estátua foi rachando aos poucos, até tombar por fim, mas o brilho da cabeça de ouro, esse findou muito antes da queda final. Um sonho de Nabucodonosor.

As campanhas propagandísticas promovidas pelo governo Agamenon Magalhães assumiam diversas formas, a depender do público a que se dirigia. Um veículo de comunicação, contudo, servia de ligação entre essas diversas modalidades persuasivas: o jornal Folha da Manhã. Este informativo pertencia primordialmente à pessoa física Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, o interventor, dono de boa parte da carteira de ações da empresa, fazendo-lhe companhia, como sócios (bem) minoritários, alguns dos seus assessores mais próximos, como o prefeito Novaes Filho.

Comandando o executivo estadual com amplos poderes, Magalhães fez do seu jornal uma referência durante seu governo. Por um lado, facilitava-lhe a vida com subsídios fiscais (era o jornal mais barato), por outro tornava-o leitura obrigatória, pois ele, seus secretários e demais figuras de destaque da política local escreviam ou davam entrevistas freqüentemente, forneciam, em suas próprias palavras, o “sentido” correto do que estava acontecendo, exercendo mais uma auto-declarada doutrinação que propriamente jornalismo informativo.

A Folha da Manhã foi comprada pelo então ministro em 1937 e, menos de um ano depois, uma nova edição, das 16 horas, saía de sua costela. Os dois

avatares, matutino e vespertino, completavam-se mutuamente, visavam públicos-alvo diferentes: aquele era o jornal informativo padrão, com o resumo das notícias do dia anterior, enquanto este se destinava mais ao pitoresco, à diversão e ao entretenimento, e só trazia as notícias manchetes, geralmente sem aprofundá-las. Um jornal de fim de tarde, para vistas e mentes cansadas.

Diferentemente de outros media que foram destruídos ao longo do tempo (filmes de cinema, fitas de rádio, livros), ainda restam muitos números da Folha, em suas duas versões, ótimas janelas para compreendermos o produto final da propaganda oficial: imagens, slogans, discursos, opções. Este jornal fornece ao pesquisador o funcionamento da persuasão oficial, dos motes às festas. Como uma caixa de ressonância, permite, ao mencionar fontes outras, ampliar o escopo de trabalho do historiador: livros que os políticos sugerem a leitura, peças que crêem edificantes, a programação cultural da cidade. Analisando com cuidado essas fontes, a propaganda de persuasão e doutrinação da interventoria Agamenon Magalhães abre-se diante de nossos olhos.

Outro fator essencial que valoriza a Folha como fonte histórica é sua riqueza ilustrativa: enquanto a maioria dos jornais prestava pouca ou nenhuma atenção às fotografias, o jornal do interventor era repleto delas. Esse costume persistiu mesmo durante os tempos da guerra, quando foi reduzido à metade. Algumas ilustrações ocupavam folhas inteiras, enquanto que, pelo menos quatro, das oito páginas do jornal padrão eram fartamente ilustradas. Além das fotos das notícias, os assinantes também utilizavam anúncios com imagens. Um diferencial da Folha em relação aos demais jornais.

O coração do Veranico era a Folha da Manhã. Lendo-a, a nítida impressão edulcorada do que se passava no Estado aparece: suas matérias enfocavam geralmente aspectos felizes e positivos da sociedade, com notícias geralmente boas. Os mais diversos elementos propagandísticos eram empregados para comprovar como, em apenas alguns meses, o Estado Novo já conseguira o feito de reformar por completo a sociedade pernambucana: seu povo, suas instituições. Quando das manifestações públicas, eventos e festas que ocorriam na capital,

publicavam-se no jornal matérias fortemente adjetivadas, exagerando, para dizer o mínimo, o encantamento do novo regime.

A presente tese compõe-se de duas partes: “Sóis gloriosos, inverno de descontentamentos” e “Eu fiz tudo pra você gostar de mim”.

Na primeira, a partir de um verso de Shakespeare, propomo-nos a compreender o que foi o Veranico do Estado Novo pernambucano, como este “inverno do descontentamento” foi criado e tornado possível através da utilização de determinados “sóis gloriosos” como a Folha da Manhã; como foi possível desenvolver um corpus propagandístico eficiente dentro das circunstâncias que emolduravam a política pernambucana daquela época. É uma análise interna da produção persuasiva, dos temas relevantes para sua compreensão, a começar pela discussão do grande valor do monopólio da verdade que os donos do jornal afirmavam possuir: sem tal certeza, não funcionaria jamais o Veranico; o intenso *affair* deste jornal com o mundo moderno, como ele se engajava nessa realidade e fazia-se dela porta-voz; a importância fulcral da fotografia como materializadora das verdades propostas nos textos jornalísticos.

Houve, contudo, dentro da fala de propaganda estadonovista, incongruências em série, onde um jornal que se dizia futurista ao mesmo tempo abraçava elementos passadícios. Buscamos captar essas divergências, situá-las dentro da diversidade de propostas de que se compunha a propaganda do Estado Novo.

A segunda parte remete a uma popularíssima composição lançada em 1930, “Tahí”, sucesso na voz de Carmem Miranda – uma embaixadora quase formal do regime varguista. Partindo do seu refrão, “*eu fiz tudo pra você gostar de mim*”, a música narra os esforços em ser gostado e apreciado – algo que também o Estado Novo pernambucano procurou realizar com afinco durante o Veranico.

No primeiro capítulo, referimo-nos às diversas festas: como elas agregaram popularidade a um governo golpista que se iniciava. Discutimos como a interventoria apropriou-se das festas populares tornando-as tribunas suas, ao mesmo tempo em que observamos como existiram algumas tentativas de se

criarem novas efemérides, como os aniversários do Estado Novo e da Revolução de 1930.

Adiante, vemos o preparo e os significados do Congresso Eucarístico de 1939: o que tal certame defendia, porque o interventor se engajou de maneira tão absoluta na promoção deste evento, e porque tanto foi investido em sua realização: o que ele representou para o governo estadual.

Por último, partindo do menor de todos os eventos, a festa veneziana de 1938, discutimos os diversos destaques que a propaganda e a publicidade davam aos temas do Recife, como determinados assuntos eram sublinhados e destacados e outros escondidos.

Através desses estudos, esperamos compreender a intimidade da propaganda estadonovista em Pernambuco.

Optamos por uma abordagem onde texto historiográfico e a literatura dialogam e se interpenetram; para tanto, nossa maior influência tem sido Hayden White<sup>2</sup>: sua abordagem sobre o fazer historiográfico, sua ênfase na beleza e na riqueza metafórica de um texto é importante influência por nós cultivada.

Traçando, em linhas gerais, a importância desse autor, surge primeiramente a questão da metáfora como recurso do texto histórico, elemento de criação, ilustração e enriquecimento textual. Toda a construção do texto, seguindo-se as proposições do autor, é bastante complexa e cada momento da narrativa deve ter um ritmo próprio: não podemos, simplesmente, seguir num mesmo tom o texto inteiro. Num exemplo bastante pertinente (na verdade um exercício estilístico por nós trabalhado nessa tese), ao começarmos a escrever sobre o Congresso Eucarístico de 1939, sua organização, as frases tinham de ser curtas, denotando agitação; todavia, no decorrer da escrita, tomando contato com notas de jornais, com os anais do Congresso, com sua realização enfim, nossa pena mudou e com ela o diapasão do texto: o frisson e a excitação não mais cabiam, mas muito mais o tom de conquista, consecução de algo há muito esperado, passados meses de

---

<sup>2</sup> WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso – Ensaios Sobre a Crítica da Cultura**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

preparação, os detalhes esboçados e ensaiados, a simbologia das datas... toda essa riqueza documental afetou nosso texto.

Até bem pouco tempo atrás, a propaganda não era tida por muitos como uma fonte histórica confiável, como um recurso válido para a construção do texto historiográfico. Mais uma vez, o referencial que Hayden White propõe apresentou-se fundamental: nós não reconstruímos o passado absolutamente como ele de fato foi, nós o interpretamos através da análise dos vestígios dos períodos históricos, uma pálida imagem, sempre, do que foi a vida daquele tempo; diante disso, a interpretação vem dar um sentido àqueles restos cuidadosamente recolhidos, com o historiador recortando e dialogando com suas fontes, construindo sua história e como até mesmo a escolha das fontes é subjetiva, não há mais alguns documentos que são essenciais e obrigatórios e outros desprezíveis, insignificantes para compreendermos os períodos históricos. A propaganda, assim, é um local possível para a construção do conhecimento histórico.

Diante dos recortes, depoimentos, fotos, filmes, locuções e assim por diante, o caráter interpretativo do historiador começa a funcionar, dando um sentido que, a rigor, aquelas peças não tinham em si mesmas, preenche lacunas que as fontes deixam, num processo dedutivo. Hayden White levanta uma questão desse processo: sendo o conhecimento histórico baseado em fatos acontecidos, há uma relação de tensão entre o ato de explicar e de contar a história. Fazendo isso, a história contada assume seu caráter mítico e poético. Às fontes, é imposta uma estrutura de enredo e ao historiador é feito o desafio de imprimir ao seu texto um estilo literário, conferindo, assim, à sua pesquisa um caráter inovador.

A construção do texto histórico a partir dessa matriz conceitual pressupõe a seleção e a condensação dos eventos; uma vez selecionados, eles são deslocados pelo historiador para o centro ou para a periferia do seu texto, dependendo do grau de importância a eles conferido; causas e efeitos são codificadas, eventos são relacionados ou separados; por último, feito esse trabalho de seleção, o texto é escrito. Embora nós, historiadores, lidemos apenas

com eventos reais, a composição de nossa narrativa é um processo poético, recorreremos às mesmas técnicas e estratégias literárias do ficcionista.

Identificar a forma de enredo apropriada para os eventos que narra propicia o entendimento entre o leitor e o escritor, pois o primeiro percebe o tipo de história em que foram narrados aqueles eventos e, a partir deste entendimento, a história torna-se familiar, cognoscível para o leitor. Uma tarefa de “refamiliarizar” seu leitor com acontecimentos esquecidos, estabelecer relação entre o passado e o presente. Para esta tese, em especial, adotamos a forma da comédia para narrar nossa história. Apesar dos esforços dos nossos personagens em construir uma estrutura de propaganda eficiente, um conjunto de empecilhos foi-se impondo ao longo do caminho: o catolicismo exacerbado dos elaboradores não lhes permitiu construir uma política mais profunda, mais semelhante à nazi-fascista; os recursos não eram tão abundantes; a opção pela doutrinação ao invés do entretenimento fez da persuasão algo cada vez menos eficiente. Por mais que se fizesse, ao final nada saía como planejado. Uma comédia clássica<sup>3</sup>.

Para que este tipo de enredo funcione, tivemos de nos apropriar das referências culturais da sociedade, do conjunto de *mythoi* por ela fornecido de modo que ao reconstruir os fatos surgisse uma história de tipo particular e reconhecível. Interpretamos nosso ofício como a pintura de um quadro, onde a moldura nos é dada pelos documentos – fora desse espaço, não se pode construir um texto histórico, porque senão escreveríamos literatura ou ficção; tendo estabelecidos tais limites, contudo, podemos manobrar com relativa liberdade, apossarmos-nos das referências culturais nossas e do período e criar, construir.

Para esta elaboração, para a pintura da tela em branco que a moldura das fontes contorna, as propostas da escritora Barbara Tuchman<sup>4</sup> foram essenciais. Se, como colocou Caio Prado Jr, a história é um cipó, esta autora americana nos ajudou a abrir picadas nesta mata.

No intuito de tecer a narrativa desta tese de maneira que ela fosse compreensível, crível e bela, houve uma constante preocupação com a construção

---

<sup>3</sup> Cf WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

<sup>4</sup> TUCHMAN, Barbara W. **A prática da história**. Rio de Janeiro: José Olympio: Biblioteca do Exército, 1995.

de cenários, um dos desafios que a leitura de Barbara Tuchman nos propõe, e talvez sua maior contribuição para o nosso trabalho tenha sido o conceito de “detalhe corroborativo”<sup>5</sup>: um elemento literário dentro do texto histórico, que pinta os contextos com cores mais fortes e vivas e dá aos personagens o estofa para que se tornem tridimensionais. A análise seca de uma época, a simples enumeração de um processo, torna o texto cansativo e enfadonho; ao contrário, ao analisarmos as fontes pululam diante de nossos olhos informações aparentemente sem importância (o clima, as conversas, as roupas), mas que nos ajudam a compreender melhor o nosso período histórico – são estes os detalhes corroborativos.

Cascavilhados da montanha de documentos, trabalhados e incluídos no texto, tais detalhes levaram vida ao nosso texto, forçando-nos até a retornar às fontes: quantos dados haviam passado nos jornais, nos livros antes que (re)conhecidos fossem esses detalhes. Ao começar a analisar os artigos de jornal, por exemplo, começamos a procurar como estas notícias eram reportadas para os seus leitores, que detalhes eram importantes o suficiente para estarem naquelas páginas: não procuramos, apenas e simplesmente, o fato pelo fato, aquela vírgula que irá sustentar toda nossa pesquisa. Não, buscamos agora o documento como um todo e trazemos seu sabor para dentro do nosso texto: as noites ou os dias, as luzes ou a escuridão, a emoção das pessoas. Eis a importância do detalhe corroborativo. Nosso quadro ganha muito em vida e dinâmica com ele, escrevendo história de modo a encantar o leitor e a tornar o assunto tão cativante e emocionante para ele quanto é para o pesquisador. Um requisito preliminar é estarmos encantados e sentirmos necessidade de comunicar a magia.

Poucas propostas historiográficas foram mais importantes para a elaboração desta tese que o livro do canadense Modris Eksteins, *A Sagração da Primavera*<sup>6</sup>. Sua influência se apresenta nos mais variados momentos, das mais diversas formas: ao se valer de acontecimentos culturais para discutir questões políticas, o

---

<sup>5</sup> “*Detalhe corroborativo que pretendia dar verossimilitude artística a uma narrativa que sem isso seria árida ou não convincente*”. Idem, p. 26

<sup>6</sup> EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

autor estabeleceu-nos parâmetros para analisar, por exemplo, as festividades do Estado Novo, o que elas representavam para os políticos que as patrocinavam.

Em seu livro, Modris Eksteins utiliza-se de uma gama de fontes muito ampla, foge de documentos entronizados, abraçando novos horizontes e desenterrando “*hábitos e princípios, costumes e valores*”<sup>7</sup> de épocas passadas – um desafio que tomamos como nosso a cada linha que escrevíamos. O próprio conceito de acontecimento trabalhado por Eksteins influencia nossa abordagem: a festa veneziana, o passeio das autoridades estadonovistas no rio, pôde ser um momento de compreensão da natureza daquele regime político, das injunções que o ligavam à realidade à sua volta, o mundo que o circundava. Não foram apenas os grandes rasgos que fizeram história, os pequenos momentos também tiveram seu quinhão de relevância.

A análise das propagandas é a espinha dorsal de nossa abordagem elemento que lhe dá sustentação e sentido. Para tal estudo, adotamos principalmente quatro autores: Peter Burke, Roger-Gérard Schwardenberg, Hannah Arendt e Serge Tchakhotine.

Em recente livro<sup>8</sup>, Peter Burke sintetiza e organiza um modelo de análise histórica da propaganda institucional. Alguns focos principais do nosso trabalho são a elaboração da imagem pública do personagem, seu lugar na imaginação popular<sup>9</sup>; para tanto, propõe-nos a observação do “*pacote do monarca, com ideologia, propaganda e manipulação da opinião pública*”<sup>10</sup> e quais os efeitos desse “pacote” sobre o mundo externo, que o autor chama de “*a realidade do mito*”<sup>11</sup>, sobre os mais diversos públicos.

Continuando no esquema sugerido por Burke, buscamos alguns dados para compor nossa análise. Uma pergunta básica: quais os meios de comunicação utilizados na campanha de propaganda – no nosso caso, jornais (primordialmente), rádio, cinema entre outros. Observando as imagens

---

<sup>7</sup> Idem, p. 12.

<sup>8</sup> BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

<sup>9</sup> Idem, p. 13.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>11</sup> Ibidem, 18.

projetadas/divulgadas por estas media, quais características são mais ou menos relevantes para a propaganda, o que nela é destacado e o que é omitido. Abordando o texto persuasivo internamente, há que se buscar seu equilíbrio entre o “realismo” – a verdade, poderíamos dizer – e o idealismo – a quota de fantasia ou mentira presente em qualquer campanha desta natureza.

Para Peter Burke, os eventos são uma privilegiada janela para a compreendermos a propaganda oficial, e vários dos conceitos que ele propõe foram por nós aproveitados em nossa análise: desde o pseudo-evento, “*um termo cujos significados vão desde um acontecimento encenado para efeitos de mídia a um que é noticiado antes de ter lugar*”<sup>12</sup> até a importância prática dos grandes festivais, os quais “*agradam aos súditos e dão aos estrangeiros ‘uma impressão extremamente vantajosa de magnificência, poder, riqueza e grandeza*”<sup>13</sup>

A propaganda tem por base a criação e manutenção de personagens – boa parte da proposta analítica de Peter Burke centra seu foco justamente nestas questões. Roger-Gérard Schwardzenberg<sup>14</sup>, por sua vez, busca compreender a construção destes personagens, como os homens públicos procuram “*impor uma imagem de si mesmo que capte e fixe a atenção do público*”<sup>15</sup>. Seu modelo ajudou-nos a perceber e descrever as várias personas que os políticos e lideranças do Estado Novo criaram e mantiveram ao longo deste período que ora tratamos, ao mesmo tempo em que, dialogando com o trabalho de Peter Burke, buscamos compreender a produção de tais máscaras.

A análise da propaganda política conta com grandes autores, em particular Elias Canetti<sup>16</sup> e José Ortega y Gasset<sup>17</sup>. Esses dois autores optaram por compreender a arte da persuasão primordialmente a partir dos seus receptores, as massas, das suas reações receptivas às informações da propaganda. Para nossa tese tal opção carecia de fontes, uma vez que nossa opção documental privilegiou

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 210.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>14</sup> SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

<sup>15</sup> Idem, p. 03.

<sup>16</sup> CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

<sup>17</sup> ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

a produção da propaganda e não sua recepção. Trabalhamos, portanto, com a proposta do psicólogo russo Serge Tchakhotine<sup>18</sup>.

Em sua tese principal, este autor sustenta que os ditadores, para justificar seu poder, utilizaram métodos aparentemente não violentos, enquanto optavam pelo “*emprego de uma violência não menos real (...) a violência psíquica*”<sup>19</sup>. Armados com os conhecimentos ainda iniciais que a psicologia fornecia, as lideranças políticas autoritárias do século XX passaram a utilizar-se dessas técnicas para difundir suas ideologias, amparando-se ainda nos “*formidáveis meios técnicos que lhes fornece hoje o Estado moderno*”<sup>20</sup>. Nessa soma baseia-se toda a prática propagandística do começo do século.

Distinguindo multidão (compacta, como num comício) de massa (a população difusa, em sua vida comum)<sup>21</sup>, Serge Tchakhotine propõe um modelo analítico da prática persuasiva oficial que se baseia no reflexo condicionado: a massa é transformada em multidão, recebe as informações, retorna à suas casa espalhando aquilo que aprendeu; amiúde, esta massa tem de ser novamente reunida em multidão, catequizada e liberada. Este processo será repetido com frequência, para que o estímulo inicial permaneça vivo e ativo.

A partir desse modelo básico, analisamos os símbolos e imagens que compõem o discurso propagandístico, quais mensagens este sistema apresenta uma e outra vez para seu público. Dialogamos o modelo tchakhotiniano com outras influências, Peter Burke e Roger-Gérard Schwartzberg principalmente, para compreendermos as várias facetas que uma propaganda oficial utiliza para se tornar eficiente.

Hannah Arendt, por sua vez, analisa a propaganda autoritária traçando sua genealogia a partir da publicidade, a propaganda comercial, e para esta autora alemã “*a propaganda totalitária aperfeiçoa as técnicas de propaganda de massa*”<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

<sup>19</sup> Idem, p. 05.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 133.

<sup>22</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**, 1ª reimpressão. São Paulo: Schwarcz, 1990, p. 400.

Quando observamos as estruturas e motes da propaganda política, apercebemo-nos de como a publicidade revela-se sua fonte de inspiração. O ato de persuasão do outrem é um processo onde mais variadas artimanhas são articuladas. Num século enfeitado pela técnica, o acento na comprovação científica das qualidades deste ou daquele produto é uma constante nos anúncios publicitários, e um anúncio da fábrica de remédios Bayer, publicado em 1911, afirma que sua aspirina está “*acima de todos os medicamentos analgésicos*” e o comprova “*mais de 260 publicações científicas*”<sup>23</sup>; algo semelhante é percebido por Hannah Arendt na propaganda totalitária, onde salienta “*a forte ênfase que a propaganda totalitária dá à natureza ‘científica’ das suas afirmações*”<sup>24</sup>. À ciência, são agregados os mais diversos valores: é absoluta, apresenta-se indubitável, estabelece padrões de qualidade, não mente. Quando os homens de batas brancas propõem esta ou aquela qualidade ao determinado produto, isto vem dizer que testes empíricos foram exaustivamente realizados, e aquele resultado é impossível de ser questionado. Tal credibilidade é avidamente buscada pela propaganda autoritária.

A arte do exagero é outro artifício bastante comum aos dois lados da propaganda, o que vende produtos e o que vende idéias. O número impressiona, marca: se tantos estão comprando determinado sabão em pó, não serás tu a pensar diferente, eis a proposta da publicidade. Hannah Arendt também analisa este aspecto, percebendo a “*violência nos imaginosos exageros publicitários (...) um arrojado sonho monopolista, o sonho de que, algum dia, o fabricante do ‘único sabonete que evita espinhas’ tenha o poder de privar de maridos todas as mulheres que não o usem*”<sup>25</sup>.

Essa característica inerentemente autoritária na publicidade comercial cedo foi percebida pelos propagandistas políticos. Não se pode dar às massas a chance da escolha, da reflexão; pelo contrário, esfrega-se em suas faces a verdade científica inegável e inconsútil, algo que os reles mortais não podem discutir por não pertencerem ao Valhalla moderno do conhecimento científico, e por outro lado

<sup>23</sup> CADENA, Nelson Varón. **Brasil – 100 anos de propaganda**. São Paulo: Edições Referência, 2001, p. 51.

<sup>24</sup> “*A forte ênfase que a propaganda totalitária dá 1ª natureza ‘científica’ das suas afirmações tem sido comparada a certas técnicas publicitárias igualmente dirigidas às massas*”. ARENDT, Hannah, op cit, p. 394.

<sup>25</sup> Idem.

o sonho da dominação completa e absoluta de todos aqueles que cheguem a observar, nem que seja de relance, a minha mensagem de convencimento. Democracias e ditaduras irão assenhorar-se dessas estratégias e exibir seus resultados com orgulho.

Procuramos caracterizar o Estado Novo em Pernambuco a partir da mistura de dois conceitos elaborados por historiadores: a Sacralização, proposta por Alcir Lenharo<sup>26</sup> e a Teatralização ou Teatrocracia, de Maria Helena R. Capelato<sup>27</sup>.

Lenharo afirma que “*A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas*”<sup>28</sup>. Ora, talvez em nenhum outro estado brasileiro esta característica esteve tão viva, tão pulsante quanto em Pernambuco, particularmente quando observamos que o interventor Agamenon e boa parte do seu secretariado eram representantes de um pensamento católico marcado pelo reacionarismo, conservadorismo e fundamentalismo. Eles construíram um regime profundamente aliado à religião, e nesse movimento contaram com o apoio de uma Igreja Católica tão reacionária, conservadora e fundamentalista quanto eles próprios, que passou a se aliar ao Estado supostamente laico, dando-lhe apoio e suporte. Estado e a religião se confundem, mesclam-se em uníssono: o poder civil e a arquidiocese não se mostravam muito diferentes. Se para a divulgação do Congresso, por exemplo, a Folha da Manhã era, sem dúvida, um estrepitoso clarim, também todas as igrejas e paróquias propalaram o evento, criando uma expectativa na população de algo grandioso que se aproximava.

Temos, então, a Teatralização. O Estado Novo em Pernambuco, durante seus primeiros anos pelo menos, apresenta-se como uma grande festa aos olhos dos cidadãos. Há, nessa prática política, o exercício constante da tentativa do convencimento. Como um mágico prestidigitador, mais e mais lenços saem de suas mangas, mais e mais pombos voam de dentro de sua cartola, na esperança de que a audiência, fascinada pelos truques, nem se aperceba dos fundos falsos.

---

<sup>26</sup> LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**, 2ª edição. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1986.

<sup>27</sup> CAPELATO, Maria H. **Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

<sup>28</sup> LENHARO, Alcir, *op cit*, p. 18.

Essa Teatralização era uma marca muito forte do Estado Novo, tanto o nacional quanto sua versão pernambucana: as grandes manifestações cívicas, esportivas, solenidades, desfiles, festas, espetáculos. A festa é parte essencial desse sistema autoritário, que muito embora jamais pestanejasse ao usar a violência (física e psíquica), a coerção para alcançar seus objetivos, conseguiu preservar-se na memória popular como “o tempo bom”, a “boa ditadura”; em larga medida, tal feito só pôde ser conjurado graças à utilização eficiente dessa espécie particular de propaganda, o evento.

O evento não é, de maneira alguma, uma manifestação pública e popular espontânea de alegria; pelo contrário, as tais festas são alegremente patrocinadas e oferecidas pelo governo. A interventoria é a promotora da alegria, instituidora do carnaval e da folia, responsável pela quebra da rotina do dia-a-dia... os laços com o povo, diuturnamente bombardeado de informação disfarçada sob as mais variadas máscaras e adereços. Esse povo, pretende-se, irá depender, ao fim e ao cabo, do governo para alegrar-se, para festejar. Reforçando a dependência, é reforçada também a dominação. Sutil, sem dúvida, mas não menos eficiente.

O Estado Novo é, para nós, mistura de teatro e sacralidade: é importante descrever o quanto de cada uma dessas categorias estava presente na interventoria. O próprio Congresso Eucarístico é a exata mistura desses dois elementos.

Finalizando, para a elaboração desse trabalho, o diálogo com a historiografia foi fundamental. Para compreendermos os tempos de Agamenon utilizamos as “biografias clássicas”, sobre ele escritas após sua morte em 1952: “*China Gordo: Agamenon Magalhães e sua Época*”<sup>29</sup>; “*Agamenon Magalhães: Uma Evocação Pessoal*”<sup>30</sup>. A historiografia a respeito do Estado Novo em Pernambuco começa, salvo engano, nos anos 1980 com o livro “*Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e Crise de uma Elite Política*”<sup>31</sup>, da historiadora Dulce Chaves

---

<sup>29</sup> LIMA Fº, Manuel Andrade. **China Gordo: Agamenon Magalhães e sua Época**. Recife: Editora Universitária, 1976.

<sup>30</sup> PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães: Uma Evocação Pessoal**. Recife: Dialgraf, 1973.

<sup>31</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães – Consolidação e Crise de uma Elite Política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1984.

Pandolfi e tem continuado desde então. Dentre as produções mais recentes, destacamos “*Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)*” da professora Zélia Gominho<sup>32</sup>, “*O Anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo (1937 – 1945)*”, da professora Susan Lewis<sup>33</sup> e “*O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta*”<sup>34</sup> da professora Zuleica Dantas.

Sobre o Estado Novo brasileiro, a bibliografia é extensíssima e multifacetada. Dentre as produções que usamos para esta tese, além dos já citados Lenharo e Capelato, destacamos: “*O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*”<sup>35</sup>, de Eliana Dutra; “*Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*”<sup>36</sup>, de Robert Levine e a coletânea “*Repensando o Estado Novo*”<sup>37</sup>, organizada por Dulce Pandolfi.

---

<sup>32</sup> GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana x Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998.

<sup>33</sup> LEWIS, Susan. **O Anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo (1937 – 1945)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997.

<sup>34</sup> CAMPOS, Zuleica D. P. **O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

<sup>35</sup> DUTRA, Eliana. **O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

<sup>36</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>37</sup> PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

I PARTE:

SÓIS GLORIOSOS,

INVERNO DE DESCONTENTAMENTOS

## **CAPÍTULO I: O VERANICO DO ESTADO NOVO**

### **Hibiscos nos cabelos de Nenê**

Em finais de março de 1939, o vapor “Itahité” se aproximava do porto do Recife. De longe já se via a barra, o quebra-mar natural que no passado deu nome à cidade, os faróis, Olinda encastelada em seu outeiro e a velha Marim dos Caetés esparramando-se pelo baixio e seus manguezais.

Naqueles tempos, a intensos vaivéns de gentes e coisas chamavam-se lufalufa, e não era outra coisa que não um lufa-lufa que ocorria no porto. Engradados e mais engradados içados, descarregados e carregados pelos estivadores em direção aos armazéns, e enquanto estes operários do porto suavam em sua labuta, os passageiros começavam a descer a escada. Famílias se reencontravam, homens de negócio seguiam para encontrar seus carros de aluguel. A imprensa registrava a passagem do navio, anunciado-na aos seus leitores como mais um exemplo da vitalidade do porto pernambucano.

Em meio a toda esta gente, uma elegante personagem. Vinha do sul, do Rio de Janeiro, capital da política, do estilo e da propaganda oficial brasileira. Não chegava, porém, para trazer de lá informações, novas modas – o comum então. Vinha, isso sim, buscar notícias para seus leitores cariocas.

A enviada chamava-se Nenê Macaggi, escritora de livros e redatora de duas publicações periódicas; fora entrevistada ainda a bordo pela reportagem da Folha da Manhã, que festejou sua presença: “REFLEXOS DA PROPAGANDA DE PERNAMBUCO NO SUL DO PAIZ”<sup>38</sup>, assim mesmo, em letras garrafais. A estada, em terras pernambucanas, de tão relevante jornalista seria a prova definitiva de que, apenas ano e meio após a chegada ao poder de Agamenon Magalhães, sua interventoria já era referência nacional: “*As notícias de Pernambuco me fizeram vir a cidade*”, comentou entusiasmada, “*quero sentir de*

---

<sup>38</sup> Reflexos da propaganda de Pernambuco no sul do paiz. Folha da Manhã, Recife, 02 de abril de 1939, edição matutina, p. 16, 02.

*perto a grandeza deste grande Estado para poder analysal-a bem depois contar aos meus leitores do sul*<sup>39</sup>.

Todo o restante da reportagem segue este mesmo caminho de puro deslumbre. Os rostos que vê em Pernambuco, afirma Nenê, são de gente que “*sabe ser alegre e activa*” com “*traços visiveis de que é feliz*”<sup>40</sup>. A cidade pareceu-lhe “*um encanto, (...) completamente fóra do comum*”, com seus canais, casas e os edifícios. “*Sempre ouvi falar das suas bellezas, mas nunca pensei que fosse tão linda!*”, exclamou.

Parlamentando com seus colegas jornalistas aborígenes, a repórter carioca afirmou não ver “*diferença entre os matutinos da metropole e os daqui*”. Os jornais locais, em sua opinião, eram muito bem redigidos e de aspecto moderno – e a Folha da Manhã, embevecida, chamou de “*admiração*” às impressões tão cordiais que a visitante forneceu a respeito dos informativos locais.

Por último, sendo a entrevistada uma redatora e escritora, uma mulher de letras enfim, não se poderia esperar que ela não quisesse entrar em contato com os nomes mais representativos do pensamento local. E o intelectual mais significativo de todo Pernambuco não seria outro que não o próprio ocupante do executivo estadual: “*não poderia deixar de ir primeiramente ao palacio do governo cumprimentar o interventor Agamemnom Magalhães*”, afirmou Nenê Macaggi, pois “*elle é a primeira figura do Estado pelos seus conhecimentos juridicos e sociaes*”<sup>41</sup>.

A chegada da repórter carioca mereceu da Folha da Manhã o maior destaque: matéria grande, prolongando-se por duas páginas e ocupando a manchete da última capa. Para que tanto destaque para uma figura aparentemente desimportante? Por que o cuidado, não usual nas demais entrevistas, em lembrar que aquelas impressões eram reproduções “*textuaes*” da fala da entrevistada?

O deslumbre de Nenê Macaggi diante da realidade pernambucana, reafirmava e compunha a mais bem-sucedida criação de marketing da

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> Ibidem.

propaganda oficial agamenosiana. Suas conclusões – apriorísticas, ela mesma reconhece – resumem o enorme esforço de persuasão empreendido pelo governo para convencer os cidadãos da excelência do governo local.

A repórter reunia uma série de qualidades para o exercício de tal papel. Talvez a principal delas fosse sua origem: o Rio de Janeiro, coração e fígado do Estado Novo. A aprovação de alguém destas paragens equivalia, em termos locais, às bênçãos da civilização, da metrópole – termo esse, inclusive, ressaltado no texto da reportagem. A própria e bombástica manchete do jornal festejava a chegada da jornalista, indicando que a propaganda de Pernambuco no sul do país estava rendendo frutos e os sulistas começavam a se interessar pelo Estado – ao longo de toda interventoria, chegou a assumir ares de obsessão tal desejo em ser reconhecido pelo sul: na montagem do Congresso Eucarístico, na Exposição Nacional de Pernambuco, nos artigos divulgados... tudo implorava por reconhecimento.

Cuidou-se especialmente em salientar a competência profissional da interlocutora, sua qualificação, sua responsabilidade tanto para proferir tal gênero de opiniões como também para divulgá-las posteriormente ao seu público leitor. Foi importante mostrar que não era uma qualquer que vinha a Pernambuco “*interessada em divulgar as realizações do governo do interventor Agamenom Magalhães*”<sup>42</sup>, mas a redatora de duas revistas da capital, “O Malho” e a “Revista da Semana”, e a autora de três livros (Chica Banana, Contos de dor e de sangue e Água parada), informações incluídas em breve currículo da jornalista constante na matéria. Como se ainda não fossem convincentes tais afirmações, a reportagem reafirmou a credibilidade da jornalista, quando disse que “*não poderia revestir-se de maior importancia o depoimento da jornalista carioca*”. Desenhou-se um personagem abalizado e autorizado, emissor de opiniões verdadeiras.

Todos os julgamentos e impressões proferidos pela repórter condiziam em absoluto com a propaganda oficial do regime. Atenção, porém: a notícia não possuía autor, era anônima. Teoricamente, o repórter que entrevistara Nenê não emitira opinião, mas sim relatara, pura e simplesmente, um mero instantâneo da

---

<sup>42</sup> Ibidem.

mais cristalina verdade. Propaganda disfarçada de reprodução da realidade, recurso bastante comum às práticas políticas daquele tempo.

Havia na “*topografia*”<sup>43</sup> da Folha da Manhã segmentos opinativos bem específicos; nominalmente a terceira página, onde encontravam-se as colunas do redator-chefe, do interventor dentre outras figuras de destaque. Nela, concentrava-se o conteúdo editorial, opiniões claramente expressas e assinadas por autores identificados. Quanto ao restante, ao oceano-mosaico de pequenas e anônimas notas e quadrinhos, não seria outra coisa senão recortes impessoais da realidade escritos sem passionalidade. “*Se (...) as páginas A, B e C são reservadas para opinião, todas as páginas N restantes não trariam senão fatos*”<sup>44</sup>. A Folha da Manhã, em suas duas edições, valia-se muito desta ilusão: fora das primeiras páginas, são raros os artigos assinados, e quando o são referem-se principalmente a poemas ou textos literários, dificilmente a reportagens. Informação e propaganda misturadas até que parecessem indistintas... mais e mais difícil para o público leitor discernir entre fato e persuasão. Em longo prazo, a constante utilização desse estratagema acaba por propender ao descrédito popular, ao cinismo. Não foi esse o caso do Estado Novo, não houve tempo hábil para tanto.

Em suas declarações, Nenê Macaggi fez questão de ressaltar uma qualidade que lhe pareceu fundamental no povo pernambucano: sua alegria. Afirmou a repórter, que “*todas as fisionomias falam, e o pernambucano não esconde a sua satisfação*”<sup>45</sup>. Seria, pelo menos assim deseja a propaganda, impossível aos pernambucanos esconder a alegria por viver em tempos tão gloriosos, e era tão importante que esta sensação chegasse até o leitor que uma das seções da reportagem foi intitulada, significativamente, “*gente alegre e activa*”. Outra vez, pernambucanos motes proferidos em sonoro sotaque carioca.

A interventoria de Agamenon Magalhães foi, principalmente durante sua primeira metade, uma contínua reafirmação de que o povo pernambucano era

---

<sup>43</sup> MARTINO, Luís M. S. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 62, 63.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Reflexos da propaganda de Pernambuco no sul do paiz. Folha da Manhã, Recife, 02 de abril de 1939, edição matutina, p. 16, 02.

feliz, estava feliz, e expressava sempre que possível sua felicidade, e até pelo menos a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, vendia-se a imagem de que tudo em Pernambuco era festa. Apenas quando do bombardeamento dos navios em águas territoriais e a carestia e os blecautes e o pavor da invasão tornaram a afirmação de tal espécie de sentimento algo cada vez mais difícil, o tom, o diapasão da propaganda oficial mudou. A este período, a este *corpus* publicitário desenvolvido desde os primeiros momentos de Agamenon Magalhães no poder, chamamos de Veranico do Estado Novo.

O que é um “veranico”? A que se refere tal palavra? Remete-nos aos últimos dias do outono, onde os dias são longos e as noites, cálidas – uma ante-sala para o inverno cruel. Talvez por causa disso, a associação com os derradeiros dias de um regime político ou de uma época seja bastante fácil de ser feita: “*para a elite da Europa*” por exemplo, “*os longos dias quentes de agosto de 1914 seriam como o veranico de maio: os tempos jamais seriam tão bons novamente*”.<sup>46</sup>

O Veranico do Estado Novo possuía algo em comum com aquele europeu? Talvez a única semelhança fosse exatamente essa: “*os tempos jamais seriam tão bons novamente*”, pois as duas guerras mundiais, Primeira e Segunda encarregaram-se de destruí-los ambos. Desfrutaram, os europeus, daquilo que seria chamado posteriormente *Bélle Époque* do pré-guerra, usufruíram os momentos de paz sem saber que eram os últimos antes da tormenta bélica. A relação com o veranico foi feita tempos depois, quando a experiência do primeiro conflito mundial, da crise e do medo fez dourar aqueles tempos – o mesmo dourado que freqüentemente ataca as fotografias, marcando-as com a passagem do tempo. Grãos de areia numa ampulheta. O passado, colorido em âmbar, ganha, desta forma, ares mais felizes e gentis.

O Veranico estadonovista<sup>47</sup>, por seu turno, foi uma criação, pela propaganda persuasiva da interventoria, de um momento mágico na existência do Recife, onde as nuvens negras que manchavam o horizonte tinham sido sopradas pra longe por

---

<sup>46</sup> **O Mundo em armas**. Rio de Janeiro: Abril Livros/Time-Life, 1993, p. 09. (Coleção História em Revista).

<sup>47</sup> Essa realidade, de mais a mais, já foi percebida antes: Alcir Lenharo chamou-a de “*ilha de paz e prosperidade*”, que projetou “*para a sociedade (...) uma imagem de si mesma, imersa num mundo de ficção, a competir com o mundo de sua realidade (...) a sociedade, antes dividida e conflituosa, encontrava o caminho da paz e do equilíbrio*”. Lenharo, Alcir. *op cit*, p. 38, 39.

um vento benigno – as trombetas da imprensa estatal, talvez – e o sol, deus Rá redivivo, brilhava e aquecia o Estado. As roupas velhas haviam sido retiradas dos armários mofadas e fedendo a bolor; foram lavadas com afinco, postas ao sol para secar. Pronto. Novas. Se a Europa dourou seu passado, o Estado Novo buscou fazer o mesmo com seu presente.

Estes sentimentos de reconstrução, de redenção que marcaram as mensagens do Estado Novo através dos *media* são fundamentais para compreendermos aqueles tempos. Tratou-se, de mais a mais, de um conjunto de movimentos clássicos da propaganda: incensando ações e atitudes tomadas pela administração agamenosiana e realçando-as, nada mais se fazia que “*atribuir a um produto mais qualidades do que ele tem*”<sup>48</sup>. Com a Imprensa controlada e cerceada, o contraponto, a crítica e o queixume desapareciam, ou melhor, não se permitia que esse tipo de coisa aparecesse, e sua ausência reforçava a propalada excelência da interventoria.

O Veranico foi, portanto, a reafirmação constante de um ambiente favorável ao poder autoritário através da imprensa<sup>49</sup>. Havia em toda elaboração da propaganda agamenosiana uma certeza pétrea: o publicado é tido como verdade. “*O povo sentia e pensava de acordo com os jornaes que lia*”, eis um bom resumo desta crença<sup>50</sup>. Os antigos egípcios acreditavam que gravar um nome em documentos ou monumentos era torná-lo vivo, manifestá-lo, ao passo que apagar todas as referências escritas sobre determinado assunto ou pessoa era semelhante a matá-lo em definitivo. Algo semelhante ocorre com a notícia impressa no jornal<sup>51</sup>

Existe uma grande intimidade entre o diário e seu público. Poucos veículos de comunicação conseguem esconder tão apropriadamente seus vieses sectários e partidários quanto o jornal, contra-parte num “pacto implícito” com seus

<sup>48</sup> DURANDIN, Guy. **As mentiras na propaganda e na publicidade**. São Paulo: JSN Editora, 1997 p.29.

<sup>49</sup> “*fazer acreditar que as circunstâncias são favoráveis à causa própria, e desfavoráveis ao campo inimigo*”. Idem, p. 47.

<sup>50</sup> BELLO, Ruy. A função social da imprensa. Folha da Manhã, Recife, 04 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>51</sup> “*O fato de a notícia existir apenas enquanto discurso jornalístico é chamado por Rodrigues (1983) de meta-acontecimento (...) Eles re-acontecem ao serem e pelo fato de serem enunciados. Realizam aquilo que anunciam pelo fato de o enunciarem (...) Ao relatar o acontecimento, diz Rodrigues, a mídia produz ao mesmo tempo um novo acontecimento*”. MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O Jornal – Da Forma ao Sentido**. Brasília; Editora da Universidade de Brasília, 2002, p. 316.

leitores<sup>52</sup>, onde se compromete a publicar, tornar notícia, tudo o que de importante ocorrer na cidade, enquanto que o público se dirige primordialmente a ele para manter-se informado<sup>53</sup>, a par com tudo que o cerca, acreditando em seus artigos.

Há um quê de ritual nesta relação público/jornal<sup>54</sup>, no ato quase automático de pegar as folhas, desdobrá-las e saber o que houve de importante no dia anterior, manter-se atualizado. Cheira a café, lembra o caminho para o trabalho, a folga do almoço, a intimidade do reservado. De mais a mais, o jornal é um organismo extremamente dinâmico: nasce com o sol e com ele morre, poucas horas após ter sido imprescindível nada mais é que forro de gaiolas.

O jornal consegue criar verdade, “*produzir um efeito real*”<sup>55</sup>: uma vez publicado, gravado pelos clichês no papel amarelado, toma aparência de realidade, “*ganha o estatuto de um novo real*”<sup>56</sup>. Para compor as páginas, os profissionais da notícia fazem recortes nos eventos, selecionam o que é importante e estampam nas edições. Desta maneira, afirma-se implicitamente: tudo o que importa está contido naquelas páginas. Ou inversamente, se lá não se encontra, não tem relevância. Coisa de somenos. Uma miríade de acontecimentos fica fora das prensas e das vistas do público graças a essa autoridade implicitamente reconhecida.

Passamos, portanto, a compreender melhor o que ocorria durante os anos de Estado Novo: o jornal Folha da Manhã afirmava e reafirmava as virtudes e as novidades e as bonomias do regime recém-instalado, que acabavam sendo tomadas como realidade por boa parte da população. Festas eram criadas, paradas e desfiles preparados – anunciados, todos, com muita antecedência pelos meios de comunicação. Malabares em pleno ar, leveza, alegria... era tudo o que

---

<sup>52</sup> “o jornalista mantém um pacto implícito com o leitor, cuja finalidade é o ‘fazer crer’; o recurso ao discurso do outro é um meio para tal”. Idem, p. 27.

<sup>53</sup> Claro que há outros meios de comunicação, mesmo nesta época, para onde se dirige o público. Apenas estamos privilegiando o jornal dada a sua importância para o regime estadonovista e, também, por esta ter sido a principal fonte para nosso trabalho.

<sup>54</sup> “O primeiro aspecto que aqui nos chama a atenção é a dimensão verdadeiramente ritual que esse hábito [a leitura matinal dos jornais] adquire, já que entendemos por ritual um acontecimento que estabelece um ritmo sincronizador e que se instaura por meio de uma repetição que tem por função pontuar, estabelecer um ritmo (...) esse sentido ritual, implícito na leitura matinal do jornal, se dá por um processo de re-atualização do mundo que também reinventa esse mundo”. CONTRERA, Malena S. **O mito na mídia – a presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996, p. 52.

<sup>55</sup> MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.), *op cit*, p. 27.

<sup>56</sup> Idem, p. 318.

se permitia às vistas públicas, o *mise-en-cene*. O *backstage*, porém, o pesado jogo das redações, era mantido longe dos olhos da audiência. Sob inspiração de Hefáistos, as arapongas do papel crocitaram durante dois, três ou mesmo quatro anos seus martelos de celulose da propaganda agamenosiana, forjando nas consciências pernambucanas esse tempo que se apresentava – ou, pelo menos, que se queria apresentar – como novo.

Nesse contexto, as observações da repórter Macaggi, frívolas e aparentemente tão banais, são extremamente significativas. Abrem-se grandes e chamativas como as flores nos cabelos das mulheres de Gauguin. Explodem e gritam “verdade” para seu público leitor. Verdade escarlate. Verdade carmesim. Verdade indiscutível. Rosas, rosas, rosas a lhes confundir.

### **“No Estado Novo, um jornal moderno”**

Perguntemos: que outro local seria mais apropriado para apanhar verdades tão absolutas, inteiriças, auto-suficientes e auto-explicativas que a Folha da Manhã? Em que outro canteiro estes hibiscos cresceriam mais viçosos? Esta resposta não é arbitrária ou casuística, pois a interventoria Agamenon Magalhães fez todo possível para convencer a população de que em nenhum outro lugar as papoulas da realidade poderiam ser colhidas senão nas sementeiras plantadas e cuidadas pelos jardineiros que compunham seu governo. Não seria simplesmente uma questão de preferência; antes, defendia-se com unhas, dentes e garras afiadas a rígida noção de que apenas o grupo político dominante possuía o monopólio da verdade, e quaisquer outras flores que apontassem nas beiradas dos leirões nada mais eram que ervas daninhas – e deveriam ser arrancadas com vigor.

A verdade, afirmavam, era encontrada primordialmente num veículo, a Folha da Manhã, a tribuna institucionalizada do Estado Novo pernambucano. Ao contrário do artista, que deve ir até onde está o povo, a Folha apresentava-se majestosa e esperava que a audiência viesse até ela, colher-lhe os frutos: os fatos e as notícias como elas supostamente teriam acontecido de fato, sem firulas,

colocando-se no papel de guia dos até então cegos perdidos, arrancando-os das trevas do engodo e da ignorância, concedendo-lhes centelhas de verdade.

Eis o mais importante produto de venda da Folha da Manhã: a verdade oficial<sup>57</sup>. Claro, como bom comércio, ofertava-se de tudo em suas páginas: dos saborosos biscoitos Pilar aos chapéus da moda, das últimas novidades em *radioplayers* às *Gillettes* para um barbear bem feito, e até o xarope Galenogal, prometida cura para várias doenças. Todos esses informes eram, sem dúvida, relevantes para a saúde financeira da publicação, mas seria essa uma preocupação premente a um jornal com o perfil da Folha? Seriam as finanças uma questão vital para uma empresa fortemente subsidiada, cujo acionista majoritário era ninguém menos que o próprio interventor do Estado, o “*doutor AGAMEMNON SERGIO DE GODOY MAGALHÃES, com quatrocentos e cinquenta e duas (452) ações*”<sup>58</sup>, e cujo terceiro maior acionista não era outro senão “*doutor ANTONIO DE NOVAES FILHO, com cento e cinquenta (150) ações*”<sup>59</sup>, prefeito da capital e apontado pelo próprio interventor? Certamente, lucros e prejuízos desta empresa não tiravam o sono de seus controladores. Em tal cenário, as notícias, *per se*, nada mais eram que simples veículos para o principal produto ofertado<sup>60</sup>.

Para esta presunção se robustecer, houve um extremo cuidado no tratamento da imagem dos órgãos que divulgavam a verdade oficial. Um excelente exemplo desse processo deu-se em relação ao Rádio Club de Pernambuco, a PRA-8. Mais importante retransmissora do Estado, desde o tenro início do novo regime foi subsidiada pela interventoria, tornando-se, assim, relevante peça para divulgação e promoção de sua patronesse, a interventoria.

---

<sup>57</sup> “*Na grande imprensa e mesmo na mídia especializada, o produto final, objeto último da divisão social do trabalho jornalístico, é a informação. Isso não acontece com a mídia institucional. A informação veiculada em algum produto informativo – boletim, jornal semanal, programa de rádio ou tv, etc – é apenas suporte para a produção, reprodução e divulgação de bens de outra natureza. Assim, enquanto na mídia generalista a informação é o produto-fim, na mídia institucional a informação é o produto meio*”. MARTINO, Luís M. S., *op cit*, p. 19.

<sup>58</sup> Escritura da Constituição da “Folha da Manhã s/a”. Folha da Manhã, Recife, 09 de outubro de 1938, edição matutina, p. 13.

<sup>59</sup> Idem. O segundo maior acionista era o secretário de estado Arthur Tavares de Moura, dono de um lote com duzentas ações; os demais acionistas possuíam posições bem mais modestas: Pedro Allain Teixeira, o quarto maior, possuía apenas 44 ações. Ou seja: o controle estava todo, completo, em mãos do interventor.

<sup>60</sup> “*A propaganda e a publicidade recorrem freqüentemente à mentira porque o seu papel é o de exercer uma influência e, apenas acessoriamente, levar informações. As informações aqui são apenas meios de exercer a influência*”. DURANDIN, Guy *op cit*, p. 25.

Sempre que possível, a Folha da Manhã reproduzia notas celebrando a excelência desta empresa. Numa reportagem, por exemplo, que comparava a rádio pernambucana à sua congênere cearense, colocou-se na boca de um correspondente conterrâneo de Iracema as seguintes afirmações: ele chamava de “*potente e monumental*”<sup>61</sup> a PRA-8, “*uma das victorias da radiophonia nacional*”, predominante nas “*sympatias geraes*” dos ouvintes daquele Estado, já que a retransmissora local, a PRE-9, “*tem seu poder de acção circumscripto quasi que exclusivamente a Capital*” e não chegava aos rincões mais afastados.

O contraponto entre Ceará e Pernambuco é notável: enquanto para este fluem jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo para parlamentar com seus colegas, o “*progresso jornalístico de Fortaleza deixa muito a desejar, pela carencia de folhas modernas com amplos e variados serviços de informações*”<sup>62</sup>.

Um rádio potente e presente, informa-nos a reportagem, é uma “*modalidade de progresso em que se caracteriza a civilização actual*”, e neste particular, compreende-se, Pernambuco mais uma vez está no auge, dispondo-se à “*conquista dos espaços pelas ondas hertzianas*” e atestando “*o grande desenvolvimento da gloriosa Mauricéa*”<sup>63</sup>. O Rádio Club, bem se vê, é um índice de desenvolvimento e poder para o Estado Novo, e, por isso mesmo, sua imagem foi cuidadosamente cultivada.

O processo, contudo, mais elaborado, mais completo, deu-se com a Folha da Manhã. Sua organização e divulgação intentavam o fortalecimento de sua condição de fiel portador das verdades, ressaltando em peças de auto-propaganda seu poder e sua força. Um dos melhores exemplos dessa tática deu-se em 1938. Em maio deste ano, quando o jornal mudou seu formato: de um tamanho de 65cmx50cm, um albatroz de asas abertas, passando para 49cmx34cm, muito mais confortável para ser lido, menor e mais portátil.

Da mesma maneira como, meses antes, a intensa propaganda celebrara a chegada da edição vespertina do noticiário, sua transformação estética foi

---

<sup>61</sup> A actuação do Radio Clube de Pernambuco no paiz. Folha da Manhã, Recife, 23 de maio de 1938, edição vespertina, p. 05.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Ibidem.

saudada com toda sessão de trombetas, exemplo da mudança e de progresso que chegava e tomava de assalto o jornalismo pernambucano.

Talvez um dos melhores exemplos deste movimento de valorização seja o pequeno quadro caricatural que circulou nas duas edições (matutina e vespertina) dias antes da inauguração do novo formato. Por seus temas, é uma rica janela para percebermos como esta mensagem era elaborada.

Notável como a influência do cinema norte-americano é clara em todo anúncio. Toda sua forma lembrava os filmes *hollywoodianos* e não seria estranho se, no alto destes enormes edifícios, a figura ameaçadora de King Kong aparecesse, ou mesmo se o jovem gazeteiro estivesse anunciando, a plenos pulmões, a invasão do Planeta Terra pelos marcianos (não fazia muito tempo, *Orson Welles* provocara pânico nos Estados Unidos ao divulgar tal notícia pelo rádio), arrematando assim o todo cinemático desta peça publicitária.



64

Há um tema central, que dá liga a todas as imagens e mensagens: o “amanhã”. O avião, o dirigível (e as lembranças do *Graff Zepellin* estavam ainda frescas e suculentas nas memórias daqueles que presenciaram sua passagem pelo Recife poucos anos antes), todos estes meios de transporte moderníssimos compunham a visão de futuro imediato, de progresso veloz que marcou aquela época. A bela composição de arranha-céus sobrepondo-se, contorcidos, em direção a um céu cada vez mais alto dá a toda a cena uma forte sensação de movimento.

<sup>64</sup> Folha da Manhã, Recife, 29 de abril de 1938, edição vespertina, p. 08.

O trem que irrompe adiante e abaixo de todo conjunto, deve ter provocado, particularmente nos leitores mais jovens (o público-alvo deste anúncio?), uma sensação de incomum familiaridade.

Atentem às formas da máquina. Sensuais, metálicas, arredondadas. Muito semelhantes às naves espaciais dos populares seriados *Buck Rogers* ou *Flash Gordon* (que precediam os longas-metragens nos cinemas) ou às do cartum *Brick Bradford*, que vemos ao lado, publicadas todos os domingos na última página do *Jornal do Commercio*. A mesma estética, as mesmas formas, o mesmo brilho. O todo futurista do reclame é, uma vez mais, claramente reforçado.



E associado a tudo isso temos a *Folha da Manhã*. Não espanta que servindo de título e chamariz encontramos no alto do anúncio um enorme “AMANHÃ!”, com o ponto de exclamação no final, letras garrafais e negrito: é ele o viés de toda composição. Da mesma forma que o amanhã testemunhará altos edifícios espetando o firmamento, trens rápidos como bala, aviões e dirigíveis desafiando a lei da gravidade, trará também um novo jornal, com formato mais arrojado e moderno. Um filho do futuro, assim como o são todas as outras coisas que compõem o desenho. Não à toa, os jornais voando formam uma coluna até o dirigível: a *Folha da Manhã* persegue o futuro, onde quer que ele esteja.

Seguindo o mesmo tema, desta vez apenas de maneira mais sóbria, temos mais uma peça de divulgação da nova *Folha*. Há, neste pequeno reclame, uma relação, uma equivalência, que nos interessa em particular: assim como o jornal é moderno, o Estado é novo.

---

<sup>65</sup> Brick Bradford. *Jornal do Commercio*, Recife, 02 de agosto de 1942, p. 08.

Ora, se há todo um esforço propagandístico para associar ao informativo o dinamismo, a força, a velocidade, enfim, ao mundo moderno, quando é criado um slogan deste naipe – simples, direto como todo bom slogan deve ser – a associação é direta: o regime, novo até no nome, persegue o amanhã tanto quanto seu dinâmico porta-voz. Figuras substantivas, ambas, de uma nova etapa da história pernambucana – ou pelo menos assim queriam fazer parecer.



66



67

Esta campanha pela qualificação da Folha da Manhã ganhou destaque nos aniversários da edição, especialmente no primeiro. Era 1938, o ano fértil em comemorações – aparentemente tudo era motivo para festas. Nesse primeiro aniversário de existência sob nova gestão, usou-se das mais diversas armas para persuadir o público leitor a glorificar o seu diário. Comemorando seu primeiro ano de vida, a Folha da Manhã apareceu sustentada por dois querubins alados.

<sup>66</sup> Folha da Manhã, Recife, 23 de abril de 1938, edição vespertina, p. 08.

<sup>67</sup> Folha da Manhã, 20 de novembro de 1938, edição vespertina, p. 01.

Não portavam, os dois seres divinos, nenhuma trombeta, como é comum às imagens dos anjos anunciadores, pois sua maneira de trazer a verdade aos homens é outra, não requeria instrumentos musicais e sim palavras escritas. Trazem consigo a Folha da Manhã assim como Moisés trouxera as tábuas da lei com o Decálogo, riscado na pedra pelos próprios dedos de Jeová

A Folha destaca-se bem à frente, entre as duas criaturas aladas; enquanto isso, mais atrás, desenha-se o amanhã (de novo ele) de Pernambuco: um sol majestoso ergue-se e inunda toda a página com os seus raios, e a única coisa que lhe pode tapar os raios são os fumos elevando-se dos bueiros das fábricas, símbolo essencial do mundo moderno e do progresso econômico. Ao lado dessas indústrias, da febril economia fabril, um camponês segura seu arado, enquanto puxa-o uma parelha de bois, escarificando a mãe-terra, preparando-a para receber as preciosas sementes da vida – cena clássica da vida no campo desde que os sumérios inventaram este implemento agrícola, milhares de anos antes da Era Cristã.

A Folha da Manhã surgira quinquena após o golpe do 10 de novembro, e não é difícil percebermos que sol é esse que se ergue ao fundo e ilumina a tudo e todos: é o Estado Novo, proposto redentor máximo da nação brasileira. Ao mesmo tempo, esse mesmo sol traz em seu bojo o progresso e o crescimento econômico, o sucesso em todas as áreas, e o futuro seria um saudável casamento entre um mundo pretérito (ainda a precisar dos ruminantes quadrúpedes para arar a terra) e outro hodierno (as fábricas e suas chaminés, novas Torres de Babel a erguer-se em direção às estrelas).

O texto carregado pelos anjos reforça a campanha de glorificação do jornal: coloca-o entre *"melhores periodicos da imprensa do Paiz"*, afirmação que saindo da boca de Nenê Macaggi deliciou os profissionais da Folha, e que agora era repetida e confirmada, tendo por fiadores os divinos seres alados. Mais uma vez, o elemento "amanhã", tão comum noutras peças de auto-publicidade, fez-se presente, e a *"feição material e intellectual"* da Folha da Manhã é festejada por corresponder *"às necessidades da vida moderna"*.

Jamais este informativo escondeu seu caráter doutrinário. Toda sua divulgação utilizava-se desse acento uma e outra vez, repetidamente, uma marca distintiva sua. Assim, nos dizeres comemorativos ao seu aniversário, a opinião pública de Pernambuco está “*com o seu pensamento e os seus propositos de servir aos supremos interesses da collectividade*” graças ao “*programma politico e social*” da Folha da Manhã.

O texto angelicamente sustentado é repleto de fortes afirmações, de declarações referentes ao público leitor do jornal: “*a Folha da Manhã não tem faltado aos seus compromissos para com o público que nos apoia e prestigia com os seus favores e os seus applausos*”<sup>68</sup>, afirma sem titubear. Havia o compromisso da doutrinação, de disseminar por entre seu público leitor as novidades do regime, e este a Folha nunca deixou de cumprir: “*o jornal deve ser um elemento de orientação*”.

Não eram afirmados, todavia, apenas compromissos doutrinários. Todo discurso que substanciava o jornal e sua credibilidade passavam pela questão da informação, do lado informativo que todo jornal deve apresentar, e mais uma vez a Folha não se furtava em afirmar que “*informações rápidas, precisas e verdadeiras*”<sup>69</sup> eram parte essencial de seu texto. Nesse ponto, contudo, o jornal faltava com a verdade ao seu público leitor.

Houve, muitas vezes, o reconhecimento do papel além-informativo representado pelos os jornalistas do Estado Novo. Seriam eles simples “reportadores” de fatos? Em absoluto: “*orientamos, instruimos, ilustramos*”<sup>70</sup>, afirma certo articulista da Folha da Manhã – quanto à “informação” do leitor, ela sequer chega a ser mencionada.

Há outra frase que nos permite bisbilhotar a agenda destes “operários da pena”, como eram chamados. Geralmente inconfessadas, as visões de grandeza dos jornalistas pernambucanos brotaram dos escritos de um redator a tal ponto orgulhoso de seu métier que chega a afirmar “*fazemos mais pela collectividade do*

---

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> Papel dos jornalistas. Folha da Manhã, Recife, 13 de fevereiro de 1938, edição matutina, p. 04.

que os políticos do passado, do presente e do futuro”<sup>71</sup>. Lendo sua composição, apercebemo-nos que poucos possuem mais poder durante o Veranico do Estado Novo do que estes responsáveis pela sua imagem: “*promovemos a popularidade, salvamos governos, evitamos tragedias e recompomos situações*”. Nove-fora arroubos e ilusões classistas, nada mais justo do que o reconhecimento da capacidade do jornalismo estadonovista em conjurar tais realidades. A informação, mais uma vez, passou ao largo.

A opção por este pretensioso tipo de imprensa ressoa harmoniosamente em toda visão de mundo dos componentes da interventoria. O dia-a-dia da cidade, comezinho e pequeno, e do mundo, que o jornal pretensamente retrataria sem retoques, ganha ares soberbos: toda notícia, todas as situações são, concretamente, representadas como complementares, partes de um enredo onde as forças do bem e do mal (Vargas, Agamenon e grande elenco são o bem, a Folha não deixa dúvidas) confrontam-se, e cada batalha é representada com riqueza de detalhes.

Habilmente disfarçadas pelas máscaras da objetividade, da isenção e da simples reprodução da realidade, as notícias Folha da Manhã passavam aos seus leitores percepções sectárias do mundo, embora envidado fosse um esforço enorme para que exatamente o contrário fosse percebido. Ainda que algumas (poucas) colunas sejam assinadas, notadamente as do interventor e do editor-chefe, boa parte das matérias aproveita-se da invisibilidade proporcionada pela capa da objetividade para apresentar-se como fato puro e simples<sup>72</sup>, fortalecendo, portanto, os dogmas de Estado. Quanto ao leitor doutrinado, não se dirige palavra “*sobre livre-arbítrio ou possibilidades de escolha por parte do fiel (...) maniqueísticamente jogado entre as forças do ‘bem’ e do ‘mal’*”<sup>73</sup>.

Mas não era apenas o livre arbítrio que saía machucado após um esbarrão com o pensamento estadonovista: as liberdades, em geral, ganhavam mossa e arranhões profundos depois desse encontro. A liberdade de imprensa estava

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> “os agentes da luta em questão disponibilizam toda sua aparência de objetividade e isenção para impor, através desses artificios, uma determinada representação do mundo. O conhecimento do mundo passa a ser vinculado ao conhecimento da narrativa doutrinária prévia e da seleção temática levada a cabo pelo jornal”.

MARTINO, Luís M. S. *op cit*, p. 56.

<sup>73</sup> Idem, p. 57.

sendo – declaradamente, neste caso em especial – minada. “*Em todos os paizes*”<sup>74</sup>, afirmou o redator correspondente da Folha da Manhã João Duarte Filho, “*o sentido de liberdade da imprensa (...) esta sendo substituído, paulatinamente, por um sentido de responsabilidade*”, mesmo naquelas nações mais liberais, como a Grã-Bretanha, a França ou os Estados Unidos.

Esta reportagem é um caso modelar da estrutura persuasiva da Folha da Manhã – destarte, apenas, o fato de conhecermos o seu autor. Quais os dados que João Duarte utiliza para fazer tal afirmação? Quais os recursos que ele dá ao seu público leitor para que ele possa julgar seu texto? Nada disso tem lugar: a afirmação é feita, publicada no jornal e ganha ares de verdade. O autor, inclusive, atíça seus leitores, desafia-os a observar e pesquisar “*as condições do mundo*” para perceberem que a ampliação da censura é algo comum nos outros países, referendando a verdade do seu artigo. Havia, porém, acesso a outras fontes fora daquelas abençoadas pelo Estado Novo? Não. O jornalista usou de sua credibilidade para legitimar suas afirmações, realizar sua própria profecia.

Pelo contrário, o acesso a informações paralelas era cada dia mais restrito. Chamadas genericamente de “*revistas e jornalecos*”<sup>75</sup>, gerenciadas por “*aventureiros, sem idoneidade moral e financeira*” e “*espertalhões do jornalismo indígena*”, as publicações não oficiais sofriam sérias restrições para continuarem circulando. O caso clássico se deu com O Diário da Manhã, de propriedade do ex-governador Carlos de Lima Cavalcanti, deposto pelo golpe de 1937, que por cerca de seis meses após sua deposição ainda logrou manter em circulação o seu jornal; em junho de 1938, todavia, por ordem do interventor, seu informativo foi fechado, “*por não permitir o decreto-lei federal n.º 37 actividade politico-partidaria*”<sup>76</sup>. Em notável contraponto à verborragia tão própria da Folha, a nota era lacônica em seus termos, certamente para não levantar celeumas desnecessárias com partidários do líder decaído. Afirmava, inclusive, que o mesmo “*viajou, hontem, á noite, para as suas propriedades em Ilha de Flôres neste Estado*”. Tudo está bem, a vida continua e ai dos vencidos.

<sup>74</sup> DUARTE Filho, João. O presidente e os jornalistas: uma experiencia. Folha da Manhã, Recife, 29 de abril de 1938, edição matutina, p. 01, 03.

<sup>75</sup> Decreto moralizador. Folha da Manhã, Recife, 09 de março de 1938, edição vespertina, p. 03.

<sup>76</sup> Fechado o “Diário da Manhã”. Folha da Manhã, Recife, 04 de junho de 1938, edição matutina, p. 01.

De fato, o encerramento das atividades do Diário da Manhã, propriedade de um desafeto político, não traria nada de novo às atitudes da ditadura estadonovista se não estivesse fortemente embasado e escorado numa filosofia política totalmente anti-libertária. O medo da liberdade, do debate franco, da opinião permeou os oito anos de interventoria. Nas palavras do ministro Francisco Campos, “*a liberdade é irresponsável*”<sup>77</sup> e mesmo a “*verdade irrestrita*” tem de ser criticada.

Não havia o desejo, o compromisso com a informação, a despeito do que se pudesse afirmar. Havia, isso sim, a preocupação em doutrinar os leitores do jornal, em torná-los devotos do regime estadonovista representado em Pernambuco pelo interventor Agamenon Magalhães. Como o guarda-noturno trai o (seu próprio) sono para proteger o sono (alheio)<sup>78</sup>, a Folha traía a verdade para, supostamente, proteger a verdade, seu principal produto de venda. Retorcia-a. Adaptava-a. Para que o pernambucano encontrasse a verdade oficial tão absoluta e cristalina, sempre à mão, e para criar, manter e proteger essa aura, tudo o que não condizia com a verdade vendida era escondido, escamoteado ou servia de contra-exemplo, daquilo que não se deve fazer ou do que já está acabando, deixando de existir graças à ação do Estado Novo.

Compreendamos a atuação do “Diário Oficioso” do Estado Novo na elaboração das notícias: para qualquer um que folheasse suas páginas no primeiro semestre de 1938, as impressões seriam as melhores. Num instante de forte ação do novo interventor todos os inimigos que ameaçavam Pernambuco foram varridos, como demônios de sombras que desaparecem quando a luz é acesa. Sumiram todos. E o Estado ocupava-se, agora, em grandes manifestações de apreço e júbilo pelo novo regime. Festeja-se o carnaval, limpo e purificado. Desfila Agamenon Magalhães e secretariado em barcas iluminadas durante a Festa Veneziana no Rio Capibaribe. O Primeiro de Maio ganha uma semana inteira de festejos, comemorado por multidões ordeiras e felizes, retratadas no

---

<sup>77</sup> CAMPOS, Francisco. Os interpretes sinuosos da Constituição. Folha da Manhã, Recife, 01 de fevereiro de 1938, edição matutina, p. 02.

<sup>78</sup> “No entanto, o guarda-noturno protege por meio da infidelidade. É traíndo o sono que protege o sono. Ah, essa vigilância humana que busca continuar mantendo a verdade ao lado dos adormecidos! Yuichi sentiu o ódio violento do guarda-noturno. E sentiu ódio violento contra sua função humana”. MISHIMA, Yukio. **Cores Proibidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 68, 69.

jornal enchendo as ruas da cidade. Pode-se dizer que não houve um único mês onde não ocorresse ao menos uma festa ou evento. Ou seja: granjeava-se uma atmosfera de absoluta normalidade, alegria e contentamento.

Estas notícias, porém, referem-se às primeiras páginas do jornal, às manchetes destacadas e iluminadas... se entrarmos mais fundo, percorrendo as suas entranhas, suas páginas policiais, surgem sinais de ambientes menos luminosos e menos gozosos. A historiadora Zuleica Dantas percebe o primeiro semestre de 1938 de maneira bem diversa, onde *“foram forjadas estórias contra determinadas instituições que, exploradas e veiculadas pela imprensa, serviram como tática de semear um ambiente de medo”*<sup>79</sup>. Este ambiente de terror também era parte integrante e inconsútil do Veranico. Medo e alegria andavam de mãos dadas naqueles tempos, um e outro servindo à Folha da Manhã, à interventoria, compondo um ambiente político favorável ao novo líder que se estabelecia.

Os sorrisos diários das pessoas na Folha da Manhã, a mais que absoluta concordância que perpassa todas as suas páginas, são apenas aparências, definitivo epitáfio para as veleidades informativas daquele jornal. De fato, sua principal intenção não era despertar seus leitores, mas antes mantê-los adormecidos, eliminar nos pernambucanos, nos recifenses em particular, seus desejos políticos ao desenhar um universo onde todos os seus desejos já estariam sendo atendidos: fiquem, pois, permaneçam onde estão que o governo irá chegar até você, irá resolver seus problemas, desde que vocês se comportem bem, que sejam boas crianças, não se envolvam com maus elementos (comunistas, social-democratas, catimbozeiros, e assim por diante). Este talvez seja o maior monumento que se pode erigir à interventoria de Agamenon Magalhães: a infidelidade crônica e institucionalizada do seu (des)informativo diário.

---

<sup>79</sup> Cf CAMPOS, Zuleica D. P., *op cit*, p. 224.

### **Mil palavras**

Na edição vespertina da Folha da Manhã – chamada carinhosamente de “Folhinha” pelos seus criadores – uma imagem representou de maneira quintessencial, paradigmática a relação do jornalismo chapa-branca estadonovista com o seu público.



Malgrado sua baixa qualidade, a fotografia representa bem as expectativas que o Estado Novo tinha quanto à força da imprensa. À frente de uma porção de tubérculos – batatas-doces, quem sabe – um velho senta-se para ler seu jornal, “*matuto humilde, que interrompe seu modesto trabalho para informar-se*”<sup>81</sup>. O autor da crônica, Ruy Bello, vibrou com esse evento que as câmeras da folha conseguiram flagrar.

80

Para Bello, este personagem simples, com o chapéu a proteger-lhe do sol, era a prova clara da relevância da imprensa nos tempos que se seguiam: mesmo alguém de poucas posses e tão simplório era atingido pelo poder da informação massificada.

No século XIX, afirmou o cronista, a informação “*não tinha a seu dispor o formidável aparelhamento tecnico de nossos dias*” e por isso mesmo “*não seria possível ou não seria frequente esse facto que a objectiva de Jujú surpreendeu e gravou*”<sup>82</sup>.

Esse suposto instantâneo que as lentes captaram em filme permitiram ao articulista tecer vasto comentário sobre a importância da imprensa naquela época. Lendo o jornal, afirma Bello, o simplório cidadão abria “*o seu espirito á influencia*

<sup>80</sup> BELLO, Ruy. A função social da imprensa. Folha da Manhã, Recife, 04 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Ibidem.

dessa força poderosa que irá actuar em sua mentalidade ingenua e rude de uma forma muitas vezes definitiva”. A informação libertava o homem adulto da ingenuidade das crianças e da rudeza dos selvagens. Informar-se é, pois, civilizar-se, crescer e progredir? Talvez, mas não sempre: o jornal avança espírito adentro e indica caminhos “do bem ou do mal, da verdade ou do erro, da ordem ou da desordem”<sup>83</sup>. Há, portanto, do lado do leitor, uma superfície quase inerte, onde a mão poderosa da imprensa marca com ferro em brasa seu pensar.

O fato essencial nesta reportagem não é propriamente seu texto – a rigor, todo esse discurso não é estranho à Folha da Manhã, e a influência da imprensa na vida diária era, desde muito, reconhecida – mas antes a fotografia que lhe encabeçou a coluna. Ela, sim, tornou possível a crônica.

A lente do fotógrafo Jujú é uma “*objectiva*” e sempre que seus retratos apareciam em uma crônica do Ruy Bello era reafirmada a qualidade de “*instantâneo*” de suas fotografias, como se caminhando pela cidade, esbarrasse nas mais pitorescas cenas e, num rompante, preservasse-as em acetato para posteriormente publicá-las. Era tudo verdade. Sem montagens ou preparações.

Jujú se favorecia de certa percepção – ou “*ilusória crença*”, nas palavras de Eric Hobsbawm – bastante comum desde o fim do século XIX, de que “*a câmera não mente (...) e que de algum modo ela representava a verdade ‘real’*”<sup>84</sup>. Aproveitando-se desta qualidade da fotografia, o cronista Ruy Bello erigiu seu texto, consagrando-o com os mesmos ares da verdade que inebriavam, de resto, toda a Folha da Manhã. O senhor humilde, sentado diante de suas batatas, exaurido pelo trabalho, conseguiu arranjar um momento para informar-se, abrir seu espírito, ser menos rude e mais perspicaz através da leitura. A fotografia era uma prova incontestável e irrefutável de todas as idéias expostas no texto.

A singela imagem do velho sentado lendo jornal é apenas um exemplo da relevância que esta forma de comunicação tinha para este jornal. Nas duas edições da Folha da Manhã, o elemento fotográfico exerceu papel essencial para a edificação do clima de bonança que convencionamos chamar Veranico, algo

---

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos – o breve Século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 191.

que, podemos afirmar, não era comum ou padrão entre as publicações pernambucanas. De fato, nenhum dos outros grandes jornais do Estado investia tanto em ilustrações quanto a Folha. O Jornal do Commercio tinha páginas e páginas sem ao menos uma imagem sequer – geralmente, as poucas ilustrações que existiam eram pagas: propagandas dos filmes em cartaz, reclames deste ou daquele produto, e assim por diante. Quanto ao Diário de Pernambuco, se não chegava ao franciscano grau de pobreza fotográfica do Commercio, estava muito aquém da abundância de imagens que caracterizava a Folha, concentrando na primeira página, as manchetes, suas fotos, que iam minguando em quantidade à medida que adentrávamos o jornal.

A Folha da Manhã era bem diferente, uma extravagância em termos fotográficos e ilustrativos. A primeira e a última páginas, as capas principais, comportavam tantas fotos que muitas vezes elas se sobrepunham umas às outras, acavaladas, e como não havia espaço para tantas ilustrações, montagens eram feitas.



Eis um excelente exemplo da prática ilustrativa da Folha: na primeira capa, local das manchetes mais importantes, e abaixo de frase chamativa, nada menos que nove fotos preenchem a página, registrando em detalhes a visita do ministro Waldemar Falcão à capital.

O ministro visita mocambos; o ministro conversa com mocambeiros; o ministro dá milho às galinhas; o ministro conhece as vilas operárias construídas pela interventoria; o ministro discursa. É mais linguagem de cinema e das histórias em quadrinhos que propriamente de jornal: os quadrados contam, cada qual, pequena passagem da estada do ministro pela cidade, e num relance mesmo o

<sup>85</sup> O ministro Waldemar Falcão visitou, hontem, novas obras de assistencia social. Folha da Manhã, Recife, 19 de dezembro de 1939, edição vespertina, p. 05.

leitor preguiçoso poderá ter noção dos principais aspectos dessa visita. Mais abaixo, para os mais afeitos à leitura, segue uma nota explicando, uma por uma, todas as fotos.

Essa manchete consegue ilustrar bem o volume de imagens que compunham as capas da Folha da Manhã. Há, contudo, um porém: ela se apresenta muito certinha e arrumada, os quadradinhos todos formando um quadrado maior. O estilo mais comum, entretanto, era um pouco menos organizado.

Um significativo exemplo do estilo ilustrativo da Folha encontra-se ao lado, dilúvio de imagens a se sobreporem, excesso de informação visual. Ao invés dos bloquinhos arrumados lado a lado, como na capa anterior, aqui as fotos esparramam-se pela página, e como o intuito é mostrar a multidão aclamando o Estado Novo, a própria página apresenta-se apinhada de gente, bandeiras, passeatas... e, claro, slogans.

O imenso “DECRETADA A JUSTIÇA DO TRABALHO” serve de borda às figuras, e o leitor num simples passar d’olhos já conseguirá relacionar o júbilo dos trabalhadores em passeata ao motivo de sua alegria – o tal decreto.

É digno de nota como as figuras-mor da política daquela época também são relacionadas ao todo fotográfico: no canto direito da composição discursiva Agamenon Magalhães, promotor local do evento, e mais abaixo, quase como um ícone, o clichê do sorridente presidente Vargas: a Justiça do Trabalho fora um decreto seu, e por isso sua foto estava no meio da matéria; ao mesmo tempo, sua presença se explicava pelo cordial gesto de agradecimento do supremo

<sup>86</sup> Folha da Manhã, Recife, 03 de maio de 1939, edição matutina, p. 01.

mandatário da nação: “O PRESIDENTE AGRADECE AS HOMENAGENS DO TRABALHADOR PERNAMBUCANO” ocupa toda a cabeça da página, mais alto que o nome do jornal, mais alto que o interventor, mais alto até que os próprios trabalhadores em desfile. Getúlio é sempre o mais importante.

Outra importante utilização da fotografia na Folha da Manhã, e por extensão no Veranico, era na elaboração da imagem dos políticos pernambucanos.



87

Vejamos esta manchete de primeira página, destaque absoluto. Alguma grande obra no Estado? Um discurso de Vargas? Novas reuniões para evitar a guerra mundial? Não, nada disso. Apenas um ato de generosidade desprendida: apiedando-se dos mais pobres, um casal pernambucano distribui pães para saciar ao menos um pouco de sua fome. Atitude meritória, merecedora de destaque. Inda mais quando o generoso casal são ninguém menos que o interventor Agamenon Magalhães e senhora.

Desde cedo, a cena da distribuição era preparada. Em grande mesa no terraço do Palácio da Interventoria, pães foram arrumados com jeito e cobertos com uma fina toalha de linho, afastando moscas e outros insetos – comuns, num

---

<sup>87</sup> Folha da Manhã, Recife, 16 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

dia quente e ensolarado como este. Às 9 horas da manhã iniciava-se a distribuição. Ao lado do interventor e de sua senhora, Antonieta, estavam esposas de alguns dos mais destacados políticos pernambucanos – o prefeito Novaes Filho, além de secretários – e um representante da Igreja.

Em pacata fila, os pobres, os famintos, os necessitados esperavam pelo seu momento de serem atendidos. Esperavam muito tempo, mas cada um saía com seu pequeno pacote de esperança: um pão e dois mil réis em dinheiro, óbolo alegremente concedido pelo interventor.

A esta narrativa tranqüila, porém, seguiu-se um sabor de suspense, pois “*nos portões do palacio, pouco a pouco, augmentava o numero de pedintes humildes*” e “*em dado momento, os pães previamente estabelecidos para distribuição teve o seu stock esgottado... e augmentava o numero de pobres*”<sup>88</sup>. E agora? Voltariam os coitados para casa sem a ajuda que por tanto tempo esperaram? Passariam fome justo neste dia em que tantos foram contemplados?

Não, não passariam. Não passariam porque o “*prof. Agamemnon Magalhães generosamente*” ordenara a abertura dos portões do palácio, permitindo a todos se alojarem em suas dependências. Uma vez lá dentro, ainda que não se tenha repetido “*o milagre da multiplicação dos pães mysteriosa e divinamente operado*”, ninguém passou fome: uma “*nova remessa foi pedida às padarias e todos os pobres tiveram o seu modesto obulo*”<sup>89</sup>.

A Folha da Manhã, justamente em sua mais popular encarnação (a vespertina), deu ao gesto de Agamenon Magalhães um enorme destaque: manchete de primeira página, fotos. Logo acima deste conjunto, “*Pães dados aos pobres*”, berrava o cabeçalho em letras garrafais, enquanto pouco mais abaixo se lia “*Um Generoso Gesto Do Interventor Federal no Estado*”.

A ilustração da manchete foi composta por várias pequenas fotos, genericamente explicadas como “*aspectos da distribuição de pães*”, mas dentre todas uma, apenas uma recebeu menção particular na legenda: era a Sra. Agamenon Magalhães, dona Antonieta, “*entregando um obulo a uma pobre mulher*”.

---

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Ibidem.

Notável observarmos como a candura transborda de cada linha, de cada parágrafo desta matéria, inundando de açúcar e caramelo as vistas dos seus leitores, edulcorando a já excessivamente incensada imagem do líder do governo estadual, ressaltando-lhe, desta vez, uma qualidade que até então tinha sido pouco salientada: sua caridade, uma nobre virtude, particularmente para os cristãos devotos, assim como o interventor; mas o que a maioria dos fiéis não possui é um jornal para trombetear seus atos generosos.



90

No Evangelho de Marcos, Cristo censurou os ricos de Jerusalém, que enchiam de moedas de ouro a caixa de doações de templo e o faziam com ostentação, mostrando à audiência suas ricas contribuições. Como eles, Agamenon cumpriu com semelhante estardalhaço sua obrigação religiosa. O óbolo, deu-o contemplando-se, admirando-se, vangloriando-se de sua própria bondade.

Uma pequena, porém significativa, notícia acompanhava a fotografia da manchete, e procurava não deixar sombra de dúvida sobre a grandeza daquele ato. Ela segue, toda, em cândido diapasão, celebrando as virtudes cristãs do feito bem como dos benfeitores: “*Que alegria*”, afirma o articulista, “*para os humildes beneficiados, cada um com seu pão e sua moeda!*”<sup>91</sup>.

Agamenon Magalhães poderia ter sido como a viúva de Jerusalém, discretamente doando sua esmola para os pobres. Inversamente, preferiu a repercussão, a ribalta, as luzes, enfim, que a imprensa concede aos fatos que escolhe noticiar, e fê-lo para granjear a simpatia do público: duma única feita, mostrava-se generoso, distribuindo esmolas aos necessitados; bom marido, por

---

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> Ibidem.

acompanhar sua esposa nesta tarefa; magnânimo, escancarando os portões de seu palácio aos pobres e encomendando ainda mais comida para eles.

Nesta reportagem, o interventor deu-se ao uso da máscara da generosidade, do bom cristão. Apresentou sua faceta *mahatma*, “a ‘grande alma’ (...) humano, simples, acessível ao povo, compreensivo diante de suas dores e fazendo o possível para amainá-las”<sup>92</sup>. Era uma entre as várias máscaras que utilizou ao longo de sua interventoria. A foto, a destacada foto de manchete reforçou a glicose do texto.

Jujú e seus colegas eram uma peça fundamental para a elaboração da imagem que o Estado Novo pernambucano apresentava aos seus comandados, aos seus cidadãos. O regime, através do seu jornal, celebrava a força e o poder dos artistas da câmera – e, ao mesmo tempo, vislumbravam seu potencial perigo.

O fotógrafo era um elemento ubíquo na paisagem local. “Ao sol ou á chuva, durante o dia ou durante a noite, rompendo a madrugada ou clareando o dia, todos [repórteres fotográficos] estão firmes”<sup>93</sup>. As solenidades, os eventos, seu faro “*demoniaco*” consegue perceber a distância, acorre e aponta sua máquina. Um zumbido e um clarão – inflamou-se o magnésio. O instantâneo da vida foi capturado. Quase como uma fera à espreita, um gavião que arrebatava um pintinho.

Os fotógrafos são apresentados como possuidores de tamanho poder que “*mesmo diante do presidente Vargas*” eles não se intimidam: “*Levanta o braço e manda que o chefe do Estado, por exemplo, não sorria. E é obedecido*”<sup>94</sup>. Em seu trabalho, ninguém lhe faz sombra, ninguém discute; são os senhores incontrastáveis do registro do presente, pois “o ‘clichê’ (...) ainda é uma das coisas mais caras”, e o preço para preservar-se, em seu melhor, à posteridade é obedecer ao pequeno ditador de dedos queimados pelo magnésio.

Observemos o esforço da pena de Raul Bello em afirmar a condição fortuita da foto do velhinho: em pretendido golpe de sorte, Jujú o teria surpreendido lendo

---

<sup>92</sup> SOUZA NETO, José M<sup>o</sup> G. de. *Engenho de sons, imagens e palavras: ditadura e propaganda na primeira metade do Século XX*. 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2000, p. 73.

<sup>93</sup> A rua a tyrannia dos photographos. Folha da Manhã, Recife, 10 de maio de 1938, edição vespertina, p. 03.

<sup>94</sup> Idem.

o jornal, sem esperar que, à sua frente, aparecesse, câmera em punho, um fotógrafo do informativo oficioso da interventoria e, com sua objetiva, flagrasse seu momento de prazer. É esse o enredo do artigo; no entanto, a descrição do trabalho do fotógrafo que a própria Folha da Manhã fornece, fala-nos de outras práticas, diferentes. O fotógrafo, diz-nos o jornal, “*chega, olha o ambiente, e arma a sua especie de fôrça (...) é um momento precioso, tanto para o trabalho do artista como para o sucesso da cerimonia*”. Mais que, furtivamente, produzir um flagrante da realidade, o fotógrafo de fato produz essa mesma realidade que afirma de pés juntos retratar sem retoques.

“*O photographo agora é apenas o rei da criação enquanto bate a sua chapa e ganha oito mil réis pelo serviço*”<sup>95</sup>. Ofício bem pago, não há dúvida, pois de sua arte depende o sucesso da cerimônia; depende, no dia seguinte, a manchete gritante do jornal, celebrando o sucesso de mais um evento promovido pelo Estado Novo, de mais uma festa cuidadosamente elaborada e que, desde semanas antes, vinha sendo prometida como um sucesso. A fotografia de primeira página, prova do fato, virá confirmar todas as profecias feitas pelo oráculo de papel e tinta.

Cada um vai sendo arrumado para sair na foto. “*O senhor ahi atraz não ria tanto. O cavalheiro ahi da ponta ponha o cigarro fóra* (...) *‘você não bote a mão na gravata, si não, nem gravata nem mão, sahem na photographia*”<sup>96</sup>. Claro que este tipo particular de cuidado e preparo refere-se às fotos de grupo, de conjunto e não aquelas das multidões e festividades. Mas o próprio artigo reconhece que “*o sucesso da cerimonia*” depende fundamentalmente do trabalho, e esta dependência pode ser estendida a todo o corpo propagandístico que sustentou e deu vida aos primeiros anos da interventoria Agamenon Magalhães.

Sim, mas da mesma maneira que o trabalho do fotógrafo é vital para o sucesso de uma campanha ou de um evento, como toda boa faca de dois gumes é uma arma perigosa, e quando manuseada fora de regras rigorosas o fio amolado pode causar sérios danos. “*A mocinha vem pisando o chão, tic, tic, tic*”,

---

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem.

conta-nos um artigo do jornal, e "o homenzinho gira a manivela da machina, retrata e faz a sua victima (...) A menina sahiu apenas um monstro"<sup>97</sup>

Ah, o perigo da revelação da monstruosidade! O risco que se corre com a lente de uma máquina. "Novos tyrannos!" – assim mesmo, com exclamação e tudo – são os fotógrafos. Tal qual felino agachado, escondem-se nas moitas e esperam pela melhor foto – que não é, necessariamente, a mais abonadora. É caso de polícia, afirma o jornal, que deve proibir "o serviço dos photographos de rua" porque o "Recife está se tornando a cidade mais feia do mundo" graças aos fotógrafos.

A receita do Estado Novo para os profissionais das câmeras é a mesma para todo o restante da sociedade: uma vez disciplinados, apertados dentro do espartilho imposto, os fotógrafos são elementos indispensáveis para a sociedade, e muito mais ainda para o próprio governo, realçando e salientando os bons combates e as boas obras. Agindo por conta própria, porém, são verdadeiras bestas selvagens, trazendo à tona o que de pior e de mais feio existe na cidade. Essa dubiedade, essa desconfiança, é bem característica das relações estadonovistas.

### **Notícias, invenções, omissões (e outras troças) Jornalistas, vigaristas: coisas nossas**

No dia 15 de março de 1939 um rapaz apresentou-se voluntariamente para o serviço na Brigada Militar de Pernambuco<sup>98</sup>, a força policial do Estado. Mais um entre muitos. Natural do Recife, não tinha nada que lhe chamasse muito a atenção: a face glabra, ainda imberbe apesar dos seus vinte e dois anos; moreno, de cabelos castanhos lisos e olhos castanhos. Distinguia-se, porém, do restante da tropa que se engajava naquele dia por apresentar formação mais sólida que a maioria dos seus colegas. Lia, escrevia e tinha um ofício, sapateiro. Djalma era o seu nome.

Aparentemente, Djalma apresentava todas as condições para ser um policial exemplar: jovem, bem formado, forte e mais alto que a média dos candidatos

---

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Registro de assentamento de praças efetivas e agregadas. Brigada Militar de Pernambuco – Cia. Escola de Fuzileiros anexo ao Primeiro Batalhão Livro nº 12, soldado nº 82, p. 01, 64.

daquele tempo; a primeira impressão não poderia ter sido melhor, como de fato foi: constava em sua pasta individual no primeiro dia “*Bôa Conduta*”<sup>99</sup>. Apesar disso tudo, sua carreira na Brigada Militar foi breve, não chegaria a durar sete meses, e em outubro do mesmo ano seria desligado do efetivo.

Não era o tipo de sujeito que levava desaforos para casa, e muito pouco depois de completar um mês dentro da corporação, no dia 17 de abril, já cumpria cinco dias no xilindró do quartel: às “*13,15 horas, no alojamento das praças*” dera “*uma tapa no rosto de seu companheiro Agrício*”. Nem bem um mês se passara desde sua última visita ao xadrez e, de novo, era recolhido: trocara “*injúrias com seu companheiro, Antenor (...) ontem às dezesseis horas, quando em formatura para a instrução*”<sup>100</sup>.

A forte personalidade, o individualismo vigoroso que caracterizavam o jovem recruta não permitiram sua adaptação à vida castrense. Mas, Djalma possuía, também, outros hábitos que acabariam por complicar ainda mais sua estada dentro da corporação: ele era homossexual. Manteve sua vida sexual (possivelmente até dentro do quartel) apesar e a despeito das enormes restrições que o regimento apresentava para seus componentes dessa orientação. Ao final, foi expulso da Força pela “*prática atos de depravação moral*”<sup>101</sup> – a pederastia passiva constante como crime no artigo 59 Regulamento Disciplinar da força policial.

Mas este último ato, sua expulsão, foi apenas o coroamento de uma carreira de inconformismo, de rebeldia via a vis as normas militares, e antes de ser definitivamente excluído da polícia pernambucana o praça protagonizou um feito insólito: no dia 17 de julho, findo o rancho, a refeição do quartel, Djalma retornava aos alojamentos quando ouviu os batuques virados de um maracatu que passava. E seguiu dançando.

As limitações para um recruta dentro do quartel são consideráveis, e o Regulamento Disciplinar é claro quanto às obrigações que o soldado tem uma vez fardado. O praça será punido, por exemplo, se vier a “*portar-se sem compostura*

<sup>99</sup> Pasta individual. Classificador 9026. Caixa 662.

<sup>100</sup> Registro de assentamento de praças efetivas e agregadas. Brigada Militar de Pernambuco – Cia. Escola de Fuzileiros anexo ao Primeiro Batalhão Livro nº 12, soldado nº 82, p. 1, 64.

<sup>101</sup> Pasta individual. Classificador 9026. Caixa 662.

*no quartel*<sup>102</sup> ou se “*ofender a moral e os bons costumes, por atos, palavras e gestos*”<sup>103</sup>

Sem atentar a tal natureza de regras, às restrições que sua condição de militar lhe impunha, sem se preocupar com coisa alguma que não seu prazer, portou-se “*de modo inconveniente, sem compostura, dansando ‘maracatu’ quando em forma*”<sup>104</sup>. O desejo pelo passo falara, neste momento, mais alto que o peso da farda.

Homossexual, brigão, indisciplinado. Um Madame Satã no mais recôndito seio da interventoria, sua Força Policial. Toda a história de Djalma, cada vírgula, é uma notícia em potencial, um “*acontecimento que irrompe na superfície da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais (...) um acontecimento de natureza especial*”<sup>105</sup>. Existe algo mais inusitado que um soldado, em plena forma, dispersar-se de seu batalhão e seguir um maracatu? E apesar de todo este conteúdo suculento, do horizonte de possibilidades que um caso desta natureza abre para a exploração jornalística, a Folha da Manhã, tribuna paladina da moral e dos bons costumes do Estado Novo pernambucano, não mencionou palavra sobre o fato. Nada.

Rememoremos algumas das possibilidades, dentro da abordagem estadonovista de mundo, que o episódio poderia representar: a expulsão de um homem declaradamente homossexual certamente serviria de apoio ao forte acento na família que marcava a propaganda oficial; era, ao mesmo tempo, um indisciplinado, alguém que não se enquadrava nos ditames das instituições, exemplo modelar de pessoa não teria lugar dentro da sociedade, devendo ser extirpado como algo ruim; até mesmo o maracatu que inspirou Djalma a dançar seria interessante para a propaganda oficial, pois mostraria como os ritmos africanos – “*barbaros*”, nas palavras de José Campello<sup>106</sup> – eram negativos à moral e à disciplina popular. Nenhuma dessas oportunidades, porém, foi

---

<sup>102</sup> **Força Policial de Pernambuco**. Regulamento Disciplinar (R.D.). Recife: Oficinas Gráficas da Força Policial, 1942, p. 18.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Pasta individual. Classificador 9026. Caixa 662.

<sup>105</sup> MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.), *op cit*, p. 312.

<sup>106</sup> “*o samba, o maracatu e outras expressões barbaras ou puramente genesicas da musica no seu estado primitivo (...) são incompativeis com a educação artistica e moral do povo*”. CAMPELLO, José. Folha da Manhã, Recife, 08 de junho de 1938, edição matutina, p. 03.

aproveitada e tudo permaneceu enclausurado e mudo, dentro dos arquivos da polícia.

O caso Djalma nos diz muito a respeito da natureza de um jornal, das notícias que ele reporta. Longe de retratar a realidade em sua mais pálida nudez, sem as sedas e os cetins diáfanos da parcialidade, o que os jornalistas fazem é, exatamente, cerzir estes tais panos, copiar palavra por palavra a realidade e, ainda assim, redigir um texto completamente diverso dela. Como Pierre Menard, o autor do Quixote.

O Veranico é, como um todo, baseado exatamente nestes textos, nas transformações da realidade que os repórteres operavam na Folha da Manhã – exageros, omissões, distorções, deformações, embelezamentos e enfeamentos –, um enredo bem urdido, onde cada notícia, cada artigo, cada pequeno texto que forma, ao fim, o mosaico de celulose e tinta que é a página de um jornal tinha uma razão de ser.

Longe de simplesmente reportar histórias com potencial noticiável, o jornalista, num trabalho de enredo, cria e elabora tal potencial<sup>107</sup>, em acordo com a empresa em que trabalha. O caso Djalma, por mais apropriado que pudesse ser, ao reforçar o estoque de estereótipos e preconceitos e contra-exemplos que permitiam a ilusão do tempo bom, era perigoso demais para ser divulgado: era sexualizado demais, indisciplinado demais, desobediente não somente às regras humanas como também às leis divinas. O homossexual, por exemplo, não deve ser visto, não deve sequer ser citado, nem mesmo como antiexemplo – aplicava-se-lhe a norma da mulher grega, sobre quem não se deve falar nunca, nem bem nem mal. Algo que não deve ser visto. E. justamente por isso, não pode ser notícia.

Por outro lado, por às escâncaras, em pleno jornal, que mesmo dentro do cor mais íntimo da interventoria, de seu braço armado, existiam problemas, talvez fosse arriscado demais – como sabemos, a essência do Veranico é negar os problemas, o rei jamais poderia ser flagrado em sua constrangida nudez. Podiam

---

<sup>107</sup> “O status de notícia só é dado às ocorrências que se situam no interior de espaços e tempos supostos legítimos pelos profissionais” (...) “uma moldura determinada e arbitrária é aplicada sobre a realidade”.  
MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.), *op cit*, p. 55.

até haver desafios para o futuro, mas problemas, não. Estes teriam sido solucionados pela clareza de visão e pela dedicação das lideranças que assumiram o poder em novembro de 1937.

Se toda a propaganda oficial pisava e repisava a idéia de que não havia dificuldades em todo Estado, imaginemos se elas seriam reconhecidas dentro do próprio âmago administrativo? Por tudo isso, o caso Djalma foi mantido detrás das cortinas piedosas do silêncio, enclausurado nas pastas do arquivo morto, excelente exemplo de como funcionava a produção do Veranico, de como as notícias eram selecionadas cuidadosamente, e de como só eram publicadas reportagens que coubessem dentro de um figurino restrito, atendendo às necessidades da interventoria de tornar popular sua administração e tentar controlar as consciências dos seus leitores.

Observemos esta questão por um ângulo diverso: o que a polícia representava para a interventoria e o seu líder? Da mesma forma como cada evento era preparado para exalar sucesso, assim também o eram as instâncias administrativas do governo estadual. Desde os primeiros meses de gestão, a tônica tinha sido repetir e repetir o sucesso em todas as áreas onde o Estado Novo sentasse suas mãos. Os Midas políticos que Agamenon Magalhães recrutara para seu governo afirmavam conseguir, em questão de meses, o que seus antecessores (por falta de boa vontade, incompetência, corrupção ou congêneres) foram incapazes de realizar por anos a fio. E neste contexto, a Secretaria de Segurança Pública tinha um importante papel a representar.

Na condição de criadora de “*um ambiente favorável á paz publica*”<sup>108</sup>, a Secretaria era responsável pela busca incessante da moral, elemento indispensável ao tal ambiente a que nos referimos, combater os “*habitos ditos nocivos*”<sup>109</sup> (prostituição, os “desregramentos” nas nas praias e locais públicos, os jogos de azar proibidos, e assim por diante). Em particular, uma divisão desta secretaria, a Delegacia de Vigilância Geral e Costumes, era tida em mais alta

---

<sup>108</sup> ESTADO DE PERNAMBUCO. **O govêrno Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública.** Recife: Imprensa Oficial, 1939. p. 02.

<sup>109</sup> Idem, p. 20.

conta pela interventoria, pois vinha prestando “*uma inapreciável assistência á preservação dos costumes*”<sup>110</sup>.

Toda propaganda feita sobre o trabalho desta secretaria versava sobre um tema central: a eficiência absoluta. Para combater os freqüentes acidentes de trânsito, por exemplo, que envolviam motoristas particulares e principalmente afoitos passageiros de bonde, a criação da Delegacia de Trânsito foi “*uma providencia para o completo exito da policia de trafego*”<sup>111</sup>; na Casa de Detenção, não apenas “*foram introduzidos diversos melhoramentos*” como houve “*grande redução nas suas dotações orçamentarias*”<sup>112</sup> – sucesso amplo em todas as frentes, como se vê.

Como vimos, a divulgação dos feitos e das conquistas desta secretaria em particular era um forte petardo propagandístico, que a interventoria apontava para a sociedade. Destarte o interesse que o caso Djalma poderia suscitar, seu potencial como elemento educativo das massas, a exposição de chaga tão aberta poderia por em risco todo o edifício de seriedade que vinha sendo construído em torno da segurança pública de Pernambuco. Bem medido e bem pesado, o silêncio era mais interessante que a pública exposição da vergonha. Um exemplo clássico do esforço em fazer a população acreditar que algo não existe quando, de fato, está ocorrendo<sup>113</sup>. Nessa situação, a bem da imagem do governo, e prol de toda sua estratégia de divulgação e criação de um ambiente favorável à sua existência, dados foram suprimidos do conhecimento público, e uma história com todo o perfil de “furo de reportagem” foi silenciada<sup>114</sup>.

---

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>113</sup> Existem três tipos básicos de “*operações da mentira*”, ou “*os diferentes tipos de transformações que o autor da mentira aplica à representação da realidade (...) – fazer acreditar que não existe uma coisa que existe; - fazer acreditar, ao contrário, que existe uma coisa que não existe; - deformar coisa que existe*”. DURANDIN, Guy, *op cit*, p. 59.

<sup>114</sup> Supressão de materiais: “*dissimular a existência de uma coisa ao escondê-la, ou destruindo objetos, vestígios ou documentos*”. Idem, p. 107.

### **A abelha rainha e os instrumentos de seu prazer**

Agamenon Magalhães escreveu certa vez que o teatro era escola do bem e do mal, dependendo de quem o usasse. Assim também o era o jornal. De um lado, os articulistas expunham os bons exemplos de disciplina, fé e ordem, mostrando, ao mesmo tempo, contra-exemplos de baderna e agitação que o Estado Novo já havia antevisto e combatido com vigor. Tais contrapontos eram expostos claramente para que os leitores não se confundissem observando um e outro. Antes de informar os seus leitores, a Folha da Manhã desejava formatá-los, moldá-los à sua maneira, exercer sua influência sobre suas vidas, persuadi-los. A informação pela informação, pelo simples ato de conhecer, não tem sentido. Se reportava as últimas notícias da Guerra Civil Espanhola, por exemplo, o lado que ganha ou o lado que perde, interessava menos aos redatores que o significado de cada uma destas partes beligerantes para a população pernambucana. Assim, o Generalíssimo Franco não era apresentado como simples combatente, mas antes como verdadeiro cruzado a enfrentar anticristos e bestas-feras em sua luta pela defesa do país ibérico e da Igreja – noutras palavras, um elemento modelar dentro da perspectiva do Estado Novo; suas contrapartes, comunistas e liberais, nada mais representavam que anticristos e bestas-feras, objeto do ódio de todo bom cristão.

O interventor Magalhães gostava de se dizer um homem de hábitos pacíficos e calmos: nos seus muitos artigos, revelava (como se levantasse a diáfana cortina de linho branco que separava sua vida privada da rotina de homem público) gostar de leituras, geralmente livros de conhecimento, mas às vezes até mesmo um romance. Adorava longas caminhadas ao ar livre, observando a cidade e seus tipos, alguns em extinção outros em pleno florescer. Esses momentos revelam-se significativos para nossa compreensão da visão de sociedade que este político pernambucano cultivava.

A palavra disciplina estava sempre presente nos seus discursos. Uma constante. Martelava a cada momento a necessidade fundamental de organização, do comprometimento do indivíduo com o social. Este tipo de visão

estava bem fundamentada nas teorias políticas onde o interventor abeberara e tomara inspiração – o cooperativismo italiano e o antiliberalismo militante. Note-se que contra o individualismo egoísta, ele propunha uma sociedade cooperativa e solidária, onde o espaço do ego era visivelmente reduzido.

Mas voltemos à sua caminhada: em alguns desses passeios o observa os operários. No devaneio agamenosiano, o Recife é uma “*cidade de abelhas*”, uma colméia. Nas primeiras horas do dia surgem os operários. Eles estão por toda parte, verdadeiro enxame de 17.000 operários<sup>115</sup>. Mesmo que os bondes estejam superlotados, como ele próprio afirma, as disciplinadas operárias não titubeiam: sobem. Não se pode parar, há o dever a cumprir.

Nas portas das indústrias, colméia dessa gente-abelha, o enxame aguarda ansioso. Há que se esperar o sinal de entrada, a regra os comanda, e quando o apito das fábricas vem ferir os seus ouvidos é “*recebido com alvoroço*”<sup>116</sup>. O som ouve-se ao mesmo tempo de todas as direções... e como poderia ser diferente? Não fora dessa forma, talvez algum dos zangões não ouvisse o chamado do dever. Todos entram, as máquinas rodam, as operárias produzem seu mel: tecidos, doces, conservas, óleo, cigarros, peças. Isso sem contar as vespas do comércio e as mamangabas dos transportes, seres de diferentes espécies, mas igualmente ocupadas e imbuídas daquele mesmo espírito cooperativo. Até as 16 ou mesmo 18 horas, elas estarão em seu fado, produzindo.

A saída das fábricas é igualmente ordenada, “*um espetáculo que procuro assistir, de quando em vez, nos diferentes suburbios da Capital*”<sup>117</sup>, afirma a abelha-rainha interventor, zeloso monarca a observar os pontos de bonde cheios de operárias e zangões cansados esperando o transporte para retornar às colméias. O espetáculo terminou, mas apenas por enquanto, pois logo o sol nascerá e todo trabalho terá início uma vez mais. Elas “*vôam todas as manhãs para ganhar o salario, em troca do mel, que produzem para a comunhão brasileira*”<sup>118</sup>.

---

<sup>115</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Cidade de Abelhas. Folha da Manhã, Recife, 29 de maio de 1938, edição matutina, p. 01.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> *Ibidem*.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

Magalhães festeja o fato da cidade do Recife ser caracterizada pelo trabalho “intensíssimo”. Neste quadro, qual o problema que ele aponta? Exatamente aqueles fora do enxame. “*Brações desocupados, doentes e indigentes*”<sup>119</sup> que, homessa, não tinham arte nem ofício. Destoavam do belo espetáculo das criaturas aladas e trabalhadoras, faziam a cidade ter aparência de “formigueiro”: sujo, escavado na terra. Era exatamente esses invasores que tinham de ser exterminados.

Agamenon gostava de imagens entomológicas. Talvez porque os insetos, em seu diminuto tamanho, têm muitas vezes de combinar suas forças. Notável que o interventor nunca se refira a insetos solitários: não há citações, por exemplo, a um louva-deus, minúsculo e poderoso predador que agarra suas vítimas com suas pinças dianteiras; ou a borboletas, que parecem competir entre si para saber qual é a mais bela. Não, as citações são sempre de insetos sociais. Algumas imagens são positivas: operários-abelha atarefados, ou o jornal Folha da Manhã como uma nuvem de gafanhotos em revoada. Outras nem tanto: aparentemente o interventor não gostava muito das formigas, sempre contra-exemplo de seu discurso: recorria, por exemplo, ao velho adágio popular quando queria desfazer da democracia: “*formiga quando quer se perder cria asa*”.

Suas metáforas entomológicas reforçavam a sociabilidade e a obediência dos seus comandados. Erasmo de Rotterdam, séculos distante do Estado Novo, já observara o quanto a vida dos insetos pode ser estimulante objeto de observação social. Sua prosa, rica em fina ironia, escrutinava o modo de viver dos seus contemporâneos, e afirmava que apenas aqueles livres de qualquer espírito especulativo, os loucos portanto, seriam realmente felizes. O ato contínuo de obedecer às ordens ditadas seria um exemplo de suprema felicidade, sem constrangimentos, reflexões cansativas e ineptas, apenas o mais puro autocontentamento: “*são perfeitamente felizes os homens que, sem ter qualquer relação com as ciências especulativas e práticas, têm como único guia a natureza,*

---

<sup>119</sup> Ibidem.

*a qual não possui nenhum defeito e nunca deixa que se percam os que seguem fiel e exatamente seus passos*<sup>120</sup>.

Ora, a chave da verdadeira felicidade era seguir a natureza sem questioná-la jamais. Feito isso, jamais se perderiam. O que faziam as figuras retratadas na crônica do interventor? Especulavam, por acaso, o sentido de sua presença em bondes apinhados? Interrogavam-se quanto ao seu papel diante dos portões ainda fechados das fábricas? Não, de maneira alguma. Seguindo sua natureza, segundo nos faz querer perceber o autor, prostravam-se sólidos como os arrecifes das costas pernambucanas, prontos a cumprir o seu dever.

Além do dever cumprido, essas operárias também iriam usufruir a incomparável liberdade do não-pensar. Erasmo salientou em sua crítica que, embora *“nem sequer possuam todos os sentidos do corpo”*<sup>121</sup>, não há animal mais feliz que as abelhas, e nem Platão conseguira formular República mais perfeita que sua colméia. A felicidade não está nos olhos da amada, tampouco é orvalho em pétala de flor. É algo bem menos poético, nada individual, e nem mesmo os cinco sentidos básicos são realmente necessários para se viver e ser feliz. Basta saber seguir as ordens com afinco, e a natureza (ou a política) fará o resto.

Ser uma abelha trabalhadora é ser feminina e estéril, informou-nos o articulista A. de Caldas Lins em texto redigido especialmente para a Folha da Manhã<sup>122</sup>. Os pequeninos insetos não são meros animais, e sim exemplos, modelos de vida a serem seguidos: *“o trabalho, como o pratica a abelha, é que é o trabalho útil que se faz mister imitar, para regenerar o homem e transformar os povos”*<sup>123</sup>.

Ser uma abelha é almejar unicamente ao *“progresso e ao desenvolvimento da colmeia”*, executando *“todos os misteres necessarios”* para tanto; é entregar-se *“unicamente e inteiramente ao trabalho”*; é desconhecer a preguiça, a indolência, o ódio, a inveja, *“a falsidade e a vilania, o orgulho e a soberba, o egoismo e a*

---

<sup>120</sup> ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 65.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> LINS, A. de Caldas. A abelha e o trabalho. Folha da Manhã, Recife, 07 de abril de 1939, edição matutina, p. 02.

<sup>123</sup> Idem.

*ambição*”; é abdicar, por fim, a todos os “*vícios e defeitos existentes nas sociedades e, mais triste ainda, até mesmo no seio das famílias*”.

Notável a esterilidade deste paraíso mecânico. A regeneração do homem e a transformação dos povos passariam pela destruição da individualidade, das centelhas que fazem de cada ser humano algo único. Para que a segurança e a perfeição fossem atingidas, toda a criatividade, toda a espontaneidade seriam expulsas das sociedades, vida-relógio com trabalho e diversão determinados em tais e tais dias e horas, nada além disso. “*O homem tornou-se realmente o senhor das abelhas, senhor furtivo e ignorado, que dirige tudo sem dar ordens, e é obedecido sem ser reconhecido*”<sup>124</sup>.

Como as virgens na sagração da primavera; como os carneiros que os patriarcas tomavam pelos cornos, sangrando-lhes a jugular para depois queimá-lhes em holocausto, enchendo de prazer a Jeová, cujas narinas eram tomadas pelo cheiro de sua gordura queimando. Assim também deveriam ser os trabalhadores no paraíso estadonovista que o jornal desenhava; há certo tipo de “*grande dever comum com o futuro*” peculiar também aos enxames de abelhas<sup>125</sup>, um abdicar dos próprios desejos e vontades em prol do bem comum da grande colméia, seguindo as ordens da abelha-mãe-rainha – em nosso caso, Agamenon Magalhães e grande elenco.

Essa proposta foi reforçada por um outro artigo um pouco menos entomológico<sup>126</sup>. Desta vez, o interventor nos toma pela mão e nos leva a uma escola, o Grupo Escolar João Barbalho, velho conhecido dos leitores das suas crônicas. O autor afirma que o contato com as crianças alegria a alma dos adultos, e olhando para o pátio cheio, barulhento, pergunta-se o que virá a ser daquelas crianças... quantos cientistas brotarão dos pequeninos corpos que neste momento ocupam-se das brincadeiras próprias à infância.

Somos levados escola adentro, retratada em tintas vivas, vibrantes; sentimos muitas vezes dentro do grupo escolar, ouvindo a algazarra das crianças no

---

<sup>124</sup> MAETERLINCK, Maurice. **A vida das abelhas**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 18.

<sup>125</sup> “*Não é uma emigração cega, mas um sacrifício, que parece raciocinado, da geração presente à geração futura*”. Idem, p. 31.

<sup>126</sup> O que pensam e o que dizem as crianças. Folha da Manhã, Recife, 09 de junho de 1938, edição matutina, p. 16, 09.

recreio, e mesmo em meio às brincadeiras, vislumbramos aqui e acolá lapsos da disciplina social fartamente abençoada pelo interventor. Os meninos, “*pela propria natureza do sexo*”<sup>127</sup> apresentam-se mais violentos, mais ativos. Conduzem folguedos mais agitados, desenvolvendo sua natureza dinâmica: barras, malabarismos. Em ano de Copa do Mundo de Futebol – e à altura deste artigo o Brasil sonhava alto com os dribles e o talento de Leônidas da Silva, o Diamante Negro – os pequenos são apresentados fascinados pelo esporte. Escolhe-se um menino, pálido e de olhos vivos como nos dão a saber, e perguntam o que será quando crescer... a resposta é imediata “*Que quero ser? Jogador brasileiro de ‘foot-ball’ p’ra dar em ‘gringo*”<sup>128</sup>.

Discutem futebol, um assunto sério nos diz o autor, mas não “*falam em política internacional*”. Se os meninos se interessam pela seriedade, e se discutem esportes e não política, inferimos a importância das conversas infantis: atém-se ao que lhes é permitido saber e discutir, limitam-se a repetir os bordões nacionalistas: “*os ‘cracks’ brasileiros são os maiores do mundo. E invencíveis!*”<sup>129</sup>. Isso era importante ser conhecido. Serão estes os futuros homens ideais do Estado Novo: esportistas dedicados, nacionalistas, mas com pouca reflexão. Mais abelhas para povoar os enxames que tomavam os bondes todo dia.

Mas o grupo escolar não é composto apenas de garotos, pois lá estavam também as meninas. E como são diferentes! Não se envolvem em brincadeiras pesadas, em jogos violentos, pela própria natureza do sexo poderia ter repetido o autor. Sentam-se à sombra das árvores frondosas, uma touceira de fetos, e deixam-se levar pelas histórias encantadas. Longe das preocupações mundanas, como o futebol, dialogam com fadas, gênios e gnomos.

Para o mais profundo deleite do visitante, eis que um grupo de meninas passa o tempo a costurar. “*A Agulha e a Mulher eram companheiras inseparáveis. Quando a mulher for moralmente sadia é a agulha habil e ligeira*”<sup>130</sup>. Que outro papel poderiam as meninas exercer, senão o de hábeis donas de casa? Sentadas à sombra, panos retesados pelos bastidores, bordam com diligência. Sua única

---

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Ibidem.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> Ibidem.

paixão, dando-se crédito ao texto, é a sua arte. Quaisquer outras preocupações mundanas passam ao largo de suas mentes.

Dentro de todo esse cenário, entre as muitas crianças que brincam e se divertem, uma destacou-se. Uma *“menina e quasi moça”*. Aproximemo-nos dela com cuidado, para não assustá-la, pois está muito distraída, sentada *“num dos degraus da escada do Grupo, olhando não sabemos para que ponto impreciso do céu”*.

Sentada no batente, a menina-moça perde-se em seus devaneios, e apesar da beleza, uma *“sombra melancolica”* cinge-lhe as vistas. *“E você, mocinha? Que deseja ser?”*, indaga-lhe o curioso interventor sobre seu futuro. *“Fabricante de bonecas”*, respondeu-lhe a menina. *“Mas é uma idéia extravagante! Extravagante? As bonecas não fazem mal a ninguém. Não falam nem cantam no rádio”*<sup>131</sup>.

Com que candura é retratada esta menina... podemos quase ver seus satúrnicos olhos a fitar curioso líder político. Já no fim do artigo, ela é chamada de *“gênio”* do Grupo Escolar João Barbalho, quiçá de todos os grupos escolares do Recife. Esta verdadeira metáfora viva agrega elementos dos mais caros à proposta de sociedade apresentada diuturnamente pela Folha da Manhã. Esta garota é, sem dúvida, uma abelha, uma operária que desde tenra idade já sabe exercer bem o seu ofício. Quando lembramos que boa parte das fábricas existente no Recife eram tecelagens, esta menina prepara-se para assumir, talvez ainda adolescente, seu lugar nas linhas de produção. Ainda larva, espera por seu dia de voar.

Além disso, da gênio do grupo escolar não se deve esperar palavra. Bonecas não falam, não expressam opinião. Sentam quietas, são, literalmente, embonecadas com roupas bonitas. São inócuas. Que mal podem fazer, se sequer tem o direito de abrir a boca. Os olhos melancólicos da menina sentada debaixo da árvore também lembram olhos de boneca: estáticos, de brilho falso porque sem vida, botões costurados ao pano.

As bonequinhas não ligam para o rádio, e não deixa de ser intrigante que um regime político que se sustentava de maneira tão declarada nos meios de

---

<sup>131</sup> ibidem.

comunicação considerasse este ambiente algo tão perverso. Escutaria a boneca a Hora Azul das Senhorinhas<sup>132</sup>, programa radiofônico levado ao ar todas as quintas-feiras às 16 horas? Não, certamente. Como também não deve freqüentar os programas de auditório, tão comuns nessa época.

A “pequena gênia” é estabelecida como o modelo para a futura mulher que uma dia chegará a ser. Calma, serena, apartada das coisas mundanas, das modas perversas e voltada para outros interesses.

Será que a gentil tirania de Robert Taylor poderia seduzi-la? Usaria a menina o rubro batom, que provocava guerras e conquistava heróis gregos em comerciais do jornal como este ao lado?



133

Certamente que não. Ou mesmo poderiam servir-lhe de modelo os brilhantes e agateados olhos verdes de Alice Faye, *platinum blonde* dos filmes americanos? Não, não. Nada no mundo moderno atraía a menina-boneca boazinha.



134

Sua única paixão era seu trabalho. Ela não suspira pelos galãs de voz macia que atraem meninas mais afoitas e menos prendadas. A pequena notável vive

<sup>132</sup> “Com uma produção muito bem cuidada, o ‘Hora Azul das Senhorinhas’ procura oferecer o que de melhor existe em termos artísticos no Recife, mesmo sendo, de início, um programa quase que totalmente amador”. CÂMARA, Renato Phaelante da. **Fragmentos da história do Rádio Clube de Pernambuco**. 2ª edição. Recife: CEPE, 1998, p. 75.

<sup>133</sup> Jornal do Commercio, Recife, 11 de agosto de 1942, p. 08.

<sup>134</sup> Lábios que provocam guerras. Jornal do Commercio, Recife, 19 de julho de 1942, p. 03.

para o seu bordado e seu bastidor, e assim deveriam ser todas as meninas. Bonequinhas que não escutam rádio, não falam e não se pronunciam.

### **Choram as sururinas**

Em retrospecto, toda a exaltação da tecnologia, da velocidade talvez venha deixar-nos a impressão de que os artífices pernambucanos do Estado Novo abraçaram sem peia nem pejo o mundo moderno. A contemporaneidade parecia atraí-los e enfeitiçá-los e faziam questão de relacionar a ela os valores mais significativos de sua auto-promoção. O estado é novo e a Folha, moderna. Vapores chegavam de capitais brilhantes, traziam personalidades: Bing Crosby, Orson Welles, Carmen Miranda, Henry Fonda, estrelas maiores de Hollywood visitavam a cidade e, tão logo punham os pés em solo recifense (às vezes até mesmo antes disso), os jornalistas e repórteres galopavam em sua direção, gravadores e microfones a postos, para colher-lhes algumas palavras, declarações, e invariavelmente estas estrelas professavam sua alegria em visitar tão charmosa e progressista cidade.

O progresso era um amuleto, um coringa escondido na manga das lideranças do Estado, e a qualquer momento esta carta poderia ser sacada e utilizada. Mesmo o vetusto Cardeal Leme, rubi cintilante do Congresso Eucarístico e estrela-mor da congregação conservadora, mesmo ele, não deixou de entoar loas ao crescimento e à modernidade da urbe que acolhia o Congresso Eucarístico: Pernambuco, diz-nos o sacerdote, era “*um dos Estados ‘leaders’ da Federação*” com sua capital “*engalanada em festões de estupendo progresso moderno*”<sup>135</sup>. Tal frase não soaria estranha, por exemplo, à repórter Nenê Macaggi e suas deslumbradas declarações.

Seria, porém, errôneo, pensarmos que as lideranças estadonovistas deitavam eterna e esplendidamente sob luzes e sons do mundo moderno. Um dos fatores mais instigantes desse discurso político é exatamente o fato de seus mais destacados representantes aliarem ao progresso mais dinâmico e feroz o mais resolutivo passadismo, declarado banzo por um passado que já se fora.

---

<sup>135</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1940, p. 72, 73.

Assemelhava-se, muitas vezes, uma imagem feita a partir de peças de dois ou mais quebra-cabeças: elas até que se encaixam, mas não formam desenho único, pois contrastes e choques aparecem com força – e a figura, uma vez montada, não parecia com o modelo na tampa da caixa do brinquedo. Seria possível, de alguma maneira, conciliar duas visões tão antagônicas? Casar o fascínio das altas chaminés com as grotas pequeninas? Os salões brilhantes com o sertão enluarado? Os tapetes vermelhos com as folhas secas que o luar branqueja pelo chão? As efervescentes *jazz bands* com o canto do galo, triste e soluçante? Seria possível?

Lendo os jornais, as crônicas, os discursos e as opiniões das principais lideranças pernambucanas do período, a resposta seria: não. Ocorreu, na propaganda estadonovista, um perfeito diálogo de surdos. Numa página do jornal o prefeito do Recife exaltava o crescimento da cidade que administrava; na folha seguinte, por sua vez, estava um secretário de Estado louvando a antiguidade, suas mais puras virtudes e a necessidade de a elas retornarem. Não havia propriamente uma interlocução entre estas duas correntes. Elas não se falavam. Uma e outra simplesmente apareciam nas páginas e discursos e transmissões.

Ninguém, todavia, aparecia mais esquizofrenicamente dividido que o próprio interventor; oscilando em meio à luta dos seus dragões de biombo. Exercitando um olhar egípcio, Agamenon não aparentava perceber tão diferentes posições e pendia, ora para um lado, ora para o outro, num precário equilíbrio. Defendia o progresso econômico. Almejava o Recife como grande metrópole. Envergava, sempre que podia, fraque alinhado para atender às grandes recepções. E ainda assim sentia uma enorme saudade dos idos tempos, das coisas supostamente mais simples que no passado residiam. Sertanejo sem sertão, pomo agreste em pleno litoral, chorando a viuvez das sururinas, embora sururinas já não mais houvesse para serem choradas.

Agamenon Magalhães não era, contudo, mero saudosista. Era, isso sim, crítico feroz do mundo contemporâneo e importante referencial do pensamento tradicionalista<sup>136</sup>.

Num de seus artigos, o interventor permitiu-nos perceber uma de suas influências. Era setembro de 1939, e da sacada do Palácio do Governo, Magalhães assistia mais um evento que compunha a Congresso Eucarístico Nacional, a realizar-se no Recife: a *“passagem da imagem de Nossa Senhora de Nazareth, conduzida, em triumpho, pelos peregrinos do Pará e os catholicos de Pernambuco”*<sup>137</sup>. Nesse momento de gozo, o político pernambucano relacionou o regime que representava localmente, o Estado Novo, ao mundo que Nicolau Berdiaeff, um intelectual conservador russo, preconizava em seu livro – *Uma Nova Idade Média*, mesmo nome do artigo do interventor.

Na interpretação de Agamenon, o nó górdio da ordem mundial não era de natureza política: *“trez quartos dos problemas de Estado, no mundo contemporaneo”*, afirmava, são de natureza moral, e quando a moral não caminha bem é porque a religião foi deixada de lado, em prol de valores outros – humanísticos, liberais, socialistas, e assim por diante.

O Congresso Eucarístico – como de resto, toda política local – é encarado como um protesto contra a sociedade laica, *“contra o homem que se esqueceu de Deus e procura fora das normas christãs da caridade e da justiça, resolver os problemas humanos”*<sup>138</sup>. Essa vertente conservadora é um dos aspectos mais relevantes de toda estrutura de propaganda institucional.

Em seu texto, Berdiaeff deixa claro que tal liberdade a que se referiu o interventor – a liberdade dos seres humanos encararem seus problemas como terrenos e não como divinos – causa-lhe verdadeiro pavor. O homem sem a divindade seria incapaz de produzir o que quer que seja. Mesmo os artistas do Renascimento só teriam sido capazes de produzir suas grandes obras-primas

---

<sup>136</sup> Tradicionalismo: *“tendência à adesão ao passado e ao medo à inovação”*. DIAS, Romualdo, *op cit*, p. 33.

<sup>137</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Nova Edade Media. Folha da Manhã, Recife, 02 de setembro de 1939, edição matutina, p. 03.

<sup>138</sup> Idem.

graças ao “estoque” de energias espirituais acumuladas durante a Idade Média, para o autor um momento substantivo da História humana<sup>139</sup>.

A liberdade experimentada desde o século XV, as possibilidades que o pensamento humano mais e mais liberto do temor piedoso abriam, representavam para Berdiaeff uma grande ameaça, pois o “*homem novo quis ser autor e ordenador da vida, sem o socorro do alto (...) se arrancou ao centro religioso ao qual permanecera submissa toda a sua vida durante a Meia Idade*”<sup>140</sup>. Ora, o que esta liberdade representa, por exemplo, para os políticos do Estado Novo? Indisciplina, desordem, bagunça; as abelhas deixando de produzir mel porque assim o desejaram, assim o quiseram individualmente, sem atentar para o bem comum, da colméia. A ordem é tão divina e sublime quão humana é a anarquia. A possibilidade da escolha, da opção – a liberdade, numa palavra – seria a raiz primeira de todos os males daquele tempo: revoluções, medo, guerras – institutos que, por definição, o Estado Novo rejeitava<sup>141</sup>.

Havia, ainda, um outro risco neste perverso mundo contemporâneo: o individualismo. Aspecto da personalidade humana condenado setenta vezes sete vezes pelo modelo social estadonovista, encontrava eco junto às críticas acérrimas do autor russo. Supor que “*a personalidade poderia desenvolver-se sem o auxílio das grandes correntes de ascetismo religioso*”<sup>142</sup> não passaria de mera “*ilusão*”, pura mistificação, pois “*esvasiou a individualidade humana, privou da forma e da consistência a personalidade, pulverizou-a*”. Sem a mística religiosa, a vida humana perderia o sentido, a forma, a direção. Ou seja, julgar-se o homem ser apto a construir-se a si mesmo não passaria de perigosa balela.

A *intelligentzia* do Estado Novo pernambucano não poderia concordar mais com tal afirmação; sua solução para os problemas da atualidade é bem simples: submeter-se a valores anti-individualistas e comunitários – ser abelhas. Sem cooperação, alma humana nada mais seria que um deserto estéril: “*o humanismo*

---

<sup>139</sup> O secularismo seria o “*pior mal de seu tempo*”; o indiferentismo, levava “*à liberdade de consciência, causando todo tipo de confusão*”. In DIAS, Romualdo (op. Cit.), p. 39, 40.

<sup>140</sup> BERDIAEFF, Nicoláu. **Uma Nova Idade Média**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936, p. 15.

<sup>141</sup> Assim o fazendo, caracterizava-se mais uma relevante composição do pensamento estadonovista: o conversadorismo, “*ação consciente e refletida desde o seu princípio e que se opõe aos movimentos considerados progressistas*”. In DIAS, Romualdo, *op cit*, p.33.

<sup>142</sup> BERDIAEFF, Nicoláu, *op cit*, p. 39.

*abstracto é a scisão contra a graça, a vida só é concreta na graça; a vida fora da graça é uma vida abstracta*<sup>143</sup>. O individualismo seria uma doença, um “estado de febre”<sup>144</sup>, e só a cooperação entre Estado e Igreja, a submissão aos mandamentos religiosos conseguiria curar o corpo social.

A liberdade e o individualismo atacariam as estruturas mais essenciais à vida, por isso mesmo seriam tão perigosos à humanidade. Vida é hierarquia, estar vivo é ser alguém em relação a outrem; valorizar apenas o indivíduo “*comporta a desagregação de tudo o que era organico*”<sup>145</sup>, atentava contra a própria ordem natural das coisas, dos seres. “*A vida (...) é hierarchisada, como o é toda vida organica*”. Não deveria ser possível mudar algo tão complexo.

A grande explicação da disciplina agamenosiana reside exatamente nesse ponto: persuadir os indivíduos deixarem seus hábitos e vontades pessoais no intuito de obedecerem aos seus superiores hierárquicos, devotarem suas energias a algo maior e mais grandioso. O centro desse organismo, desta vida orgânica e hierárquica, seriam Estado e Igreja, irmanamente conectados por um plano político comum agindo como maestros de uma sinfonia harmônica, e as abelhas voando no entorno, realizando suas danças e momices à volta do centro gravitacional. Cada ser cumprindo seu papel na sublime hierarquia. Todos os problemas restantes, “*que interessam á sociedade, á familia e ao individuo, na ordem privada ou collectiva, economica, social ou politica*”<sup>146</sup>, eram empurrados para um plano secundário. “*Primum regnum Dei*”, era o lema da Igreja, e o Estado Novo pernambucano, braço civil desta instituição, rezava de acordo com este catecismo.

Eis a grande questão da disciplina: fazer o homem voltar a servir ao todo, ao coletivo, e não mais aos seus próprios desejos e necessidades individuais e egoístas. A disciplina vem enquadrar essas figuras dispersas, e o retorno ao pensamento escolástico medieval é atraente. “*Hierarchia medieval, organização autoridade*”<sup>147</sup>, todas palavras extremamente caras ao regime pernambucano.

---

<sup>143</sup> Idem, p. 43.

<sup>144</sup> DIAS, Romualdo, *op cit*, p. 83.

<sup>145</sup> BERDIAEFF, Nicoláu, *op cit*, p. 49.

<sup>146</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 83.

<sup>147</sup> BERDIAEFF, Nicoláu, *op cit*, p. 57.

Uma das facetas menos visíveis do Veranico é exatamente essa adequação dos homens e mulheres recifenses à hierarquia orgânica, imutável e antiindividual. Esta face está muito bem camuflada, atrás de fogos de artifício, festas, paradas e convenções... mas está lá, não se tenham dúvidas. É exclusiva deste período? Não, porque continua guerra adentro. Mas começa nele. O encanto do Veranico passava justamente por fazer as pessoas acreditarem na realidade virtual produzida pelo jornal, pelo rádio, cinema e assim por diante. Para tanto, deveriam ser disciplinadas, jamais questionar informações.

Talvez o termo “barbárie” seja aquele que melhor resume, dentro deste corpo discursivo conservador, esta realidade moderna. Semelhante à época do Império Romano Tardio, quando os germânicos avançaram galopando sobre o coração da Europa cristianizada, destruindo-na, agora mais uma vez a civilização estaria em perigo, graças aos novos bárbaros, armados da mesma sanha destrutiva e assassina, preparados para desmantelar todo o edifício de civilização construído ao longo de gerações.

O editor-chefe José Campello dá-nos idéia de como seria esta nova invasão: a barbárie não mais viria sobre lombos eqüinos, e sim na forma de influência, como um vírus. Chamando o comunismo de “*virus barbaro*” e “*anti-europeu*”<sup>148</sup>, o jornalista acompanhava sua expansão Europa adentro, caracterizando o “*avanço de Moscou além dos Carpathos, no valle do Danubio*” como a “*mais tragica das ameaças que pudessem pairar sobre a civilização nitidamente christã do Mar Mediterraneo*” e saudando, por isso mesmo, as manobras da Itália fascista para deter o comunismo.

As idéias pessimistas de Campello ecoavam perfeitamente a pena de Berdiaeff. Para o autor russo, a barbárie moderna estava claramente posta diante dos olhos, bastava querer ver. Os novos destruidores já haviam se apossado da civilização, destruindo-a. Critica Berdiaeff a arte contemporânea, percebe-a como decadente: “*formas barbaras*”, “*sons barbaros*” e “*movimentos barbaros*”<sup>149</sup>. Os

---

<sup>148</sup> CAMPELLO, José. Detendo os barbaros. Folha da Manhã, Recife, 19 de novembro de 1939, edição matutina, p. 03.

<sup>149</sup> BERDIAEFF, Nicoláu, *op cit*, p. 56.

mesmos sons e imagens que marcam o início do século em que vivem nossos personagens pernambucanos. As formas bárbaras são próprias do abstracionismo, do dadaísmo e do cubismo de Picasso, a quem Berdiaeff reconhece como um grande pintor, mas que “*havia desmembrado o corpo do homem e subvertido a identidade artística do homem*”<sup>150</sup>.

A angústia é a tônica do discurso deste autor quando se remete às artes. Critica o Futurismo, imputando-lhes dois crimes capitais: a destruição da imagem e do ser humano. Na idolatria cega que esta escola artística prestaria ao amanhã, não titubeou em destruir formas sacrossantas, e por isso mesmo era culpado.

O medo do novo, do instável, se espalha por todos os campos do conhecimento, e onde os modernos viam possibilidades, o autor russo enxergava ruína. O físico Isaac Newton, por exemplo: construíra obra científica relevante, certamente só o fizera porque seria um dos últimos frutos das forças espirituais acumuladas na Idade Média e que ainda rendia século XVII adentro. As descobertas do jovem século XX, porém, em vez de serem colocadas no mesmo patamar civilizatório das leis newtonianas, são interpretados como pura barbárie: eutrofia, radioatividade e a fissão do átomo “*se nos apresentam como um apocalypse da physica moderna*”<sup>151</sup>.

A visão de Berdiaeff do mundo que o cercava era tremendamente pessimista, uma Cassandra, que nada mais vê se não pesadelos, marcas semelhantes àquelas dos cascos dos cavalos germânicos na fronteira gaulesa. Preparou-se, ele, não para um novo Renascimento (como prometiam a ciência, a política, a diplomacia do início do século), mas para “*um obscuro começo de Idade Média (...) vamos ser obrigados a passar por uma nova barbárie civilizada*”<sup>152</sup>. Antes que a nova Renascença brotasse, a civilização teria de sofrer a invasão, ser destruída, passar por uma nova fase de “*ascetismo religioso*”, recarregando assim os estoques de espiritualidade que, por fim, gerariam um “*novo e inimaginável Renascimento*”.

---

<sup>150</sup> Idem, p. 54.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 37, 38.

Os males modernos não teriam fim: a realidade industrial, as máquinas atomizando o ser humano e arrastando para os círculos infernais a arte e a ciência; o metal das peças, fria manopla dos hodiernos gladiadores, tirando do homem a produção dos seus bens, fazendo de coisas criadoras de coisas, e conquanto nem o próprio ser humano pudesse ser apropriadamente chamado criador (este só há um único, o Todo Poderoso), ele concedia às suas próprias criaturas o poder de serem demiurgos.

Caberia à Igreja, uma vez mais, ser a guardiã do mundo civilizado, preservar, assim como fizeram os mosteiros, o espírito humano para tempos melhores. A principal proposta de Berdiaeff é exatamente esta: um retorno aos valores da Idade Média, uma nova era de submissão e contrição onde as energias espirituais seriam mais uma vez acumuladas, gerando assim a melhoria da raça humana.

Essa proposta de nova/antiga sociedade que propõe não é, pura e simplesmente, um retorno ao passado, ao medievo original. O autor reconhece que tal coisa é impossível, pois *“nenhum renascimento pode ser uma volta para traz, isto é, a restauração de uma época já vivida”*, pois *“os principios criadores das épocas passadas para os quaes se voltam os renascimentos (...) entram em relação igualmente complexissima com principios novos, e criam typos de cultura inteiramente diferentes”*<sup>153</sup>.

Diante disso, o autor propõe, então, um novo tipo de cultura intrinsecamente mesclada, onde a técnica moderna, a produção industrial, é harmonizada com a ideologia anti-humanista que pregava. A Nova Idade Média não seria um retorno ao feudo, mas sim, digamos, a feudalização do mundo industrial.

O autor defende o retorno a um modelo de Idade Média ascético, recarregador das energias humanas. Como entender o Estado Novo agamenosiano nesses termos? No Brasil não houve uma Idade Média equivalente àquela experimentada no continente europeu; não houve destruição de Impérios e cavalgadas de bárbaros. Como converter tais imagens à realidade local?

---

<sup>153</sup> Ibidem, p. 18.

As falas católicas, dentro e fora do governo, apropriaram-se desta relação entre civilização e barbárie e impuseram-na a Terra Brasilis, arrancada da “*noite barbara da selvajaria pela genialidade christã da gente lusitana que trouxe o signo perenne de todas as liberdades, a Cruz de Jesus Christo*”<sup>154</sup>, índios semelhantes aos povos não cristãos de Berdiaeff, escravos do “*imperio das forças elementares da natureza nas quaes (...) tombara*”<sup>155</sup>. A atuação firme da Igreja arranca das trevas os nativos, supostamente libertados do medo e das superstições.

A Santa Madre estava, mais uma vez, pronta para agir, dispunha-se a começar tudo de novo, recristianizando a nação. As máquinas, o modernismo, o liberalismo, o socialismo, o racionalismo, a Revolução Francesa, as modas, o indiferentismo... tudo isso havia dessacralizado a sociedade contemporânea. “*O mundo não cessa de desumanizar o homem*”<sup>156</sup>, gritavam os padres e as parafernalias do mundo moderno eram, em tudo e por tudo, semelhantes aos “*demônios da natureza que o estraçalhavam no universo pagão*”<sup>157</sup>.

Todo o discurso propagandístico do Estado Novo, em conjunto com o pensamento católico daqueles tempos, articulava estas imagens: a Igreja, no passado, havia sido a civilizadora do Brasil, além de sua criadora: elemento central em sua formação histórica, unindo e ampliando o território nacional (“*o missionário foi o maior bandeirante*”<sup>158</sup>).

Mais que tudo, os elementos centrais do pensamento estadonovista local viam com a mesma desconfiança e a mesma angústia o mundo que os cercava e sufocava-os. A Cidade Divina, afirmava o secretário Nilo Pereira, estava em ruínas, graças à “*desagregação da vida moderna*”, ao individualismo e ao “*liberalismo religioso, a fazer de Deus ente acomodado ás nossas proprias paixões e interesses*”<sup>159</sup>. A tão proclamada liberdade, aclamada em todos os continentes, diz-nos Pereira, não passava da tirania dos instintos, orgulho de razão pura, e lamentava, “*pobres homens sem liberdade e sem endereço,s*

---

<sup>154</sup> Annais do III Congresso Eucharístico Nacional, p. 87.

<sup>155</sup> BERDIAEFF, Nicoláu, *op cit*, p. 77.

<sup>156</sup> Annais do III Congresso Eucharístico Nacional, p. 94.

<sup>157</sup> BERDIAEFF, Nicoláu, *op cit*, p. 77.

<sup>158</sup> Annais do III Congresso Eucharístico Nacional, p. 86, 87.

<sup>159</sup> Idem, p. 112.

*aturados de humanidade, mas vazios de dignidade cristã*<sup>160</sup>. O humanismo, completa o secretário, ao invés de centrar o universo no humano, dividiu-o “*homem numa infinita variedade de indivíduos*”.

“*Os regimes políticos que renegam o cristão, aviltam o homem*”<sup>161</sup>. Com esta afirmação em mente, o Estado Novo procurava avidamente divulgar e promover determinada cepa de cristianismo. Antiliberal, pois liberdades de nada valem se são conseguidas fora da religião cristã. Antidemocrático, pois este regime destrói a hierarquia e exalta a bagunça. Anti-humanista, na medida em que Deus é o centro de tudo, não o ser humano. Tradicionalista, renegando a paisagem moderna que se desenhava mundo afora. E, finalmente, anti-ecumênico: por tudo que já foi dito, os fiéis de outras religiões representavam a dúvida, o erro, a mistificação, e não deveriam ter lugar num Estado cristão. Ao longo de toda sua existência, o Estado Novo pernambucano fez o possível para tornar realidade estas propostas.

---

<sup>160</sup> Idem.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 92.

II PARTE:

EU FIZ TUDO

PRA VOCÊ GOSTAR DE MIM

## CAPÍTULO II: AS FESTAS DO ESTADO NOVO

### Alimentando a terrível besta em seu labirinto

Em seus livros, Monteiro Lobato nos tornou possível viajar aos lugares mais distantes, conhecer as gentes mais diferentes em tempos mais diversos. Numa dessas viagens, precisamente *O Minotauro*, ele situou suas mais graciosas criações – os habitantes do Sítio do Picapau Amarelo – em viagem à Grécia Antiga.

Em determinado momento, Dona Benta discute política com ninguém menos que Péricles, comentando aspectos da democracia ateniense que o mesmo dirigia. Em certo ponto, o líder argumenta que “a Grécia é positivamente governada pelo povo” (...) “eu, por exemplo, executo o que o povo deseja – e por isso me reelegem”<sup>162</sup>.

Diante de tais declarações, tão peremptórias, a velha senhora contra-argumenta: eram, na realidade, a inteligência e os grandes discursos do ateniense “que fazem o povo desejar isto ou aquilo. Quem realmente governa é o senhor, não o povo”, ao que retruca Péricles: “o povo tem muito das crianças. Quer ser conduzido – mas com aparências de que é ele quem de fato conduz e manda”<sup>163</sup>.

Este pequeno trecho nos fala muito das práticas políticas de uma determinada época, embora não necessariamente daquela onde o diálogo é retratado. Observemos que se trata de uma obra originalmente publicada em 1939, e lá se iam ao menos dois anos de Estado Novo, quase duas décadas de fascismo na Itália, seis anos de Hitler no poder.

As palavras que Monteiro Lobato pôs nas bocas de Péricles e Dona Benta revelam, em grande parte, percepções que o autor tinha do jogo político contemporâneo: atento e criativo o suficiente para por em linhas aparentemente absurdas, análises coerentes de seu tempo.

As falas de Péricles, por exemplo, estariam bem empregadas na boca de muitos líderes do início do século XX; de fato, certo articulista anônimo da Folha da Manhã disse a mesma coisa, apenas em outras palavras: “*uma nação nunca*

<sup>162</sup> LOBATO, Monteiro. *O Minotauro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 23.

<sup>163</sup> Idem.

*poderá ser feliz quando os governantes não souberem interpretar os anseios dos governados e nem conseguirem agir em perfeita correspondência com estes*<sup>164</sup>.

Os líderes carismáticos da década de 1930 desejavam ser alçados à categoria de heróis semidivinos, Alexandres e Césares modernos. Eram cultores dedicados de suas próprias imagens: a pose majestática de Charles de Gaulle e a elegância eterna (mesmo diante das piores adversidades) de Winston Churchill; o êxtase midiático de Hitler e a ópera-bufa de Mussolini. Todos alcançavam o ápice da glória política através de conhecido feitiço: o pirlimpimpim da propaganda e da persuasão.

Um outro elemento unia todos esses super-homens: sua crença na fragilidade popular, a idéia que conduzir as massas era, além de possível, necessário, já que estas eram incapazes de raciocinar por si mesmas. Precisavam de grandes líderes, fadados a queimar até a última fagulha como cometas, iluminando o século em que viviam, numa famosa descrição de Napoleão Bonaparte.

Se a política era um teatro, os líderes eram divas sagradas e eternas<sup>165</sup>, cujas apresentações eram cuidadosamente pensadas para otimizar o efeito de suas performances. A aparição pública tinha de ser, sempre que possível, grandiosa. Grande. Eis a palavra, o acento, a tônica<sup>166</sup> – daí a preocupação detalhista quanto à produção dos cenários, à criação de fantasias voltadas à perpetuação e cultivo de sentimentos na massa reunida. E mesmo esta audiência, também ela, é elemento essencial da performance política: esteticamente organizada para que seu efeito como totalidade seja plasticamente mais belo; retratada sempre como dedicada, disciplinada e vibrante, até para encorajar futuras multidões também a sê-lo.

Mas, além de servir para deificar as lideranças carismáticas, as grandes manifestações possuem também a virtude de impressionar um elemento mais e mais presente na vida política do século XX: a opinião pública. Comparável à

---

<sup>164</sup> Interprete do seu povo. Folha da Manhã, Recife, 20 de fevereiro de 1938, edição matutina, p. 01.

<sup>165</sup> “Cheio de empáfia, o heróis não põe nem um instante em dúvida o seu gênio, sua estrela. Correndo o risco de cair no narcisismo e na admiração do seu próprio personagem”. SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard, *op cit.*, p. 20.

<sup>166</sup> “cada entrada em cena, a marcha dos grupos, os lugares dos convidados de honra, a decoração geral, flores, bandeiras, tudo era previsto”. LENHARO, Alcir, *op cit.*, p. 40.

besta de grandes cornos da Ilha de Creta, ela está pronta a devorar lideranças indispostas a cortejá-la. Ela exige não donzelos e donzelas para devorar, como o fazia o touro de Minos, e sim mais e mais eventos e espetáculos e festas e acontecimentos. Tais feitos teoricamente diminuem a possibilidade da revolta popular e ajudam a conquistar o espírito do povo às suas causas.

Regimes democráticos e autoritários, por definição, são diferentes entre si; as potencialidades dramáticas, a teatralização da política, são geralmente mais frágeis naqueles do que nestes. Ditaduras têm maiores possibilidades de construir, principalmente graças à ausência de uma oposição legal, aberta e participativa, imagens mais teatrais: não há como controlar, por exemplo, gastos governamentais – a construção de um parque exclusivamente para o uso propagandístico, por exemplo – , o emprego de vultuosas somas, a fundo perdido, com o único objetivo de colaborar com a organização de um evento; subsídios concedidos a órgãos de imprensa (uma rádio, um jornal). Todos exemplos concretos do que Agamenon Magalhães, como chefe interventor em Pernambuco, pôde realizar sem dramas.

Como podemos compreender este esforço de catequese empreendido pelo Estado Novo – e, de mais a mais, pelos regimes políticos seus contemporâneos – que com tanta devoção buscaram conquistar os corações das populações que regiam? A opção por um estado meramente repressivo não nos parece acertada<sup>167</sup>: poucas vezes tivemos espetáculo tão variado de regimes autoritários e ditatoriais quanto no início do século XX (se atentarmos com cuidado, ainda poderemos ouvir seus ecos em pleno século XXI), e ainda assim investiu-se com tamanha dedicação no convencimento das massas. O Estado Novo travestiu-se em espetáculo, em show, “*jogo dramático*” (...) “*produção de imagens, a manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial*”<sup>168</sup>.

---

<sup>167</sup> “O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa somente como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 08.

<sup>168</sup> CAPELATO, Maria H., *op cit*, p. 57.

### **Educação para as massas**

Qual o sentido que grandes manifestações, festas, espetáculos e que tais ganhavam dentro da estratégia de divulgação da interventoria? Eram elementos importantíssimos, sincronizados cuidadosamente com os media controlados pelo executivo (jornais, rádio e mesmo cinema), otimizando ao máximo seu efeito.

Educação é a palavra-chave para compreendermos a importância desses eventos, seu lugar dentro da propaganda oficial. “*Não basta dar ao trabalhador pensões, aposentadorias, residências*”, afirmou um anônimo articulista da Folha da Manhã. Bens materiais, somente, não eram bastante: seu complemento indispensável era a educação: “*educando as massas, concorreremos para torná-las muito mais fortes e felizes*”<sup>169</sup>.

Esta afirmação, à primeira vista irretocável em seus princípios, não está relacionada a um artigo sobre pedagogia ou políticas educacionais. Sequer chega a referir-se a qualquer instituição escolar estatal ou privada. Não. O anônimo articulista trata, em seu texto, de uma peça de teatro.

Teatro Santa Isabel, dramático palco cravado no coração da urbe recifense. Sobre sua ribalta, desfilaram vários petardos propagandísticos da interventoria, e no dia 20 de novembro de 1939 estreava mais um deles, uma peça chamada “O Conflito”. Os veludos vermelhos e os frisos dourados da velha casa de espetáculo já tinham presenciado muitas encenações. Desde que o Estado Novo começara – dois anos antes desta montagem – eram cada vez mais freqüentes textos com esta natureza doutrinária.

Já de início, alerta-nos o artigo: o objetivo bem definido da peça era “*a transformação da mentalidade das nossas elites*”. Como todos os espetáculos apresentados aos leitores pela Folha da Manhã, também este representa um “*facto novo*” na vida cultural do Estado, exatamente por se ater e se preocupar em abrir os olhos da elite educada para as questões sociais ao seu redor.

Dentro da criativa imaginação do articulista, vive-se numa nação de conto de fadas chamada Brasil: nada atormentava a terra, afirmou com vigor, “*fomos sempre alheios á profunda divisão de classes que tantas e tragicas consequencias*

---

<sup>169</sup> Educação das massas. Folha da Manhã. Recife, 21 de novembro de 1939, edição matutina, p. 3.

*acarretaram aos paizes europeus*<sup>170</sup>. Ora veja, classe é uma criação dos comunistas tão combatidos, e não deve, nem pode, existir num regime que oficialmente combate os partidarismos e o individualismo. A concórdia entre os grupos sociais é bastião pétreo de toda propaganda estadonovista.

Se não há divisões sociais, também não haveria de existir racismos: “*o duro preconceito racial da America do Norte e que cria dentro da nação uma outra nação de homens de côr, tambem nunca existiu entre os brasileiros*”. Não, não existiu. A integração foi completa e absoluta.

Era essa a cartilha, o livro de apontamentos que a peça apresentava à sua audiência. E essa lição não era ministrada em uma sala de aulas, mas num teatro através de uma representação. Em Pernambuco, lemos, “*o problema social está sendo resolvido*”, assistindo “*as massas populares, EDUCANDO-AS*”, assim mesmo, escrito em letras garrafais que destacam a palavra do todo restante do texto. Num golpe de pouca modéstia, o articulista louva a inteligência e o caráter das mentes capazes de divisar plano tão elaborado e, ao mesmo tempo, de simplicidade confirmada: “*educal-as moral e intellectualmente*”, eis as maneiras de cativar as massas.

As festas legitimam o governo, dão-lhe sustentação e divulgam a coesão social, como veremos mais adiante. Mas, elas também divulgam determinado modelo de sociedade cultivado pelas lideranças do Estado Novo pernambucano, expõem idéias e valores que, espera-se, sejam abraçados pela população. Dentro deste país que “*O Conflito*” retrata, não há divisões nem preconceito, os “*sentimentos de generosidade e solidariedade*” são características inatas – um tanto dormentes, é verdade, mas indissolúvelmente ligadas ao caráter brasileiro, afirma o artigo. O grande papel do teatro, desta peça em particular, seria verbalizar, racionalizar, conscientizar as platéias sobre esses supostamente inatos aspectos, dando-lhes um sentido prático. Tudo isso uma peça seria capaz de fazer.

Não devemos estranhar a importância concedida ao teatro nesse artigo. Alguns meses antes, o interventor em pessoa já afirmara a condição de escola, do

---

<sup>170</sup> Idem.

bem e do mal, do teatro, ressaltando como uma única apresentação condiciona toda uma população e *“transmite às multidões impressões que perduram, que ficam no subconsciente e que vão influir na conduta social e política de milhares”*<sup>171</sup>.

Esta forte opinião, nós podemos transbordar para toda a produção de eventos de massa da era Agamenon. Todo o foco central – das peças e das festas – se resume a uma única palavra: emoção. *“Ninguém vive sem emoções”*, afirmou o interventor, *“quem vai ao teatro. Quem vai ao cinema. Quem compra um jornal”* (...) *“tem necessidade de vibração, como se o organismo fosse um instrumento de cordas”*<sup>172</sup>.

Num outro artigo, pouco posterior, Agamenon Magalhães dá à arte uma grande tarefa: revelar a verdade. *“Verdade que todos conhecem, mas não sabem sentir”* (...) *“o que toda gente sabe, senão pelo conhecimento, ao menos pela intuição”*<sup>173</sup>. Esta a qual o interventor chama “verdade” nada mais é senão outra das criações propagandísticas de seu governo, parcial visão do mundo que se pretende absoluta, total. Autoritária. No momento em que os atores recitavam seus textos no teatro, ou quando o projetor começava a rodar a fita, ou quando os desfiles começavam, a mesma estratégia de convencimento, de inculcação de valores era posta em movimento. Educar as massas era torná-las dóceis, criar nelas a aceitação da verdade trombeteada aos quatro cantos pelos estrategos da arte do convencimento que obedeciam ao chefe do Estado de Pernambuco. Massas educadas e polidas repetiriam a lição aprendida, como sapos que cantam na lagoa ao anoitecer... coaxar monótono, uníssono. E era isso que interessava.

Uma das cabeças pensantes mais significativas do Estado Novo pernambucano era o editor-chefe da *Folha da Manhã*, José Campello, fascista de primeira linha e ardente defensor do ideal de sociedade e de política preconizado por Mussolini na Itália. Pois bem, em diversos momentos serão as palavras deste intrigante personagem que irão nos guiar na senda das diversões públicas da

---

<sup>171</sup> MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife: Raiz: FUNDARPE, 1985, p. 89.

<sup>172</sup> Idem.

<sup>173</sup> Idem, p. 89, 90.

interventoria. Alguns de seus artigos diários trataram, de forma direta ou indireta, deste tema, refletiram a seu respeito e indicaram caminhos que, à sua visão, deveriam ser traçados pelo regime. Podemos inclusive dizer que no labirinto do minotauro/opinião pública, Campello será o nosso fio de Ariadne.

O poder seduz, encanta as vistas dos seus governados. Agride-os<sup>174</sup>, mas também cultiva seus sentimentos, produz “forte emoção”<sup>175</sup>. E esse ato de cultivo de sensibilidades é particularmente bem-sucedido quando feito dentro de multidões. Assim, mesmo que não possamos incluir o Estado Novo dentro do fenômeno nazi-fascista que pontuava a Europa, é vital reconhecermos em suas estratégias de propaganda a inspiração destes regimes totalitários.

O modelo era relativamente simples: uma vez congregada em massa, a população era alvo das mais diversas informações e estímulos, desenvolvendo emoções e sentimentos. Por sua vez, ao retornarem às suas casas, as pessoas (multidão dispersa mais uma vez) irão disseminar aquelas sensações que experimentaram durante a concentração. Para serem eficientes, esses estímulos têm que ser repetidos de tempos em tempos, com regularidade, para que aqueles sentimentos sejam mais que lembranças perenes e possam embolar aspectos negativos do regime que as proporcionou<sup>176</sup>.

As cerimônias e os eventos elaborados no mundo totalitário europeu buscavam provocar, nas consciências do seu público ouvinte, “o sentido da força e da fé do movimento” pois “a liturgia foi desde o início um aspecto fundamental da política de massa fascista”<sup>177</sup>.

---

<sup>174</sup> Importante entendermos como o conceito de violência pode ser utilizado: quando pensamos em “violência física”, de fato boa parte da população de Pernambuco, por exemplo, não foi violentada, mas apenas aqueles que, de propósito ou não, entravavam o caminho do interventor Agamenon Magalhães (comunistas e liberais, que não se rendiam à sua cartilha ideológica; os mucambeiros porque suas casas eram alvo da fúria modernizante do regime). Há, todavia, uma outra forma de pensarmos em violência, como colocou Serge Tchakhotine *op cit*, p. 05, “a ausência de guerra não impede o emprego de uma violência não menos real: é a violência psíquica”. Ou seja: ainda que não invista contra os corpos, apenas a violação psíquica constante já é, por si só, causa de forte violência.

<sup>175</sup> CAPELATO, Maria H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. IN PANDOLFI, Dulce, *op cit*, p. 168.

<sup>176</sup> “A chave da organização dos grandes espetáculos era converter a própria multidão em peça essencial dessa mesma organização. Nas paradas e desfiles pelas ruas ou nas manifestações de massa, estáticas, em praças públicas, a multidão se emocionava de maneira contagiante, participando ativamente da produção de uma energia que carregava consigo após os espetáculos, redistribuindo-a no dia-a-dia LENHARO, Alcir. **Nazismo: “o triunfo da Vontade”**. São Paulo: Ática, 2003, p. 37, 38.

<sup>177</sup> GENTILE, Emilio & De FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. São Paulo: Ícone, 1988, p. 31.

A filiação, as semelhanças entre o Estado Novo e seus congêneres europeus são abertamente declaradas nas páginas do jornal *Folha da Manhã*: os adjetivos utilizados para retratar as festividades nazistas são semelhantes aos que ornamentavam as notícias sobre os eventos locais. Senão vejamos: sobre o sexto Congresso Nazista em Nuremberg, setembro de 1938, diz-se que será uma “*demonstração em massa da lealdade, do entusiasmo e da solidariedade*”<sup>178</sup>, atributos e valores que, com certeza, faziam parte das descrições de eventos, procissões e festas tanto nacionais quanto estaduais.

Mussolini, em vários momentos, é um exemplo para a propaganda pernambucana: “*iniciou a organização fascista, divulgou os seus ideais e fez-os triunfar na Itália, antes de tudo, pela imprensa (...) as grandes campanhas do fascismo – a da autarquia, a do trigo, a do amparo à criança, a da ocupação da Abissínia, a da reacção contra a política Inglesa das sanções – todo esse mundo formidável de realizações, de cruzadas, de glórias imperecíveis, nasce da imprensa e é mantido e amparado e acaba victorioso por obra e graça da imprensa*”<sup>179</sup>

Não espanta que esta realidade fosse conhecida e pensada por Campello. O editor comentava, num de seus artigos, as festas de natal que os Centros Educativos Operários proporcionavam quando, num costume muito comum à sua escrita, começou a teorizar sobre a importância dos eventos para a política.

Uma frase sintetiza bem seu pensamento a esse respeito: “*as diversões constituem um elemento educacional de primeira ordem*”<sup>180</sup>. Congruente com o pensamento exposto por Péricles/ Monteiro Lobato a Dona Benta, o povo é uma criança e não se pode exigir dele muito raciocínio ou compreensão: o teatro, o cinema, os esportes e as diversões educam “*com muito mais eficiencia que pela simples leitura*”.

---

<sup>178</sup> O congresso nazista de Nuremberg. *Folha da Manhã*, Recife, 10 de março de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>179</sup> O governo e a imprensa. *Folha da Manhã*, Recife, 02 de setembro de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>180</sup> CAMPELLO, José. *Diversões populares*. *Folha da Manhã*, Recife, 30 de dezembro de 1939, edição matutina, p. 03.

Talvez a palavra-chave desta última frase seja “eficiência”. José Campello foi um intenso defensor da propaganda como arma governamental, apostava em sua utilização. Mas não apenas isso: não seria qualquer tipo de difusão que convenceria o distinto público das idéias defendidas pelo Estado. O editor-chefe defendia “*formas indirectas, subtis, cujo proposito passa desapercibido aos leitores e aos ouvintes que queremos suggestionar, atrahir e convencer*”<sup>181</sup>. Qual outro elemento mais sutil e indireto que a festividade? A alegria encomendada, patrocinada e promovida pelo governo que deseja ardentemente convencer sua população?

Há, francamente, algumas incongruências no desenrolar geral da propaganda agamenosiana: Campello é bem claro quando afirma: “*Não se faz a propaganda de idéas por meio de meia duzia de formulas rigidas, invariaveis, somnolentas*”<sup>182</sup>, um paradigma, já àquela época, amplamente conhecido e reconhecido por propagandistas em todo mundo. Ainda assim, a propaganda pernambucana era claramente doutrinária, investindo relativamente pouco no entretenimento e muito, muito mesmo, nos discursos e palestras. Começa evento, termina evento e o modelo persuasivo é o mesmo, teso como uma estátua de sal: os mesmos palestrantes tratando de assuntos bastante semelhantes entre si, variações sobre um mesmo tom – e quando a música não varia, a audiência inevitavelmente se cansa.

Há toda uma preocupação, sim, com os fogos de artifício, os brilhos e a fumaça que vão acompanhar as festividades promovidas pela interventoria, mas apesar disso os problemas continuam. Campello, em sua coluna, alerta: “os *“programmas das nossas comemorações civicas, [são] de uma monotonia e de uma pobreza de imaginação exacerbantes*”, capazes de “*fazer dormir e resomnar o mais sincero e ardente das patriotas. E o mais lamentavel é que regredimos em vez de avançar na organização dos nossos programmas de festividades patrioticas*”<sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> CAMPELLO, José. A propaganda doutrinaria. Folha da Manhã, Recife, 06 de março de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> CAMPELLO, José. Programmas civicos. Folha da Manhã, Recife, 14 de abril de 1940, edição matutina, p. 03.

Num ambiente onde raramente a crítica é expressa, tais palavras de sujeito tão relevante ao regime vigente não podem deixar de surpreender. Em seu pequeno artigo, dissecou, com precisão cirúrgica, vários dos elementos absurdamente comuns à propaganda agamenosiana, apontando falhas de concepção com desenvoltura, confirmando o profundo conhecimento que tinha sobre o tema.

O editor-chefe escreve tais linhas em abril de 1940: lá se iam quase três anos de interventoria, de promessas de “emoção” e novos sentimentos que Agamenon fizera logo ao tomar posse – mas não é bem isso que Campello percebe. Pelo contrário, suas palavras mostram um desânimo crescente com as festividades promovidas pela interventoria.

Há um certo fato que se apresenta óbvio para o autor: as comemorações cívicas são monótonas, pobres e, ao invés de progresso, nesse particular, o que se vê é um regresso. Começando o texto, parece que irá optar pelo caminho mais fácil: culpar o povo pelas mazelas que tomaram as festividades, remeter-se a um passado indeterminado quando a decoração das ruas era “*original e attrahente*”, e as pessoas se esforçavam para, nos dias de festa, ornamentar suas casas da melhor maneira possível – neste particular, ele faz questão de lembrar do velho costume de por tecidos finos nas janelas e varandas, “*colchas douradas e ricas em côres vivas e desenhos curiosos, muitas das quaes constituíam reliquias de familia adquiridas nos mercados longinquos do Oriente*”<sup>184</sup>.

A realidade contemporânea, infelizmente, não era assim tão dourada quanto este passado e “*a ornamentação das festas civicas de hoje são de uma pobreza de terreiro de mocambo no dia de Santo que deu o seu nome ao dono ou á dona de casa. Uns caibros tortos, algumas folhas de coqueiro e umas bandeirolas de paizes amigos bastam á imaginação dos organizadores dos programmas civicos*”<sup>185</sup>.

Por si só esta percepção já seria terrivelmente preocupante para o governo de Agamenon Magalhães: ora, se toda a intenção da propaganda é cativar corações e mentes de uma população, o fato de esta última estar de tal maneira

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Ibidem.

desestimulada a ponto de não se dar mais ao trabalho sequer de enfeitar sua própria residência já deveria acender todas as luzes de alerta. Algo não corria bem. A análise, contudo, prossegue; a podridão no reino da Dinamarca é mais profunda e não culpa exclusiva e única de um povo desanimado.

A sentença final do articulista é cruel, porém verdadeira: a *“discurseira fatal de uma multidão catastrophica de oradores e eruditos que fazem agente crear horror á praça publica nos dias gloriosos da Patria”*. Não há sequer uma notícia de festividade, concentração ou qualquer outra forma de evento onde não haja discursos proferidos pelos mais variados componentes do governo estadonovista: o interventor em pessoa, o prefeito Novaes Filho, secretários de Estado, o inspetor do trabalho, os presidentes dos sindicatos e mesmo José Campello... a lista de oradores nas diversas oportunidades é sempre bem recheada. Quando, aos discursos proferidos ao vivo nos eventos, somamos as intermináveis locuções de rádio tratando dos “assuntos de interesse trabalhista”, percebemos como a propaganda oficial da interventoria Agamenon Magalhães apresentava limitações conceituais relevantes.

*“As comemorações patrioticas têm uma finalidade eminentemente educativa”*, lembrou o articulista, *“uma festa civica celebrada num ambiente nessas condições avulta de significação e cresce em resultado”*. Para que tal resultado seja atingido, todavia, sérias modificações nos programas de eventos teriam de ser realizadas: Campello defende o uso de *“decorações pomposas, elegantes e magnificas”* as quais, reconhecer é necessário, não eram exatamente o ponto mais forte das comemorações daquela época – a exceção, talvez, seja o Parque 13 de Maio. Os cenários construídos com luxo exerceriam, segue o editor, melhor e profunda influência sobre os espíritos; por outro lado, ao invés de longos discursos enfadonhos, *“pequenas e rapidas lições ministradas com simplicidade e bom gosto”*, por pessoas eficientes e com capacidade de síntese reconhecida.

Até que ponto tais críticas ecoaram no quartel general da propaganda agamenosiana? Bem, não há sinal de que tenham encontrado terreno fértil: até o fim do regime, com algumas mudanças de conteúdo, a cartilha de eventos

noticiada pela a Folha da Manhã permaneceu a mesma, os artigos e discursos continuaram os mesmos.

Observemos a cena abaixo, estampada na já referida e relevante última página da Folha da Manhã: em meio ao torvelinho, às diversões e atrações da Exposição Nacional de Pernambuco – evento que agitou a vida da capital pernambucana por quase três meses – deu-se o “Dia dos Municípios”, congregando todos os prefeitos do Estado.



186

Esta reunião é um exemplo clássico de como, ao longo de todo Estado Novo, o modelo de doutrinação não mudou: havia claro interesse no convencimento dos prefeitos e em sua inserção na (já não tão) nova ordem, tanto que o interventor em pessoa preside a reunião.

Ao fundo, atrás da mesa principal, emoldurando os distintos personagens, pende uma faixa onde são destacados os slogans de progresso, tão preciosos ao regime: o mantra do “soerguimento econômico” tantas vezes repetido; o realce da figura do interventor, chamado de “dinâmico” pela mesma faixa – dinamismo esse que, segundo lemos, ele injetou na vida dos municípios pernambucanos.

Ironicamente, em toda essa cena muito pouco há que possamos chamar de efetivamente “dinâmico”. À frente, talqualmente o professor que afirmava ser em sua auto-propaganda, Agamenon: seu indefectível terno branco, o lenço escuro à lapela; a se espragatar na cadeira – à maneira sertaneja, talvez. Não propriamente como prefeitos, mas muito mais como escolares atentos, está a audiência. Braços cruzados à frente do corpo, talvez torcendo para que tudo acabe o mais rápido possível.

<sup>186</sup> Folha da Manhã, Recife, 21 de fevereiro de 1940, edição matutina, p. 8.

O fim, porém, não estava próximo. Logo abaixo da fotografia, nos informava a legenda, que esta era um “*aspecto geral da solenidade*” (...) “*quando falava o primeiro orador inscripto*”. Tão somente o primeiro, de muitos que ainda falariam naquela oportunidade: os drs. Manoel Cândido, Gercindo Pontes, os secretários Apolônio Salles e Arnóbio Tenório, além do próprio Agamenon Magalhães.

Observemos, mais atentamente, o “flagrante” capturado pela reportagem da Folha da Manhã: papel à mão, o primeiro orador lê seu discurso. Sequer dirige seu olhar à audiência, ocupado em não perder nenhuma passagem da certamente bem cuidada peça de sua lavra. Fosse pouco mais baixo, o imenso microfone, uma necessidade técnica daqueles tempos, certamente encobriria seu rosto.



187

Impossível não ter em mente a “discurseira fatal” de que falava José Campello, aquela interminável lista de oradores. Ressonavam os prefeitos nas barbas do interventor.

Como se vê, não houve grandes transformações. A mais importante mudança vai se dar na frequência com que tais festas e comemorações irão surgir: com a escalada do conflito mundial, será cada vez mais difícil para a interventoria manter seu calendário festivo – até mesmo o carnaval será ameaçado. As críticas de José Campello permanecerão um simples artigo publicado num dia qualquer de 1940. Nada mais que isso.

### **Cadinhos de multidões, construtores de massas**

Durante os oito anos do Estado Novo, em especial até 1940, Pernambuco experimentou espetáculos de massa. E os trabalhadores locais, com sua presença em grande número e disposição em participar das efemérides oficiais, exerceram um papel fulcral. E reconhecido: o interventor Magalhães telegrafou ao inspetor do

---

<sup>187</sup> Idem.

Trabalho no Recife, Edgar Fernandes, congratulando-o “*pela eloquente afirmação disciplina e confiança governo e regimen 10 de novembro*”<sup>188</sup> que tivera lugar nas comemorações do Primeiro de Maio de 1938.

“Aplausos patrióticos” eram o jargão mais comum para descrever tais manifestações que tanto gosto faziam aos líderes pernambucanos. Não eram, entretanto, de modo algum a comemoração espontânea que o jornal afirmava ser – ou, pelo menos, que queria que fossem. Inversamente, a nova ordem era comemorada sob decreto sob penas do interventor. Neste particular, esta alegria burocrática assemelha-se aos demais mitos políticos do século XX, produto de uma indústria propagandística. Não são, nem o mito tampouco a alegria, criações espontâneas de mentes populares, mas antes confecções de uma linha de montagem imaterial<sup>189</sup>.

Havia, na propaganda oficial, um forte acento na espontaneidade da participação popular nos grandes eventos. No dia dois de Maio de 1938, por exemplo, o jornal exultava com os eventos ocorridos um dia antes em homenagem ao dia do trabalhador, caracterizando-os como “*imponente espetáculo*”<sup>190</sup>.

Milhares de trabalhadores tinham ido às ruas, marchar disciplinadamente em homenagem ao Primeiro de Maio; sabiam exatamente que lugares deveriam ocupar no evento, pois dias antes já haviam feito o mesmo percurso num desfile que comemorava a abertura da Semana do Trabalho. Uma organização perfeita, onde cerca de quinze mil operários e operárias, jovens e velhos, marchavam. Enquanto o sol caminhava para o arrebol esse grande grupo seguia para a Faculdade de Direito, onde se daria a concentração final. Empunhavam bandeiras, cantavam hinos patrióticos, levavam cartazes. Um espetáculo comovente e impressionante para a audiência atenta que os seguia a partir das calçadas cheias de populares.

---

<sup>188</sup> O interventor federal congratula-se com as classes trabalhadoras. Folha da Manhã, Recife, 03 de maio de 1938, edição matutina, p. 02.

<sup>189</sup> “No caso das festas oficiais mencionadas, os artífices do regime varguista e peronista veicularam, através da propaganda, a idéia de que esses governos tinham instaurado uma nova ordem produtora de uma nova sociedade” (...) “ao invés do povo comemorar espontaneamente a nova ordem, a comemoração era induzida pelos órgãos oficiais”. CAPELATO, Maria H., *op cit*, p. 58.

<sup>190</sup> A rua operario pernambucano. Folha da Manhã, Recife, 02 de Maio de 1938, edição matutina, p. 03.

Há, porém, um senão neste cenário. Chamam-nos atenção certas afirmações do articulista. Ele insistiu em afirmar, repetidas vezes, que esses milhares de pessoas reuniram-se de maneira absolutamente espontânea. Seriam, apenas e nada mais, “*o operário, em massa, que se propoz sahir á rua para dizer livremente o que pensa e o que verdadeiramente sente*” (...) “*proclamavam a sua fé e a sua confiança na lei e o governo, com emoção e sinceridade*”<sup>191</sup>. Num reforço último ao diapasão geral de todo texto, o escritor reafirmava que aquele fora um evento “*nada arranjado*” e “*expontaneamente*” gerado.

No mesmo artigo, utilizando certo estilo de escrita bastante querido aos jornalistas da Folha da Manhã, o jornalista fez uma comparação: se o desfile se dera de maneira tão livre e espontânea durante o Estado Novo, como era antes dele? O oposto completo, ora pois, um festejo encomendado e improvisado, “*aposição do retrato a óleo, nas repartições publicas, para gloria e regabofe do chefe amigo*”<sup>192</sup>. Os desfilantes, afirma, não iam às ruas porque assim o queriam, porque desejavam expor sua alegria. Para o articulista, satisfaziam, tão somente, vontades e veleidades deste ou daquele mandachuva de plantão, sem que o espírito e a emoção do momento não os tivesse, de fato, contaminado.

O Dia do Trabalho de 1938 foi retratado de maneira completamente diversa, com os operários e suas famílias seguindo felizes ao centro do Recife para desfrutarem legal e dignamente do seu dia merecido, sem o chefe do executivo persegui-los por fazê-lo e, ainda mais, deixando sua condição de estadista, que tanto afirmava e reafirmava com gosto, e descendo à rua para desfilarmos ombro a ombro com seus governados, liderando-os na marcha cívica.

“*O 1.º de Maio perdeu aquella sua feição antiga de carabineiros insomnes*”<sup>193</sup>, afirmava o jornal; os tempos onde se temia “*um mundo perverso a desabar e um exercito perigoso a chegar*” eram idos e esquecidos, coisa velha. Não houve nem soldados nem quarteladas, apenas uma “*commemoração grandiosa*”. E o dia passou suavemente.

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Ibidem.

<sup>193</sup> Ibidem.

Há, porém, detalhes outros que deixam transparecer algumas nuvens nesse céu pintado em azuis e anis tão belos pelo jornal. Seguindo as pistas, as indicações que aqui e ali aparecem ante nossas vistas, percebemos que essas manifestações não eram, assim, tão espontâneas, tão soltas; longe disso, havia no Recife uma cuidadosa rede de arregimentação que reunia pessoas para comparecer às manifestações, cadinhos que agregavam as multidões e construíam massas para maior grandiosidade dos eventos.

Os Centros Educativos Operários, CEOs, eram especialistas nestas artes. Faziam parte de um ideário de educar as classes operárias pernambucanas, prevenindo-as contra as tais “ideologias dissolventes” – o comunismo por excelência. Sob “*iniciativa de ‘moços católicos’, os Centros Educativos Operários foram fundados em 1935*”<sup>194</sup>, e estavam desde 1937 subordinados à Diretoria de Reeducação, instituição, por sua vez, vinculada à Prefeitura do Recife. Um elemento absolutamente integrado, como bem se vê, ao Estado Novo.

Seu credo baseava-se na força da educação contra a onda vermelha, imunizando os operários “*com os serviços de reeducação e assistência*”<sup>195</sup> e contribuindo para a criação de um homem novo: devoto, obediente e patriota. As ações dos Centros não se restringiam unicamente aos operários, mas sim a toda família e, por conseqüência, às comunidades onde eles viviam: os bairros de maior concentração operária recebiam unidades dos CEOs, que ofereciam cursos profissionalizantes (corte e costura, economia doméstica), educação (moral e cívica, física, artística) e assistência médica. Um dado levantado pela historiadora Zélia Gominho nos interessa em particular. Ela aponta como esses centros:

*“Se configurariam ponto de encontro dos moradores de cada comunidade, espaço de discussão de problemas” (...) “de aprendizagem, de lazer, de trabalho, de cura, de purificação, onde uma profilaxia, uma política de prevenção era realizada”*<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> GOMINHO, Zélia de O. **Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998, p. 146.

<sup>195</sup> Idem, p. 147.

<sup>196</sup> Ibidem, p. 148.

A historiadora ainda relata como as elites trabalhistas e sindicais pernambucanas eram gestadas nesses locais. Ora, temos diante de nós os capilares que reciclavam as multidões supostamente livre-arbitrárias que enchiam as ruas da cidade nos desfiles estadonovistas. Em sua ação disseminada, miúda e extensa, a um só tempo, os Centros Educativos Operários tornavam-se os caritós onde as massas eram engordadas.



<sup>197</sup> É quase impossível encontrarmos uma manifestação de grande porte durante a interventoria sem a presença marcante e destacada dos CEOs. A foto, que ornava o topo da primeira página da Folha em janeiro de 1940, reforça essa percepção. Com o conflito mundial já em curso fazia algum tempo, o ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, vem ao Recife fazer uma visita. São organizadas as manifestações de praxe, os desfiles, os estandartes, as faixas. Observem que nenhuma tem mais destaque – dentro da floresta de mastros apontando para o céu – do que aquela dos Centros Educativos. Questão de justiça, pois nenhuma instituição contribuía mais para as aglomerações.

Mas essa máquina azeitada possuía ainda outras engrenagens: a Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco que, com o Estado Novo, “transformou-se em Ação Educacional Proletária, decisão essa que teve simpática repercussão”<sup>198</sup>; os templos católicos, que também serviam como base logística (padres convocavam os fiéis reunidos em missa a comparecer às festividades

<sup>197</sup> Folha da Manhã, Recife, 24 de janeiro de 1940, edição matutina, p. 01.

<sup>198</sup> GOMINHO, Zélia de O., *op cit*, p. 142.

promovidas); diversos órgãos de classe, permeados pelo peleguismo, que atendiam prontamente às convocações e mandavam seus representantes. Escolas, Polícia Militar... todos presentes, atendendo o chamado oficial para se tornarem multidão, serem participantes na ação que se desenrolaria nas ruas e praças do Recife, no apoio que os recifenses deviam prestar sem delongas ao regime sempre que convocados, mostrar publicamente sua supostamente espontânea gratidão; tudo parte do jogo de luzes, da névoa, dos espetáculos de sons que enchiam ouvidos, mentes e corações durante o Veranico do Estado Novo pernambucano.

Quando observamos as notícias com atenção, vemos brotar contradições, como caracóis que saem da terra após uma noite chuvosa. A propaganda oficial reafirma com veemência que é o operário, espontânea e solidariamente, de caso pensado, que decide sair à rua e festejar o regime, proclamando sua confiança. Alguns dias antes desta notícia, contudo, encontramos os preparativos da primeira semana do trabalho do Estado Novo, em 1938, e vemos que toda essa espontaneidade não passava de mais uma estratégia, mais um factóide proclamado verdade pela interventoria. Ao invés de grupos espontâneos de trabalhadores livremente determinados a marchar pelo Estado Novo, o que se viu foi uma explícita campanha difusora, chamada de “*propaganda cultural*”, levada a cabo em diversos locais e meios: “*imprensa, sindicatos, Centros Educativos Operarios*” Os *media* utilizados nesta campanha, “*artigos doutrinarios, sessões solennes, concentrações operarias, cartazes e boletins*”<sup>199</sup>, constituem o manual básico da estratégia persuasiva do Estado Novo, pensado para cultivar espíritos indóceis ou resistentes à mensagem. Tais artificios seriam certamente dispensáveis se a espontaneidade reportada pelas notícias fosse verdadeiramente tão ampla.

Mais: os “*meios industriaes e fabris da cidade*” foram visitados pelas autoridades e lideranças sindicais para incentivar os trabalhadores e suas famílias a comparecerem aos eventos: do dia 25 de abril ao dia primeiro de maio; luminares do regime pernambucano exercitaram sua oratória nos microfones do

---

<sup>199</sup> A semana do trabalho. Folha da Manhã, Recife, 25 de abril de 1938, edição vespertina, p.01.

Rádio Clube de Pernambuco, a PRA-8, a rádio mais popular do Estado, em conferências de objetivo insuspeito: a doutrinação do operariado local.

Os grupos que formarão a multidão presente nas festividades são discriminados: “*todas as classes organizadas, collegios e corporações militares*”<sup>200</sup>. Esta informação – presente nas reportagens sobre outros eventos, saliente-se – dá-nos outra pista da origem dessas multidões supostamente espontâneas. Ora, os sindicatos e as escolas eram fortemente controlados pela interventoria e as corporações militares lhes eram dóceis: todos esses grupos possuem o benefício do número, e como estavam dispostos a atender aos chamados oficiais, as multidões estariam provavelmente sempre garantidas.

No preparo das multidões pernambucanas, um elemento mereceu destaque por sua ubiqüidade e freqüência: as concentrações, reuniões de milhares de trabalhadores, geralmente em espaços públicos e a céu aberto. Ao longo de todo o ano elas estavam presentes, faziam parte da paisagem local durante os anos de Estado Novo.

Algumas vezes, as concentrações serviam de vestibulo às grandes festividades: antes de cada evento, os trabalhadores que desfilariam eram reunidos (muitas vezes na praça Joaquim Nabuco, no centro da cidade) para se organizarem e ouvirem palestras sobre a importância do evento que estavam prestes a participar. Noutras vezes, porém, aconteciam sem ligação alguma, em razão de si mesmas: eram o próprio evento.

Essas concentrações representavam um papel essencial para a campanha de persuasão montada pelo Estado: eram um importante meio de doutrinação e catequese de mentes mais resistentes; persuasão e confirmação das crenças já aprendidas; e formação de *esprit de corps*, criando uma solidariedade infraclasse e simpática ao regime que promovia o evento.

A maioria das concentrações era, de fato, composta de trabalhadores, mas nem sempre, pois seguidas vezes outros grupos eram concentrados para que pudessem ouvir a doutrinação oficial: o Departamento de Educação estadual, por

---

<sup>200</sup> Idem.

exemplo, quando do Sete de Setembro, realizou uma concentração escolar, para que o secretário do Interior Arnóbio Tenório pudesse explicar aos alunos o significado da data.

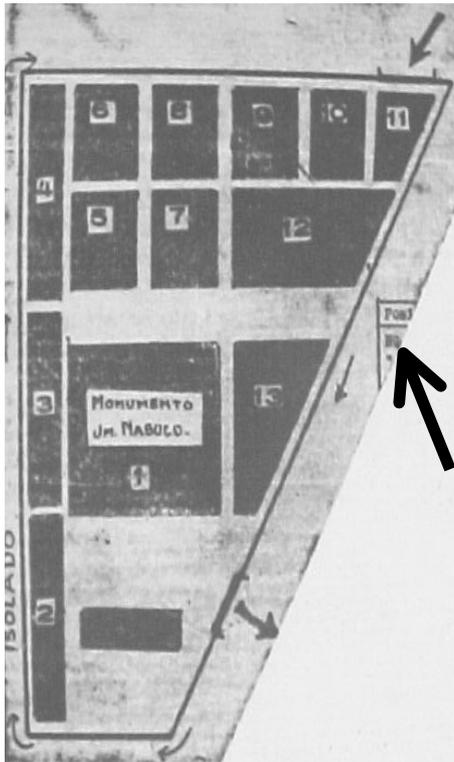
Foi exatamente uma dessas concentrações não-trabalhistas que permitiu-nos vislumbrar os mecanismos de organização e persuasão utilizados durante esses eventos. O mapa na próxima página foi publicado no jornal Diário de Pernambuco do dia 13 de maio de 1938, apresentado como “nota explicativa da matéria”. Uma concentração escolar, parte integrante das comemorações pela Abolição da Escravidão, reuniria 13 escolas da capital na praça Joaquim Nabuco.

A ilustração mostra exatamente este logradouro e as posições que cada delegação escolar ocuparia dentro dele: ao centro, circundando o monumento ao abolicionista, ficou a Escola Normal (número 1), seguido do grupo João Barbalho, o número 2, e assim por diante, sendo a Escola Profissional Feminina a última delegação.

O mapa publicado no jornal levanta algumas questões: a notícia informa que a concentração começaria às 9 da manhã, e que os grupos situados em bairros mais afastados, “*inclusive os que dependem de bond*”<sup>201</sup> deveriam partir às 8 horas. Haveria tempo de ler o jornal e organizar-se para a concentração? Certamente que não. Assim, o diagrama publicado pelo Diário de Pernambuco destinava-se ao seu público leitor em geral, e não às escolas e seus representantes.

---

<sup>201</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 13 de maio de 1938, p. 03.



202

O furo de reportagem do Diário de Pernambuco, neste dia, foi mostrar o diagrama da organização do evento, como ele funcionava internamente. O cuidado com que esses eventos eram divisados e pensados, a preocupação com os horários de chegada, já aparecia em outras notícias (da Folha da Manhã, por exemplo), mas não a dinâmica interna do evento: como as diretoras de cada escola deviam “*entender-se com o respectivo inspector-escolar que encaminhará os alumnos para o local onde deverão permanecer*”<sup>203</sup>.

Observe-se que o corte enviesado da ilustração foi arte do próprio montador dos clichês do Diário e restou um forte indício de que esta imagem não foi projetada em suas próprias gráficas: na extrema direita (apontado com seta nossa) há um tanto restante de um quadrado (carimbo?) que foi cortado pela diagramação do jornal. Ou seja: este mapa não pertencia à equipe do Diário de Pernambuco, mas certamente à organização do evento, que enviou exemplares às escolas participantes com antecedência para melhor se organizarem.

Esta notícia revela como a concentração era um momento de organização e disciplinarização dos desfilantes: de todos os pontos da cidade eles vinham, encontravam-se em determinado local previamente escolhido (essa praça, em especial, era um dos favoritos) e lá chegando orientavam-se com as autoridades constituídas, agrupavam-se nos respectivos pelotões: neste caso específico, os desfilantes foram divididos de acordo com o grupo escolar de que faziam parte; noutras ocasiões, a guilda profissional exercia tal papel.

---

<sup>202</sup> Idem.  
<sup>203</sup> Ibidem.

Temos, também, uma forte indicação de hierarquia: a Escola Normal e o Grupo João Barbalho, respectivamente primeira e segundo na ordem, apareciam em outras notícias como exemplos e modelos a serem seguidos. A notícia afirma, mais adiante, que “*a mesma ordem [de organização das escolas, da primeira à décima terceira] será observada no desfile*”. “*Antes do desfile*”, diz a reportagem, “*serão oferecidos bolos aos escolares*”<sup>204</sup>. O cardápio do evento não incluía, apenas, tais guloseimas: informações e doutrinação também não faltavam.

Nas reuniões de trabalhadores, os palestrantes abordavam temas que não variavam muito. Chamados genericamente de “assuntos de interesse trabalhista”, compunham uma paleta de aquarelas bem limitadas: “*o amparo do estado às classes trabalhadoras*”, “*Os Trabalhadores em face do Comunismo*” e as “*Classes Trabalhadoras e a Segurança Social*”<sup>205</sup>, e assim por diante.

Após as concentrações e conseqüente doutrinação/catequese a massa compacta saía em passeata/procissão pelas ruas do centro da cidade. A utilização de cartazes e dísticos, com dizeres alusivos à data e às lideranças, era bastante comum, como reportou o interventor em telegrama ao presidente Getúlio Vargas:

*“Após concentração, desfilaram empunhando bandeiras e legendas, todas emoldurando retrato V. Excia., constituindo apotheose sem parallelo outras epocas, em que comemorações Dia Trabalho decorriam sob apreensões e rigorosas medidas policiaes”*<sup>206</sup>.

Como as procissões católicas, também os desfiles estadonovistas tinham lá os seus ícones sagrados, santos padroeiros cujas beatas imagens eram carregadas com devoção pelos fiéis. Progressivamente, as festividades do Estado Novo se parecem, mais e mais, com os eventos “improvisados e encomendados” do passado que tanto afirmavam rejeitar: de espontâneas deviam ter muito pouco, e não faltavam sequer as criticadas aposições de retratos. Bota o retrato do velho. Outra vez.

---

<sup>204</sup> Ibidem.

<sup>205</sup> O mundo inteiro festeja amanhã, ruidosamente, o dia consagrado ao homem que trabalha nas fabricas e officinas. Folha da Manhã, Recife, 30 de abril de 1938, edição matutina, p. 01.

<sup>206</sup> O dia do trabalho em Pernambuco. Folha da Manhã, Recife, 02 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

### **Felicidade: uma brincadeira de papel**

*Anoiteceu/ O sino gemeu/ E a gente ficou/ Feliz a rezar./ Papai Noel/ Vê se você tem/ A felicidade/ Pra você me dar.* A letra de *Boas Festas*, composta por Assis Valente em 1933, serve como luva para retratar os natais das pessoas mais pobres no início do século XX brasileiro. Fugindo das obviedades das traduções do natal norte-americano, *Boas Festas* é uma composição *sui generis* onde à alegria da noite festiva é agregada uma sutil, porém pungente, dose de melancolia: nada é mais desejado que a felicidade, mas Papai Noel insiste em não trazê-la. É um brinquedo que não tem.

Mas nem todos os natais humildes são assim tão tristonhos quanto este retratado na música. As festas natalinas festejadas nos Centros Educativos Operários espalhados pela periferia do Recife transbordam de alegria – ou, pelo menos, assim são representadas.

Pouco antes do natal de 1939, em 20 de dezembro, o interventor federal Magalhães foi ao microfone do rádio conversar com seus governados<sup>207</sup>. A imagem que passa é de pura poesia, algo que, aparte a falta de neve, ficaria muito bem nas páginas de Charles Dickens. Os mocambeiros foram retirados do lamaçal onde viviam e se encontravam morando nas vilas populares. Na escuridão da noite, luzes acesas bruxuleavam nas casas novinhas em folha; nenhuma delas, contudo, brilhava tanto quanto a casa do Centro Educativo.

Lá, a diretoria tinha preparado uma festa de confraternização para os associados, suas famílias e a comunidade em geral. Meninos e meninas sentados no chão, abraçando com carinho as bonecas e bolas que haviam ganho de presente, lambuzando-se com talhadas de goiabada, presente da Fábrica Peixe para o natal dos Centros Educativos. Mas não eram exatamente as crianças que recebiam os melhores presentes: “*Vão ver*”, convida o interventor, “*nesses dias de Natal, a alegria das moças pobres, recebendo o seu diploma de costureiras,*

---

<sup>207</sup> Festas populares. Folha da Manhã, Recife, 21 de dezembro de 1939, edição matutina, p. 03.

*conquistado nos cursos que os Centros Educativos*<sup>208</sup>. Brinquedo algum pode ser mais valioso.

“*Fiz instalar [esses centros] em cada suburbio*“, festeja o interventor numa pouco modesta primeira pessoa, e agora as mocinhas pobres podiam preparar-se e ganhar o sustento com a nova profissão aprendida na escola de costura ou usando as máquinas disponíveis para ganhar trocados.

A diversão nesses centros não é algo gratuito, um direito cidadão. Tais cenas edificantes e românticas do natal do subúrbio têm muito a nos dizer sobre como as festas serviam de local de aprendizado da cartilha do novo regime. Em consonância com o interventor, afirmou o editor-chefe José Campello: “*nos Centros Operarios as diversões educam, alegam, nobilitam*”<sup>209</sup>.

Logo no início de sua fala, Agamenon parte para o ataque: não pensem que “*divertimentos populares*” sejam apenas o “*foot-ball*” e o carnaval. O leitor, se assim raciocina, deve ir aos subúrbios, encontrar a verdadeira alma recifense festejando o nascimento do Cristo em torno dos Centros Educativos Operários. Lá, sim poderão ver “*familias operarias, felizes com o seu destino e a sua fé*”<sup>210</sup>. Ambos, destino e fé, ostensivamente ensinados pelos mesmos centros que agora festejavam o natal. O mentor de todo esse processo, o próprio interventor, queria ampliar esse destino e essa fé por todos os seus leitores – razão mesma de sua fala.

O natal, diz-nos Magalhães, é alvoroço e esperança, qualidades cristãs que não devem ser esquecidas. Contra a “*assimilação espuria de crenças e ideologias*” não brasileiras, impõe-se o Estado Novo, resgatando a verdade mais pura deste povo – o que não deixa de ser um contracenso, pois se os centros e o regime defendem tão veementemente as coisas brasileiras, como as lapinhas (de origem italiana) e o Papai Noel (europeu) podem encontram lugar junto aos “*fandangos, as festas*”?

Os festejos natalinos promovidos pelos centros são uma mostra de como essas instituições foram importantes para catalisar o povo recifense em prol do

---

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> CAMPELLO, José. Diversões populares. Folha da Manhã, Recife, 30 de dezembro de 1939, edição matutina, p. 03.

<sup>210</sup> Festas populares. Folha da Manhã, Recife, 21 de dezembro de 1939, edição matutina, p. 03.

leviatã agamenosiano: o interventor saúda nessas festas a ingenuidade e a doçura, mas, de ingênuas elas têm muito pouco. Uma pista de seu papel nos é dado pelo próprio texto, quando fala de “*alegria e saúde moral*” que essas festas proporcionam, em contraparte ao “*modernismo pagão*”, ao “*snobismo, que deforma e exhaure*”. Contra tudo isso, se impõe Agamenon.

Ser saudável moralmente é ser um patriota, é abdicar do paganismo hodierno e voltar-se para as tradições de sua terra. Ser saudável moralmente é apoiar o Estado Novo em todas as suas esferas, pois todos os esforços deste regime são feitos para a elevação espiritual do povo. É saudável marchar nas festas, assistir aos comícios, celebrar as festas propostas pelo regime. É saudável ser ingênuo e doce.

### **Os trabalhos e os dias**

No início do ano de 1938, articulistas da Folha da Manhã afirmaram que a capital pernambucana padecia de um sério problema: o Recife era um local entediante. Nesta cidade, os divertimentos resumiam-se, basicamente, ao cinema e às “*palhaçadas pornográficas dos Jararacas e outros reptéis que deviam estar sob a alçada permanente da polícia*”<sup>211</sup>. Eram raras as companhias de teatro do sul do país, consternava-se o jornal, que visitavam a cidade. Muito pouco, ainda mais quando lembramos o discurso de posse de Agamenon Magalhães, proferido pouco mais de dois meses antes desta notícia, onde o novo interventor federal em Pernambuco prometera, diante de grande multidão (ela mais uma vez) que se aglomerava para ouvir sua primeira fala, que traria a “*emoção*” do Estado Novo para a cidade. Cumpriria a promessa? Deixaria o Recife de ser a cidade morta de que falava o jornal?

A promessa do candidato é o calvário do estadista, mas em Primeiro de Maio deste mesmo ano houve uma primeira tentativa de cumprir o prometido: a festa do Dia do Trabalho. Apenas um único dia, porém, não era suficiente, e pelo menos durante uma semana a cidade foi agitada pelos eventos, vesperais do grande dia.

---

<sup>211</sup> Recife sem diversões. Folha da Manhã, Recife, 24 de Fevereiro de 1938, edição matutina, p. 03.

O rádio foi ocupado por elementos de destaque do novo governo, doutrinando com cuidado a população que os ouvia. Convocavam os trabalhadores a não ficarem em casa, participarem dos festejos, persuadiam-nos da relevância do momento para os destinos do Estado e da Nação; alertavam-nos sobre as tais ideologias perversas que insistiam em sibilar em seus ouvidos mentiras travestidas.

A Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco fora a engrenagem-chave desta vez. Reuniu seus afiliados em concentração, operários dos mais diferentes bairros, aglomerando-se em multidão na praça Arthur Oscar. Os discursos de propaganda excitavam seus espíritos para o desfile. Cochichos começaram a circular de boca a orelha: quanta gente chegava? Dez mil? Oito mil? No momento não era possível contar, não era possível ter certeza, saber o número exato; sabia-se apenas que era muita gente.

Tinham chegado à praça antes das 14 horas, sol a pino; o desfile não começaria, contudo, antes das três da tarde. Esperava-se Agamenon, mas a essa altura o interventor pinotava pela cidade, inaugurando obras em júbilo pelo dia do trabalho que se aproximava. Certamente não chegaria logo... e não se começa uma festa sem seu convidado mais ilustre, não é fato?

Ainda que o mormaço da tarde convidasse à sesta, os trabalhadores não podiam dar-se ao luxo de descansar, e às 15 horas começava o desfile. Num exemplo da disciplina que o Estado Novo queria que seus comandados exibissem, foram organizados em "*columnas por quatro*"<sup>212</sup> e seguiram até o Altar da Pátria e do Trabalho; uma vez lá, realizavam interessante ato de contrição e fé política: saudavam o presidente da república na pessoa do seu interventor no Estado, e tudo isso diante de um altar. Era um novo mistério da fé, só que agora ao invés de três pessoas formando um Deus único tínhamos dois políticos formando uma única deidade cívica.

Uma vez cumprido o dever cívico-religioso de louvação ao novo credo, os trabalhadores fizeram o percurso inverso e retornaram à praça. Não se

---

<sup>212</sup> A semana do trabalho. Folha da Manhã, Recife, 26 de abril de 1938, edição matutina, p. 08.

dispersaram antes das 18 horas. Quatro longas horas de espera, caminhada e discursos. Viva o trabalho!

Este mesmo roteiro foi feito no dia Primeiro de Maio especificamente, num evento maior, sem dúvida, mas não qualitativamente diferente: nos horários, nos preparativos e principalmente nos adjetivos. O “*imponente espetáculo*” mais uma vez ganhava as ruas centrais do Recife, entupidas por alguns milhares de desfilantes que seguiam em procissão cívica de um canto a outro, como se carregassem o andor de um santo.

Dentro dessa liturgia estadonovista, as datas cívicas eram momentos de grandiosidade do regime, que engalanava praças e enchia ruas para comemorá-las. Os governos estavam tão envolvidos com a propaganda que preparavam espaços e estruturas para que os eventos pudessem ocorrer da maneira ideal. Coerente com toda visão de mundo e prática política, não se esperava que o povo, espontaneamente, viesse festejar o regime. Não. Ele era instado a fazê-lo, recebia de presente manifestações prontas e ordeiras que viriam a marcar os grandes momentos. Não havia porque se esperar pelas multidões; elas seriam fabricadas através da inserção do poder estatal nas diversas organizações de classe e representativas da sociedade, colocando-as a marchar e festejar no dia e hora acertados.

O local por excelência para este tipo de evento era o Altar da Pátria, erigido em 1938 pela prefeitura. Logo quando foi construído, usava-se esta denominação de maneira um tanto envergonhada, acompanhada do adjetivo “alegórico”; aos poucos, porém, sua proposta foi-se firmando: ara de civismo para onde confluíam as classes trabalhadoras em honra e devoção. Sua data máxima? O dia do trabalho: os operários e suas famílias concentravam-se diante do *sancta sanctorum* à guisa de oferendas votivas, ex-votos de uma classe agradecida pela graça alcançada. “*Acorrei, pois, ao Altar do Trabalho*” proclamava a junta administrativa do Sindicato Gráfico de Pernambuco, em 1938, “*para prestar a vossa homenagem em honra a todos que têm propugnado pela defesa dos*

*principios humanos – por Deus e pela Pátria!*<sup>213</sup> – soldados da trincheira de combate ao indiferentismo.

O jornal confere à cena dos preparativos do evento, toda uma série de valores: sacralidade, penitência, respeitabilidade. Defronte à Faculdade de Direito do Recife, vetusta e respeitável instituição, ergueu-se um santuário “*para prestar a vossa homenagem em honra a todos que têm propugnado pela defesa dos principios humanos – por Deus e pela Pátria!*”<sup>214</sup>.

Há, de fato, nessas manifestações e celebrações em torno do Primeiro de Maio um quê de misticismo, de sacralização que, de resto, serão marca registrada de diversas manifestações do Estado Novo, em especial daquela grande vitrine do pensamento reacionário católico, o Congresso Eucarístico Nacional de 1939.

Deus e Pátria. Desde pelo menos a Revolução Francesa e, no Brasil, a Proclamação da República, que essas duas esferas caminhavam em vias separadas. O liberalismo burguês sancionava a religião ao campo do privado, da confissão íntima, enquanto que o cidadão poderia, pelo menos em tese, ter qualquer crença religiosa – desde que obedecendo às supremas leis que regiam a todos, crentes e ateus.

O Estado Novo, antiliberal por definição, seguia noutras veredas. Num aspecto particularmente visível nos seus setores mais ligados à Igreja Católica – e ninguém poderia sê-lo mais que Agamenon Magalhães e companhia – o Estado colava-se à religião, o debate político era escanteado e em seu lugar era provocado o surgimento de uma espécie de “fé política”<sup>215</sup>. A oposição, antes de ser uma questão de opinião, passava à esfera da heresia, e os ditames do regime, ao campo da ortodoxia.

Fazia-se um enorme esforço de divulgação para que a dedicação à Pátria e ao governo ultrapassasse o campo da filiação política e chegasse, na prática, à devoção. Assim, sempre que possível, ações eram desumanizadas e enviadas à

---

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> O mundo inteiro festeja amanhã, ruidosamente, o dia consagrado ao homem que trabalha nas fabricas e officinas. Folha da Manhã, Recife, 30 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>215</sup> “A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava”. In LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1986, p. 18.

esfera do divino. O trabalho, produção humana demasiadamente humana, foi alçado pela retórica oficial à *“propria condição da vida, creada por Deus”*, onde *“o primeiro operario foi a propria Providencia, creando o universo”* (...) *“permanentemente uma exaltação á obra de Deus”*<sup>216</sup>.

As festividades do Dia do Trabalho extrapolavam a simples comemoração por determinada data cívica. Declaradamente, festejava-se o que de mais sagrado poderia ter um povo, sua certeza mesma de estar existindo como tal. Logo na primeira página, a Folha da Manhã festejava, em sua significativa manchete, o *“Imponente Espetaculo de Fé Patriotica”* que se dera dois dias antes<sup>217</sup>. Merece atenção, sem dúvida, o elemento “espetáculo” nesta chamada, por tudo que já foi exposto até agora. A “Fé”, por sua vez, é significativa do projeto político engendrado pela elite estadonovista pernambucana. Continuando a leitura, mais uma vez nos damos conta da relevância destas manifestações e das reportagens que se lhe seguiam:

*“A cidade assistiu, ante-hontem, a um verdadeiro espectaculo de fé civica e disciplina social, inedito até então na historia do seu entusiasmo patriotico, nos ultimos tempos. As comemorações do dia do Trabalho, precedidas de toda uma semana de manifestações as mais calorosas, culminaram com as excepcionaes solennidades de domingo. Milhares de trabalhadores syndicalizados promoveram imponente desfile a que se associou grande parte da população conduzindo cartazes com expressivas legendas patrioticas”*<sup>218</sup>.

As fotos que circularam nos jornais no dia seguinte à grande festa esforçavam-se por afastar quaisquer dúvidas que ainda restassem sobre a grandiosidade do evento, assustando-as como os espantalhos aos corvos: na linguagem própria do momento, as mais diversas classes sociais prestavam aos dirigentes – Estado e Nação – a mais devota solidariedade, o mais desvelado apoio. As faixas, seguradas pela multidão, celebravam vibrantemente os

---

<sup>216</sup> O dia do trabalho. Folha da Manhã, Recife, 01 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>217</sup> Imponente espetaculo de fé patriotica. Folha da Manhã, Recife, 03 de maio de 1938, edição matutina, p.

01.

<sup>218</sup> Idem.

defensores da nacionalidade, que arrancaram o Brasil da anarquia e estavam no poder “pela graça de Deus”. A “Patriótica Homenagem” da faixa dirige-se exatamente a essas duas figuras: Deus (que agraciava o Brasil), e Getúlio Vargas, (titã dos trabalhadores).



219

Selva de mastros eretos, miríade de faixas e dísticos empunhados, oceano de cabeças, número incontável de pessoas. Multidão. Civismo travestido em fé cega, faca amolada nas mãos de lideranças ambiciosas. Encerrou a semana do trabalho de 1938 verdadeira profissão de fé e crença no mais novo santo do panteão brasileiro, Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República: uma passeata de mais de 20.000 pessoas trafegou pelas ruas do Recife única e exclusivamente em homenagem ao líder maior do regime; nas ruas milhares de cartazes proclamavam “*Obediência ao Chefe. Com trabalho e disciplina estamos construindo Estado Novo*”<sup>220</sup> logo abaixo do retrato do padroeiro gaúcho.

As concentrações eram, geralmente, apenas o início. A orquestra primeiro esquentava as cordas dos seus instrumentos: a multidão era estimulada, exaltada, preenchida pelas verdades sagradas propostas pelo Estado Novo. Uma vez feito esse exercício preparatório, aconteciam os desfiles propriamente ditos.

<sup>219</sup> Folha da Manhã, Recife, 02 de maio de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>220</sup> Trabalho e disciplina. Folha da Manhã, Recife, 12 de fevereiro de 1938, edição matutina, p. 08.

Os mesmos elementos que por algum tempo ouviram os estímulos das lideranças estaduais, agora saíam em passeata, divulgando estas verdades ruas afora, amplificadores do discurso oficial. Expunham os seus símbolos de classe, levavam consigo suas famílias, gente do povo em marcha, saudando o governo e convidando a assistência a fazer o mesmo: identificar-se consigo e, também, perfazer o caminho de apoio a Agamenon. “*Apotheose sem paralelo*”.

O Primeiro de Maio deveria ser em memória do trabalhador. Mas não se perdiam de vista outros importantes elementos da realidade política, “*as autoridades superiores do paiz e o Estado Novo Brasileiro*”<sup>221</sup>. Se a data era apenas “simbólica” em relação ao trabalho<sup>222</sup>, era bastante presente no que tangia ao poder público.

Foram contabilizadas cerca de 15.000 pessoas comemorando o Dia do Trabalho em 1938. O jornal não relatou sequer um único incidente. Nada que tenha, da maneira mais trivial possível, saído errado. Nenhuma manifestação de oposição. Nem sequer um vulgaríssimo batedor de carteiras que tenha sido preso, apesar de sabermos que a polícia estava, sim, presente nesses eventos. Apenas alguns milhares de pessoas que decidiram simplesmente sair de casa e dizer o que pensavam. E, assim pretendia o jornal, pensavam todos rigorosamente a mesma coisa.

Eis que se fizeram novas todas as coisas, pretendia a propaganda oficial. Dentro do mote de regeneração instantânea apregoado pela administração agamenosiana, mesmo que esta não tenha ainda completado um ano de vida, já são claros os sinais de diferença em relação ao passado. O dia do trabalhador foi saudado com clarins de alegria, e o chefe do executivo estadual, num grande movimento de propaganda, une-se à multidão em parada e desfila com eles.

“*Operarios do Brasil, sentido!*”(…) “*chegou a vossa época. Os vossos direitos estão garantidos*”, grita a plenos pulmões o Estado Novo. “*Agora é viver, trabalhar e progredir*”<sup>223</sup>. Sem medo, sem bagunça, apenas progresso. Eis o grande lema

---

<sup>221</sup> A rua o operario pernambucano. Folha da Manhã, Recife, 02 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>222</sup> “*A cidade assistiu hontem a um imponente espetaculo: o desfile de alguns milhares de operarios, pelas ruas centraes comemorando a data simbolica do trabalho*”. Idem, grifo nosso.

<sup>223</sup> Idem.

deste regime. Eis o grande mote de sua história, o eixo central de toda sua propaganda: “*a desordem foi banida no seio da massa*”.

Toda programação de festividades é totalmente calcada na doutrinação. Quando observamos as tábuas de eventos que se seguiram, são uma sucessão infinita de discursos, palestras, desfiles e homenagens.

Existem alguns motes, algumas peças de resistência dentro da mensagem estadonovista. Quando observamos os discursos e os destaques do jornal nos três momentos de festa trabalhista – a concentração, o desfile e a apoteose – os temas são sempre os mesmos, repetidos à faina. Unidade, o mais freqüente de todos, o mais repetido, aquele que recebia maior trabalho por parte dos operários das palavras que elaboravam os discursos e escreviam as páginas do jornal: “*unidade é fundamental, a uniformidade imprescindível*”<sup>224</sup>, afirmava em editorial o diário Folha da Manhã, quando das comemorações do Cinquentenário da Abolição da Escravatura. Há o forte desejo de criar a imagem de uma sociedade unida, em paz e, principalmente, alegre. Repressão, perseguições e violências são óbvia e galantemente ocultadas.

Até como um desenvolvimento desse primeiro tema, vinha um segundo: a unidade nacional. Parte de um regime que, nacionalmente, defendia de maneira aguerrida a unicidade brasileira, a propaganda pernambucana não poderia divergir nesse particular. Há verdadeira obsessão em reafirmar a unidade espiritual e política da nação brasileira, do seu povo e das classes entre si.

O Dia do Trabalho, talvez mais que qualquer outra data, era a grande vitrine do modelo social estadonovista. Era através dessas festividades, desses eventos que os personagens-chave da política eram construídos, que os motes dominantes de todas as manifestações posteriores eram trabalhados.

A presença do interventor era garantida em todo um sortimento de eventos: a inauguração de um posto médico<sup>225</sup>, a instalação da Carteira Predial do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários e a inauguração da sede própria do

---

<sup>224</sup> O sentido das comemorações do 13 de maio. Folha da Manhã, Recife, 11 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>225</sup> A semana do trabalho. Folha da Manhã, Recife, 26 de abril de 1938, edição matutina, p. 08.

Sindicato dos Estivadores<sup>226</sup>... em todas essas ocasiões podia-se esperar o sr. Agamenon Magalhães acompanhado de grande entourage: o prefeito Novaes Filho, secretários e Estado e, sempre, a presença indispensável da imprensa, registrando os acontecimentos e reportando aos ávidos leitores os acontecimentos do dia, de como o interventor estivera presente a mais uma relevante reunião da classe trabalhadora. Aliás, reportar a presença do interventor nas solenidades era algo fundamental para aquela propaganda. Agamenon Magalhães e seus assessores eram figuras centrais da prosa jornalística, suas ações durante os eventos eram cuidadosa e vibrantemente reportadas.

Havia ênfase constante na grandiosidade de multidão, apresentada e reapresentada seguidas vezes num mesmo artigo: num deles<sup>227</sup>, pede-se, já no subtítulo, que o leitor atente quanto à multidão reunida para a festa (15.000 pessoas), informação reforçada pouco mais à frente quando se afirma que “*grande massa de trabalhadores se foi reunindo na praça Arthur Oscar*”, a concentração do evento; como se a informação não estivesse suficientemente clara, reafirma-se que “*às 15 horas, encontrava-se na praça da Faculdade incalculável multidão*” e mais uma vez menciona-se a “*enorme massa popular*”. Sem essa tão decantada multidão, a mágica não funcionaria.

Agamenon e companhia, numericamente falando, não se comparam, obviamente, aos milhares de trabalhadores congregados e concentrados. Por isso mesmo havia todo um precioso trabalho estilístico para ressaltar sua figura e de seus colaboradores, contraponto à gigantesca multidão que afirmam ter sido reunida nas ruas do Recife.

Em dado momento, Agamenon Novaes Filho e outras autoridades, olímpicamente, “*puzeram-se á frente da multidão*”<sup>228</sup>. Ora, pastores de enorme rebanhos, líderes de multidões, seus donos e senhores: assim se apresentavam as lideranças estadonovistas pernambucanas. A despeito e apesar da grandiosidade e da magnitude do aglomerado humano, eles podiam tranqüilamente pôr-se à sua frente, guiá-los os caminhos.

---

<sup>226</sup> Festa do trabalho. Folha da Manhã, Recife, 02 de maio de 1938, edição vespertina, p. 01, 07.

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> Ibidem.

Este papel de líder de homens foi reforçado pelo discurso de uma operária, Elza Cavalcanti Cezar, um modelo exemplar de trabalhista pernambucana: empregada de uma fábrica, afiliada a um Centro Educativo Operário. Elza não apenas falava em nome desses centros como, por ser mulher, qualificava-se para representar também a família operária, que, segundo ela, considerava o líder “o maior e o mais digno advogado de suas reivindicações justas”<sup>229</sup>, e ao final de sua fala, presenteia Agamenon com um bronze artístico. Talvez como mera recordação, souvenir, agradecimento pelos “*numerosos benefícios em favor da classe trabalhadora*”. Agiganta-se o Cidadão Caim pernambucano, grande e justo provedor de sua gente.

Esse calor humano é seguidamente retratado na Folha da Manhã. Cria-se uma aura de popularidade em torno desta liderança só comparável ao número de desfilantes reunidos para festejar o trabalhador e prestar homenagens ao Estado Novo. Se o interventor faz um discurso, era “*a todo o momento interrompido pelos aplausos da multidão*”. O povo entusiasmado, assim reportava o jornal, aplaudia intensamente todo elemento do governo que se pronunciava: qualquer secretário que vertesse palavras ao microfone recebia a mais calorosa ovação. Quando lembramos que estes discursos eram proferidos em frente ao Altar do Trabalho, temos um sacrificial propagandístico, onde as lideranças são alçadas à condição de bodhisativas que optaram por descer do Nirvana apenas para guiar os destinos daquele povo que, ensandecido, cobre-os de homenagens.

O modelo de festividades era bastante repetitivo. A liturgia não sofreu grandes mudanças ao longo dos anos de interventoria: o hasteamento do pavilhão nacional; as salvas de tiros; as concentrações e os subseqüentes desfiles, ambos fortemente disciplinados pelo Estado; os discursos; as apoteoses finais... tudo muito recorrente. Não houve muito espaço para mudanças ou inovações, pelo menos no período anterior à II Guerra. Era um figurino deveras restritivo.

Em consonância com o modelo nacional varguista, a propaganda agamenosiana primava menos pelo entretenimento que pela doutrinação. Assim, os secretários iam, durante toda semana ao microfone do Rádio Jornal, mais

---

<sup>229</sup> Imponente espetáculo de fé patriótica. Folha da Manhã, Recife, 03 de maio de 1938, edição matutina, p. 01.

importante radiodifusora do Estado, e faziam suas palestras, assuntos palpitantes como o “Direito de propriedade e condições sociais do meio”, ou “O amparo do Estado às classes trabalhadoras” dissertados pelo prefeito Novaes Filho e por Andrade Bezerra, presidente do Conselho Legislativo e de Economia.

De fato, houve um artigo que mostrou muito bem o que significavam, dentro do caudal de propaganda empreendido pela interventoria, as festividades do Dia do Trabalho. Significativamente intitulado “*Os comerciantes e o sentido das comemorações do dia do trabalho*”, nele o presidente da Associação dos Empregados do Comércio, Antonio Sant’anna, tecia os seguintes comentários:

*“estamos comemorando, significativamente, o dia do trabalho porque além das festas que estão marcadas para hoje, tivemos da semana findante, graças á orientação do Conselho Economico e Legislativo; palestras educativas em torno do problema trabalhista se completando com as reuniões centristas, nucleos de formação sadia do operario de Pernambuco”*<sup>230</sup>.

Esta breve declaração é um resumo, uma súmula de todo o espírito de comemorações que permeava a cidade do Recife neste período: era antes de tudo um evento controlado e delineado muito de perto pelo tal Conselho, órgão da interventoria, em total consonância com o modelo mais geral, varguista<sup>231</sup> – longe, por isso mesmo, da propalada espontaneidade de que se vangloriava o interventor.

Havia, para o presidente Sant’anna, um “problema trabalhista”, que teria sido solucionado pela ação determinante do Estado Novo e sua lideranças, que agora continuavam seu trabalho através da doutrinação dos trabalhadores. Palestras, discursos, concentrações eram todos movimentos diferentes com um mesmo intuito, qual seja, marcar as mentes do trabalhador com o apelo deste regime político. Ao fim e ao cabo, a tal “formação sadia” a que se refere o articulista, não passava de doutrinação política, de tentativa de criação de uma identidade entre

---

<sup>230</sup> Folha da Manhã, Recife, 01 de maio de 1938, edição matutina, p. 02.

<sup>231</sup> “Os órgãos oficiais eram governamentais eram responsáveis pela organização dos festejos. No Brasil, o DIP e o Ministério da Educação e Saúde encarregavam-se delas”. In CAPELATO, Maria H., (op cit, p. 60).

um setor da população – no caso os trabalhadores oficiais – e o Estado Novo que se implantava.

O Dia do Trabalho de 1938 tornou-se a Grande Entrada de que precisavam Agamenon e seu regime, aquele marco inicial, ponto indelével que serviria como farol para separar o passado amarelecido do presente vivaz que o interventor e seu jornal pretendiam estabelecer. Ao longo da interventoria, contudo, o Primeiro de Maio se manteve uma data especial na liturgia estadonovista, sempre uma oportunidade de salientar seus ideais.

A intenção do primeiro Dia do Trabalho do Estado Novo ficou bem esclarecida quando o diretor de Reeducação e Assistência Social, Milton de Pontes, afirmou que em 1938 a propaganda doutrinária “*dirigiu-se, principalmente, contra o comunismo, que se infiltrara nos meios operarios*”<sup>232</sup>, e a festa do trabalhador nada mais era que uma demonstração da “*renovação social*”, que a “*massa operaria não era partidaria de Moscou, como se propalava*”.

Até por causa de sua natureza mística e desejosa de ser sacra, não havia necessariamente processos de modificação na propaganda estadonovista, mas antes uma transformação automática e imediata, como um fiel que ao emergir das águas do batismo encontra-se totalmente renovado e livre dos pecados. Assim, logo no primeiro ano, o grande inimigo do operariado pernambucano – o comunismo – jazia batido e derrotado; era o momento de novos desafios serem colocados. Mais uma vez, nos diz Milton de Pontes:

*“Este anno” (...) “vamos mais alem. Numa demonstração de civismo e compreensão de deveres, os trabalhadores afirmarão a identidade entre o capital e o trabalho, a união de todos os factores da producção, num só desejo e num gesto unico de serviço ao Brasil, assegurando-lhe um destino grandioso no campo social, economico e politico”.*<sup>233</sup>

---

<sup>232</sup> Festa do trabalhador nos centros educativos. Folha da Manhã. Recife, 28 de abril de 1939, edição matutina, p. 1, 7.

<sup>233</sup> Idem.

Esse tipo de afirmação reforça a obsessão agamenosiana pela unidade em dois momentos: primeiramente por afirmar que por não haver mais um inimigo comum seria hora de ir além do que fora já conquistado; da mesma forma, em oposição à divisão clássica do comunismo entre capital e trabalho surgia o cooperativismo entre as duas forças econômicas, antes ditas opostas e que agora se apresentavam unidas e em paz. Perfeitas mensagens de otimismo para preparar os ânimos e espíritos dos trabalhadores prestes a marchar.

Reforçando o papel agregador dos Centros Educativos Operários, estes são saudados e reconhecidos em seu “*grande esforço constructor, acção social e educativa*”<sup>234</sup> junto aos trabalhadores do Estado, a quem oferecem “*um sentido amplo de brasilidade e civismo, de juventude e formação christã*”. O articulista nos afirma que tais atividades não podem passar despercebidas “*ao observador imparcial*” – ou seja, negar esse papel seria simples displicência ou mesmo má vontade.

Interessante como o jornal, ao menos nesse momento, prefere não comentar a filiação desses centros, criações caras do Estado Novo, optando por dar-lhes um passado menos confortável: “*Não fôra essa orientação e essa attitude*”, afirma, “*jámais teriam vencido obstaculos diversos e conquistado a sympathia, a estima e a proteção dos homens publicos*”. Ou seja: ao invés de simplesmente apoiar uma de suas criações, a interventoria estaria dando seu apoio a uma iniciativa meritória por si própria – não é à toa que Agamenon e seu staff são chamados de “*pleidade renovadora dos processos administrativos*”.

De fato, a ação dos Centros Educativos Operários na semana que precedeu ao Dia do Trabalho foi intensa: demonstrações trabalhistas foram organizadas nos principais bairros proletários da cidade, “*com numerosa assistencia de operarios e grande brilho*”<sup>235</sup>. Os bairros de Pombal, Pina, Monteiro, Afogados, Santo Amaro, Água Fria, Várzea, Iputinga tiveram suas concentrações operárias.

O modelo das concentrações não trouxe surpresas, como era de se esperar: oradores abordaram os conhecidos “*assumptos de interesses trabalhistas*”,

---

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> Festa do trabalho: programa das festas. Folha da Manhã. Recife, 27 de abril de 1939, edição matutina, p. 16, 05.

apenas neste ano em particular o mote “*cooperação capital e trabalho como necessidade imprescindível ao desenvolvimento econômico e social do Brasil*”<sup>236</sup> ocupou a maior parte das locuções – um tema, e isto também não surpreende, escolhido como central dentro das comemorações do Primeiro de Maio de 1939:

“*Póde estar certo que a Festa do Trabalho, este anno, marcará uma nova etapa na obra de reeducação e assistência social que estamos realizando e pelo seu ineditismo colloca mais uma vez o governo de Pernambuco numa posição de relevo, liderando a acção social do Estado Novo*”<sup>237</sup>.

O trabalho realizado pelos CEO's é caracterizado como “*reeducação e assistência social*” repetidas vezes nas mais diversas oportunidades, inclusive aqui neste artigo. Esta reeducação é bastante ampla em seu objetivo, pois visa criar um homem totalmente novo, livre dos vícios adquiridos no passado. Cada uma dessas manifestações, até como já vimos anteriormente, é parte de um extenso projeto educativo, inculcando noções de civismo, compreensão e cumprimento de deveres, obediência, nacionalismo, disciplina. Das concentrações promovidas nos bairros até as apoteoses finais, via-se um amplo processo de doutrinação e convencimento. Também nisso, a semelhança e a inspiração fascistas são claras, como podemos ler em um livro de propaganda italiana publicado em São Paulo em 1936: “*a cultura fascista tem suas características inconfundíveis. É eminentemente restructora*”<sup>238</sup>.

Essa reconstrução, porém, não se restringia à doutrinação. “*Não estamos indiferentes ao preparo physico dos homens de trabalho, á defesa de suas energias vitaes*”<sup>239</sup> afirma com veemência o articulista. Desta maneira, na profícua semana do Trabalho os operários vinculados reuniram-se bem cedo, às 8 horas da manhã, na Avenida João Perdigão, onde mais uma vez ficaram concentrados.

---

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Festa do trabalhador nos centros educativos. Folha da Manhã. Recife, 28 de abril de 1939, edição matutina, p. 01, 07.

<sup>238</sup> SAMPAIO, Adelmo. **Ave Roma!**. São Paulo, s/ed, 1936 p. 25.

<sup>239</sup> Festa do trabalhador nos centros educativos. Folha da Manhã. Recife, 28 de abril de 1939, edição matutina, p. 01, 07.

Depois dos habituais discursos, o agrupamento seguiu em desfile para o Estádio da Brigada Militar, onde foram realizadas competições esportivas.

As “*actividades do espirito*”, ensina o articulista, “*desenvolvem o senso social e artistico*” dos operários, mas só esses aspectos não são suficientes. O ócio não pode ser deixado à própria sorte, ao léu, ao bel prazer dos funcionários: a “*pratica racional dos esportes*” deveria ser patrocinada, para que um ambiente “*de disciplina e alegria*”<sup>240</sup> surgisse<sup>241</sup>.



Neste particular, esse convite que os CEOs publicaram na Folha da Manhã é bastante significativo: naquele dia máximo do regime estadonovista, momento supremo de celebração da gente brasileira, o culto ao corpo e aos esportes tem lugar de destaque.

As semelhanças das figuras representadas nesse convite, seus corpos e atitudes, revelam notável semelhança com a estética dos países autoritários da Europa.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> Nos regimes autoritários – em seus mais variados matizes – a exaltação do físico perfeito aponta para o homem perfeito que surgiu a partir do novo regime. Desta maneira, exercícios e demonstrações atléticas e esportivas são uma tônica constante. O melhor exemplo desta política deu-se na Alemanha nazista, particularmente em 1936 com os Jogos Olímpicos de Berlim, retratados de maneira impressionante pela cineasta Leni Riefenstahl em seu filme-documentário Olympia, o qual “*é muito mais que um simples documentário – é um hino de exaltação à Alemanha nazista, através da glorificação da força física, da saúde e da pureza racial, miticamente fotografadas*”. In LENHARO, Alcir. **Nazismo: “O Triunfo da vontade”**, p. 60.

<sup>242</sup> Folha da Manhã. Recife, 01 de maio de 1940, edição matutina, p. 05.

Os corpos masculinos bem desenhados, apolíneos em seu esforço físico, mostram-se competidores ferozes, “a vitória do homem mais forte sobre o mais fraco” (...) símbolo unificador “da cultura comunal”<sup>243</sup>. Observemos que não há preocupação com pudores: os atletas são representados em sumárias vestimentas, “hipocritamente”<sup>244</sup> assexuados.



Há pelo menos uma referência a um não-esporte: simples prova de força, carregar sacos pretende tão-somente mostrar a força e o poder dos atletas em questão.

Os homens nos são apresentados nas mais variadas modalidades esportivas: as corridas, o football, o basket-ball, o volley-ball. E sempre em lances decisivos: seja o momento da partida na corrida, a cortada magnífica sobre a rede o vôlei ou o racha pela bola no campo.

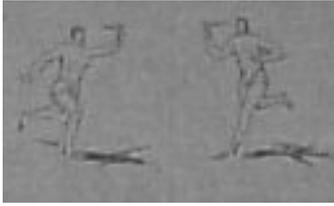


No canto inferior direito, mais modestas e compostas, duas moças com saias discretas disputam uma bola. Diferentemente dos homens, que têm seus dotes físicos ressaltados e celebrados, as curvas femininas são piedosamente preservadas.



<sup>243</sup> SONTAG, Susan. O Fascinante Fascismo. In **Sob o signo de Saturno**. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 71.

<sup>244</sup> Idem, p. 74



Notável a presença, em pleno centro do anúncio, de uma novidade: a tocha olímpica. Criada nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, quatro anos depois já estava totalmente assimilada.

Analisar o esporte e o entretenimento é uma maneira bastante eficiente de percebermos como o Estado Novo relacionava-se com seus comandados: primeiramente, o desejo de estar presente em todos os momentos da vida humana, não apenas no campo do dever e do trabalho, mas também no lazer. O autoritarismo se coloca pronto a pelo menos tentar dominar o operário em cada um dos seus afazeres. As abelhas, quando não estiverem produzindo mel, deverão ouvir o interventor, ver o interventor e divertir-se de acordo com as normas do interventor.

A proposta da interventoria é de uma ubiqüidade sufocante, e mais uma vez ouvimos soar com bastante força os ecos do fascismo nesta pretensão: Mussolini afirmou que “o século XIX, foi o do individuo (*liberalismo significa individualismo*)” enquanto que o século XX seria “o *Seculo ‘Collectivo’ e, portanto, o Seculo do Estado*”<sup>245</sup>. Esse Estado pode muito bem ser definido como “*um todo espiritual e moral*”<sup>246</sup>: intérprete e vigilante do espírito do povo; não apenas o presente “*mas é passado e principalmente futuro*”<sup>247</sup>.

A gama de obrigações educativas e (re)formadoras do Estado fascista defendida por Mussolini não estaria, de maneira alguma, deslocada num discurso das autoridades pernambucanas:

*“educa os cidadãos nas virtudes cívicas, torna-os conscientes de sua missão, estimula-os á união” (...)* *“leva os homens da vida rudimentar da tribo á mais alta expressão humana de força que é a autoridade” (...)* *“aponta e recommenda ás gerações vindouras, os capitães que lhe engrandeceram o seu territorio e os genios que o illuminaram de gloria. Quando declilna o sentimento do Estado e prevalecem as tendencias*

---

<sup>245</sup> SAMPAIO, Adelmo, *op cit*, p. 79.

<sup>246</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>247</sup> *Ibidem*.

*desassociadoras e centrifugas dos individuos ou dos grupos, as sociedades nacionais encaminham-se para o ocaso*"<sup>248</sup>

A verdadeira obsessão pela presença absoluta, pelo controle absoluto. A busca recorrente e perseverante pelo doutrinação individual do trabalhador, pela redução do individualismo e da individualidade. Todos desejos fascistas. Todas propostas estadonovistas.

### **Parabéns**

Não se tenham dúvidas a respeito: 1938 foi um ano particularmente festivo para a cidade do Recife. Toda a semana final de abril e o primeiro de maio foram verdadeiro tiroteio de fogos de artifício espocando nos céus da capital pernambucana, primeira prova de fogo da artilharia propagandística que o arsenal de Agamenon Magalhães acumulara. Uma semana inteira de concentrações, festas, discursos, palestras, desfiles.

Pouco mais de seis meses depois, lá estava a mesma agitação tomando conta da cidade. Mais uma vez os Centros Educativos Operários concentravam seus agregados para doutrinar-lhes; mais uma vez as autoridades máximas do Estado dirigiam-se aos meios de comunicação, aos sindicatos, às escolas; mais uma vez o clero era convocado para abençoar o governo e suas lideranças. Em suma, mais uma vez o Recife estava em festa.

O dia 10 de novembro deste ano marcava uma data especial: era o primeiro aniversário do Estado Novo – seu “advento”, como chamavam os articulistas da Folha da Manhã em claro tom de epifania. A troca de regimes se dera tranqüilamente. No Rio, Vargas aparentemente não se abalou com o acontecimento, “o embaixador Cárcano seguia para Buenos Aires, e lhe havia prometido antes comparecer a esse jantar íntimo”<sup>249</sup> – e, de fato, compareceu, enquanto que no Recife não fora diferente: para dar passagem ao Estado Novo e Agamenon Magalhães o governador Carlos de Lima Cavalcanti foi apeado do

---

<sup>248</sup> MUSSOLINI apud SAMPAIO, Adelmo, *op cit*, p. 80.

<sup>249</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário, vol II (1937 – 1942)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 83.

poder. Ironia do destino. Um dia antes o ex-governador Estácio Coimbra, recém falecido, recebia as homenagens oficiais em seus funerais. Fora justamente Coimbra que, alguns anos antes, Lima Cavalcanti derrubara do poder durante a Revolução de 1930<sup>250</sup>.

Um ano se passara, e a Praça da Republica, defronte ao palácio do governo desde as 17 horas começara a encher, e por volta das 18 horas já estava *“literalmente tomada por uma grande massa popular”*<sup>251</sup>. Desde manhãzinha o povo já chegava à residência oficial do interventor. Federações desportivas leais a interventoria realizaram seu desfile às 9 horas da manhã, parando em frente à sacada do palácio. Saudavam não qualquer um líder, mas seu *“grande chefe amigo”, “brilhante expressão de honestidade administrativa”* e verdadeiro *“esteio onde o Estado Novo”* podia com segurança repousar.

Perante tal demonstração de afeto, Agamenon não pôde deixar de conceder-lhes a mercê de sua atenção, agradecendo a homenagem dos pequenos clubes e fazendo uma *“eloquente apreciação”* do interesse do governo pelas questões desportivas.

Mas a maior manifestação de apreço ainda estava porvir. No fim do dia, mais um dos espontâneos desfiles daqueles tempos chegou ao palácio do governo: o jornal exsudava satisfação e júbilo com o *“maior brilhantismo”* que *“as festas comemorativas do primeiro aniversario do Estado Novo”*<sup>252</sup> tinham atingido. Milhares de trabalhadores – em perfeita ordem e disciplina, ressaltava o diário – marcharam serena e alegremente em direção ao seu chefe amado, carregando cartazes onde se lia *“Todo o nosso respeito e solidariedade ao chefe da nacional, presidente Getulio Vargas”* e *“Estão de pé os trabalhadores de Pernambuco no defesa do regimen que a Constituição de 10 de Novembro instituiu no paiz”*. Era a *“grande manifestação das classes trabalhistas ao interventor Agamenon Magalhães”*.

---

<sup>250</sup> *“Estácio Coimbra morreu ignorando o que se podia passar no dia do seu enterro; – a mudança do regime”*. PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães – uma evocação pessoal**. Recife: Taperoá, 1972, p. 40.

<sup>251</sup> As comemorações de ante-hontem, nesta capital e no interior. Folha da Manhã. Recife, 12 de novembro de 1938, edição matutina. p. 1, 2, 7, 10, 11, 13, 14.

<sup>252</sup> Idem.

Esta manifestação não surgira do nada, como uma salamandra que pula das brasas quentes de uma fogueira recém acesa. Não, desde cedo que as formiguinhas estadonovistas, os Centros Educativos Operários, já trabalhavam sem descanso. Várias concentrações foram organizadas neste dia, com o tradicional cardápio de discursos doutrinários e hinos cantados. Nelas, foi cultivado nos operários o que a imprensa chamou de “*grande entusiasmo civico*”<sup>253</sup>, desvelo e devaneio em comemorar o aniversário do novo regime. As lideranças dos CEOs enviaram telegrama ao interventor onde explicavam o porquê de tanta alegria neste dia especial: estavam profundamente “*agradecidos inumeros beneficios governo vossencia vem concedendo familias proletarias*”, lembrando também a “*brilhante actuação*” que o interventor tivera à frente da pasta do Trabalho do governo de Getúlio Vargas. Foi, importante reafirmar, a “*grande manifestação das classes trabalhistas ao interventor Agamemnon Magalhães*”.

Nos bairros proletários recifenses foram distribuídos cartazes de propaganda com o clichê do presidente Getulio Vargas e mal começava a tarde e foram-se preparando as multidões para o desfile. Às 16 horas, cantando o Hino Nacional brasileiro, puseram-se em marcha os trabalhadores pernambucanos, em direção ao Palácio do Campo das Princesas.

Foi um evento que, em grandiosidade, chegou mesmo a superar a Semana do Trabalho: à frente de toda multidão seguia uma enorme faixa onde se lia “*OS TRABALHADORES EM MARCHA, COM O ESTADO NOVO!*”<sup>254</sup>, e atrás desse significativo abre-alas vinha em primeiro lugar o Corpo de ciclistas pedalando, seguido da Banda Afogadense (do CEO do bairro de Afogados), certamente marcando o passo do desfile; logo depois vinham as seções masculina e feminina do CEO do Pilar, a quem sucediam Pelotões de Bandeiras, guarda de honra dos Conselhos Operários<sup>255</sup>.

---

<sup>253</sup> Ibidem.

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> “*Desenvolveu-se um conjunto de rituais bastante eficaz em torno dessas ocasiões: pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para oferendas, procissões, toque de sinetas, painéis, salvas de tiros de canhão, envio de delegações do Governo*”. HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 14.

No meio do desfile vinham os times de futebol operários, mais homens e mulheres, desta vez dos Centros Educativos de Água Fria e Afogados, e uma banda marcial que marcava o passo do coração do evento e cuidava para que os desfilantes, já longe da Banda Afogadense, não perdessem o ritmo.

Seguiam no fim da parada as unidades de operárias e operários do Monteiro, da Várzea, do Pombal, do Pina e a Banda de Musica União Operaria, a quem seguia a última representação de Centro Educativo, do bairro de Santo Amaro, fechando o desfile. Bandas, ciclistas, bandeiras, cartazes, jogadores, povo na rua e multidões em parada... verdadeiro carnaval cívico, cujo enredo versava sobre o esplendor e a glória do Estado Novo pernambucano.

Notemos como a prática política da interventoria agamenosiana inventou uma série de práticas e artifícios para conquistar os corações dos pernambucanos. Utilizavam-se essas novas tradições para tentar inculcar determinadas noções e conceitos no distinto público que participava dos tais eventos<sup>256</sup>. Ao longo dos primeiros anos do Estado Novo – até pelo menos 1941 – os aniversários eram grandes oportunidades de reafirmar os estímulos e ideais que eram caros ao regime; isso dito, podemos afirmar que nenhuma dessas chances foi desperdiçada e cada uma dessas datas foi aproveitada até que a última gota de suor dos trabalhadores, fatigados de tanto desfilar, atingisse o asfalto quente das ruas do centro do Recife.

Estas tais comemorações natalícias não fugiam ao desenho geral da propaganda da interventoria. O Aniversário do advento Estado Novo, porém, era marcado pelo exagero desses elementos, o momento onde a máquina de propaganda funcionava com mais intensidade, movimentava-se freneticamente por todo Pernambuco. As figuras de destaque da interventoria eram qual grilos pulando de evento em evento, de inauguração em inauguração, e não houve secretário que estivesse ocupado demais para comparecer a pelo menos um evento ao vivo e uma entrevista radiofônica. Aparentemente nada era pequeno demais para que o interventor, seus secretários ou qualquer outra autoridade se

---

<sup>256</sup> Idem, p. 09.

fizesse presente, desfrutasse da celebridade que os flashes químicos das câmeras da imprensa proporcionavam.

Cada secretaria produziu suas inaugurações, anunciadas em forma de convite público: “*Hoje, às 10 horas*”, informava a Folha, “*inaugura-se com a presença do interventor federal, secretario de Viação e demais autoridades a sub-estação de tratamento dagua do abastecimento de Dois Irmãos*”<sup>257</sup>. Horário determinado, personalidades apontadas... evento pronto!

A estação de abastecimento fora obra da secretaria de Viação e Obras Públicas, enquanto que as Cooperativas Escolares e a nova sede do Juizado de menores pertenciam à Secretaria do Interior. A Fazenda inaugurava a Caixa de Credito Mobiliário Cooperativa de Pernambuco, enquanto o secretário Apolônio Salles, da agricultura, discursava nas inaugurações da Estação de Fruticultura do Bongí e da Fábrica de Farinha Panificável do Ibura. Um turbilhão de pequeninos eventos salpicados ao longo de toda semana, para que os políticos da interventoria estivessem todo período em destaque, para que fosse marcado na retina dos pernambucanos a grande quantidade de obras.

A visibilidade um foi elemento bastante trabalhado pela interventoria na semana pré-advento. As lideranças estadonovistas não eram particularmente criativas quanto aos roteiros de suas festividades – invariavelmente, seguia-se um mesmo ordenamento, e na Semana do Estado Novo não foi diferente. O particular dessa vez é o volume e a divulgação desses eventos: mais intensa e agressiva do que até então se tinha visto.

Como de hábito o programa de festividades era divulgado na Folha da Manhã, e contava com as mesmas palestras – ora proferidas no microfone do Rádio Clube, ora nos mais diversos locais da cidade.

Uma a uma as grandes autoridades começaram a apresentar os dados de suas administrações: enquanto inaugurava a nova sede da Prefeitura, Novaes Filho aproveitou a oportunidade para apresentar ao público um balanço dos 11 meses de sua gestão. Alguns elementos são constantes nessas falas: a lisura e a

---

<sup>257</sup> As comemorações do aniversário do Estado novo em Pernambuco. Folha da Manhã. Recife, 8 de novembro de 1938, edição matutina. p. 01, 07, 10.

eficiência administrativas; a noção de imediata redenção e a catequese doutrinária.

Dentre as exposições, foi particularmente notável a do secretário de segurança pública, Etelvino Lins. Na noite de 8 de novembro, ele seguiu para os microfones do Rádio Clube, como antes já tinham feito vários de seus colegas. Estes, pela natureza de seus cargos, tinham realçado o progresso notável que a economia e o trato social, em míseros 12 meses de administração, tinham alcançado. A palestra de Lins teve um outro tom.

Eram também sinais de progresso, ao menos na perspectiva dos líderes da interventoria. Havia, contudo, nas palavras do secretário, um quê de modelo a ser seguido por toda gente pernambucana... quando Etelvino selecionou os itens “*que passaram a merecer a minha atenção imediata*”<sup>258</sup> afirmava claramente aos seus leitores os modelos de comportamento que não seriam mais aceitos.

Nova orientação dada à organização policial, afirmava o secretário, visava diminuir os “*os crimes contra a propriedade na capital*” e o “*coeficiente criminal nos ditos de sangue*”. Mas havia outros elementos: o chamado “*espírito de facção*” era oficialmente combatido – e sob este manto largo estavam quaisquer posturas políticas não abençoadas pelo Estado Novo, uma gama de crenças que iam do liberalismo ao comunismo.

Interessante como o “*combate systemático ao extremismo em todas as suas manifestações*”<sup>259</sup> era outra das prioridades eleitas pelo secretário. Chega a ser um desdobramento do combate ao espírito de facção que tinha sido mencionado antes, o que mostra a relevância que o regime agamenosiano dava à unidade de pensamento – verdadeira obsessão.

A comemoração do advento, como de resto as demais festividades promovidas pela interventoria, visavam um horizonte de objetivos bastante similar

---

<sup>258</sup> O primeiro aniversário do Estado Novo em Pernambuco. Folha da Manhã. Recife, 9 de novembro de 1938, edição matutina. p. 01, 07, 11, 13, 16.

<sup>259</sup> Idem.

entre si<sup>260</sup>. Raro era o evento agamenosiano que não buscasse fortemente a coesão social – perguntemo-nos até se houve de fato algum que não abordasse o tema. O cooperativismo era um dos elementos mais fortes dentro da plataforma de governo do Estado Novo e ainda mais relevante dentro da visão política das lideranças pernambucanas. Vejamos um simples exemplo.

No 10 de novembro, data querida do advento, o Departamento de Assistência às Cooperativas teve uma tarefa particularmente trabalhosa: visitar cada um dos grupos escolares da cidade, visitar classe por classe, *“explicando, repetindo em linguagem simples, acessível, as vantagens do cooperativismo escolar”*<sup>261</sup>. Através de fábulas, *“a velha e expressiva historia dos 28 tecelões de Rochdale,”* mostravam *“á creança o poder da cooperação”*.

Seria mais cômodo, arrazoa o jornal, usar os professores para chegar até os alunos. Mas não era o caso: *“não se economiza energia, quando se tem idealismo pela causa abraçada. Quando se pretende uma adesão absolutamente franca, inteiramente espontanea. E não foi sem resultado, o esforço dispendido. Com um mez apenas de actividade, subia a 1595 o numero de associados”*.

Em todos os dias do ano, os CEOs cumpriam o papel de ligar as diversas classes sociais, uni-las em torno do ideal comum do Estado Novo, e justo na semana do advento não poderia ser diferente. Eram apontados como os grandes responsáveis por *“diffundir de uma maneira concreta o amor á patria, entre as classes proletarias”*<sup>262</sup>. Para tanto, as armas utilizadas eram as mesmas de sempre: *“concentrações cívicas commemorativas do primeiro anniversario do ESTADO NOVO”*. Em todas elas, *“os oradores deverão falar sobre as realizações do governo em favor dos trabalhadores e suas familias; do perigo do communismo; da cooperação que deve existir entre o povo e o governo”*<sup>263</sup>. Nada de novo sob o sol.

---

<sup>260</sup> As tradições inventadas *“parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social”* (...) *“b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições”* (...) *“e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização”*. HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, *op cit*, p. 17.

<sup>261</sup> As comemorações de ante-hontem, nesta capital e no interior. Folha da Manhã. Recife, 10 de novembro de 1938, edição matutina. p. 1, 2, 7, 10, 11, 13, 14.

<sup>262</sup> O primeiro anniversario do Estado Novo em Pernambuco. Folha da Manhã. Recife, 4 de novembro de 1938, edição matutina. p. 1, 9.

<sup>263</sup> Idem.

Legitimação. Outro Graal arduamente perseguido durante as festividades estadonovistas em Pernambuco, e talvez o foco central de todo regime de festas e grandes manifestações a que foi submetida a cidade.

Um dos símbolos mais fortes de todo período varguista em todo Brasil foi o retrato do presidente Vargas. Já tivemos a oportunidade de falar sobre como o retrato do velho estava presente em todas as manifestações e eventos promovidos. Nada pode ser comparado, porém, à semana-pré do advento.

A oposição do retrato era sem dúvida algo corriqueiro dentro da liturgia agamenosiana, mas durante os dias anteriores ao 10 de novembro colocar o retrato do presidente nos seus devidos lugares tornou-se, por si só, um evento. Com mais de uma semana de antecedência, a Folha da Manhã já avisava aos distintos leitores: o retrato do presidente Getúlio Vargas será colocado “*no gabinete do Director Regional dos Correios e Telegraphos deste Estado*”<sup>264</sup>. Seria algo até trivial, quando se percebe inclusive que um gabinete não é exatamente um local público; o articulista, todavia, fez questão de tornar este fato um evento relevante: marcou o horário (10 da manhã); fez questão de salientar o “*caracter official*” do ato; apontou o seletivo grupo que fora convidado a comparecer (“*principaes autoridades federais, estaduaes e municipaes, á Impresa e associações*”). Ou seja: o que normalmente seria mera convenção, nas palavras bem escolhidas da Folha da Manhã tornava-se acontecimento relevante.

Foi uma semana corrida. Os brancos paletós de linho que o sr. Interventor usava em quase todas as ocasiões ajudavam a amenizar o calor do verão que se iniciava, mas eram muitos eventos: dos órfãos do novo Abrigo de Menores aos poderosos usineiros em seu Sindicato, da Associação Commercial de Pernambuco (no úmido porto do Recife) ao Sindicatos dos Operários em Fiação e Tecelagem da seca cidade de Goiana. A Escola de Aprendizes Artífices, o salão nobre do grupo escolar João Alfredo... em todos esses eventos lá estavam o interventor e grande entourage – às vezes dois no mesmo dia – fora eventos de outras naturezas à noite. Busca frenética de celebrar e consagrar nas retinas dos pernambucanos os ícones do presidente e de seu interventor.

---

<sup>264</sup> Ibidem.

Uma outra maneira de dar autenticidade e legitimidade às lideranças que, apenas há um ano, comandavam os destinos do Estado e do país era convencer a audiência de como suas gestões eram justas e pautadas pelo mais puro espírito público de honradez e eficiência – estes dois últimos adjetivos eram os sempre os preferidos para estarem colocados ao substantivo “Estado Novo”.

Pouco menos de um mês antes das festividades, esta abordagem já estava bem delimitada. E não era coisa pensada por aqui, vinha do Rio de Janeiro: o ministro da justiça Negrão Lima exigia, em entrevista reportada na Folha<sup>265</sup>, grandiosidade na exposição do Regime. Gráficos, mapas, maquetes, fotografias, estatísticas... todas as armas, afirmava Negrão, teriam de ser utilizadas para demonstrar “*insofismavelmente, a formidável construção que tem sido realizada neste oito anos em todos os sectores da vida nacional*”. Surpresa e simplicidade, as duas variáveis que o ministro esperava conjugar para que a equação fosse bem sucedida.

Em todo país, continua a matéria, foram empreendidas estratégias de convencimento diferenciadas: de conferências feitas por “*grande nomes da cultura nacional*” e destinadas à intelectualidade e à burguesia urbana até exposições destinadas às massas. Públicos diferenciados, palestras diferenciadas.

Havia sérias preocupações com relação à clareza e objetividade das mensagens expostas. Assim, se algumas delas fossem “*de ordem demasiado geral que não possam ser traduzidas em representações figuradas*” seriam produzidos cartazes – “*de alto valor artístico*”, importante lembrar – onde “*serão apresentadas de maneira clara e sugestiva*”.

O ministro é claro quanto ao objetivo final de toda essa propaganda: “*fixar, perante a opinião pública a grande obra do governo já realizada pelo chefe de Nação*”<sup>266</sup>. Procura-se “*mais que simples demonstração de regosijo*”. Muito mais que isso. Negrão de Lima espera despertar verdadeira onda de simpatia e aplausos à ação do regime do qual faz parte – tais ideais encontraram terreno do mais fértil na terra roxa de Pernambuco.

---

<sup>265</sup> Afirmção e culto pelos valores tradicionaes da nação. Folha da Manhã. Recife, 18 de setembro de 1938, edição matutina. p. 1, 15.

<sup>266</sup> Idem.

Nessas plagas, havia um líder que ganhara seu assento na crista de um golpe de estado – contra um ex-correligionário democraticamente eleito, vale salientar. Agamenon Magalhães buscou, nos primeiros anos de sua administração não apenas granjear a simpatia de seu público/povo como dar legitimidade à sua figura. Construiu-se então uma imagem para seu governo, uma persona política.

Na Semana do Advento, esta persona esteve particularmente presente. Foi cultivada uma imagem que desde o começo do ano já vinha sendo cuidada, de um governo incorruptível e extremamente eficiente. E quem melhor, neste contexto, que o dócil e igualmente eficiente administrador-mor da capital pernambucana, o prefeito Novaes Filho, para erigir um verdadeiro monumento à gestão pública? Na semana antes do Dia do Estado Novo, o político gritava a plenos pulmões em frente aos microfones do Rádio Clube de Pernambuco: *“em onze mezes de administração municipal, as finanças estão saneadas, a vida administrativa em bôa ordem, os serviços publicos triplicados. E eu posso apellar para o testemunho da população, que ractificará o que affirmo”*<sup>267</sup>.

O povo não precisava, todavia, ratificar o prefeito, que usava, tão somente, de uma figura retórica. A elaboração da propaganda oficial, dos discursos proferidos nos mais diversos ambientes, dispensava a participação ativa da população – seu lugar era única e exclusivamente o de audiência atenta, que se manifesta sempre que for conveniente. A ribalta cabia aos grandes do regime e seus convidados.

Estes convivas entoavam loas e compunham odes às lideranças. A chegada do Estado Novo dera-se no momento exato, central de verdadeira epopéia. Como estava Pernambuco imediatamente antes do advento do Estado Novo? *“Açoitado pela inclemência do tempo, e não raro pelo desacerto dos homens”*<sup>268</sup>, nos responde Apolônio Sales, secretário de agricultura da interventoria.

*“Era preciso que se desse um testemunho bem alto provante de que o bem publico é uma obsessão dos administradores”*, afirma com vigor o secretário. E

---

<sup>267</sup> O primeiro aniversário do Estado Novo em Pernambuco. Folha da Manhã. Recife, 05 de fevereiro de 1938, edição matutina, p. 01, 03, 11.

<sup>268</sup> Idem.

não mais que de repente, com o advento, o inverno dos descontentamentos se desfaz e tudo que se vê são céus azuis e um futuro brilhante.

Faltava, nos afirma o secretário, apenas vontade política. O “*passado glorioso*” e os “*exemplos magníficos e de inquietações pela liberdade*” da gente pernambucana foram lembrados, mexendo em brios carinhosamente cultivados nessa região. Chama-se o povo a reerguer-se. A par dessa glória pretérita, agora obnubilada pelos governantes incapazes e obliterada pelos desacertos políticos liberais, erguia-se o Estado Novo, um “*um drama de renovação econômica*”.

O teatro é escola, para Agamenon Magalhães. Apropriado, portanto, que seu secretário alcinhe de “drama” suas ações no Estado. Inspira o secretário em tão veemente afirmação a certeza de que “*pensamentos cheios dos melhores propositos e sonhos violentamente sacudidos pelo desejo de uma patria cheia de prosperidade e de fortuna*”<sup>269</sup>.

O acento dramático é perfeito. Antes, a desgraça, o desconcerto, os desacertos, o caos, a destruição. Pausa: Agamenon Magalhães – homem certo, no lugar certo e na hora certa. Tudo muda, Pernambuco é imediatamente redimido pela ação voluntariosa de uma liderança absurdamente capaz e precisa, da qual não se pode prescindir.

A imediata redenção foi uma criação muito cara à propaganda estadonovista. Filha legítima da comparação antes/depois – outra figura muito querida – , através deste mote temos a impressão que, de uma hora pra outra, boa parte dos problemas, apenas e tão somente com a chegada do novo regime, desaparecera tal e qual os muros de Jericó tombando ante as trombetas de Josué. A comparação com as muralhas da antiga cidade cananéia é pertinente: como elas, os problemas desabaram de supetão, cessaram de existir; da mesma forma, nem a Bíblia e tampouco as lideranças estadonovistas dão explicações sobre como tais eventos se processaram – eles, simplesmente, ocorreram.

Já no comecinho de 1938 – com a interventoria nos cueiros, portanto – essa planta exótica era adubada no jardim das delícias da propaganda da interventoria:

---

<sup>269</sup> Ibidem.

*“Poderia parecer exagero dizer-se que em dois meses os actuaes dirigentes do Estado realizaram a mais complexa tarefa de restauração das bôas normas de funcionamento da machina administrativa. Entretanto, a realidade dos factos não admite controversias e o que se tem de proclamar e acceitar é a verdade que elles traduzem. A verdade no caso, é a de que em sessenta dias, Pernambuco foi reintegrado num regimen de trabalho e sinceridade administrativa como ainda não lhe havia sido proporcionado”<sup>270</sup>.*

Observemos alguns fatos marcantes. A imediata redenção está claramente apontada – aliás, o artigo, significativamente, intitula-se *“Diferença Expressiva”*. Segundo ele, não houve um processo de recomposição – não houvera sequer tempo hábil para tanto – mas já se afirma peremptoriamente a renovação completa por que passou a administração estatal, uma informação tão inverossímil que o próprio artigo começa com a ressalva ‘poderia parecer exagero’... e era.

O esforço, para que este seja tão infalível quanto o papa de Roma, é tremendo: a realidade dos fatos não admite controvérsias, esbraveja o artigo. Como em outras verdades desabrochadas no canteiro da Folha da Manhã, não pode ser duvidada sob pena de ser antipatriótico, comunista, liberal ou qualquer outra coisa que o valha. A verdade, em sua forma mais cartesiana, deve ser aceita e proclamada por todos. Causa finita.

Num estilo que atingirá seu ápice durante a preparação do Congresso Eucarístico, a Semana do advento já nasceu um sucesso de público, afirmado desta maneira antes mesmo de ter começado. Percebamos o seguinte: no dia 10 de novembro, o dia do aniversário, a Folha da Manhã já afirmava: *“neste Estado, as solennidades atingiram grande brilhantismo”<sup>271</sup>*. Ora, por mais vigorosas e relevantes que tenham sido as festividades da semana pré-advento, faltava ainda o dia especial, mas o jornal já se apressava em afirmar o seu grande brilhantismo.

---

<sup>270</sup> Diferença expressiva. Folha da Manhã. Recife, 05 de fevereiro de 1938, edição matutina. p. 05.

<sup>271</sup> As comemorações do primeiro aniversario do Estado Novo nesta capital e no interior. Folha da Manhã. Recife, 10 de novembro de 1938, edição matutina. p. 1, 7, 10, 11.

Tal opinião, todavia, não nos deve espantar: sucesso era pregão cantado pelos muezins do Estado Novo, tendo a Folha da Manhã como seu minarete de papel.

Notemos que logo na primeira notícia sobre as comemorações já se toca no assunto: “*O primeiro aniversario do Estado Novo será comemorado entre nos da maneira mais expressiva e brilhante*”<sup>272</sup>.

Há, inclusive, um trecho bastante interessante: ainda em 4 de novembro – muito, muito antes do natalício – já se afirmava com férrea certeza que “*conforme tem sido anunciado, os festejos commemorativos do primeiro aniversario do Estado Novo já estão definitivamente organizadas promettendo revestir-se do maior brilhantismo possível*”<sup>273</sup>. Tirésias de suas próprias profecias, não precisam ter os olhos vazados para que suas previsões se tornem realidade! Meses antes dos acontecimentos efetivamente terem lugar, já agem as Morganas pernambucanas, proferem seus sortilégios, suas mandingas – e seu caldeirão não é outro senão as páginas do jornal Folha da Manhã. Nele, estes aprendizes de feiticeiro irão deixar bem claro que os eventos vindouros serão absoluto sucesso.

O sucesso. Claramente expresso pelo jornal: foram montadas duas comissões para organização do evento, compostas pelas mais altas autoridades do Estado – o Interventor; os secretários de Estado; o prefeito da capital; o presidente da Corte de Apelação; o capitão do Porto; o Comandante da Brigada; os diretores das três faculdades (Direito, Medicina e Engenharia) e das principais escolas (Ginásio Pernambucano e Escola Normal); o Chefe do Estado Maior da Região; os diretores do Departamento de Educação, do Rádio Clube e do Serviço e Reeducação e Assistência Social; os presidentes da Federação Pernambucana de Desportos e da Associação Pernambucana de Imprensa. Indubitavelmente, gente do mais alto gabarito... “*para maior realce das festividades*”<sup>274</sup>! Realçar, destacar, fazer brilhar os eventos, tomar “*medidas no sentido de alcançarem as alludidas commemorações o maior brilho possível*”<sup>275</sup>: eis a mais importante

---

<sup>272</sup> O primeiro aniversario do Estado Novo em Pernambuco. Folha da Manhã. Recife, 26 de outubro de 1938, edição matutina. p. 3.

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> Ibidem.

<sup>275</sup> Ibidem.

função de tão doutas personalidades. Seus augustos talentos seriam empregados na maior e melhor difusão das crenças estadonovistas.

O sucesso, o “brilhantismo” dos eventos é uma obsessão dos organizadores das festividades estadonovistas. E mais uma vez coube à rede de assistência capilar da interventoria exercer papel de destaque nesse processo. Com efeito, quando afirma que “*em todas as associações e sindicatos serão também realizadas significativas comemorações á passagem do 1º aniversario do Estado Novo*”<sup>276</sup>, o articulista da Folha da Manhã presta o devido reconhecimento a essa rede disseminada que atinge o trabalhador em sua individualidade, literalmente em seu lar. O tão almejado sucesso depende fortemente do funcionamento dessa rede.

Os eventos, promovidos pela interventoria ou pelos seus pequenos avatares salpicados pela cidade, eram bem sucedidos – quer realmente fossem, quer não. Já vimos como o modelo de concentração tinha um êxito limitado: recheado de discursos intermináveis, causava sonolência até mesmo no sumo-sacerdote da propaganda estadonovista, José Campello. Ainda assim, estas concentrações cívicas eram reportadas como absoluto sucesso de público: quando das festividades do advento, a concentração cívica no CEO de Água Fria, a Folha da Manhã insistiu em afirmar que houve “*grande comparecimento por parte das familias do local*”<sup>277</sup>, que aplaudiam com entusiasmo os oradores... Ora, lembremos mais uma vez as palavras de Campello, para quem a falta de imaginação e a monotonia de tais acontecimentos faria mesmo o mais ardente dos patriotas dormir até rressonar – mas isso não importava, e sim a notícia de mais um sucesso contagiante de uma promoção estadonovista.

### **Na ponta dos pés**

1940 foi um ano chave para a campanha agamenonista contra os mocambos. Procurava-se criar o que o próprio interventor chamou de “pudor do mocambo”: a presença dos mocambos na paisagem local era tida como normal e aceitável, um fato da natureza, quase como a mudança de estações. Agamenon

---

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> Ibidem.

entrara em cena com todo vigor para mudar essa percepção, tornar a presença dos casebres em motivo de vergonha. Nas palavras do próprio Magalhães, era essa a mais difícil batalha a ser vencida.

Justamente neste ano, encontramos nosso personagem.

A última página do jornal. Local de destaque – as manchetes, naquela época, não ocupavam apenas as primeiras capas. A foto não está clara, como era comum aos clichês em geral, mas é absolutamente compreensível: um folião capturado no exato instante de seu passo. Sua roupa meio bufante, solta. A sombrinha acima de sua cabeça para manter o equilíbrio e pairando sobre ela um mocambo em maquete, evocação daquele inimigo perverso contra quem lutava a interventoria.



278

O retratado traça sua tesoura e pisa na ponta do pé; como Beatriz<sup>279</sup>, dança no sétimo céu para deleite daqueles que lhe passam o chapéu. Será ele uma estrela ou uma mentira? Será que é comédia ou será que é o contrário? Acredita o brincante, de fato, que está em outro país ou apenas decorou o seu papel? Da mesma maneira que a personagem da música, só podemos lamentar não podermos entrar em sua vida, saber o que se passava quando a foto foi tirada

A organização do jornal, porém, não nos quer deixar nenhuma dúvida: o passista está perfeitamente integrado na Campanha Contra o Mocambo. Desde a chamada maior ao lado da imagem, “*Cae cae mocambo*”, lembrando uma música

<sup>278</sup> Folha da Manhã. Recife, 06 de fevereiro de 1940, edição matutina, p. 8.

<sup>279</sup> “*Edu Lobo e Chico Buarque criariam*” (...) “*atendendo a uma encomenda do Balé Guaira, do Paraná*” (...) “*a valsa ‘Beatriz’, uma metáfora da vida de atriz, também surrealista e de excepcional qualidade*”. SEVERIANO, Jairo & MELLO, Zuza H. de. **A Canção no Tempo – 85 anos de músicas brasileiras**, vol. 2: 1958 – 1985. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 303.

supostamente popular no carnaval deste ano; seja pela pequena legenda inferior, onde somos regalados com algumas mais e poucas informações sobre o tal fulano: é um “*proprietario de terreno com o mocambo na cabeça...*” o que sabemos mais a seu respeito? Nada. Apenas isso. E, claro, que ele está integrado na campanha.

A questão que se coloca é: por que estaria ele tão fervorosamente absorto pela propaganda da tal Liga? Quais as razões dessa identidade tão forte que o levou a estigmatizar o mocambo em plena folia? Se sua “propriedade” fosse terrenos onde os casebres eram construídos ele certamente não estaria satisfeito: impostos progressivos pesavam sobre donos de terrenos baldios – chamarizes de mocambeiros – e muitos terrenos de mocambaria eram simplesmente desapropriados. Nosso personagem, a princípio, não teria a menor razão para estar fazendo o passo, tão satisfeito, para honra e glória da Liga Social Contra o Mocambo.

Lembremos uma vez mais: não podemos saber quem era o dançarino; sua origem, suas intenções ao colocar o mocambo acima da sua sombrinha. Tudo o que podemos perceber é a utilização de sua figura na produção da unanimidade absoluta, Santo Graal tão desejado dos donos da Folha da Manhã – em particular seu maior acionista, o interventor Agamenon Magalhães. Sua figura desenvolta, os sapatos simples, a sombrinha e sua inusitada alegoria tornaram-se símbolos da vitória do pensamento estadonovista sobre o senso comum geral: os mocambos eram maus, teriam de desaparecer; e o povo, é esse o intento da ilustração, abraçou a iniciativa governamental, incorporando-a a sua folia.

Da mesma forma que existia uma “questão trabalhista”, poderíamos também enxergar uma “questão carnavalesca”, um nó górdio, um dilema que preocupava e ocupava o governo. Neste tal ser ou não ser debatia-se Agamenon Magalhães. “O *carnaval*”, afirmava o interventor, é um “*magno problema*”<sup>280</sup>. Possuía, indubitavelmente, “*espírito de festa popular e tradicionalmente ligado á vida social de Pernambuco*“, coisa “*profundamente presa á alma colectiva, enraizada nos sentimentos e anseios do povo*”. Todas as festividades com tal pedigree recebiam

---

<sup>280</sup> Carnaval. Folha da Manhã, Recife, 03 de maio de 1938, edição matutina, p. 08.

da parte da interventoria toda sessão de trombetas, ansiosa sempre em realçar os aspectos mais significativos da cultura pernambucana.

Há, porém, alguns senões. O carnaval, em sua forma mais tradicional e original, brincado nas ruas, becos e vielas da cidade, é exatamente o antípoda de todas as festas patrocinadas pelo regime agamenosiano: verdadeiramente espontâneo, livre das aparas e amarras – algumas impostas pelo próprio Estado Novo – e apelando a sentimentos muitas vezes diametralmente diferentes daqueles cultivados com tanto cuidado pela interventoria.

O “*applauso entusiástico da massa*” assusta – tais apupos só são bem vindos quando efetivamente ligados aos eventos e às festas já “domesticadas”. Essa gente “*delira e até perde o juízo nas 72 horas do tríduo festivo e louco*”; delírios e loucuras são igualmente perigosos, quando não promovidos ou abençoados pelas esferas mais altas do poder.

Eis o grande dilema. Carnaval, impedi-lo quem há de? Tradicional demais, arraigado demais para ser simplesmente expurgado do calendário; caráter fortíssimo da cultura popular<sup>281</sup> que, prática constante da política estadonovista, tinha de ser transformado em propaganda, arregimentador de novas ovelhas.

Como permiti-lo, porém, sem por em xeque toda a “discurseira fatal” sobre pureza de sentimentos e atitudes, que marcava todo o projeto estadonovista?

Os tais “aplausos entusiásticos” do populacho, por si só, não eram garantias para existência e manutenção do tríduo festivo. O interventor é bastante claro: quem delira e perde o juízo não pode ser deixado no comando do que quer que seja. Não é confiável. Controlar esta festa, dela tirar proveito, transformá-la em mais um cartucho na vasta artilharia de convencimento de que dispunha a interventoria. Eram esses os enigmas que a esfinge propunha ao Édipo pernambucano – era, agora, uma questão de decifrá-los ou ser devorado.

Em sua estratégia, o governo se apresentou como orientador e administrador – domesticador, na realidade, da selvagem tradição popular. Reconheceu-se a importância do carnaval como aspecto cultural. Para que continuasse a existir,

---

<sup>281</sup> CAMPOS, Zuleica D. P. (op cit), p. 193 e ss.

entretanto, teria de ser modificado, com “*decisivos benefícios prestados á propria multidão delirante*”<sup>282</sup>.

A proposta é clara: a modificação do espírito carnavalesco, de “*feira pagã, de deboche e de perversão*” em “*prática sadia e limpa*”. Uma vez limpo, saneado, pasteurizado, controlado, rotulado, avaliado, medido e pesado, “*o carnaval ganha, assim, o seu cunho oficial*”, fruto do “*precioso apoio do poder publico*”<sup>283</sup>.

Já no final do texto, o articulista usa uma fórmula muito recorrente das demais festividades estadonovistas para caracterizar o carnaval, “*triumphante hora em que o povo no meio da rua, contente, proclama que deseja e é feliz*”<sup>284</sup>. Noutras palavras, o carnaval seria, basicamente, um momento a mais de propaganda oficial.



285

Era esse evento que ocupava com destaque a primeira página da Folha da Manhã. Os blocos, os corsos, as mulheres fantasiadas com luxo – isso, sim, merecia aparecer com destaque na propaganda oficial. Essa era a festa reconhecida e aprovada.

---

<sup>282</sup> Carnaval. Folha da Manhã, Recife, 03 de maio de 1938, edição matutina, p. 08.

<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> Ibidem.

<sup>285</sup> Folha da Manhã, Recife, 06 de fevereiro de 1940, edição vespertina, p. 01.

Este reconhecimento, porém, está longe, muito longe de ser uma unanimidade: para o editor-chefe da Folha, José Campello, o carnaval é uma síntese de todo mal que, a seu ver, assola a sociedade.

Para Campello, “*as diversões populares devem ser orientadas num sentido religioso ou moral, num sentido civico e num sentido sanitario*”<sup>286</sup>, em consonância com o pensamento de Magalhães sobre o tema: orientação e vigilância tornariam os folguedos algo digno de ser festejado dentro do contíguo figurino do Estado Novo.

O que Campello se recusa a compreender, como ele mesmo afirma, é como “*se transformaram entre nós as dansas genesicas e africanas do carnaval no recreio por excellencia das classes populares*”. Os blocos de carnaval, podemos inferir a partir de suas palavras, seriam gigantescos mocambos ambulantes, portadores de todo o mal e de toda vergonha que uma sociedade poderia sentir. A única característica que ele reconhece nessas festas é seu conteúdo pitoresco, e mesmo assim não é suficiente para que sejam mantidas.

Como educação, “*inteiramente nullas*”; moralmente daninhas e verdadeiro atentado a “*todos os preceitos de hygiene*”. Os males causados pelo carnaval iriam desde o excesso de consumo de álcool até a “*estafa muscular provocada por toda sorte de excessos*”. Verdadeiro desastre.

Para o importante escritor, festas boas são aquelas promovidas e abençoadas pelos Centros Educativos Operários, que relembram “*o que ha de mais sadio na tradição popular*”<sup>287</sup>, não afastam os homens de suas famílias, das tradições e da moral; conseguem manter o que é mais profundo e radicado em nossa cultura sem, contudo, implicar numa “*reminiscencia da solicitação aos baixos instinctos da especie*”, uma característica própria do carnaval, liberador de recalques.

E ainda, completa, o carnaval poderia levar ao comunismo! Pois, segundo ele, nudismo, danças de caráter genésico e o amor, elementos comuns nas festividades carnavalescas, nada mais são que “*caminhos que levam a Moscou*”.

---

<sup>286</sup> CAMPELLO, José. Diversões populares. Folha da Manhã, Recife, 30 de dezembro de 1939, edição matutina, p. 03.

<sup>287</sup> Idem.

Por tudo isso, era muito melhor que o carnaval fosse simplesmente erradicado do calendário festivo local.

A tentativa de controle do carnaval, ainda que feita às claras, não foi divulgada nesses termos. No primeiro ano de sua gestão, Agamenon Magalhães coloca-se como “defensor do carnaval pernambucano”, deturpado, segundo ele, por influências estrangeiras que estavam tomando conta da festa em anos anteriores. Mais uma vez, observamos o comuníssimo recurso da comparação antes/depois de que usa e abusa a catequese estadonovista; e mais uma vez, bastava a chegada do Estado Novo e a penada de seu representante que as nuvens negras que escureciam o horizonte – neste caso específico do carnaval pernambucano, mas poderia ser qualquer outro contexto que o sentido seria o mesmo – fugiriam como os danados diante do Santo madeiro.

Para que a defesa das “características tradicionais” do tríduo de momo pernambucano fossem preservadas, a Federação Carnavalesca foi feita órgão consultivo da Secretaria de Segurança Pública, controlando as agremiações filiadas, estando estas últimas “*obrigadas a promover anualmente uma festa civica de exaltação patriótica, passando a ter, desse modo, uma finalidade mais util*”<sup>288</sup>. Civismo e patriotismo, como já foi visto anteriormente, eram dois motes fundamentais da administração Agamenon Magalhães e, como de resto, do Estado Novo que ele representava; desta feita, dava-se às agremiações uma obrigatoriedade que elas jamais tinham tido: como se poderia pensar, noutras épocas, em misturar a Pátria com a bagunça do carnaval?

Não houve tempo hábil para o controle do carnaval de 1938 (considerando-se que Agamenon só assume a interventoria em dezembro), mas já em maio do mesmo ano as novas diretrizes para organização da festa do ano seguinte foram traçadas em decreto bastante minucioso<sup>289</sup>. É reafirmado o caráter cultural e distintivo que esta festividade tem para o Estado, e por isso mesmo “*franqueia o espirito de solidariedade, de civismo e de ordem*”, três palavras basilares dentro

---

<sup>288</sup> Em defesa do carnaval. Folha da Manhã, Recife, 12 de maio de 1938, edição vespertina, p. 03.

<sup>289</sup> A defesa das características regionaes do carnaval pernambucano. Folha da Manhã, Recife, 11 de maio de 1938, edição matutina, p. 16.

de toda propaganda agamenosiana. Muito mais do que elementos próprios, inerentes ao carnaval, eram aspectos que este regime desejava ver acrescentados a ele, e para tanto tomava as providências necessárias.

Parte inconsútil da Secretaria de Segurança, a Federação carnavalesca controlava a formação de agremiações, e já em seu primeiro artigo o decreto estadual afirmava que a “*constituição de uma Directoria idonea*” era requisito *sine qua non* para a existência legal, no Recife, de uma agremiação carnavalesca.

Estas, por sua vez, eram obrigadas “*a promover uma vez por anno, ao menos, isoladamente ou em conjuncto*” (...) “*uma festa de exaltação civica e de combate ás idéas subversivas*”<sup>290</sup>.

Para apertar ainda mais o garrote sobre as entidades, a coleta de fundos entre particulares, prática comum meses antes da festa foi bastante coibida; justifica-se tal medida como meio de acabar “*de vez com as explorações que todos os annos se repetiam*”<sup>291</sup>. Perceba-se como esse laço foi bem desenhado, para manter as agremiações sobre controle estatal. Não se fala, no decreto, especificamente em proibição:

*“Nenhuma comissão ou nenhum individuo poderá angariar dinheiro para qualquer conjuncto carnavalesco, revistas ou jornaes carnavalescos, illuminação de ruas, propaganda em alto-falantes, sem que esteja devidamente licenciado pela Secretaria de Segurança Publica”*<sup>292</sup>.

Num regime onde a prática da propaganda é essencial, esta sorte de restrições é algo digno de nota: os políticos responsáveis pelo governo conheciam com profundidade quais práticas de divulgação eram eficientes, e para manterem as agremiações sob rédea curta, cortavam exatamente o seu direito de alardear sua existência para a arrecadação de fundos através dos meios utilizados pela interventoria para divulgar suas idéias. Desta maneira, sem as contribuições

---

<sup>290</sup> Idem.

<sup>291</sup> Em defeza do carnaval. Folha da Manhã, Recife, 12 de maio de 1938, edição vespertina, p. 03.

<sup>292</sup> A defesa das características regionaes do carnaval pernambucano. Folha da Manhã, Recife, 11 de maio de 1938, edição matutina, p. 16.

espontâneas, caberia quase que exclusivamente às dotações aprovadas pelo Estado o financiamento do carnaval oficial do Recife.

Só poderiam utilizar-se dos meios de comunicação e propaganda aquelas agremiações efetivamente licenciadas pela Federação Carnavalesca Pernambucana – instituição, por tudo que já foi dito, que servia de longo braço de Agamenon dentro do carnaval pernambucano.

Por fim, tinha-se um carnaval pelego, onde as agremiações, dentro das normas impostas, coíbiam as “*manifestações de política partidária*” e colaboravam “*com as autoridades, na manutenção da ordem*”<sup>293</sup>.

Além do garrote pressionando a Federação carnavalesca, houve também um grande “*cerceamento da liberdade criativa*”<sup>294</sup> no carnaval de 1938. Essa proposta castradora foi travestida em preocupação higiênica e moralizadora – pregões sagrados repetidos à farta.

Uma portaria de 20 de janeiro de 1937<sup>295</sup>, pouco mais de um mês antes do carnaval daquele ano, já deixava bem claros os limites que a festa popular teria de respeitar. Algumas dessas fronteiras resistirão décadas adentro, para muito além do próprio Estado Novo, inclusive.

Um dos grandes objetivos perseguidos e almejados pelo Estado Novo era a extinção da diferença, do conflito, do debate político. Sua proposta era fortemente marcada pela defesa do pensamento unívoco; não espantam, portanto, as sérias limitações que, no carnaval, as manifestações políticas sofreram. Para não pairarem dúvidas: “*críticas ou allusões a quaesquer partidos políticos*”<sup>296</sup> são estrita e vigorosamente proibidas, bem como a execução de hinos nacionais (o brasileiro, bem como de quaisquer outros países).

Uma outra preocupação era o respeito às autoridades constituídas. *Vox populi, vox dei...* mas nem sempre. Frequentemente, a língua popular, muito mais que divina, pode revelar-se mais perigosa que a áspide cujo veneno pôs fim à vida da Rainha do Egito. Fazia pouco mais de vinte anos que uma impagável marcha,

---

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> CAMPOS, Zuleica D. P., (op cit, 194).

<sup>295</sup> Idem.

<sup>296</sup> Ibidem.

escrita em 1915 por J. Carvalho Bulhões, aconselhava Filomena a tirar “a urucubaca da cabeça do Dudu”, sendo este último ninguém menos que o presidente-marechal Hermes da Fonseca, portador de uma terrível fama de azarado. O grande compositor de sambas Sinhô não poupou o candidato civilista Rui Barbosa, cinco anos depois, quando de sua derrota na campanha pela presidência, e perguntava: “*Papagaio louro/ do bico dourado/ tu que falavas tanto/ qual a razão que vives calado?*”, ironizando a conhecida e reconhecida proximidade do político baiano. E Pernambuco, reconhecemos, não ficava atrás em matéria de mostarda. Em 1911, mal o Conselheiro Rosa e Silva fora derrotado pelo General Dantas Barreto, uma marchinha já caíra no gosto popular: “*o pau rolou, caiu/ Rosa murchou, Dantas subiu*”<sup>297</sup>.

Diante disso tudo, as preocupações do regime que desabrochava e se instituía não eram infundadas. Daí compreendemos a extensão do seguinte artigo: “*proibir que se cantem quaesquer canções offencivas, **ou mesmo allusivas**, ás autoridades constituidas e ás autoridades militares*”<sup>298</sup>. Tais assuntos não deveriam ser sequer mencionados pelos foliões. Em semelhante diapasão, o símbolo da Cruz Vermelha e alusões a crenças religiosas eram estritamente proibidos.

Se as recomendações da Secretaria de Segurança foram seguidas à risca, 1938 deve ter sido o ano da folia restringida. “*Encontros de blocos, clubs, grupos e cordões*”: proibidos. “*Bebidas alcoólicas (brancas)*”? Venda proibida. Líquidos ou pós... “*não consentidos*”.

As limitações se estendiam. O simples uso de máscaras “*ou de quaesquer disfarces phisionomicos*”<sup>299</sup> estava terminantemente proibido; qualquer bloco, cordão, clube ou congênere que perturbasse a ordem pública poderia ter sua licença cassada “*incontinenti*” (...) “*detendo os responsáveis para responderem na forma da lei*”. Ao saírem das agremiações os foliões seriam todos revistados, sendo presos todos aqueles que estivessem armados.

---

<sup>297</sup> PORTO, José da C. **Os tempos da República Velha**. Recife: Fundarpe, 1986, p. 305.

<sup>298</sup> CAMPOS, Zuleica D. P., *op cit*, p. 194, grifo nosso.

<sup>299</sup> Idem.

Em síntese, este rosário de proibições e imposições visava manietar a irreverência e as liberdades dos foliões nos dias de Momo. Tais sopros de vento fresco não eram bem vistos nestes tempos de ditadura e autoritarismo. Pelo contrário. O popular é bem aceito, sim, desde que emoldurado na fôrma e no espartilho do Estado Novo. A seu serviço. Presentes em suas celebrações. Homenageando suas figuras de destaque.

Voltamos a 1940, onde nosso passista continua congelado, estático com sua sombrinha e seu mocambinho miniatura. Em pleno auge da campanha pela destruição dos casebres, a Folha da Manhã retratou um carnaval onde, nas palavras do próprio interventor, “*o mocambo foi o motivo predominante*”<sup>300</sup>.

Agamenon Magalhães cultivava a imagem de escritor realista, sem firulas, sem exageros. Seu estilo, escreveu em panegírico Diniz Perylo, seria caracterizado por “*leveza e elegancia de forma*”<sup>301</sup>. Poderíamos acrescentar o ilusionismo às qualidades autorais do interventor.

O tema “paz social” tornou-se obsessão de Magalhães, repetido, por ele e seus correligionários, à farta e à náusea. Elogiando o carnaval (lembramos: após dois anos de sua presença moralizadora e organizadora), o líder insiste em afirmar que não há sequer “*um conflito, um aborrecimento, uma agressão, um tapa, um murro*”<sup>302</sup>. Chega a ser impossível, quando não ridículo, que num evento que reúne milhares de foliões, “*confunde todas as classes*” e “*contamina as elites*” não surja sequer um desacordo, troca de impropérios... nada disso podia fazer parte do Estado Novo: renovação feita, todos estavam imediatamente por ela contaminados.

Pois bem, exatamente nesse ano onde a interventoria se esforçava por contaminar a população com uma idéia, o tal pudor do mocambo, e reuni-la em torno de um ideal, a Campanha, justamente nessa época o mocambo foi sucesso no carnaval. Podemos compreender este sucesso por vários ângulos. Como vimos, o interventor tão logo pôde tratou de cravar suas garras nos aspectos mais

---

<sup>300</sup> MAGALHÃES, Agamenon, (op cit, p. 251).

<sup>301</sup> PERYLO, Diniz. A pratica do Estado Novo. Folha da Manhã, Recife, 07 de junho de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>302</sup> Idem.

formais do carnaval recifense, a Federação e conseqüentemente as agremiações carnavalescas: distribuição de verbas, repressão e pressão oficiais e concessão de licenças podem ter sido estímulos suficientes para que determinadas agremiações de fato utilizassem o tema “Combate aos Mocambos” em suas fantasias.

Mas há um outro lado: a pena tendenciosa de Agamenon Magalhães, que transformava gatos em panteras e cães em lobos – ou vice-versa, ao sabor da necessidade. Certamente o carnaval de 1940 teve lá seus inconvenientes, como toda grande aglomeração tem; todavia, nenhuma delas foi reportada pelo interventor, que preferiu apostar na hipótese pouco provável de uma festa de multidões onde não ocorreram sequer pequenos incidentes. Enfim, coisas de Agamenon.

Neste mesmo insólito carnaval, Magalhães festejou a adesão dos foliões à sua campanha:

*“Todos os clubes e blocos estigmatizaram o mocambo. Um deles, o dos Linguarudos, tradicional pela irreverência e mostarda das suas críticas, dividiu as damas de honra em duas alas – uma, a das damas vestidas de seda, sapatos de cetim e cobertas de jóias, trazendo, na cabeça, em forma de diadema, a casinha popular da Liga Social Contra o Mocambo, e a outra, a das damas vestidas de chita e pés descalços, trazendo na cabeça o mocambo escuro”*<sup>303</sup>.

O carnaval para Agamenon, antes de ser uma festa de liberação, era uma reafirmação da ordem em pleno reino da desordem: ele festeja as bandeiras e damas de cada clube, as rainhas dos maracatus e os caciques dos caboclinhos, como provas de sua visão muito particular da festa, como se a disciplina que defendia com unhas e dentes a partir das Princesas estivesse sendo reproduzida durante o reino de Momo.

Mesmo assim ele insiste em reafirmar a espontaneidade das manifestações populares em favor das causas que ele defende. Muito embora uma das funções

---

<sup>303</sup> Ibidem.

da Federação Carnavalesca seja exatamente coibir manifestações políticas ou partidárias, o interventor, em seu artigo, diz que o povo foi à rua com o desejo de levantar críticas: “*uma festa popular tem os seus motivos. Motivos de crítica, de julgamentos, de alegorias, de aplausos e de protestos*”<sup>304</sup>. Eis, então, algo que raramente se vê na propaganda do Estado Novo: o povo (supostamente) criticando algo. Geralmente o povo é apenas aplausos patrióticos. Na ficção social que escrevia o interventor, porém, a população notavelmente pacífica e ordeira tinha ido às ruas apoiar, de livre arbítrio, a meritória campanha... e tal atitude tinha de ser dividida com todos os leitores do jornal... reproduzindo e ampliando este estado de espírito que procurava criar.

Isso dito, o dançarino de frevo continua congelado em sua tesoura eternizada, um Shiva, pronto a dar o próximo passo que jamais acontecerá, prova viva de um carnaval onde o mocambo pode até ter sido o tema principal, mas que antes de qualquer outra coisa, se desejou que os leitores da Folha da Manhã acreditassem naquele conto de carnaval, que certamente não foi igual ao outro que passou.

---

<sup>304</sup> Ibidem.

### **CAPÍTULO III: O CONGRESSO EUCARÍSTICO**

#### **Miragens de um oásis místico**

Dia três de setembro de 1939. Recife encontrava-se em festa. Os preparativos que há um ano tomavam conta da cidade, agora começavam a se tornar realidade. O dia amanhece claro, sem nuvens, contrastando com os últimos de agosto – tradicionalmente um mês ventoso, nebuloso, friorento e este ano também chuvoso.

As luzes da manhã faziam brilhar as folhas das árvores do Jardim do Congresso. Muitas daquelas árvores estavam há pouco naquela área; foram plantadas especialmente para esta reunião. A prefeitura recuperara a posse de um terreno há muito ocupado pelo exército e nele começou a transformar em realidade o sonho de um evento católico bem sucedido. O brilho que vinha das gotas de orvalho resplandecendo nos galhos eram a prova literalmente viva do esforço feito no intuito de dispor a cidade de um equipamento urbano à altura.

Nem todo esplendor projetado podia ser visto àquela hora. As fontes luminosas, orgulho dos engenheiros e devaneio dos criadores do evento, não apresentariam todo seu feito enquanto o dia estivesse claro, requeriam o frio e escuro manto da noite para brilhar, junto com as milhares de lâmpadas das mais variadas potências, um enxame de vaga-lumes a tornar o breu em dia claro – ao menos no Parque do Congresso.

O vento morno que soprava àquela manhã indicava o mormaço que perduraria por todo o dia, fruto de dias chuvosos seguidos de sol intenso. Se não fresco, já agitava as bandeiras que ornamentavam o monumento ao Congresso: o auriverde das armas republicanas, as chaves cruzadas do apóstolo São Pedro da bandeira da Santa Sé e os escudos do Cardeal e do Arcebispo.

Já às primeiras horas do alvorecer o público se encontrava no parque. Suas cuidadas aléias, suas novas e bem calçadas avenidas, não refletiam mais a calma da manhã pois eram atravessadas por uma pequena multidão que se dirigia, qual manso rebanho, ao foco de todas as atenções: a rotunda do Congresso, o altar

central do evento. Servindo de aboio, a voz eletrônica de um locutor, difundida pelos alto-falantes estrategicamente localizados em todo o parque.

Se este público apresentava-se como um rebanho, à sua frente vacas sagradas erguiam seus altos cornos, pastoreando e guiando suas reses logo cedo. Talvez a mais importante de todas elas era o Cardeal Legado, Dom Sebastião Leme, antigo arcebispo de Olinda e Recife e que agora retornava à velha paróquia para comandar tão vigoroso conclave; chegara alguns dias antes, ornado com a púrpura cardinalícia dos príncipes da Igreja, tornando eufóricas as autoridades católicas diante de sua presença. A seu lado, assentados diante do Altar Monumental, trinta e três bispos e arcebispos, e dentre eles destacava-se D. Miguel de Lima Valverde, varão abrasado no zelo do sacerdócio, nas palavras do interventor federal, figura-chave na promoção e na criação deste Congresso: suas palavras, seu esforço, seu modo de pensar marcaram-no como ferro em brasa.

Viam-se, também, mansamente sentados adiante do altar outros reverenciados ícones, "*pessoas gradas*" diria o arcebispo: o interventor federal em Pernambuco Agamenon Magalhães, devoto católico, mas pouco afeito à misericórdia cristã; o prefeito Novaes Filho, atômico formicídeo cujo trabalho e dedicação de alcaide, de funcionário público dedicado, deram ao Congresso seu mais importante cenário. O poder hodierno, o presidente Getúlio Vargas, era representado pelo General Firmino Freire; o poder pretérito, pelo príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança.

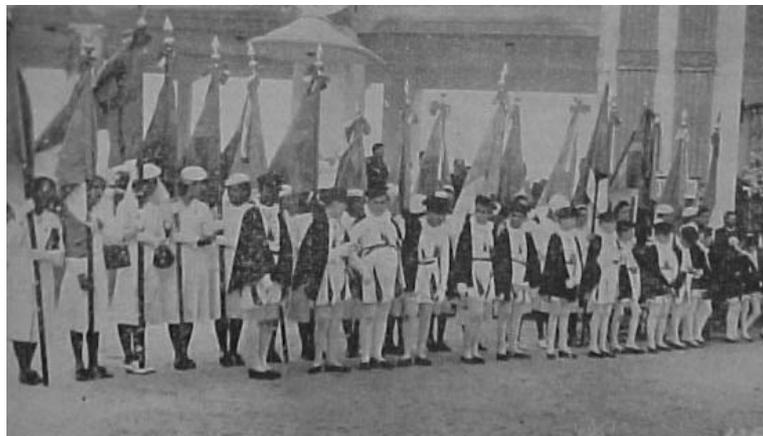
Além destes nobres personagens, estavam presentes os oficiais e tripulantes dos vapores Chroby, Cap Norte e Pedro II que trouxeram os peregrinos do sul do país, tão importantes para todo o cenário místico deste encontro quanto fora o jumentinho que carregara o Jesus menino e sua mãe para a segurança do Egito.

O serviço, os cânticos, a liturgia em latim, tudo lembrava um outro tempo, uma outra época. Ressurgiam, em terras pernambucanas, passados esquecidos, redivivos graças a este encontro. Saudades de tempos que não foram sequer vividos, ao menos por estas bandas.

Os guardas de honra do altar eram em número de quarenta e cinco; jovens, formavam em alas junto à Rotunda, guardando o altar. Para que estivessem

prontos já desde o início da cerimônia, enfatizados, burnidos, foram acordados muito cedo, certamente já estavam sendo vestidos muito antes do sol nascer.

Azáfama nas residências desses pequenos guardiães da sagrada eucaristia. Suas mães, como se fazia nesses tempos, prepararam-lhes as vestes na noite anterior, esperando que estivessem perfeitas logo de madrugada. O vistoso veludo carmesim dos uniformes, rematados em delicadas golas bordadas ao estilo de São Luís. Sapatos de verniz com suas fivelas douradas, cintilantes. À cinta, um espadim – armas e armaduras de festim, prontos a enfrentar um inimigo inexistente, “*pagens das côrtes antigas*”<sup>305</sup>



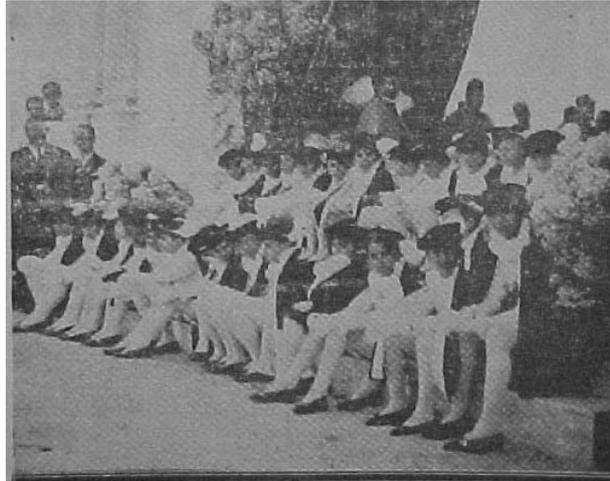
306

Ah, como tal farda deveria ser incômoda! Os duros sapatos envernizados pela primeira vez comportavam os pés de seus donos, esmagando seus dedos juvenis – como todo calçado novo. As roupas, inadequadas ao calor nordestino, ao bafo mormaçoso que ao longo da cerimônia, enquanto avançava a manhã, subia do lento rio Capibaribe. Suavam cântaros, cozinhados em vapor. Se os Anais do Congresso mostraram-nos em todo seu esplendor militar, o jornal A Tribuna, da própria arquidiocese, deu-nos imagem menos impressionante.

Os pajens estão sentadinhos. Amofinados. Seus chapéus meio caídos, de lado. Sufocados por capas e meias altas, perdidos em meio um oceano de corbelhas, sacerdotes e visitantes.

<sup>305</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 86.

<sup>306</sup> Idem, p. 281.



307

Ora, digamos, não estavam esses rapazes enfunados e desconfortáveis perfilados próximos ao altar para defender quem quer que seja do que quer que fosse. Não, sua função nos é revelada nos Anais do Congresso Eucarístico: “*offerecendo pelo seu garbo e porte juvenil e pela sua rica idumentaria uma belíssima impressão à assistência*”<sup>308</sup>. Como todo o resto da missa, era espetáculo, encantamento, feitiçaria impressionante para olhos atentos. “*scenario assim, distinto, magnifico, deslumbrante*”<sup>309</sup>

À frente do altar encontrava-se esse público. Acorrera ao sítio ainda antes da cerimônia, no escuro, certamente na faina de encontrar um melhor local para acompanhar o serviço. Viram os excelsos visitantes e os poderosos líderes locais chegarem ao local, subindo as rampas de acesso e tomando assento, “*majestoso e solenne espectáculo*”<sup>310</sup>; o arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva, officiar a cerimônia representando o ausente núncio apostólico.

Pouco mais tarde, às 16:30h, teve lugar a cerimônia de abertura oficial do III Congresso Eucarístico Nacional. O parque lotara de gente, animados pela voz do cônego Manuel Macedo, instigando seu rebanho através dos alto-falantes instalados em toda extensão do jardim.

---

<sup>307</sup> A Tribuna. Recife, 05 de setembro de 1939, p. 08.

<sup>308</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 281.

<sup>309</sup> Idem.

<sup>310</sup> Ibidem.

Num momento, a algazarra cessa um pouco. Da porta principal do parque chegam notícias de que importantes personagens chegaram: batedores abrem caminho para dom Sebastião Leme, rubi cintilante do certame, secundado pelo interventor Agamenon Magalhães. Seguem cerimoniosamente, aplaudidos pelo povo que os cerca. Espetáculo que congrega os mais importantes elementos do poder civil e religioso num só corpo festivo. À mesa principal dos trabalhos, mais uma vez estes, dois universos, Estado e Igreja, misturam-se harmoniosamente.



Ao lado do cardeal e do interventor, sentam-se o arcebispo primaz e o representante do presidente, dom Miguel Valverde e Novaes Filho. Nas duas asas que partiam do pavilhão outras doudas pessoas ocupavam lugares, o “*escol da nossa sociedade recifense*”<sup>312</sup>, regozija-se o redator dos anais.

Seguiram-se discursos, falavam de como a Igreja civilizara o Brasil, de como este fora arrancado das mãos selvagens e incultas e jogado na civilização quando o frei Coimbra fincou o madeiro nas terras baianas. Lembraram de como a barbárie voltara a ameaçar tantas e tantas vezes o Brasil, e como em todas estas oportunidades fora a Igreja, e ninguém mais, quem salvara a nação: quando os espúrios hereges conspurcaram a terra pátria, no século XVII, lá estavam os

<sup>311</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 97.

padres guiando as tropas nativistas e cultivando a nacionalidade; quando o liberalismo dissolvente se assenhorara do Estado, levantou-se a Igreja como defensora da união entre as duas esferas de poder. Diante disso tudo, o Congresso era apresentado, desde a sua abertura, como continuação de todo o processo constitutivo que, ao longo dos séculos, ligara a Igreja Católica Romana ao povo e ao Estado brasileiros.

Ovações eram arrancadas, *“grito de alegria da alma catholica”*<sup>313</sup> mesmo para as pessoas ausentes: quando, entre um discurso e outro, foi lido o telegrama do Santo Padre papa Pio XII, a audiência explodiu em júbilo; até mesmo o núncio apostólico foi aplaudido, a despeito de sua ausência, uma vez lido o seu telegrama de escusas.

Ao fim de tudo, como transcorreram estas cerimônias espetaculosas? Todas as referências nos deixam a impressão de um evento extremamente sereno, como se a população tivesse sido treinada, preparada para saber como agir em cada momento. Escritos a posteriori, os Anais do Congresso falam de uma multidão profundamente piedosa, uma atmosfera de silêncio e respeito a não ser quando a ocasião pedia – as salvas de palmas ao papa, os cânticos e os hinos. Não poderia haver baderna em evento desta natureza – mesmo se tivesse havido.

De qualquer maneira, a audiência popular deveria estar, de fato, hipnotizada. Por sua fé sincera e devota, sem dúvida. Mas também todo o cenário, nas palavras repetidas à farta pelos escritos da época, foi pensado para provocar a estupefação daqueles que cruzassem os umbrais do recém-construído parque. *“Não obstante a massa do povo que se estendia desde o altar até a praça”*<sup>314</sup>, o sentimento geral ecoava respeito e admiração:

*“Quem se retirasse do centro da cidade e galgasse os oiteiros de Olinda naquellas horas das noites do Congresso, veria, olhando para a vasta planície, um grande ponto luminoso. Era o Recife feito immensa Cathedral illuminada onde estava rezando de joelhos o Brasil”*<sup>315</sup>

---

<sup>313</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>314</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>315</sup> Idem.

Nesta curta fala, aparecem alguns elementos bastante representativos da propaganda deste importante evento: a luz, Recife como luzeiro; fé, Recife como genuflexório; Recife como altar e local de orações de toda nação brasileira. Estes e muitos outros temas foram pacientemente construídos e elaborados com arte de ourives ao longo de um ano e meio de perseverante propaganda institucional.

Elevou-se a cidade ao centro da história pátria – recontada de tal maneira que todos os eventos importantes para sua constituição não apenas tiveram reflexo, mas ecoaram a partir daqui. Ergueu-se nova Meca, não a velha Macoraba citada por Ptolomeu de onde o profeta Maomé saiu para pregar o Islam, mas uma outra: também local de peregrinação, mas nacional, brasileiro, onde todos os cidadãos deveriam ir para recarregar seu civismo e sua fé, sentir a energia da terra preta de Pernambuco.

### **Esquentando as almas: as primeiras notícias**

Mais de ano antes do Congresso a notícia já se espalhava pela cidade: o Recife sediaria um Congresso Eucarístico Nacional, o terceiro já feito. Em 08 de maio de 1938, o “*chefe da Igreja Catholica de Pernambuco*”<sup>316</sup> dom Miguel de Lima Valverde dirigia-se a seu rebanho em uma Carta Pastoral<sup>317</sup> de ampla divulgação: publicada em sua íntegra e comentada na Folha da Manhã e lida em todas as matrizes, igrejas e capelas do Arcebispado.

O conjunto dos destinatários desta carta era relativamente amplo; endereçava-se, de fato, a todos os católicos do Estado, leigos ou religiosos. Nominalmente, o Cabido Metropolitano, o Clero pernambucano e todos os fiéis da Arquidiocese. Aparentemente, não se sabia muito bem o que seria tal reunião... a novidade deve ter sido recebida, ao menos pelos católicos praticantes, com alegria, mas de que consistia o evento? Do que trataria?

Para clarear a compreensão, dom Miguel Valverde redigiu a carta para explicar aos fiéis não só a importância do encontro, mas também como ele iria

---

<sup>316</sup> Uma grande reafirmação colectiva de crença catholica: O 3.º Congresso Eucharistico Nacional e a sua alta significação religiosa. Folha da Manhã, Recife, 07 de Maio de 1938, edição matutina, p. 01, 03.

<sup>317</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucharistico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no proximo anno de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

desenrolar-se. Do ponto de vista puramente religioso seria a reunião dos católicos para apresentar ao Senhor Jesus Cristo Sacramentado as homenagens devidas, reforçar a confiança, em meio a um mundo turbulento e que respira a guerra, que Ele e apenas Ele é o salvador da humanidade. Visto que quase todas as religiões protestantes não adotam o sacramento da comunhão como dogma, um congresso que ressalta a importância desse procedimento vem fortalecer o ponto de vista católico dentro do cristianismo. Semelhante contexto aplica-se à escolha da padroeira do encontro, Maria, em seu avatar de Nossa Senhora do Carmo, pois a Mariolatria também é uma exclusividade das igrejas católicas (tanto a Romana quanto a Ortodoxa).

Esse aspecto em especial – a devoção a Maria em suas mais variadas manifestações – foi elemento dos mais importantes durante os dias do Congresso. Procissões e novenas eram a ela endereçadas, e, em pelo menos duas ocasiões, a relação da Santa Virgem com o Brasil e seus Estados foi celebrada com particular vigor: quando paulistas e paraenses trouxeram imagens de suas respectivas padroeiras para abençoar o povo recifense.

Havia expectativa quanto à chegada das delegações dos outros Estados. telegramas foram enviados pelo Arcebispo aos diversos interventores, dizendo “*Communico a V. Excia. Realização III Congresso Eucharístico Nacional nesta cidade, de três a sete de setembro próximo. Teria grande satisfação se o Estado que V. Excia. Preside, se fizesse representar. Attenciosas saudações. Arcebispo de Olinda*”<sup>318</sup>. Ainda assim, as caravanas eram esperadas com ansiedade: dadas as distâncias envolvidas, havia o risco do encontro fracassar em seu público.

Todavia, isso não ocorreu. Ainda que os peregrinos do sul – São Paulo e Rio de Janeiro incluídos – tardassem a chegar (de fato não o fizeram até poucos dias antes do encontro), o mesmo não se dava com os provincianos de Estados vizinhos e do norte do Nordeste, Maranhão e Ceará. Nenhuma outra delegação nortista, contudo, teve mais destaque que a paraense.

Num encontro que celebrava não apenas o Cristo mas igualmente sua mãe, “*a familia catholica do Pará envia à familia catholica de Pernambuco a imagem da*

---

<sup>318</sup> Anais do III Congresso Eucharístico Nacional, 1940, s/ p.

*sua Rainha*<sup>319</sup>, sua padroeira, a Virgem de Nazaré, que seria colocada num nicho dentro da Igreja Matriz da Soledade. A chegada dessa importante personagem à cidade, e o Congresso sequer começara, mexeu com as expectativas e os espíritos dos organizadores do evento. Foi programada uma enorme procissão, com paraenses e pernambucanos irmanados em devoção à santa, para levá-la ao seu local de descanso e poder, dentro da Igreja.

Os últimos dias de agosto de 1939 não foram dias ensolarados. Algo comum ao clima recifense, houve muito vento, certamente frio. O inverno que vai embora não entrega os pontos assim tão fácil: resiste, luta com bravura. Agosto, mês de lanchã, das marés altas e destruidoras, do vento soprando cortante e frio como uma faca afiada, das chuvas, repentinas e fortes que desfolham as árvores, assanham os cabelos e destroem ornamentos. O clima de agosto não ajudou aos preparativos do Congresso.

Nos contam os Anais do Congresso Eucarístico que “*rajadas de chuva despenhavam-se sobre a cidade*”<sup>320</sup>. As nuvens, pobres nuvens, eram apresentadas como “*sinistras*”, “*visão dos inimigos de Deus*” como se a chuva não fosse, ela também, obra do Criador. Nesse momento, contudo, elas punham em risco todo o dedicado preparo em que os recifenses, meses a fio, haviam se empenhado.

Nesse contexto, chegam os valorosos paraenses, acompanhados de sua padroeira. E dá-se a majestosa procissão. Foi contado como milagre da Virgem de Nazaré a melhoria do clima. Pelo que afirmam os textos, a Mãe do Senhor ficara aparentemente tocada pelas grandes manifestações de apreço à sua imagem, enternecida por presenciar tantos fiéis saudando seu nome, e num gesto de boa vontade fez as nuvens de chuva irem-se embora dos céus, “*fugiam quais corseis apocalypticos*”<sup>321</sup>.

Igualmente importante, embora sem tantos feitos milagrosos, foi a chegada da delegação vinda de São Paulo, chefiada pelo padre Cícero Revoredo, pernambucano de nascimento. Semelhante ao que tinham feito os paraenses, os

---

<sup>319</sup> Idem, p. 60.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>321</sup> Ibidem.

paulistas trouxeram como penhor de sua apreciação pelos pernambucanos a imagem de sua padroeira, Nossa Senhora Aparecida – igualmente patrona da Nação Brasileira. As mesmas manifestações de júbilo foram levadas a cabo, quando em procissão a imagem doada pelos paulistas foi levada até a Basílica do Carmo, onde foi edificada uma edícula para abrigá-la<sup>322</sup>.

Com não poderia deixar de ser, o sucesso do certame seria, para o arcebispo, fruto direto da intervenção divina:

*“Claro está que, se do Céu não vier a graça que alimente e fortifique os nossos propositos, que incremente as nossas iniciativas e condicione todas as circunstancias para um exito feliz e completo, malogrados seriam todos os nossos esforços”*<sup>323</sup>.

A despeito de sua fé, o arcebispo teve que discorrer sobre aspectos mais mundanos, já que a reunião não se daria entre anjos no firmamento, mas na Terra, com gente vinda de várias partes do país. Salienta-se a agonia e o êxtase desse momento. Preparar a população para o Congresso, eis a função mais destacada da Carta Pastoral. Essa função fica clara quando observamos a forma, o estilo que tal documento toma ao longo de sua redação.

Primeiramente, observamos que a Carta é, antes de mais nada, um convite aos fiéis, para que eles se agreguem no espírito de festa e reflexão que o Congresso propicia: *“Ora, queremos dar a Nosso Senhor Sacramentado a mais solenne demonstração do nosso reconhecimento”* ou *“rezemos, pois, e rezemos muito para que N. Senhor Jesus Christo seja glorificado em nosso Congresso Eucharístico”*... queremos, rezemos, façamos... o arcebispo, nesses seus vários convites, coloca-se no seio de seu rebanho. É ele, também, mera argila nas mãos da providência divina, grande artesã deste encontro e responsável última pelo seu sucesso.

---

<sup>322</sup> *“Immensa multidão encheu as ruas da cidade e glorificou Nossa Senhora Aparecida, invocada tão carinhosamente sob este título pelo povo paulista, e agora lembrada sempre aos pernambucanos no altar, que lhe preparámos e onde a iremos honrar com maior fervor e mais intensa piedade”*. Ibidem, p. 61.

<sup>323</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucharístico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no proximo anno de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

A partir do convite, em vários momentos surgem exortações: assume o arcebispo seu papel de pastor do rebanho, aconselhando-o seus atos. Mencionamos anteriormente que o principal objetivo da Carta era preparar o povo da cidade para receber o Congresso; pois bem, esta preparação dava-se em dois planos principais. As exortações, os conselhos de dom Miguel Valverde almejam o preparo espiritual do seu povo, para que este saiba receber apropriadamente a homenagem ao Cristo encarnado<sup>324</sup>.

Tal docilidade, porém, não foi regra de maneira alguma. Mais até que pastor bondoso, o autor vê-se chefe de uma circunscrição religiosa e convoca seus fiéis a agir: Valverde deplora a *“tibieza de grande numero de catholicos que, com pretextos vãos ou sem pretexto nenhum, se deixem ficar em suas casas ou correm ás publicas diversões”* ao invés de atenderem às santas missas. Ameaças: *“no Tribunal Divino, serão julgados como transgressores da Lei”*<sup>325</sup>.

Não resta muita dúvida: apesar do tom ameno de algumas passagens, estamos diante de uma autoridade católica, com toda a empáfia que a qualidade de intérprete e mediador entre o humano e o divino lhe confere. Ao longo do ano, a preparação para o Congresso servirá de vitrine para a hercúlea tarefa de doutrinação da sociedade. Diariamente, os jornais irão publicar quão próxima está a reunião, como estão os preparativos e como os espíritos devem estar purificados e prontos para quando chegar o grande momento.

Mas não lidamos somente uma intensa preparação espiritual. De modo algum! Não foram poucas as vezes em que ficou patente a preocupação com a organização física do encontro, e já na Carta Pastoral este aspecto foi seguidas vezes lembrado.

Observando atentamente algumas preocupações expostas por D. Miguel e alguns aspectos do debate reportado pela imprensa, vêm-nos à memória discussões outras sobre as virtudes da vida cristã e seus desvios provocados pelo excesso de luxo. Pernambucanos dessa época poderiam estar ao lado dos emissários papais e dos frades menores que no livro *O Nome da Rosa*, de

---

<sup>324</sup> *“Nada mais desejavel que, durante todo o anno que precede ao congresso não faltarem os fieis desta Archidiocese ao preceito da santificação das festas, assistindo devota e piedosamente ao Santo Sacrificio da Missa, aproximarem-se com a possível frequencia da sagrada mesa da Communhão”*. Idem.

<sup>325</sup> Ibidem.

Umberto Eco, foram à esquecida abadia no norte da Itália discutir sobre a pobreza do Cristo: “*Os bens da Igreja, não são nossos! Nós os temos em uso*” argumentou durante a “fraterna discussão” o franciscano Bonagrazia de Bérghamo, no que foi veementemente combatido pelo núncio papal “*em uso para devorá-los, para construir-vos belas igrejas com as estátuas de ouro*”<sup>326</sup>.

Diante de tais argumentos, ponderaria Miguel: “*mui importante e mais urgente! A grandiosidade da instalação, o esplendor das solenidades, a pompa do culto, tudo isso é indispensável, nem se compreenderia de outro modo o culto soleníssimo que nesses Congressos se presta a Jesus Sacramentado*”<sup>327</sup>.

Todavia, tamanha defesa do fausto e do esplendor mundanos certamente gerariam ataques aguçados de alguns religiosos, “*hipócritas, barcos de iniquidade, sepulcros caiados, focos de vícios!*”<sup>328</sup>. A imprensa reportou ao menos uma dessas injunções críticas ao andamento faustoso do congresso e não vinha de lugar qualquer, mas do núcleo duro do governo agamenosiano, cor e cerne da crença católica radical pernambucana, do secretário do Interior dr. Arnóbio Tenório, que argumentou, em púlpitos dos mais ilustres (o microfone do Rádio Clube e as páginas da Folha da Manhã) que o Congresso era “*Negocio mais de Maria do que de Marta*”<sup>329</sup>, duas personagens que nos são apresentadas pelo Evangelho de São Lucas: irmãs, moravam numa aldeia onde o Cristo passou, e enquanto a primeira largou o que estava fazendo e foi ouvir ao jovem rabi, a segunda permaneceu atarefada entre os seus múltiplos serviços. Ao perguntar a Jesus se ele achava correto o que sua irmã fizera – deixá-la só com todo serviço – ele a respondeu: “Marta, Marta, estás ansiosa com muitas coisas!”.

---

<sup>326</sup> ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986, p. 396.

<sup>327</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucarístico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no próximo ano de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

<sup>328</sup> ECO, Umberto, *op cit*, p. 396.

<sup>329</sup> TENÓRIO, Arnóbio. III Congresso Eucarístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de agosto de 1939, edição matutina, p 16, 10.



Dr. Tenório fez suas as palavras do Cristo em sua admoestação e poderia mesmo ter dito, muito embora jamais o tenha feito, “Leme, Leme, estás ansioso com muitas coisas”. Suas palavras destinavam-se não à equipe que diligentemente preparava o certame – ou, ao menos, não diretamente a eles. Dirigia-se o secretário ao povo pernambucano para que, como Marta, não perdesse tempo em preparações festivas e supérfluas, terrenas, quando o verdadeiro preparo se daria no plano espiritual.

330

Lembremo-nos dos jovens pajens que guardavam o altar no início dos trabalhos do Congresso, do Parque 13 de Maio, cuidadosamente construído e do qual falaremos mais adiante, dos pavilhões, das bandeiras, da rotunda, de todo espetáculo, enfim, que se preparou no entorno desta celebração. Nada disso valia muita coisa diante da preparação interior: “*O colorido das purpuras e dais faixas se esmaece e aniquila ante o fulgor do sangue do Deus Vivo*”. “*Mais que a preparação das praças, das vestimentas, das acomodações e mantimentos materiaes importa, importa quasi que exclusivamente, a nossa preparação interior*”<sup>331</sup>.

Preocupações infundadas, secundárias, insignificantes se comparadas à grandeza do significado deste encontro. “*Verdade perturbadora*“, admite Tenório, particularmente para, como ele mesmo diz, aqueles que se dizem cristãos com “*o orgulho e a tranquillidade de quem passeia num Packard do ultimo modelo*”<sup>332</sup>. Para esta severa figura do governo agamenonista, toda aquela algaravia em torno

<sup>330</sup> Idem.  
<sup>331</sup> Ibidem.  
<sup>332</sup> Ibidem.

dos melhores esforços, dos primorosos jardins, da melhor roupa a se vestir a urbe para receber o sacramento eram bobagens, futilidades. Vaidade, vaidade, tudo vaidade.

Figura interessante, a do dr Arnóbio Tenório. Em meio de tamanho torvelinho, de tantos preparos, ele se apresenta tão modesto – e derrotado em suas pretensões de pureza eucarística. Quase um personagem shakespeariano, um Ricardo II a renegar suas jóias por um reles punhado de contas, seu palácio por uma ermida; preferindo, ao seu cetro, um mísero cajado de pau<sup>333</sup>. Todo 1938 é um ano de preparativos, de arranjos para o grande evento. Todos os citados falam em “glória”, em “aparato”, em “deslumbre”. Em meio a todos encontra-se a figura casmurra de dr. Tenório.

Sim, casmurro. Não da maneira que Machado de Assis construiu o seu Dom, alguém ensimesmado, metido em seus próprios negócios, mas antes no sentido que, segundo o narrador-personagem título nos informa, seus vizinhos deram-lhe: cabeçudo. Tenório é uma voz dissonante às vésperas do Congresso, um Rio Negro que encontra o Solimões e que mesmo sem poder desviar-lhe o curso, mancha-lhe as águas.

Não poderia haver figura mais envolvida com os trabalhos de preparação do Congresso, pois além de secretário de Estado era também membro de uma das comissões mais importantes – por ironia, justo a comissão de propaganda<sup>334</sup> – e talvez apenas por causa deste cargo pôde ele tornar públicas suas discordâncias com os rumos que tomavam os preparativos: “*talvez alguns [de nós] não estejamos bem advertidos é que o Congresso Eucharístico é Eucharístico*”<sup>335</sup>, e não uma oportunidade de vender o Recife como cartão postal do Brasil. Negócio mais de Maria do que de Marta.

Em sua perseguição à pureza eucarística, o secretário chega mesmo a afirmar:

---

<sup>333</sup> “*I’ll give my jewels for a set of beads,/ my gorgeous palace for a hermitage, (...) my sceptre for a palmer’s walking staff,/ and my large kingdom for a little grave*”. Traduzido livremente da peça Richard II. In SHAKESPEARE, William. **The Complete Works**. Oxford: Clarendon Press, 1994, p. 384.

<sup>334</sup> “*Comissão de propaganda – Presidente: Padre Emmanuel Monteiro; Auxiliares: Dr. Arnobio Tenorio (...)*” IN Anais do III Congresso Eucharístico Nacional, p. 31.

<sup>335</sup> TENÓRIO, Arnóbio. III Congresso Eucharístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de agosto de 1939, edição matutina, p 16, 10.

*“Alguns se teem preocupado com a falta de viveres para tão grande numero de peregrinos. Não a falta de viveres, mas a falta de fome, fome de pão Eucharístico, é que nos deve preocupar e envergonhar”*<sup>336</sup>.

O contraste de sua fala com toda a organização do Congresso é flagrante. Em 18 de abril de 1938 o arcebispo reuniu os cônegos titulares de Sé de Olinda para elaborar “o plano geral de preparação para o terceiro Congresso Eucharístico Nacional”<sup>337</sup> e já nesta primeira reunião foi deliberada a constituição de uma Comissão Central, onde D. Valverde ocupava a presidência de honra, para organizar os preparativos. De maneira bastante centralizada, dela partiam, como raios, várias outras comissões auxiliares, preocupadas exatamente com os problemas que Dr. Tenório via como irrelevantes: imprensa, finanças, propaganda (da qual fazia parte), instalação e ornamentação, hospedagem, convite e recepção.

Arnóbio Tenório foi voz vencida nessa comissão. Igual a Ricardo II, poderia gritar e espezinhar, mas seu trono não mais era seu; diferentemente de Bentinho, não podia ser Casmurro apenas por ater-se aos próprios negócios, não teve esta opção, antes persistiu dentro de algo que ele criticava, repreendia. Fez-se cabeçudo, crítico, teimoso. Fez-se casmurro à maneira vulgar.

Como era o vulgo que lia sua excelência, em sua linguagem ele descrevia a experiência cristã que sentia. Interessante como um defensor ferrenho da pureza eucarística e religiosa, alguém que levanta teses ainda mais fundamentais do que o próprio arcebispo, tido e havido como um personagem ligado aos fundamentos – em outras palavras, alguém mais realista do que o próprio rei – tenha feito um esforço metafórico para explicar em termos chãos e populares o que era a verdadeira comunhão: “Seremos o marujo Popeye da vida sobrenatural”<sup>338</sup>. Ora, direis, não condiz com todo o resto de sua fundamentação! Tal afirmativa tão peremptória parece vir de outra boca, de outro cérebro, não aquele que,

---

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Anais do III Congresso Eucharístico Nacional, p.30.

<sup>338</sup> Tenório, Arnóbio. III Congresso Eucharístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 4 de agosto de 1939, edição matutina, p 16, 10.

momentos atrás, considerava frívola toda azáfama que se dizia preparar para o Congresso!

Em transfiguração ativa, mimese – quiçá desesperada – para atingir mentes e corações dos cristãos acostumados às modernas diversões, o secretário comparou a comunhão ao espinafre do Popeye, que lhe dá sobre-humana força nos curtos desenhos animados que antecediam aos longas-metragens nos cinemas, linguagem absolutamente conhecida aos seus ouvintes e leitores, freqüentadores ávidos das salas de exibição.

Dr. Arnóbio cita São Paulo em sua exposição, embasa teologicamente suas idéias, esforçando-se em afirmar como, pela comunhão, o Cristo permanece em nós e nós com Ele, e como *“Pela sagrada comunhão adquiriremos a Virtus Christi”*, a Sua virtude. Mas, ainda assim, a despeito e apesar de todo rigor teológico de sua explanação, é uma imagem de desenho animado, o forte marinheiro, que marca seu depoimento: *“A força do Cristo nos tornará capazes de transportar montanhas”*. Super-heróis católicos, erguendo montanhas graças aos superpoderes da hóstia energizada.

Recoloquemos, uma vez mais, nossos personagens na esquecida abadia do norte da Itália, cujo nome Adso, misericordiosamente, prefere omitir apesar de passadas muitas décadas. Tenório continuaria a argumentar, vez após vez, que o *“colorido das purpuras e dais faixas se esmaece e aniquila ante o fulgor do sangue do Deus Vivo”*, numa colocação que certamente sua reverendíssima apoiaria com louvor, afirmando que o preparo espiritual *“vale incomparavelmente mais do que as bellezas da arte”*. Ainda assim, entretanto, qualquer esforço humano em homenagear o celeste, qualquer canto, qualquer hino, qualquer arquitetura, por mais soberbos, nada mais são que pálidas imagens do reflexo da glória divinal. Por isso, não devem ser economizados recursos ou esforços nesse intento, não se compreenderia de outro modo o culto – *“A grandiosidade da instalação, o esplendor das solennidades, a pompa”*. Falou o arcebispo. Causa encerrada.

No afã do preparo, as palavras do arcebispo assumem o tom de convocação, chamamento à obrigação: todos os fiéis têm o dever de contribuir para o sucesso

do evento, “*quem mais, quem menos, todos devemos contribuir com o trabalho, de qualquer natureza*”; não se refere, pelo menos não agora, às contribuições financeiras (que serão, claro, mencionadas mais adiante), mas a uma questão igualmente premente: a força de trabalho que irá mourejar não apenas nos sete dias de congresso, mas durante todo ano que o antecede, preparando seu advento. “*Nada se deve recusar nem omitir*”, isso não se admite; de acordo com dons e competências particulares, todos estão desde já convocados a assumir seu lugar no exército eucarístico que se forma. Artistas, intelectuais, gente de propaganda (citados nominalmente), sintam-se conclamados a agir.

Recursos financeiros também são um problema imediato. Para garantir que as instalações sejam grandiosas e as solenidades esplêndidas, como exigiu o arcebispo, é vital a contribuição generosa do rebanho. Assim, D. Miguel confia na “*conhecida como é a generosidade pernambucana*”, apesar de nenhum adágio popular ou costume arraigado celebrar, em especial, esta qualidade no povo desse Estado, a ponto de ser “conhecida”. Espera-se a “*feliz*” disposição em contribuir com o evento, que há de realizar-se com primor: mais uma vez, apresenta-se a força do discurso mediador, que se coloca entre a divindade e os seres humanos, quando afirma o arcebispo “*as bençãos do Céu descerão sobre todos os generosos contribuintes*”<sup>339</sup>. Realmente, uma grande barganha.

Continuando a leitura da Carta, deparamo-nos com uma intrigante mistura entre as esferas terrena e espiritual presentes em seu texto. É interessante notar que documentos de mesma natureza, bem verdade que posteriores, exercitam uma espécie de movimento pendular, aonde o autor vai do mundo terreno aos planos divinos, indo e voltando repetidamente ao longo do texto<sup>340</sup>. O mesmo não se dá nessa Carta em particular. Nela, o arcebispo construiu imagens que, com modificações, serão trabalhadas ao longo de todo o ano de preparação e até mesmo após o Congresso; uma frase resume essa construção: “*Serão dias de*

<sup>339</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucarístico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no próximo ano de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

<sup>340</sup> “*O movimento da fala eclesial pode ser representado por um pêndulo que oscila entre dois tempos e dois espaços. Se nos referimos ao tempo, o pêndulo oscila entre o eterno e o instante. Se ao espaço, oscila entre o temporal e o espiritual*”. DIAS, Romualdo. De Deus ao seu povo... (Análise de uma Carta Pastoral da Arquidiocese de Vitória – ES). IN ORLANDI, Eni Pulcelli (org.). **Palavra, Fé, Poder**. Campinas: Pontes, 1987, p. 46.

*paraíso na terra*<sup>341</sup>. Mesmo o II Congresso Eucarístico, realizado em Belo Horizonte, já prenunciava a figura que D. Miguel iria usar ao longo do ano, pois, para ele, aquela reunião tinha sido uma “visão do paraíso”. Visão apenas. Quem sabe se essa miragem não assumiria concretude exatamente no Recife?

O senhor arcebispo dá boas dicas de como seria tal paraíso descido à Terra:

*“Um santo entusiasmo agitará todos os corações. Surdirão de todos os angulos de nossa formosa cidade luzes e flores, hymnos e hosanas vibrações incontidas da alma pernambucana, aclamando entre sorrisos e lagrimas Jesus Eucharistico, Rei e Senhor da nossa terra. Assim o cremos, assim o esperamos”*<sup>342</sup>.

A Nova Jerusalém deveria surgir no Recife, fruto maduro do processo de transformação que o Congresso Eucarístico provocaria na sociedade pernambucana. Para o arcebispo, a verdadeira religião católica vinha sofrendo, em séculos passados, injúrias por parte dos hereges, numa linguagem marcada por trazer à baila temas antigos desta religião. Velhas chagas, aparentemente curadas, ressurgem pulsando sangue e pedindo por bálsamo, pois “as profanações então feitas a Jesus Sacramentado devem ser agora reparadas com as homenagens mais expressivas da nossa fé e do nosso amor”<sup>343</sup>.

Seria interessante fazermos uma ponte com aquilo que se lê na Folha da Manhã. Como esta nova sociedade que surgirá a partir do Congresso é semelhante àquela anunciada no matutino. Isso mostra a absoluta convergência de pensamento entre a Igreja Católica e o poder executivo do Estado nessa época. Um parágrafo chama a atenção:

*“Em todos domine um só pensamento: conhecer melhor a Jesus Sacramentado para amal-o mais; movamos um desejo unico: dar ao culto da Eucharistia, nesses dias abençoados, toda a expressão de belleza” (...)* “uma aspiração seja a de todos nós: que os filhos da Terra

---

<sup>341</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucharistico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no proximo anno de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> Ibidem.

*da Santa Cruz reconheçam e proclamem como seu Rei – REI DOS SECULOS immortal e invisível a Quem é devida toda a honra e gloria*<sup>344</sup>.

Um, um, um. Um único pensamento. Um único desejo. Uma única aspiração. Que bela república de abelhas! Alegres, satisfeitos... eternamente estultos. Adoração absoluta ao Cristo, à comunhão; freqüência à missa todos os domingos e dias santos; meditação sobre a Paixão e Morte do Nazareno; render-lhe ações de graça e implorar-lhe misericórdia... eis o melhor complemento para a vida de abelhas que já vimos anteriormente: acordar, pegar o bonde, esperar, trabalhar, pegar o bonde, voltar, meditar, rezar, dormir, acordar, ir à missa, orar. “*Que é, afinal, a vida humana? Como é miserável, como é sórdido o nascimento!*” (...) “*logo compreendereis quanto o mundo duraria pouco se a sabedoria fosse comum entre os mortais*”<sup>345</sup>, argumentou Erasmo. O poder público pernambucano bem como suas autoridades religiosas trabalhavam zelosamente para amainar pelo menos este sofrimento do seu povo, semeando o pensamento único e capinando os brotos de reflexão que surgissem no jardim.

Aparentemente, tal discurso nada tem de político. Apresenta-se absolutamente apartado das coisas mundanas, volta-se para o eterno, para o divino. Contudo, ao longo do texto podemos notar como essas duas esferas, mais uma vez, vão-se entremeando, como numa tessitura, trançado sutil e refinado. Mesmo falando de assuntos celestiais, o autor da Carta sabe que se dirige a um público muito humano, e por isso mesmo costura seus argumentos com passagens que falam aos brios e à memória desse povo. A gente de Pernambuco é retratada como campeões históricos do catolicismo, sempre fiel à Igreja e aos seus sacramentos. Mais ainda, o arcebispo identifica uma continuidade entre os seus contemporâneos e as forças luso-brasileiras que, trezentos anos antes,

---

<sup>344</sup> Ibidem.

<sup>345</sup> ROTTERDAM, Erasmo de, *op cit*, p. 60.

expulsaram os holandeses – não por acaso, protestantes e judeus em sua maioria. “*Temos a mesma fé religiosa daquelles heroes*”<sup>346</sup>, afirma.

Essa imagem do heroísmo pernambucano foi retomada nos mais diversos documentos no ano eucarístico que antecedeu ao encontro propriamente dito. Não deixa de ser um grande movimento de propaganda mexer em brios tão profundamente arraigados. O Congresso Eucarístico teve um hino, autoria do Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, e do Frei Basílio Röwer. Pelo que lemos, foi muito bem divulgado, pois as rádios tocavam-no em todo o país, particularmente no Recife, irradiado pelo Rádio Club de Pernambuco e cantado em igrejas e escolas, de maneira que, quando foram abertos os trabalhos, sua letra já era bastante conhecida.

Interessante como esta composição é mais um exemplo do cuidadoso cultivo das tradições pernambucanas, postas a serviço do encontro religioso. Comparemos este hino do Congresso a outro, o do Estado de Pernambuco. A priori, tal movimento pode parecer extemporâneo, já que o regime estadonovista fez questão de apagar as diferenças particulares das unidades da federação, queimando suas bandeiras. Não obstante tal fato, esta composição reflete bem as imagens de glória que Pernambuco preserva: composto por Nicolino Milano (a música) com letra de Oscar Brandão da Rocha, o hino oficial de Pernambuco foi escolhido em 1908 através de concurso público. Ou seja: a comparação é possível e apropriada.

O refrão do hino estadual celebra os “*altos coqueiros*” dos quais Pernambuco é a terra; tal imagem é retomada pelo compositor Capiba alguns anos depois, 1950, quando compôs “*Olinda, Cidade Eterna*”; música intimista, eivada de lembranças do autor, fala das ladeiras, das igrejas e das brincadeiras das crianças nas ruas da cidade. Também aqui estão presentes as tais árvores: “*para contemplar/ a tua paisagem/ para olhar teus mares/ ver teus coqueirais*”. “*Cante o mar e os coqueiros de Olinda*”<sup>347</sup>, comandava o hino do Congresso Eucarístico, apropriando-se da muralha verde que serpenteia junto às praias da antiga capital

---

<sup>346</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucarístico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no próximo ano de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

<sup>347</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p.36.

pernambucana. Tais belezas naturais do estado anfitrião souberam ser exploradas noutros momentos: em discurso proferido na Hora do Brasil, em 1938, o padre Emmanuel Monteiro, presidente da Comissão de propaganda da organização do Congresso, convida: “*Brasileiros!*” (...) “*eu vos anuncio esta próxima assembléia de fé e de patriotismo a realizar-se nas encantadoras plagas pernambucanas*”<sup>348</sup>, um convite turístico, que celebra fé e patriotismo, sem dúvida, mas não esquece que há outros atrativos “encantadores”. Esta imagem também será encontrada em outras peças artísticas produzidas graças ao afã do Congresso: em poema publicado durante o encontro, o poeta Elesbão de Castro chama Olinda de “*Princesa do Norte*”, “*princesa dos lindos coqueiros*”<sup>349</sup>, enquanto que o bispo de São Carlos, D. Gastão Liberal Pinto, saúda a Olinda “*dos altivos coqueiros que se erguem roçando o azul do céu*”<sup>350</sup>.

Na letra de Dom Francisco, Pernambuco ergue-se varonil, ouve os clarins do Sagrado Congresso, responde ao seu chamado. Eis outra imagem bastante fecunda: a virilidade do estado, sua força, seu destemor; já em seu hino, o Estado é comparado a um atleta depois de lutar: músculos tesos, gotas de suor escorrendo pela cútis; um Davi que Michelangelo não chegou a tirar do mármore.

Dessa mesma natureza é o apelido quase mitológico, Leão do Norte, que os pernambucanos celebram: a composição eucarística convoca a fera: “*Eis, sus, ó Leão, Leão do Norte!/ Ruge ao mar o teu grito de fé*”, apropriado para uma gente que é apresentada como “*Nova Roma de bravos guerreiros*”, “*povo coberto de glória, o primeiro, talvez, no porvir*” em seu hino oficial. Não espanta que a música composta especialmente para o congresso fosse tão cantada, ela fala de aspectos cultivados e cultuados pela população, imagens próximas de sua consciência e de sua vida.

Quando fala no Leão do Norte, quando canta que o Recife faz-se catedral do Brasil, o hino exalta um aspecto fundamental da imagem de Pernambuco que o Estado Novo utilizou: o celeiro de heróis. De fato, tal idéia é bastante anterior ao período – basta lembrarmos, para não irmos mais longe, que o hino oficial do

---

<sup>348</sup> Idem, p. 48.

<sup>349</sup> CASTRO, Elesbão de. A Eucaristia e o Carmo. A S. Ex. Revma. D. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo de Olinda e Recife. A Tribuna, Recife, 03 de setembro de 1939, p. 03.

<sup>350</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 167.

Estado afirma que “a República é filha de Olinda” – mas durante os anos 30 e 40, mesmo com os símbolos estaduais banidos, ou até mesmo por isso, as memórias do passado glorioso são celebradas diuturnamente, lembrando aos cidadãos o seu passado.

E dentro deste passado, há um momento em particular pelo qual se tem absoluto fetiche: a Restauração Pernambucana, quando tropas luso-brasileiras venceram as forças holandesas e expulsaram-nas. São incontáveis as menções a este fato ao longo de toda a preparação para o Congresso e mesmo em sua própria concepção.

Os brasões e símbolos do encontro refletiam tais aspectos. O distintivo do encontro, reproduzido no selo comemorativo lançado pela República, “*lembra uma pagina expressiva e gloriosa da Historia de Pernambuco: a invasão dos Hollandeses, a luta pela reconquista da terra e a expulsão dos invasores*”<sup>351</sup>.

Ao centro do escudo encontra-se o Leão Heráldico, em memória à aludida fera do norte, sustentando “*na Custódia a Divina Eucharistia, symbolo do povo que saiu a campo contra os invasores com a bravura indômita e generosa do leão*”. Mais acima, vê-se a igreja votiva de Nossa Senhora dos Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes, atual região metropolitana do Recife.



<sup>351</sup> Idem, p. 34, 35.

<sup>352</sup> Acervo do autor.



353

O cartaz oficial do evento traz, também outras imagens bastante significativas. A linha da costa, esboçada no dístico, é bem melhor delineada no cartaz, lembrando os antigos mapas que apresentavam a cidade vista do mar. À frente, sobressai o farol da barra do porto, símbolo da prefeitura da cidade.

Sua luz ilumina a custódia que contém a sagrada eucaristia e convida os fiéis a adorá-la.

Já tivemos a oportunidade de dizer como o Congresso Eucarístico era apresentado como uma homenagem ao Cristo, reparando as supostas injúrias contra ele cometidas por hereges no passado. Em Pernambuco, o papel essencial dos hereges, do vilão potencial, foi representado pelos holandeses. Em discurso recepcionando o legado papal ao Congresso, o Cardeal D. Sebastião Leme, em 1939, D. Miguel deixou bem estabelecido o papel que coube aos flamengos e seu governo pernambucano.

O arcebispo defendeu a tese de que Recife era o lugar ideal para o Congresso que ora se iniciava. Perfeito não apenas por suas qualidades, já tantas vezes enfatizadas, decantadas, soberbamente retratadas pelos mais variados adjetivos e superlativos. Mas, também, porque em nenhum outro lugar do Brasil, argumenta D. Miguel, “a Santíssima Eucharistia fosse mais vilipendiada”, nos tempos em que “estadeou a heresia calvinista”<sup>354</sup>. Ora, numa situação tão festiva, na primeira vez que um cardeal católico pisava em terras pernambucanas, o “chefe” do catolicismo estadual relembra episódios tão desagradáveis! Sua locução continuou nestes termos, salientando as terríveis ocorrências durante o regime “perverso” dos calvinistas: franciscanos arrancados do altar em plena missa e levados à chacota das tropas invasoras no meio da rua, monstros de

<sup>353</sup> Folha da Manhã, Recife, 09 de agosto de 1939, edição matutina, p. 16.

<sup>354</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 75.

heresia, invasores que “*profanavam os templos onde Deus se digna de habitar com os homens*”<sup>355</sup>. Eis toda a herança flamenga: violência, heresia, corrupção.

Quanto aos nativos, assumiram a faceta de heróis cruzados, guardiões e mártires da verdadeira e única fé. Dom Miguel, em entrevista ao Jornal do Brasil, em setembro de 1938, reforça essa mensagem:

*“Bem sabia eu que os catholicos de hoje em Pernambuco não desmereceram de seus antepassados. A alma pernambucana é a mesma do tempo de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias, os typos mais representativos da grande epopéia que foi a luta pela expulsão do estrangeiro invasor e hereje”*<sup>356</sup>.

Ajudar a organização do Congresso, colocar-se à disposição do seu preparo, participar dele entusiasticamente... tudo isto, ao cabo e ao fim, é continuar a obra de fé católica que, segundo o arcebispo, inspirou os restauradores a expulsar os infiéis das terras pernambucanas: “*É, portanto, dever nosso, neste Congresso Eucharístico Nacional, imitando os nossos antepassados que, como leões, rugiram ‘ao mar o seu grito de fé’*”<sup>357</sup>, reafirmou o arcebispo em seu discurso de recepção ao Cardeal Leme.

Andando por tais veredas, D. Miguel levanta um tema fundamental para o Estado Novo: a formação da nacionalidade. Mais uma vez, temos sinais de como as duas instituições, a Igreja e o Governo do Estado, estavam em completa sintonia. Celebrações dessa natureza, da valentia e da glória do povo pernambucano, que expulsa o invasor, eram imagens muito caras a Agamenon Magalhães, e sendo um tema, a princípio, laico, é a Igreja que abraça a História, usando-a para abrilhantar seus atos. O III Congresso Eucarístico representa continuidade; não apenas naquilo que o motiva, seu aspecto religioso e eucarístico, mas também como encadeamento histórico:

---

<sup>355</sup> Idem.

<sup>356</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>357</sup> Ibidem, p. 75.

*“Depois da Bahia, berço da nacionalidade, terra onde foi plantada a Primeira Cruz e celebrada a Primeira Missa; depois da capital dos mineiros, a encantadora Belo Horizonte que, por ser nova, não desdiz de fé avita do grande povo montanhez, antes nos acena com uma enorme reserva de energias, para resguardo do nosso futuro de Nação Christã e Catholica; sem duvida, era chegada a vez de o Recife ser convertido em templo do Brasil Catholico”*<sup>358</sup>.

A nação brasileira nasce na Bahia e já nasce católica: uma missa marca o seu surgimento. Se a Igreja Católica é o passado brasileiro, também reluz em seu futuro: Belo Horizonte, cidade planejada, o hodierno plantado no seio barroco de antigas cidades, também vibra com o catolicismo. Observem como o passado e o futuro fundem-se nesse momento, como as várias localidades como que se transformam numa única, num único lugar. Esse movimento é bastante característico do Estado Novo. O tema pode ser divino, mas seu estilo é absurdamente humano.

Considerando a Folha da Manhã como “diário oficioso” do governo estadual, compreendemos que quase todos os pontos já levantados anteriormente pela autoridade eclesiástica são retomados por este porta-voz da autoridade civil, reforçando os deveres religiosos com a obrigatoriedade da ação civil. Tal qual Dom Miguel, a Folha nos fala de um “*esplendor inigualavel*” que deve ser marca característica de todo encontro.

“*Nenhum filho desta terra negará a sua colaboração*” para o Congresso, exaltava o jornal. Ora, não apenas as palavras são as mesmas, mas até o estilo é semelhante ao utilizado por D. Miguel Valverde. Diante da glória que cobria o Estado e o seu povo por serem anfitriões do Encontro, não se imaginaria outra atitude que não colaboração irrestrita. A Folha, contudo, vai até onde o arcebispo, autoridade eclesiástica, não pôde chegar: quando afirma que “*a celebração do*

---

<sup>358</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucarístico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no proximo anno de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

*Congresso deve interessar a todas as classes, indistinctamente*<sup>359</sup>, celebra este evento religioso nos mais puros termos estadonovistas, onde as classes, ainda que existindo, não devem lutar entre si, mas cooperar para o fim maior da nação brasileira. Neste momento, o fim maior era o Congresso Eucarístico.

A nacionalidade brasileira e sua unidade, sacramentada pelo catolicismo, temas bastante repetidos durante a Carta. Muito embora, afirme o arcebispo, a responsabilidade maior caiba aos pernambucanos, estes são apenas anfitriões do encontro, jamais seus donos. É uma honra *“promovel-o e organizar”*, mas este é *“um congresso nacional; todos os brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, devem nelle ser representados”*<sup>360</sup>. Fala-se de gloriosas tradições católicas de Pernambuco. Poderia, também, referir-se às tradições católicas de todo o Brasil, igualmente gloriosas diria o D. Miguel. Este argumento será retomado na Folha da Manhã, que faz questão de afirmar que tal *“acontecimento não será somente de natureza religiosa”*, mas, também *“cívica, tal a estreita e indissoluvel união que existe entre a igreja, a formação da nossa historia e a vida do nosso povo”*<sup>361</sup>. Observemos, mais adiante, que tais argumentos são bastante coerentes com a fala do cônsul brasileiro em Budapeste, indicando que esta forte corrente católico-estadonovista não era exclusiva de Pernambuco. Também o interventor Agamenon Magalhães fez questão de salientar este aspecto fundamental do evento, como definidor da unidade e da identidade pan-brasileira:

*“Paulistanos e gaúchos, mineiros e paranaenses, bahianos e sergipanos, capichabas e alagoanos, potyguares, parahybanos e outros peregrinos dos Estados do Norte, brasileiramente confraternizados, formavam conosco a massa ondejante que enchia as largas artérias da cidade”*<sup>362</sup>.

---

<sup>359</sup> Commentarios III Congresso Eucharístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de maio de 1938, edição matutina, p 03.

<sup>360</sup> Carta Pastoral do Exmo. e Revmo. sr. dr. Miguel de Lima Valverde, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, sobre o III Congresso Eucharístico Nacional a realizar-se na cidade do Recife, no proximo anno de 1939. Folha da Manhã, Recife, 08 de Maio de 1938, edição matutina, p. 13.

<sup>361</sup> Commentarios III Congresso Eucharístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de maio de 1938, edição matutina, p 03.

<sup>362</sup> Anais do III Congresso Eucharístico Nacional, p. 61.

O Congresso Eucarístico de 1939 foi, declaradamente, um evento para reforçar os laços entre o novo regime estadonovista que apontara ano antes no horizonte e a população brasileira, no geral, e pernambucana, particularmente, fato claro que já em 1938 o padre Monteiro, em discurso difundido pela Hora do Brasil, salienta nos seus mais diversos nuances. Já na primeira palavra proferida, o tom da locução está claro: “*Brasileiros!*”<sup>363</sup>. É convocação, é chamamento!

Sim, o certame é um evento religioso, mas não apenas isso: é o Estado brasileiro que está presente, “*Será uma homenagem oficial do Brasil a J.C.*”, e por isso mesmo não porque se fazer distinção entre o dever religioso, teoricamente assunto de foro íntimo, e o dever cível, uma obrigação cidadã... não, em absoluto não se apresenta tal distinção: o Congresso é uma “*assembléia de fé e de patriotismo*”, e negar o apoio e a colaboração seria o mesmo que “*negar amor a Cristo e à Pátria*”<sup>364</sup>.

Por último, o padre termina por afirmar a que veio o tal encontro: “*o Congresso Eucharístico Nacional se converterá em fonte de ordem, progresso e de disciplina para a estabilidade do Estado Novo integralmente cristão*”<sup>365</sup>. Não impressiona que o executivo estadual tivesse envidado esforços tão significativos para que o evento acontecesse e fosse um sucesso: sua natureza conservadora e realista casava muito bem com a cartilha política do regime.

A Igreja mostrava-se absolutamente consoante com o pensamento e a argumentação estadonovista, particularmente em Pernambuco. As opiniões eclesásticas eram cuidadosamente selecionadas para que este elo fosse reforçado sempre, para que os leitores e ouvintes compreendessem que ser um bom cidadão era ser um bom católico e vice-versa. Nesse estilo, um dia antes do Congresso se iniciar, o bispo de Pouso Alegre, D. Otávio Chagas de Miranda, ia às páginas do Jornal *A Tribuna* para dissertar sobre o tema “*Jesus e a Pátria*”<sup>366</sup>.

Tal como os emissários papais aos quais já mencionamos, D. Otávio tinha em mãos um assunto espinhoso: defender o patriotismo nas palavras do Cristo, justo ele que afirmara que seu reino não pertencia a este mundo! E o próprio autor

---

<sup>363</sup> Idem, p. 48.

<sup>364</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>365</sup> Ibidem.

<sup>366</sup> MIRANDA, Dom Otavio Chagas de. Jesus e a pátria. *A Tribuna*, Recife, 03 de setembro de 1939, p. 09.

confirma esta dificuldade, afirmando que Jesus olha “*com amôr igual todas as Patrias e os filhos de todas as Patrias*”.

Mesmo assim, continua com seu texto. O sentimento de amor à Pátria é legítimo e, segundo o autor, natural:

*“Não obstante fazer da caridade o preceito maximo da sua religião e portanto olhar, não pretendeu sufocar no nosso coração o amôr de predileção que temos naturalmente pela nossa Patria e pelos nossos compatriotas”*<sup>367</sup>

Pelo contrário, o Cristo dera inclusive exemplo de como se portar em relação à Pátria pelo seu “*exemplo de obediencia ao governo de seu país*”<sup>368</sup>. Sede como Cristo – poderia ter dito o religioso – sede obediente. Sede uma abelha. Aparentemente, foi esquecido o exemplo chocante do Cristo enraivecido fazendo badernas dentro do templo, expulsando os vendilhões, irreverente quanto às autoridades religiosas do seu tempo. De fato, não era de bom tom lembrar-se dessas passagens agora.

Mais um pouco adiante, o autor cristaliza seu pensamento sobre o cristianismo e o patriotismo, afirmando que no Brasil os antepassados (sempre eles) legaram aos presentes um “*duplo culto*”<sup>369</sup>, pela Pátria arrancada da barbárie e da heresia por obra e graça da Igreja, instituição sempre presente na formação da pátria brasileira. Ambas as instâncias merecem a devoção de todo povo.

Tamanha coincidência de pensamentos pode ser rastreada em diversas comunicações doutrinárias que marcaram o ano de 1937. Observe-se o seguinte: no regime que se instituía, o apoio da Igreja era não apenas desejável mas fundamental, já que a maioria dos seus componentes era composta de católicos fervorosos. Assim, quando alguma autoridade eclesiástica, em particular D. Miguel, dirigia-se ao dileto público e exortava-o de alguma forma, dias depois era publicada no jornal uma espécie de reforço civil, glosa cívica patrocinada pela imprensa – A Folha da Manhã, A Tribuna ou outro qualquer informativo.

---

<sup>367</sup> Idem.

<sup>368</sup> Ibidem.

<sup>369</sup> “*Que herança preciosa nos legaram os nossos antepassados, com esse duplo culto*”. Ibidem.

É interessante atentarmos para um fato significativo: tais comentários não vinham situados no editorial – em tese, o local de opinião do matutino – mas em meio às notícias, e sem identificação de autor... ou seja, eram fatos. Era a verdade. O leitor que passasse sua vista pelos trechos, não estaria lendo a opinião do interventor Agamenon, do editor-chefe Campello ou mesmo do arcebispo, mas sim apenas e tão somente uma notícia, a verdade sobre um fato. Essa organização mostra como foi bem-cuidada a inserção e o preparo do Congresso na vida da população.

No dia de publicação da Carta Pastoral, a Folha da Manhã sente-se “desvanecida” em poder publicá-la e começa a explicar ao seu leitor o significado de tão importante documento. Após situá-lo (“*D. Miguel Valverde sobre a proxima realização do III Congresso Eucharístico Nacional em Pernambuco*”<sup>370</sup>), o anônimo articulista afirma serem as palavras do religioso antes de qualquer coisa “*simples*” e “*ungidas de fé apostólica*” – como é intrigante que dois adjetivos aparentemente tão díspares podem estar ligados a um mesmo texto – como se a simplicidade fosse por si uma graça divina.

A partir daí, retoma-se o clichê ideológico deste período, que era a intensa e profunda ligação da Igreja Católica com a formação da identidade brasileira. Ao articulista, parece “*um acto de loucura ou manifestação de estupidez*”<sup>371</sup> tentar separar o Brasil do catolicismo, uma “*violação ás leis fundamentaes que regem o mundo a existencia de arvores sem raizes ou das sombras sem luz*”, de uma maneira tão intensa que o autor afirma que não é possível ser brasileiro nacionalista sem ser católico, “*civismo no Brasil não pode isolar-se do sentimento religioso*”. Por tudo isso, participar, ajudar, cooperar com o Congresso apresentava-se como uma obrigação patriótica para os pernambucanos, muito além de simples dever religioso.

Talvez fosse exatamente o contrário: para o grupo de políticos que comandava o Estado nesta época, o aspecto religioso fosse uma questão muito mais significativa e importante que a simples organização político-administrativa. Dessa maneira, muito mais do que reforçando um chamamento religioso, quando

---

<sup>370</sup> Religião e Civismo. Folha da Manhã, Recife, 08 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>371</sup> Idem.

se mostra dessa maneira, o poder civil está se sujeitando, submetendo-se à esfera religiosa.

A Carta Pastoral de D. Miguel marcou o princípio de um ano bastante intenso de preparação. Observemos que 1937 não era particularmente propício para a difusão das mensagens: o golpe de Novembro, a deposição do governador Carlos de Lima, dois interventores (Azambuja Vilanova até que Agamenon Magalhães assumiu, em dezembro). Foi descrito, nos Anais do Congresso, como um ano de “*apathia e inacção*”<sup>372</sup>, símile de hibernação do povo do Recife e da Igreja pernambucana.

Dom Miguel Valverde veio, com sua carta, despertar e conquistar as consciências para o certame que se aproximava... um ano inteiro de intensos preparativos, onde “*o Recife se convertera em uma grande e activissima officina onde se trabalhara com fé, com muito fervor, com um santo entusiasmo*”<sup>373</sup>. Depois do inverno dos acontecimentos, surgiria um verão glorioso. Seu sol seria o Congresso Eucarístico.

### **Há congressos e congressos**

Neste ano preparatório do congresso, quando a ufania e a exaltação dos mistérios divinos que seriam derramados pelas ruas do Recife tomava páginas e páginas da Folha da Manhã, um elemento extremamente importante a esse jornal produziu uma crônica que não condizia com o ambiente festivo que se avizinhava, pelo menos em sua aparência.

Quando os mais diversos líderes religiosos e políticos (o prefeito, o interventor, o arcebispo, o cardeal, padres *et alli*) revezavam-se nas páginas do noticiário e nas ondas do rádio falando das maravilhas que os ouvintes e leitores teriam a oportunidade de presenciar, justo o editor-chefe da Folha, José Campello, escreveu seu artigo diário num tom mais sombrio.

Aproveitando-se de todo clima congressional que havia perpassado a cidade, ele preocupou-se em falar de alguns tipos de congressos que não deveriam ser muito bem vistos pelos católicos; sua preocupação, pelo que lemos de seu texto,

---

<sup>372</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 30.

<sup>373</sup> Idem, p. 69.

era deixar atentos seus leitores para que estes pudessem separar o joio do trigo, os gatos das lebres... muitos congressos eram feitos naqueles dias, mas nem todos tão edificantes quanto o Eucarístico.

Era um texto bem característico de sua pena. Mordaz, incisivo, destruidor. Não há em sua composição espaço para a opinião dissonante, para um segundo pensar: sua opinião apresenta-se como a única e decisiva verdade, quase revelada, a qual não cabe discussão. Aos ignorantes do tema, ou seja, seus leitores, é mister aprender aquela realidade que, de maneira tão óbvia e meridiana, Campello expôs em suas poucas linhas; contudo, se algum elemento ainda não estiver convencido, depois de verdadeira palestra escrita, não será mais por ignorância, mas sim por má vontade. Contra eles não haverá jamais tolerância, e seu lugar é entre os inimigos da verdade e do acerto, semeadores da cizânia.

Há, sem dúvida, um quê de ironia muito forte. Mas não é algo ameno, que através de curvas sinuosas envolve o leitor em sua crítica ao assunto. Não, Campello usa toda mostarda para destruir seus oponentes, assenhorando-se da sátira para tirar deles quaisquer vestígios de racionalidade ou razão que, eventualmente, viessem a ter.

Falando dos vários congressos levados a cabo naqueles tempos, afirma que só “ingênuos ou ignorantes” podem realmente acreditar que tais ajuntamentos visam à paz mundial e à educação juvenil. Mas o fato é que havia, usando suas próprias palavras, muitos ingênuos ou ignorantes no mundo, particularmente no Brasil. Diante deste fato, argumenta, “*nesta terra de Deus ha gente capaz de acreditar que um grammaticoide e um bucephalo tenham os dois a mesma intelligencia*”<sup>374</sup>. Ora, na argumentação ferina do editor-chefe, entre o “gramaticóide” e o “bucéfalo”, o cavalo, este último vale mais, posto que sabe amar, comer capim e lambar de maneira briosa. A esses tipos, que insistem em pensar assim, não há outra opção senão recorrer aos serviços de higiene mental.

Continuando sua argumentação, José Campello lembra dos congressos de política e ciência que se realizam amiúde. “*Numero vultoso de ‘descompassados*

---

<sup>374</sup> CAMPELLO, José. Congressos Inúteis e Perigosos. Folha da Manhã, Recife, 18 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

*bêstas*<sup>375</sup>, eis como são caracterizados os freqüentadores de tais congressos. Ainda que alguns “homens de valor” se dignem a comparecer e palestrar, em sua maioria são os gramaticóides e não os bucéfalos, que o compõem. Seriam inócuos, se não favorecessem os artistas dos jornais, “*humoristas de penna e de lapis*”<sup>376</sup> que se abastecem de novas tiradas observando tais conclaves.

Todavia, se os tais encontros em prol da ciência são apenas engraçados, os congressos mundiais da juventude são algo bem diferente: “*Eis, na realidade, o que são os congressos mundiais de juventude: Moscou e nada mais que Moscou...*”<sup>377</sup>.

Tais encontros, rapidamente agrupados em pacifistas (“anti-guerreiros”) e anti-fascistas, são profundamente perigosos para a formação da juventude, e a fonte que o autor cita é das mais confiáveis: a imprensa católica italiana<sup>378</sup>, que por essa época já vive há mais de década sob o tacão pesado de Benito Mussolini, sem contar que a elite dirigente católica deste período é, por postura política, extremamente reacionária e autoritária, vê com arrepios estas formas de congratulação civil. Sem as bênçãos da Santa Madre Igreja, qualquer certame servirá aos propósitos do bolchevismo e do comunismo, “*armas de dissolução e miseria moral*”<sup>379</sup>, independentemente dos valores que defendam.

A imprensa católica ao longo dos anos 1930 e 1940 se esforça para fazer retornar os fiéis à submissão religiosa. Neste contexto, qualquer esforço, por melhor que seja, que não conte com o apoio eclesiástico não é apenas infrutífero, mas, antes de qualquer coisa, daninho. Há um claro incômodo com a realidade moderna, com as grandes cidades, chamadas de “*urbs tentaculares*” em outro artigo<sup>380</sup>. Os lares não são mais o refúgio das famílias, mas sim “*campos de experimentações psicoanalíticas*”, onde as dores das inquietações e do primitivismo assustam e alertam a Igreja.

---

<sup>375</sup> Idem.

<sup>376</sup> Ibidem.

<sup>377</sup> Ibidem.

<sup>378</sup> “*A imprensa catholica italiana avverte a mocidade de todos os paizes sobre a natureza e os fins da organização perigosa: A verdadeira natureza e os objectivos desse movimento, que está a serviço das internacionais maçonicas e communistas, são mais do que sufficientes para alarmar a juventude catholica*”.

Ibidem.

<sup>379</sup> Ibidem.

<sup>380</sup> Congressos Eucharísticos: Interferência Divina. Folha da Manhã, Recife, 26 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

É nesse horizonte que se situa José Campello. Fascista por opção e crença, aproveita o meio autoritário onde se encontra para divulgar suas idéias. Certamente um campo fértil onde tais receitas podem ser semeadas às mancheias, como apoio irrestrito da interventoria, que dá a um dos seus mais importantes pensadores toda a sessão de trombetas que ele merece.

### **Recife, Budapeste Americana**

A montagem da festa era complicada. Como já vimos, não havia experiência local na organização de tamanho evento. Os jornais não mostram a intervenção de líderes religiosos ou mesmo civis baianos ou mineiros neste momento – bairrismo pernambucano, possivelmente. Havia a necessidade concreta de fazer algo que ultrapassasse qualquer outra coisa vista no país, e tal sentimento ficou claramente expresso algumas vezes, pois “*Pernambuco não pode ficar aquém dos demais Estados onde se têm celebrado os dois primeiros Congressos Eucharísticos*”<sup>381</sup> Um encontro, porém, serviu de modelo aos devaneios da arquidiocese: o Congresso Eucarístico Internacional de Budapeste, capital da Hungria.

De várias maneiras, Budapeste se adequava aos planos locais: era um encontro internacional – boa promessa de escala mais grandiosa, um aspecto que, sabemos, era fundamental; por outro lado, realizava-se mais ou menos um ano antes do Congresso Eucarístico Nacional, dando aos olhos e ouvidos atentos de Pernambuco boas idéias a serem seguidas e copiadas – como, de fato, muitas o foram.

Não foram poucas as notícias sobre o encontro húngaro. Justiça seja feita, um jornal como a Folha da Manhã certamente noticiaria com destaque um convescote católico desse porte. Mas não era só isso: além dos assuntos religiosos, das bênçãos recebidas pela sede do tal encontro, houve uma séria preocupação em registrar como a cidade danubiana se mostrava nos dias de festa. Qual o aparato, como ruas e edifícios eram ornamentados, a presente e

---

<sup>381</sup> Commentarios III Congresso Eucharístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de maio de 1938, edição matutina, nº 135, p. 03.

atuante ação governamental e, principalmente, a utilização do rio. Uma narrativa bem detalhada. Neste sentido, Recife queria ser a Budapeste americana:

*“Pernambuco vae celebrar tambem, em 1939, o seu Congresso Eucharistico. E praza aos céus que elle se revista da mesma imponencia, do mesmo recolhimento edificante, da mesma união entre o povo e os elementos ecclesiasticos”*<sup>382</sup>.

As ligações entre os dois certames estavam estabelecidas desde muito: tinham a mesma natureza, ambos, e, podemos inferir, semelhante importância, destarte a diferença básica que separava os dois: o Recife sediaria dentro de um ano um encontro meramente nacional; Budapeste recebia fiéis do mundo todo. Ainda assim, essa aparente incongruência nos fala muito bem das expectativas criadas e cultivadas pela Arquidiocese. Conquanto fossem elevadas aos céus as orações e fossem estimuladas as boas ações do rebanho pernambucano, era no humano, demasiadamente humano do espetáculo que preocupações afloravam.

Claro, não se podem negar as crenças, sinceras, dos organizadores do evento. O que era conjurado naquele momento não era uma espécie de suflê social e religioso: belo e fofo dentro do forno, mas absolutamente murcho e sem substância quando exposto ao ar livre. De modo algum, os valores católicos e espirituais eram parte essencial desses encontros, ainda mais quando observamos o panorama político em que eram realizados. A década de 1930 não foi um ambiente propício à reflexão e à paz, particularmente no ocidente, e lemos em vários documentos da época uma certa angústia, uma preocupação com o futuro imediato; afirmava a Igreja: *“o mundo occidntal”* (...) *“vive num verdadeiro estado de guerra latente, em que amigos e inimigos se olham como as feras das cavernas millenarias”*<sup>383</sup>. É nesse contexto que florescem os congressos eucarísticos.

Guerra latente. Pode tal expressão refletir o cenário internacional, em particular a vertente atlântica, ocidental, nos últimos anos da década de 1930? Com os olhos do presente, sabendo que pouco mais de um ano após esta notícia

---

<sup>382</sup> Os Congressos .Eucharisticos. Folha da Manhã. Recife, 26 de Maio de 1938, edição matutina, p. 03.

<sup>383</sup> Idem.

ser publicada começaria a Segunda Guerra Mundial, somos levados a dizer que sim, o grande conflito enroscava-se como uma imensa cobra a despertar-se, retesando seus músculos e preparando-se para o bote. Não era bem assim. De “latentes”, dormentes, os conflitos nada tinham e o final da década presenciou um espiral de violência encadeada, guerras regionais que de alguma maneira enganchavam-se umas às outras. Em 1935, Benito Mussolini partia com as tropas italianas para o que considerava ser uma campanha fácil: a conquista da única nação africana independente, o reino da Etiópia; um ano depois a capital etíope, Adis-Abeba, caiu em mãos italianas e a resistência local viu-se “*despedaçada por um imenso exército fascista de 400.000 homens*”<sup>384</sup>, dos quais mais de cinco mil pereceram. Este curto porém sangrento conflito permitiu ao Duce executar sua estética do terror e da violência em toda sua substância, num vocabulário que não ficaria nada a dever aos antigos reis assírios: as cabeças da Abissínia eram colhidas como trigo maduro.

O fùhrer alemão, por sua vez, também começava a tocar os tambores da guerra: em franca violação ao Tratado de Versalhes, as tropas alemãs avançaram sobre a região desmilitarizada da Renânia, na fronteira franco-belga, em 1936. Poucos meses antes da notícia do jornal, em março de 1938, a Áustria era invadida e o Anschluss, a união indissolúvel entre os dois estados germânicos, era completada; apenas duas semanas depois, a Tchecoslováquia era pressionada a entregar aos alemães a região dos Sudetos – de população majoritariamente alemã.

Em maio de 1938, enquanto o artigo da Folha da Manhã fazia referência a tal “guerra latente”, já fazia dois anos que a Espanha se batia num conflito sangrento, onde a Igreja Católica teve papel fundamental, apoiando os rebeldes monarquistas liderados pelo Generalíssimo Franco contra o governo republicano espanhol. Nas terras ibéricas, Hitler e Mussolini selaram sua aliança nazi-fascista, testando em populações espanholas leais à causa republicana armas que, mais tarde, seriam utilizadas no front da guerra universal.

---

<sup>384</sup> KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**, Vol. II, 2ª edição. Lisboa: Europa-América, 1972, p. 148.

Às guerras ocidentais poderíamos acrescentar a conflagração no Extremo Oriente, na bacia do Pacífico. Ainda que relativamente distantes, do ponto de vista geográfico, em breve tais conflitos se integrariam perfeitamente à Guerra Mundial e, mesmo antes disso, desde há muito aumentavam a ansiedade mundo afora (eram fartamente noticiadas na Folha da Manhã, por exemplo). Desde 1933 um Japão militarizado atacava a China, ocupando a região norte do país, a Manchúria, e, quatro anos depois, iniciaria uma guerra ocupando importantes cidades chinesas:

*“Nanquim sofreu então um período de terror e destruição que deve estar entre os piores da história das guerras modernas. Durante quase sete semanas, as tropas japonesas” (...) “desencadearam sobre os soldados chineses e a população civil uma tempestade de violência e crueldade que tem poucos paralelos. As vítimas de estupro, muitas das quais morreram depois de ataques repetidos, foram estimadas em 20 mil por observadores estrangeiros; os soldados fugitivos mortos foram estimados em 30 mil; civis assassinados, em 12 mil”<sup>385</sup>.*

Vistos todos esses aspectos, voltamos a tal expressão usada pelo articulista: *“o mundo vive num verdadeiro estado de guerra latente”*. O que levaria um escritor a desconhecer conflitos de tão amplo escopo? Qual motivo não o faria perceber que, na verdade, não se tratava de um conflito dormindo, mas antes de uma série de bombas estourando em uníssono? Possivelmente, tal expressão indica insegurança e expectativa pelo pior. A ansiedade numa espera que se revelava eterna a cada minuto que passava, um conflito que se anunciava dia a dia, batalha a batalha. A confrontação entre as grandes nações da Europa, que faria reviver os horrores de 1914. É a esse sentimento que a frase nos leva.

Nos umbrais de tal conflito, cujo início era, ao mesmo tempo, desconhecido e tão certo, a Igreja Católica Romana reunia multidões em oração pela paz, *“reverentes, cultas, civilizadas, ansiosas por essa paz interior”<sup>386</sup>*. De certa

---

<sup>385</sup> SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna – Quatro Séculos de História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 429, 430.

<sup>386</sup> Os Congressos .Eucharísticos. Folha da Manhã. Recife, 26 de Maio de 1938, edição matutina, p. 03.

maneira, a fala eclesiástica se enche de um peso fenomenal para os crentes católicos, pois aqui e acolá é deixado bem claro que esses encontros, humanamente organizados e realizados, seria a voz da divindade em pessoa, atuando no mundo físico:

*“A realização dos Congressos Eucarísticos Mundiais reveste-se, nesta hora tumultuária do espírito humano, de transcendental significação da interferência divina para oferecer aos povos horas de espiritualidade e recolhimento”*<sup>387</sup>

Neste trecho, é Deus quem interfere no meio humano, tumultuado e carente de paz. Ele concede a graça dos congressos eucarísticos, permite aos homens que se voltem para Ele, em reza, em súplica, em oração. Desta maneira, a Igreja se apresenta apenas como mediadora do verdadeiro autor da demanda, o inominável em pessoa. Sua voz é ouvida através da Igreja, sua representante indubitável e incontestável: obedecer à instituição é obedecê-Lo diretamente; suas vontades são Suas vontades; suas exigências, Suas exigências.

Além disso tudo, a própria criação dos congressos eucarísticos visava reconsagrar as nações liberais ao cristianismo. Sua idealizadora, Maria Marta Tamisier, presenciou

*“em plena effervescencia do liberalismo francês, em 1873, ‘quando os valores espirituais vacillavam e a duvida scientifica invadia o mundo’, duzentos deputados catholicos que iam, sem respeito humano, na mais sincera e limpida consciência dos seus deveres christaos, levar ao Coração Sagrado de Jesus o testemunho publico da sua devoção, consagrando a nação, a que politicamente serviam, ao Rei dos Reis e Senhor dos Senhores”*<sup>388</sup>.

No que tange especificamente a este congresso, não poderia haver exemplo mais apropriado: os fiéis políticos pernambucanos – o interventor, os secretários de estado, o prefeito – prostravam-se humildemente diante da cruz, ofereciam seu

---

<sup>387</sup> Idem.

<sup>388</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional. Recife, p. 108.

estado a ele, reconsagrando-o. Conclamavam o povo a comparecer e prestigiar o evento: desde a construção do parque até placas de bondes que o interventor mandou produzir, tudo se encaminhava para facilitar a vida do devoto que quisesse estar presente àquele ato de fé.

“*Deus, mesmo podendo, não faz as coisas sozinho*”<sup>389</sup>. A demanda está colocada: o mundo exige paz; Deus concede a graça ao homem de saciar esse desejo mundial, cabendo, então, a eles utilizar bem essa concessão, respondendo ao chamamento, não poupando esforços ou recursos pela glória dos encontros que, em última instância, são a glória da própria divindade.

Em todo esse processo, onde se encaixa o fiel? Este personagem é absolutamente submisso à instituição terrena Igreja: não há, em parte alguma, em qualquer notícia, espaço para o questionamento, seja público seja de foro íntimo. O que transparece nas leituras é que a massa deve mostrar-se agradecida – talvez o termo mais correto fosse agraciada – e pronta a colaborar. A participação popular é desejada e exigida, sem dúvida, mas dentro dos espaços previamente delimitados pela hierarquia eclesiástica: houve ordens, convocações, chamados... recrutamento por assim dizer. Enfileirados, os anhos católicos deveriam apresentar-se aos sacrifícios: contribuir (trabalho, dinheiro, estadias), comparecer (missas, aglomerações, eventos), comungar, abster-se. É este o seu papel.

Recife e Budapeste estão próximos também neste sentimento: a cidade sul-americana também anseia por “*esse parenthesis divino de paz interior, no tumulto das paixões que encham a alma dos homens com o odio e a ambição dos troglodytas iniciais da espécie*”<sup>390</sup> que é teoricamente experimentado além oceano. Dois seres semelhantes: mesma espécie, mesma cepa, mesmo intuito – porque ambos frutos da mesma e frondosa árvore.

A impressão que as notícias passam é que a cidade húngara simplesmente parou para presenciar o congresso. Salientava-se, desde muito, a importância do engajamento da população no evento, e talvez servindo como exemplo era exatamente esse fato que reportado em Budapeste. A capital magiar é retratada da maneira mais festiva possível, e o adjetivo fantástico não seria, de todo,

---

<sup>389</sup> DIAS, Romualdo, *op cit*, p. 44.

<sup>390</sup> Os Congressos .Eucharisticos. Folha da Manhã. Recife, 26 de Maio de 1938, edição matutina, p. 03.

exagerado. Os números são amplos: “duas mil missas”, “milhares de bandeiras”, “milhares de flores alvas”... os húngaros acertaram no milhar.

“*Toda a cidade apresenta um aspecto festivo*”<sup>391</sup>. A cidade foi toda decorada com bandeiras e galhardetes nas cores da bandeira vaticana: amarelo e branco. No dia da abertura do congresso, o vento forte agitava as bandeirolas e, certamente, algumas devem ter sido levadas, mas isso não era grande problema. O maior adereço deste evento não era manufaturado, mas a presença significativa, ou assim lemos, das milhares de pessoas, nativos e visitantes de todo mundo, que estavam presentes ao Congresso. “*Esta capital se acha transbordante de povo*”<sup>392</sup>, nos diz o jornal: milhares enchiam os templos, oratórios e capelas particulares. Exemplares de toda hierarquia católica – padres, bispos, cardeais, monsenhores, núncios – estavam presentes, celebrando noventa e duas mil missas. Cento e cinqüenta mil crianças receberam a comunhão numa cerimônia conjunta, consumindo hóstias preparadas a partir de sementes de trigo colhidas pelos jovens húngaros.

Eis o grande exemplo que Recife deveria seguir. Quando comparamos as expressões utilizadas um ano mais tarde sobre o evento pernambucano, serão bastante parecidas, a semelhança não deixa de saltar aos olhos:



393

<sup>391</sup> Congresso Eucarístico de Budapest. Folha da Manhã, Recife, 27 de maio de 1938, edição vespertina, p. 05.

<sup>392</sup> Cento e cinquenta mil crianças receberam a sagrada comunhão: o segundo dia do Congresso Eucarístico Internacional uma exortação ao clero e á juventude. Folha da Manhã, Recife, 27 de maio de 1938, edição matutina, p. 16.

<sup>393</sup> <<<http://www.bibl.u-szeged.hu/ha/esemeny/euch/pic/euch1.jpg>>> Acesso em 30.09.2004.

Respeitadas as devidas proporções, a própria organização do espaço – multidão à frente sentada, espaço de celebrações ao fundo – de fato guarda semelhanças com o que foi feito no Recife um ano depois. A própria rotunda da celebração recifense também apresentava a sensação de coroação e grandiosidade, com uma cúpula literalmente coroando a construção – algo não muito diferente do que vemos na foto húngara.

Nunca duvidando que um evento nessas proporções tenha de fato agitado a capital pernambucana, é interessante notar que o sucesso da empreitada estava relativamente assegurado um ano antes do seu acontecimento. As palavras cunhadas pelas agências internacionais, fornecedoras das notícias, para qualificar o evento húngaro foram reproduzidas, em mesmas proporções, no congresso recifense. Era esse o patamar exigido, era essa a meta a ser atingida.

As notícias reportadas pela Folha da Manhã realçam, mais uma vez, um aspecto fundamental do ponto de vista brasileiro: a ligação entre o poder público e o certame católico. Ora, o congresso não se realiza no éter! Destarte seus temas espirituais, questões práticas e bem comezinhas urgem: como acomodar tantos visitantes? De que maneira a cidade, como espaço físico, irá preparar-se para recebê-los? Como funcionaria a infra-estrutura urbana?

Rezas, apenas, não resolveriam. Diferentemente do maná, caindo do céu quando o choro dos filhos de Israel penando no deserto chegou aos ouvidos de Jeová, tais problemas só seriam resolvidos pela atuação segura da municipalidade, funcionando em absoluta sincronia com os organizadores do evento.

Esse aspecto, o perfeito funcionamento entre o Congresso Eucarístico Internacional e a Municipalidade de Budapeste, foi batido e rebatido semanas a fio pelo jornal. Sendo o encontro húngaro um exemplo para o seu avatar brasileiro, mostrar tal coincidência de valores e objetivos atingia proporções consideráveis. Se o jornal mostrava que, na Europa, Governo e Igreja estavam em consonância foi porque, em larga medida, aqui esperavam fazer o mesmo.

As notícias reportam como a cidade, diante dos desafios, atendia prontamente às solicitações: só de trens especiais, foram citados mais de duzentos, apenas para transportar os congressistas; além disso, como as seis estações ferroviárias já existentes não dariam conta de tal movimento, outras duas foram construídas<sup>394</sup>. Ficou estabelecido um importante precedente: custos não serão medidos. Já nessa época, a prefeitura do Recife seguia tal pensamento, quando literalmente preparava o terreno para o Congresso, uma atitude nada menos que esperada pela arquidiocese:

*“A Comissão Central vae começar as suas actividades, confiando inteiramente na alta e patriótica visão dos poderes publicos do Estado, no zelo apostolico dos vigarios e na fé nunca desmentida do povo catholico pernambucano”*<sup>395</sup>.

Governo, vigários, povo. Não há grande diferença entre estes três elementos. São, todos eles, católicos. Talvez por isso, foi transcrito o discurso que o cônsul brasileiro, Mario Moreira da Silva, proferiu no Congresso. Nele, o diplomata reafirmou a união entre o governo brasileiro e a religião católica, ressaltando o tamanho da delegação nacional (mais de cem pessoas) e seu esforço para chegar até ali<sup>396</sup>, e que o Brasil atendia ao apelo do papa Pio XI para *“demonstrar, mais uma vez, a sua grande fé catholica”*<sup>397</sup>. Mais adiante, ele fez questão de ressaltar *“nossa fé inquebrantavel na religião catholica”*. Um funcionário oficial, um diplomata, emitia tais opiniões: a delegação brasileira, ele incluído, atendia a um chamado do papa – diante de tal fato, nada, nem mesmo os grandes sacrifícios, poderia demovê-los de estar presentes.

O cônsul, em sua fala, recorda um argumento muitíssimo comum ao Estado Novo: refere-se ao catolicismo como alicerce da nacionalidade brasileira. Afirma

---

<sup>394</sup> A realização do Congresso Eucarístico Mundial: dignatarios da Igreja que comparecerão ao conclave. Folha da Manhã, Recife, Quarta-feira, 20 de Abril de 1938, edição matutina, p. 01, 08.

<sup>395</sup> III Congresso Eucarístico Nacional de Pernambuco. Folha da Manhã, Recife, 30 de Abril de 1938, edição vespertina, p. 08, grifo nosso.

<sup>396</sup> *“É preciso que eu vos lembre, senhores, o que de sacrificio representa a vinda dessa delegação que, depois de longa viagem, aqui se encontra para declarar ao mundo que o Brasil está ao lado dos seus irmãos de crença nesta esplendida demonstração de fé que é o presente Congresso Eucarístico”*. O Congresso Eucarístico de Budapest: o discurso do consul do Brasil. Folha da Manhã, Recife, 30 de maio de 1938, edição vespertina, p. 08.

<sup>397</sup> Idem.

que noventa por cento da população professa esta crença, e no gosto peculiar deste período pela extravagância diz que o Brasil, com sua enorme população, “é um centro magnífico e uma afirmação grandiosa de civilização cristã”<sup>398</sup>.

A argumentação continua, afirmando que sempre houve a presença de representantes da Igreja Católica na História brasileira, não importando qual momento, e celebra o que chama de “nomes inesquecíveis” dessa participação: Anchieta, Manuel de Nóbrega, Antonio Vieira e Feijó. Da Terra de Santa Cruz ao Brasil dos anos 1930, num termo muito usado, “magnífica continuidade”, um caminho pavimentado e sem curvas. Reconheça-se uma bela peça de oratória.

Essa retórica encontra eco nos organizadores do evento nacional: a mesma argumentação usada pelo cônsul na Hungria é repetida na Folha da Manhã para estimular a população a engajar-se nos preparativos.

O Congresso Eucarístico, comenta o articulista, não será um evento puramente religioso mas, igualmente, cívico “*tal a estreita e indissolúvel união que existe entre a igreja, a formação da nossa história e a vida do nosso povo*”<sup>399</sup>. Esperava-se dos recifenses o espírito nacionalista, a obediência cívica de auxiliar a organização do congresso. O povo desse lugar tinha a dupla obrigação: não só perante a lei de Deus, mas também na lei humana.

Um dado excepcional ligava as duas cidades. Ambas cortadas por cursos d’água. Em ambas a presença incontestável dos flumes, talhando suas terras e criando margens, unguindo suas frentes como Samuel fizera com Davi. Divididas, sim, e ao mesmo tempo unidas pelo rio. Não se compreende Budapeste sem suas águas. Nem o Recife.

A presença desse elemento geográfico tão especial não foi despercebida pelos organizadores do evento europeu e, desde que as primeiras notícias a seu respeito iam chegando, uma se destacava na paisagem: não obstante a relevância dos serviços religiosos – em grande número, como vimos – um episódio certamente chamaria a atenção dos participantes e era por todos o mais esperado: a procissão fluvial pelo Danúbio. Chamado de “*acto mais*

---

<sup>398</sup> Ibidem.

<sup>399</sup> Commentarios III Congresso Eucharistico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de maio de 1938, edição matutina, p. 03.

*impressionante de todo o programma de festas*<sup>400</sup>, potencializou a grandiosidade do encontro.

Desde a tarde os barcos alinhavam-se às margens do rio Danúbio, suas tripulações esperando pela boa hora de navegar. Uma procissão fluvial é sempre bela de se ver, mesmo de dia; mas o espetáculo ganha ainda mais destaque se é feito à noite, e os povos da Europa centro-oriental são peritos em festividades à luz da lua – não nos esqueçamos que pouco mais ao norte, na Alemanha, Hitler enfeitiça multidões com impressionantes manifestações noturnas.

Vindos em procissão da grande Catedral de Santo Estevão, padroeiro da Hungria, seguiam em procissão ao fim da tarde pelas principais ruas da capital européia, que se apresentavam decoradas com flâmulas e bandeirolas em toda sua extensão. O sol poente tornava translúcidas as cores nacionais, já que as bandeiras de todos os países presentes ao encontro estavam desfraldadas ao longo do caminho.

Um destacamento militar serviu como guarda de honra do préstito. Uma banda do exército acompanhava a procissão e executava hinos, marchas e árias.

Os fiéis e as autoridades eclesiásticas subiram nas embarcações. A primeira, que abria o cortejo, era cingida por uma enorme cruz e, aos seus pés, prostravam-se em mais completa submissão freiras ajoelhadas. O segundo barco era ocupado por sacerdotes e, no terceiro e mais importante de todos, seguiam bispos, arcebispos, o enviado papal, o cardeal Pacelli (futuro papa Paulo VI) e a Sagrada Eucaristia.

Cai a noite. E os barqueiros alinham suas naves. Centenas, dizem. Iniciaram a procissão em fila indiana, saudando o corpo do Cristo. Os barcos foram iluminados com archotes, pequenas tochas; formavam uma linha de mais de quilômetro, como se naquela noite o rio estivesse, ele próprio, em chamas. O Danúbio jamais foi azul, ao contrário do que a valsa dá a entender, mas naquela noite ele certamente esteve dourado.

---

<sup>400</sup> O Congresso Eucarístico de Budapest: “Grande procissão à margem do Danúbio”. Folha da Manhã, Recife, 28 de maio de 1938, edição vespertina, p. 03.

Como que respondendo às luzes que brilhavam na água, a parte seca da cidade foi clareada com luzinhas bruxuleantes, feéricas, como se o mundo do maravilhoso tivesse tomado conta da paisagem.



As margens, as pontes que cortavam o Danúbio ficaram repletas de pessoas. Dezenas de milhares, contaram. Todas ansiosas por ver o espetáculo. Respirações presas, olhando o contraste entre o céu escuro da noite húngara e o brilho mágico do rio em chamas. Podia-se ver o final da pequena frota ao longe. As luzes dos barcos, no fim da fila, misturavam-se à iluminação das margens e calçadas ao longo do rio e é como se, por alguns instantes, aquela procissão fosse infinita, como se a cidade de Budapeste imersa estivesse toda num primitivo oceano de sol.

A multidão foi um elemento da maior importância para esta celebração: ela foi retratada em todos os seus eventos, num papel coadjuvante essencial para seu sucesso. Se atributos e objetos de culto – como cálices, cruzes e alfaias dos santos – estavam em exposição na Catedral de Santo Estevão, “vasto templo”<sup>402</sup>. W3Para lá acorria a multidão, venerando as santas virtualhas; se havia uma procissão, lá também estavam as grandiosas aglomerações; só de crianças, foram cento e cinquenta mil, num único dia, a receber a primeira eucaristia

O Congresso de Budapeste foi noticiado meses a fio. Não apenas os acontecimentos que tiveram lugar nos quatro dias de encontro, mas os

<sup>401</sup> <<http://www.bibl.u-szeged.hu/ha/esemeny/euch/pic/euch20.jpg>>. Acesso em 30.09.2004.

<sup>402</sup> O Congresso Eucarístico de Budapeste: “Grande procissão à margem do Danúbio”. Folha da Manhã, Recife, 28 de maio de 1938, edição vespertina, p. 03.

preparativos que antecederam ao seu acontecimento. Lições anotadas, como deve fazer um colegial aplicado diante de uma nova disciplina. A prova dos nove seria feita daqui a um ano e só então saberíamos se a matéria foi bem aprendida.

### **Um palco para a Eucaristia**

Uma grande questão se apresentava para a organização do evento: onde aconteceria? Que lugar na cidade, ainda provinciana, poderia comportar as tais esperadas e desejadas multidões? Simplesmente, não um espaço.

Quando aconteceu o encontro, literalmente faltaram adjetivos para descrever o Parque 13 de Maio. Repórteres, autoridades, missivistas repetiam-se em seu deslumbre: “*magnífico*”, “*ambiente digno da grande e magnificência das solenidades*”<sup>403</sup>. Conseguir este palco se revelou um demorado parto: em entrevista ao Jornal do Brasil, em 1938, D. Miguel Valverde lembrou suas preocupações no início do ano, quando a primeira e “*maior dificuldade*” que se colocou no caminho foi exatamente “*encontrar-se local adaptado às reuniões públicas do Congresso*”<sup>404</sup>. Para que a visão do paraíso deixasse de ser uma miragem e se tornasse algo concreto, coisa palpável, necessário era um espaço.

Bem no coração da cidade, bairro da Boa Vista, defronte à Faculdade de Direito, estendia-se vasta área desocupada, cedida à 7ª região militar, “*perdendo a cidade a possibilidade de sua fruição*”<sup>405</sup>. Antes de posse pacífica da municipalidade, o terreno fora cedido ao exército para que ali fosse construído o quartel da região. Todavia, tal obra acabou sendo erigida em outro local, e aquela imensa área se encontrava, em pleno centro da cidade, absolutamente baldia. Nem foi devolvida à prefeitura nem tampouco o exército encarregou-se de fazer o que quer que fosse com ela.

A partir de 1938, com aproximação do Congresso Eucarístico, a necessidade de um amplo espaço público tornou-se premente. Ora, com todas as vistas na grandiosidade, na magnificência do evento, seria tudo levado por água abaixo se o Recife não dispusesse de um aparelho urbano apropriado ao momento. Teve

<sup>403</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 47.

<sup>404</sup> Idem, p. 41

<sup>405</sup> PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos – Narrativas do Recife nas Décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001, p. 100.

início, então, uma séria campanha de pressão para que o terreno voltasse à posse da prefeitura, pois só assim a municipalidade poderia investir nele e prepará-lo para o evento.

Fez parte dessa campanha o arcebispo Valverde. Em outra de suas locuções à Folha da Manhã, onde por mais uma vez irá reiterar a importância espiritual do Congresso, o religioso não mediu palavras quanto ao local onde ele deveria ocorrer: *“Nenhum lugar mais proprio do que o Jardim 13 de Maio para a celebração de tão grande acontecimento. Já está definitivamente assentada a grande area para local do congresso”*<sup>406</sup>.

Observemos alguns aspectos: no trecho agora reproduzido, o arcebispo já fala em favas contadas: o local do certame não será outro senão o Jardim do 13 de Maio, *“já está definitivamente assentada”* em suas próprias palavras. Todavia, não houve comunicado público da prefeitura do Recife até quase um mês depois da entrevista do sacerdote: apenas em 8 de julho que o prefeito Novaes Filho irá enviar aos jornais o seu pleito, a sua requisição do dito local. Ainda assim, no dia 7 de maio o arcebispo vai aos jornais falar em termos já definitivos e certos – sem ter sequer a gentileza de esperar que as demarches envidadas pelo prefeito dessem resultado. A autoridade do alcaide fora secundarizada. Sim, seria a prefeitura que receberia de volta a posse do terreno e se ocuparia de ornamentar o local. E apesar disso tudo, a glória de anunciar a decisão ficou com o arcebispo.

De qualquer maneira, fiel seguidor dos preceitos do interventor Agamenon Magalhães, fazendo de sua gestão à frente da prefeitura *“um órgão a mais da Interventoria Federal em Pernambuco”*<sup>407</sup>, completamente dominada por elementos do mais feroz catolicismo, Novaes Filho dispôs-se a resolver a situação, *“tanto mais quanto o 3.º Congresso Eucharístico Nacional, a realizar-se dentro em breve, exigia a adaptação daquelle local, o unico de que dispõe o Recife para uma solennidade dessa ordem”*<sup>408</sup>. O comandante da região, General

---

<sup>406</sup> Uma Grande Reafirmação Collectiva de Crença Catholica o 3.º Congresso Eucharístico Nacional e a sua Alta Significação Religiosa. Folha da Manhã, Recife, 07 de Maio de 1938, Edição matutina, p. 03.

<sup>407</sup> Annais do III Congresso Eucharístico Nacional, p. 77.

<sup>408</sup> A Prefeitura do Recife pleiteia a posse do Jardim 13 de Maio. Folha da Manhã, Recife, 08 de junho de 1938, edição matutina, n.º 165, p. 05.

Cristóvão Barcellos, enviou ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, extenso memorando onde explicava a situação como se encontrava o jardim abandonado.

Mas, o simples espaço aberto não solucionava todas as questões: para o padrão de grandiosidade e majestade exigidos desde o início pra a realização do Congresso, não apenas o terreno baldio deveria ser urbanizado, e muito bem, como todo seu entorno deveria ser trabalhado.

Uma notícia, em particular, detalha muito bem o que deveria ser feito para que não só o jardim mas também as suas redondezas fossem preparadas para o encontro. Ora, o articulista inicia seu texto preocupado, estimando que 20.000 peregrinos, talvez até mais, aportariam no Recife, em sua maioria, marinheiros de primeira viagem à cidade. Qual a imagem que tais pessoas levariam? Os mocambos e ruas estreitas da causam verdadeiro pavor ao escritor, que preparou uma detalhada lista de sugestões.

*“Necessario que o Recife offereça um aspecto de cidade progressista”*<sup>409</sup>! Notável como, nessa notícia em particular, inexistente qualquer menção, qualquer que seja, sobre o caráter religioso do encontro, e na realidade, sua última frase resume bem a preocupação de seu missivista: *“Estas suggestões” (...)* *“são todas ellas indispensaveis para que o Recife possa apresentar-se com uns ares de cidade progressista”*<sup>410</sup>.

As tais sugestões a que se refere o autor eram em número de nove... *“sem maiores detalhes”* afirma com certa, e falsa, modéstia, mas dificilmente poder-se-ia pensar em carta de intenções mais detalhada e específica. Os prédios da região central da cidade são considerados feios e antiquados e as pretensões do artigo não são pequenas: chamando o antigo Edifício do Tesouro de “monstrengo”, sugere a sua imediata demolição, o que *“daria outra feição á praça da Republica”*.

Este edifício, contudo, ficava relativamente distante do ponto central do evento, o Jardim do 13 de Maio. Para esta região em particular surgem várias outras idéias: continuando no tema “demolição”, por exemplo, sugere que dois edifícios construídos dentro da área do parque além de um terceiro que está a se

---

<sup>409</sup> A cidade e o III Congresso Eucharístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 11 de maio de 1938, edição matutina, nº 141. p 03.

<sup>410</sup> Idem.

construir (“*edifício do Sindicato da Tramways*”) sejam demolidos a bem da população. Os meios legais simplesmente não importam, “*desapropriação por utilidade ou necessidade pública*”, pois o que interessa é ver o parque livre das tais construções. O mesmo ímpeto destrutivo expressava-se contra outros logradouros: numa linguagem que, de tão franca, chega a ser chocante, o jornalista advoga a demolição do que ele chamou de “*pardieiros*” do antigo Jornal do Recife... o *modus operandi* para tal? Absolutamente desimportante “*ainda que a dinamite ou por um incêndio*”<sup>411</sup>. Qual o motivo de tanta violência? Apenas retificar o alinhamento da Avenida Martins de Barros.

Recife é apresentado pelo articulista como cidade a se envergonhar, cheia de estruturas velhas que precisam ser varridas da vista pública, para que a urbe, por fim, possa apresentar-se saneada e renovada. Se alguns prédios seriam sumariamente demolidos, este afã pelo quebra-quebra, ainda que feroz, não se podia estender a todos os edifícios feios. Assim, é sugerido o plantio “urgente” de leguminosas e trepadeiras ao lado da Fábrica das Indústrias Reunidas... “*construções inestéticas*”, reconhece o exaltado autor, mas certamente importantes para a economia recifense, tanto que não poderiam ser simplesmente postas abaixo. Diante dessa impossibilidade, cobrem-se com o verde da hera trepadeira suas paredes feias.

O paisagismo interno do Parque Treze de Maio estava em boas mãos e caminhava a passos largos, mas o entorno do logradouro não, e esta constatação preocupava o articulista, que exige dos poderes públicos, em suas mais variadas esferas, uma ação mais contundente. Chamando de feia e completamente abandonada à praça que circunda a Faculdade de Direito, situada defronte ao Parque, sugere que se procure um acordo com a instituição de ensino superior, para que seus jardins sejam remodelados e cuidados.

Uma área em especial da cidade reunia as dores e as delícias de se estar na cidade: o Grande Hotel. Este verdadeiro símbolo de modernidade, onde as grandes festas e recepções eram realizadas, foi inaugurado em 1938 por toda sessão de trombetas dos arautos do progresso, salientando que finalmente o

---

<sup>411</sup> Ibidem.

Recife possuía um estabelecimento de nível internacional para receber seus visitantes.

Todavia, o entorno desta tão charmosa construção ainda exalava odores de tempos mais antigos: sendo o hotel voltado para o rio, debruçava-se sobre um cais, onde ainda havia embarque e desembarque de mercadorias. Pois bem, o articulista exige a proibição imediata dessas atividades na frente do local, além da demolição dos urinóis públicos e do posto fiscal da Recebedoria.

Receber o Congresso Eucarístico exigiria do Recife uma completa transformação do seu modo de vida. Seguidas vezes, o jornalista age com ironia para desmerecer as construções que ele julga horrendas: aos mictórios públicos, elemento comum a várias cidades e certamente um importante elemento de bem-estar urbano, ele chama, ironicamente, de “monumentos” e exige sua mais imediata retirada; chama de “floresta” ao conjunto de bombas de gasolinas, outro elemento necessário à moderna vida urbana, e afirma que estas concentrações “concorrem para afeiar e ridicularizar o Recife”<sup>412</sup>.

O potencial turístico do Congresso não foi deixado de lado: certamente, muitos dos peregrinos, se gostassem da cidade, desejariam voltar e conhecer melhor suas atrações. Neste sentido, o articulista desenvolve uma outra série de sugestões... um pouco mais amenas e comparativamente menos agressivas.

O bairro de Boa Viagem é chamado de “*porto obrigatorio de visita de forasteiros*” e precisa ser “*carinhosamente zelado*”; para tanto, sugere o jornalista, a avenida que conduz à Ponte do Pina deve ser cuidadosamente tratada, com boa iluminação instalada e o plantio de árvores decorativas. Além disso, os mocambos ao longo da via tinham de ser destruídos, já que não era atraente aos olhos dos visitantes perceber as misérias da cidade – não por acaso, a área do Cabanga (exatamente no caminho até Boa Viagem) foi uma das primeiras áreas saneadas pela cruzada contra o mocambo do interventor.

Ao bairro de Santo Antônio, centro da cidade, sugeria a abertura de uma avenida principal, com a construção de calçamento, iluminação e arborização,

---

<sup>412</sup> Ibidem.

“ainda que seja vagarosamente edificada” e, finalmente, uma ponte que ligasse a nova avenida à rua Formosa.

O Congresso era importante, mas não seria eterno: começaria e ocuparia quatro dias num ano. E só. Mas outras “*commemorações públicas, civicas e religiosas*”<sup>413</sup> certamente se aproveitariam das boas obras públicas feitas em seu nome. O palco estaria montado para as mais diversas ocasiões.

A região do entorno do parque possuía alguns grandes atrativos: sua localização em pleno coração da urbe, seu tamanho (113.800 m<sup>2</sup>, capacidade para 250.000 pessoas) suas possibilidades decorativas (“*o trecho do canal a praça da Faculdade e outros pontos*”<sup>414</sup>) e sua acessibilidade (“*perto de quasi todas as linhas de bondes e de omnibus*”<sup>415</sup>). Ainda que alguns aspectos tivessem de ser modificados – as ruas vizinhas, por exemplo, eram apresentadas como estreitas, irregulares, tortuosas e difíceis de serem disciplinadas e alargadas – o futuro mostraria como um parque dessas qualidades poderia ser bem aproveitado.

“*O Jardim 13 de Maio oferece igualmente uma situação privilegiada, no centro da cidade*”<sup>416</sup> Surgiu desse processo um elemento fundamental para a interventoria Agamenon Magalhães: um palco majestoso para grandes eventos públicos. A multidão impressiona, hipnotiza.

Ornamentar o parque não seria obra fácil para ninguém, pois se esperava nada menos que a visão de paraíso que o arcebispo convocara em sua carta pastoral. Diante disso, os melhores esforços foram envidados, recursos não foram poupados para que o Éden pernambucano surgisse no coração estreito da agitada cidade.

Pensou-se o Parque Treze de Maio como um sítio verde em pleno coração da metrópole: a natureza controlada e bem cuidada refrescando o cimento e a urbanidade. Desta maneira, um cuidadoso plano paisagístico foi desenvolvido, composto principalmente de dois elementos: águas e plantas.

---

<sup>413</sup> Os terrenos do Jardim 13 de Maio. Folha da Manhã, Recife, 10 de junho de 1938, edição matutina, nº 167, p. 01.

<sup>414</sup> *Idem*.

<sup>415</sup> *Ibidem*.

<sup>416</sup> *Ibidem*.

Lagos artificiais foram colocados cruzando o parque no sentido leste-oeste, de tal maneira que, ao adentrar o paço público, o visitante encontra verdadeiros oásis de água cristalina em seu centro. Para tornar tais lagos ainda mais atraentes, foram instaladas fontes artificiais, com 69 jatos em toda sua extensão. Em todos estes lagos, peixes completavam o cenário paradisíaco<sup>417</sup>.

Além do elemento água, as plantas também foram utilizadas para concretizar a visão edênica a que tanto aspiravam religiosos e jornalistas: alamedas de árvores regionais, jardins temáticos instalados dentro do recinto, os chamados jardins amazônicos, orquidários, pesadas floreiras de cimento a guiar os passos de quem entrasse no parque<sup>418</sup>.

Houve um outro elemento. Menos palpável, sem dúvida, mas de maneira alguma menos importante: a luz. O espetáculo da luz elétrica, sinônimo, ao mesmo tempo, de ciência e milagre, modernidade e magia, que encantava os recifenses. Uma vasta rede de iluminação elétrica foi projetada para que os melhores efeitos fossem obtidos sempre. Assim, se 69 jatos d'água saltavam dos lagos artificiais, sua magia era realçada por um conjunto de 12 refletores (500 Watts cada), que produziam um total de 16 efeitos luminosos. Chocante!

As lâmpadas de menor potência, 60 Watts, eram usadas nos cordões de luz... nada menos que 10.000 desses pequenos vaga-lumes modernos se estendendo de ponta a ponta do cenário.

Excetuando-se essas pequeninas, nada inferior a 200 Watts foi utilizado; 70 postes foram distribuídos, possivelmente dando o tom geral da iluminação noturna. Ao seu lado, foram distribuídos os mais diversos elementos: 10 candelabros, 6 figuras em forma de esfinge grega (corpo de leoa e cabeça e seios de mulher), 10 colunas com lâmpadas com potência oscilando entre 200 e 300 Watts. Finalmente, diante do grande altar refletores com lâmpadas de 1000 Watts iluminavam a sagrada eucaristia. Em todos os sentidos, um espetáculo de luzes<sup>419</sup>.

---

<sup>417</sup> Annais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 46, 47.

<sup>418</sup> Idem.

<sup>419</sup> Ibidem.

### **Peregrinos sobre as águas**

Em seu desejo de ser Budapeste, Recife contava ao menos com um aspecto natural bastante semelhante ao da capital húngara: um rio. Certamente não tão famoso quanto o Danúbio, mas igualmente apropriado para um grande espetáculo visual.

Esse caráter do “espetacular”, do “nunca dantes visto” estava muito presente para os organizadores do evento, que foi chamado de “primeira vitória” do Congresso, “*victoria do esforço de todos na preparação das grandes festas*”<sup>420</sup>. Concebida por Dom Miguel Valverde, visava marcar as mentes e as retinas dos recifenses e visitantes com um majestoso, solene e inesquecível símbolo da grande reunião católica que estava por começar: marco vespéral, adiantado, verdadeiro vestibulo diante do que se apresentava.

O jornal *A Tribuna*, controlado pela mesma mente faiscante que projetara a procissão fluvial, não deixa dúvidas quanto às origens e objetivos desta manifestação: duas palavras saltam aos olhos logo na primeira frase: “ufano” e “orgulho”<sup>421</sup>, duas palavras-chave, bússolas que guiaram as intenções dos marinheiros devotos. Como de resto todo o Congresso, a aquática procissão encheu de júbilo os corações de seus dedicados artífices, entusiasmados em poder mostrar para o Brasil toda a pompa e circunstância da igreja pernambucana – e, na mesma moeda, cultivar os fiéis, “*abalando de emoções a alma das multidões*”<sup>422</sup>.

Tal cultivo não norteou apenas a procissão mas, de fato, toda a propaganda do certame. Havia a vontade de provar verdadeiro algo que já era chamado de “*verdade incontestável*”<sup>423</sup> antes mesmo que acontecesse: o “testemunho solene” da fé pernambucana e a reafirmação de sua catolicidade. A procissão vinha, mais uma vez, ser a auto-concretização de profecias feitas ao longo do ano que passara, comprovação criada mas nem por isso menos impressionante.

---

<sup>420</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>421</sup> “*O povo católico de Pernambuco pôde, ontem, verificar, ufano e cheio de santo orgulho (...)*”. *A Tribuna*. Recife: 03 de setembro de 1939, página: 32.

<sup>422</sup> *Annais do III Congresso Eucarístico Nacional*, p. 79.

<sup>423</sup> *A Tribuna*. Recife: 03 de setembro de 1939, página: 32.

Desde o fim da tarde do dia 2 de setembro que o alvoroço tomava conta das ruas por onde passaria a esperada procissão. Desde a Matriz da Boa Vista, onde as sagradas virtualhas esperavam, até o Cais José Mariano, de onde sairia o fluvial cortejo, o burburinho tomava conta das ruas da cidade; era um evento jamais visto por essas bandas, tido, havido e aclamado como o marco inicial do grande Congresso Eucarístico que, em poucas horas, teria início. “*Nunca Nosso Senhor teve uma homenagem tão deslumbrante em nossa terra, dizia-se a cada instante*”<sup>424</sup>.

A procissão encaminhou-se desde a rua Velha, seguindo sinuosa junto ao rio até o dito cais, onde a barca iluminada, especial para o transporte do Santíssimo Sacramento, esperava.

Embarcou com a custódia o Arcebispo primaz, à frente de todo cortejo. A barca tinha sido cuidadosamente preparada para sua mui digna função



425

Desfilando à noite, ela se encontrava toda iluminada; navegaria como antigo barco viking, com a notável diferença de, por ser uma festa cristã, estaria encimada por uma gigantesca cruz.

Um altar propositalmente arrumado esperava pelo sacramento, à frente do barco, para destacá-lo diante de todo resto. Atrás de si, dando guarda ao sacramento, estavam bispos da arquidiocese, cônegos de Olinda, o cabido

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 81.

metropolitano, o Coro dos padres do Barro e mesmo alguns marinheiros. Todos se quedavam ajoelhados em genuflexórios, segurando velas acesas.

Logo depois da nau capitânia, seguiam lanchas transportando as autoridades, como o prefeito da cidade, os secretários da interventoria, militares; da mesma forma, seguiam o cortejo naves com padres, seminaristas, grupos e associações de fiéis que quiseram tomar parte nesta festa pública.

Em noite de calma e céu limpo, o cortejo singrava majestoso as águas do Rio Capibaribe, tantas vezes festejado pelo interventor, passarela inaugural do Estado Novo, esta via fluvial tranqüila se mostrava agora o melhor local para o maior espetáculo noturno que Recife veria em todos os anos Agamenon Magalhães.

Era, antes de mais nada, um espetáculo dos luzeiros, um “*clarão profuso das luzes e dos fogos multicôres*”<sup>426</sup>. Desde a nave principal, cuidadosamente iluminada, até as margens do Capibaribe (recentemente dotadas de luz elétrica), até os fogos que espoucavam desde que a custódia deixara a Igreja da Matriz, tudo contribuía para tornar este espetáculo algo inesquecível aos olhos, visto desde longe.

Tal aspecto ficou bastante presente num cartão-lembrança do certame:



427

O fundo negro da fotografia primitiva quase não aparece, é apenas um realce para a enorme quantidade de luzes e luzinhas em toda a imagem. Vemos

<sup>426</sup> A Tribuna. Recife: 03 de setembro de 1939, página: 32.

<sup>427</sup> Anais do III Congresso Eucarístico Nacional, p. 81.

brilharem ao fundo as janelas dos prédios, a recém-instalada iluminação elétrica das vias ribeirinhas; já dentro d'água, os fogos brilham em serpentinas, enquanto o barco portando a custódia reluz como uma gigantesca fênix aquática a mover-se pelo rio.

Em anos vindouros, durante a Guerra e seus blecautes, a luz não poderia ser assim celebrada e o medo tomava conta das noites recifenses. Mas não agora, com certeza.

Foi também um espetáculo de sons: as margens por onde passava a comitiva estavam apinhadas de gente, se espremendo nas balaustradas das ruas, sentadas em catraias amarradas aos cais e pontes, esperando o cortejo; ao vê-lo, a multidão começava a bater palmas, entoar hinos e cânticos católicos de louvor. As pessoas apareciam nas janelas dos sobrados, nas pontes, no alto dos edifícios e mesmo nas ruas adjacentes ao percurso. Emocionado, o padre Emanuel Monteiro transmitia, de uma das barcas, todas as suas impressões sobre o trajeto, ao vivo, da PRA-8 para todo mundo: através das ondas do rádio, toda humanidade reconheceria a devoção pernambucana.

Para toda esta multidão que ocorreu ao centro da cidade para vislumbrar o evento, ocorreu um *“espectaculo de uma homenagem triunfal”*<sup>428</sup>. Como colocamos desde o início, o sentido de triunfo espetacular estava muito presente àquela cerimônia. Muito mais do que meros coadjuvantes, a multidão era, em verdade, a razão de ser de tudo aquilo – sem ela, perdia-se completamente o sentido. Como a cidade estava plena de peregrinos de todo Brasil, o efeito multiplicador dessas impressões não foi esquecido:

*“quando todos os que enchem a cidade e vêm de todas as partes a formar conosco nesta grande homenagem a Jesus Sacramentado, tiveram a aventura de assistir ao espetáculo deslumbrante da procissão fluvial da noite de ontem”*<sup>429</sup>.

Pernambucana e nordestina era, também, a centena de jangadas que seguiam o cortejo: homenagem dos jangadeiros à divina eucaristia e

---

<sup>428</sup> A Tribuna. Recife: 03 de setembro de 1939, página: 32.

<sup>429</sup> Idem.

representação de um tipo característico da região, estas pequeninas embarcações compartilhavam o mesmo espírito festivo que comandara, de resto, todo o evento; também elas seguiam com suas velas iluminadas, aclarando o caminho dos demais barcos com fogos-de-bengala, longos tubinhos cheios de elementos químicos inflamáveis, que quando acesos produziam intensa claridade em variadas cores, dando “*vivas Àquele que êles piedosamente invocam entre os perigos do oceano imenso*”<sup>430</sup>

Faltava, ainda um instante de reverência: à sacada do Palácio das Princesas, sede do governo pernambucano, estavam o interventor Agamenon Magalhães e sua eminência, o cardeal, secundados por bispos e arcebispos. Podemos imaginar que a claridade dos fogos-de-bengala atingira-lhes em cheio na forma de fagulhas de satisfação pelo que viam diante dos seus olhos: uma procissão organizada desta maneira e com tal reverência. Um grande espetáculo para a interventoria.

### **Congresso e Propaganda**

Não se pode perder de vista que a propaganda, a divulgação do certame, foi algo de excepcional valor para o sucesso deste evento. Até mesmo por sua própria natureza, difusora de determinadas idéias e criadora de imagens que só poderiam surgir mediante a utilização das técnicas midiáticas então disponíveis – prática que, de fato, políticos estadonovistas e religiosos católicos já haviam mostrado ser useiros e viseiros.

As figuras sagradas do Congresso eram incensadas pelo programa de divulgação, trabalhando sem cessar para torná-las ainda maiores do que já eram. Os jornais exibem o povo delirante à volta do cardeal legado, multidão entusiasmada que nunca dantes vira um príncipe da igreja. Há, contudo, pistas que nos fazem compreender que tais demonstrações de carinho e afeto não eram tão espontâneas e, que havia, sim, uma preparação propagandística cercando as vacas sagradas – em especial o cardeal.

Já mencionamos que todo o Parque 13 de Maio era servido de microfones, e como estes alto-falantes avisavam quando determinadas figuras chegavam. No

---

<sup>430</sup> Ibidem.

dia quatro de setembro, por exemplo. Era bem cedo, a multidão já se encontrava no parque para participar do confessionário e comungar, quando chega ao parque o cardeal: “*a voz do locutor convidou a todos para acclamá-lo*”<sup>431</sup>.

Ora, os anais do congresso falam em “vibração extraordinária” do público ao aclamar o cardeal. Mas onde estavam todas estas pessoas antes da chegada de sua eminência? Segundo nos diz o próprio documento, estavam orando e concentrados. O purpurado poderia muito bem ter entrado e se dirigido ao local dos trabalhos, mas não! Reconhecendo o simbolismo do momento, preferiu uma grande entrada, fez-se anunciar pelo sistema de alto-falantes, dirigindo-se ao público logo depois: “*acabara de rezar com os joelhos curvados em terra, pedindo a Deus pela família, pela mulher, pela mãe, pela esposa, pela donzella brasileira, pela mulher pernambucana*”<sup>432</sup>.

Durante o evento, houve todo um cuidado, uma atenção em guiar os olhares da imprensa, levá-los a mostrar determinados aspectos seus. No Jornal *A Tribuna*, tal fato foi chamado de “*A Cruzada da Bôa Imprensa*”<sup>433</sup>.

Logo no primeiro dia, a organização do Congresso já enfatizava esse aspecto: um secretário dessa “Cruzada” convocava os jornalistas, em particular aqueles de outros Estados, avisou aos interessados na cobertura da Exposição de Literatura Católica que deveriam dirigir-se à Escola Normal, *bunker* da organização congressual, dirigido por um religioso: o cônego Henrique Xavier. Bem, seria apenas um aviso limitado. Mas não o foi.

Aos demais, o jornal informou que “*para orientação geral ficam estabelecidas desde já os seguintes dispositivos*”<sup>434</sup>. Neste curto e objetivo artigo, são enumerados deveres e condutas a serem seguidos pelos profissionais de imprensa no decorrer do encontro. O conceito de imprensa isenta não fazia parte do vocabulário estadonovista. Como temos visto ao longo desta tese, a prática política consistia em submeter os jornalistas, vinculá-los ao projeto de governo. Quem defendesse o contrário era difamado e escarnecido, taxado de comunista

---

<sup>431</sup> Anais do III Congresso Eucharístico Nacional. Recife, 1940, p. 118.

<sup>432</sup> Idem.

<sup>433</sup> *A Tribuna*. Recife: 03 de setembro de 1939, página: 19.

<sup>434</sup> Idem.

ou de “viúva do liberalismo”. Assim sendo, a imprensa que vem cobrir o III Congresso Eucarístico tem seu papel bem definido: “*compete a todas as correspondentes e auxiliares darem exemplo de fervor religioso e cultura civica, comparecendo a todos os atos solenes do Congresso*”<sup>435</sup>.

O êxtase místico-religioso que o Congresso almeja criar começa, também, nos jornais. Os profissionais de mídia não podem, por estar trabalhando, ausentar-se ao grande evento espiritual que transcorre diante dos seus olhos. Devem estar presentes, como de resto todo o rebanho, a todos os atos solenes, participando em corpo e espírito das celebrações – expondo suas emoções nas páginas, microfones e câmeras às suas atentas audiências.

Mais: se no dia-a-dia do certame a imprensa colocava-se à mercê do poder maior, o Estado, num dia especial como esse, seu superior hierárquico era a Igreja, hierarquia que deveria ser reconhecida e respeitada. Fica bem claro que todos os correspondentes, tanto os aborígenes quanto os visitantes, deverão colocar-se sob ordens específicas. São citados, em especial, o reverendíssimo clero e as várias comissões do Congresso: são estes grupos que irão determinar a movimentação dos jornalistas no palco do encontro, “*para tudo aquilo que importe no maior brilho da grande certame de fé que vai realizar*”<sup>436</sup>.

A imprensa faz parte do rebanho, espera-se seja manso como todo o restante. Já no primeiro dia, mal acesas estavam as velas do Congresso, os jornalistas já eram informados que em dia e hora “oportunamente designados”, eles deveriam estar prontos a comparecer *in totum* ao Palácio Arquiepiscopal, para prestar homenagens ao “*Senhor Doutor Dom*” Miguel Valverde como, de fato, ocorreu alguns dias depois.

Dentro do espírito corporativo que permeou toda a experiência estadonovista em Pernambuco, alguns correspondentes tiveram acompanhamento especial, de acordo com as suas profissões. Desta maneira, todas as professoras que estivessem em serviço jornalístico deveriam, “*oferecer gentilmente*” os seus serviços à Exposição Catequética, que ocorria no Prédio da Escola Normal. Por outro lado, os correspondentes religiosos, fossem padres ou seminaristas, foram

---

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> Ibidem.

“*convidados com instancia*” a se apresentarem ao Pe. Félix Barreto, secretário Geral do Congresso e ao presidente da Comissão de Imprensa, cônego Alfredo Pedrosa. Desta feita, as informações que seguiriam para outros estados seriam, esperava-se, exatamente aquelas que a centralizada e formal organização congressual desejava. Havia, em sua proposta, muito pouco ou quase nenhum espaço para a participação espontânea, livre. Tudo era muito cronometrado, organizado, amarrado. Não poderia ser diferente com a imprensa

Já tivemos a oportunidade de, anteriormente, enfatizar como as vésperas do Congresso Eucarístico foram importantes para sua realização, como seu cozimento no fogo brando dos anos que a ele precederam foram essenciais para sua realização final. Antes de tudo, foi a criação de um estado de espírito receptivo. Foi dizer e convencer a população que aquele seria um grande e importante momento para todos.

Tomemos, por exemplo, um artigo do dia da abertura do evento. Para seu autor, Soares d’Azevedo, mesmo antes de o certame começar, já “*torna-se ocioso salientar*”<sup>437</sup> que o entusiasmo contagiara toda a cidade, que a população já vibrava com a expectativa de seu início.

Como de costume, na propaganda há o hábito do exagero: “*ha sorrisos em todos os rostos*”, afirma o artigo. Será que nenhuma face sequer deixou de esboçar contentamento? Necessariamente todas se sentiram tocadas positivamente pelo que ocorria? Certamente não se deu desta forma, mas era importante salientar esta afirmação, torná-la verdade pela força do argumento e da ampliação de seus limites realmente existentes. Um movimento clássico do convencimento.

O autor nos mostra como funcionou a máquina de divulgação do evento: pelas ruas e praças, dentro dos conventos, dos colégios e nas sedes das “*inumeras*” instituições religiosas. De fato, quando confrontamos tal afirmação com outras, o roteiro se apresenta bem semelhante. Aproveitando-se da amplitude da sua presença no Estado e, particularmente, na cidade – além, é claro, do seu virtual domínio do executivo estadual – a Igreja Católica criou uma malha de

---

<sup>437</sup> D’AZEVEDO, Soares. Um homem de fé para um certame de fé. A Tribuna: Recife: 03 de setembro de 1939, p. 15.

divulgação para que símbolos do congresso – seu brasão, seu hino etc – estivessem presentes e fossem vistos pelo maior número possível de pessoas.

De fato, a preparação e montagem do evento foram semelhantes a uma sinfonia, composta de vários instrumentos e alguns maestros – o maior deles, o arcebispo. O que podemos elencar para o sucesso dessa empreitada? Quais órgãos e instituições contribuíram para tanto? O padre Huberto Rohden, em fecundo artigo<sup>438</sup> relaciona vários desses aspectos, enumera-os: “*O governo do Estado e da Capital professam francamente a ideologia do Cristianismo*” (essas duas instâncias são, basicamente, a mesma coisa, já que o prefeito Novaes Filho é o “prefeito de Agamenon”, burocrata convincente que instala a cultura estadonovista no município recifense).

Destaque também para a intelectualidade pernambucana, em larga medida expurgada de elementos críticos e bastante dócil à nova maneira de perceber o mundo, “*amigo das grandes verdades contidas nas paginas lapidares do Evangelho*”. Desta forma, o padre Rohden exalta as Faculdades acadêmicas, “*criteriosamente orientados por inteligencias moças, cheias de vigorosa espiritualidade cristã*”<sup>439</sup>.

Como difusão da notícia e da proposta social do congresso, o articulista nos dá um excelente indício de como a população foi informada do acontecimento: o “*distinto professorado empenhado em que seja instituída nos estabelecimentos publicos de ensino a leitura do texto sacro*”. A escola, tubo de ensaio de cultivo estadonovista, também foi um fortíssimo elemento de difusão, de propaganda. Em especial a Escola Normal do Recife, “*viveiro de inteligencia sadias que*” (...) “*vão imortalizar no futuro as gloriosas tradições pernambucanas do passado*”<sup>440</sup>.

O padre arremata: “*Neste ambiente de cristianismo intelectual é que incide, providencialmente, o terceiro certame eucarístico nacional*”<sup>441</sup>. Perfeita definição para que compreendamos o sucesso deste evento: a criação de um ambiente. À parte 1937, como já colocamos anteriormente bastante agitado, os anos que se seguiram foram, sem dúvida, um período de catequese para uma nova realidade,

---

<sup>438</sup> ROHDEN, Huberto. Sinfonia da razão e da fé. A Tribuna. Recife, 03 de setembro de 1939, p. 19.

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> Ibidem.

<sup>441</sup> Ibidem.

cultivo de novas crenças, de novas percepções. Desde a destacada e detalhada cobertura do Congresso Eucarístico internacional em Budapeste, onde as comparações saltavam aos olhos freqüentemente, servindo de baliza para seu avatar local, até sua divulgação nos capilares difusores de que dispunham tanto a Igreja como o Estado – neste momento este se apresentava contíguo aquele – passando pela elaboração dos hinos e símbolos, da exaltação do fausto e da grandiosidade das cerimônias, das perspectivas sublimes que se pronunciavam – ou eram pronunciadas. Os divulgadores do Congresso Eucarístico tornaram-se, ao fim e ao cabo, cumpridores de suas próprias profecias, *Cassandras d'eux-mêmes*.

A criação deste ambiente propício, esta auto-realização das profecias feitas é um traço significativo do Congresso. Nos mais diversos momentos, o povo pernambucano é convidado a perceber (“veja!”, “note!”, “atente!”) como as previsões se cumprem diante dos seus próprios olhos:

*“O povo católico de Pernambuco pôde, ontem, verificar, ufano e cheio de santo orgulho, que é verdade incontestável o que tantas vezes temos dito desde quando iniciámos a propaganda do III Congresso Eucarístico Nacional: Pernambuco há de dar ao Brasil um testemunho solene da sua fé e de maneira alguma desmentirá as suas nobres tradições da catolicidade”*<sup>442</sup>

Verdade insofismável. Incontrastável! Promessa cumprida. A propaganda do Congresso se mostra eficaz na medida em que consegue comprovar seus próprios desígnios. O espetáculo fora montado e exibido. Com sucesso.

A todas estas instâncias acima citadas, o articulista Soares d’Azevedo acrescentou uma mais: o *“silencio dos gabinetes”*, que também agiram para o sucesso do evento. Ora, os gabinetes não foram tão silenciosos assim e trabalharam abertamente para que o certame fosse um sucesso. Suas palavras expõem, de maneira significativa, o que a ajuda oficial representou para o Congresso: *“afan de dispor as coisas de modo a que o congresso que hoje se*

---

<sup>442</sup> Um espectáculo magnífico. A Tribuna. Recife: 03 de setembro de 1939, p. 32.

*inaugura seja autenticamente uma brilhante manifestação de fé e de civismo*<sup>443</sup>. Afã descreve bem o corre-corre dos últimos meses antes do evento, quando a prefeitura se metia em pedidos legais para poder agir em prol da reunião.

Mas Soares d’Azevedo nos dá, também, um outro aspecto, mais mundano, das relações entre o executivo estadual e a organização do Congresso, algo que reforça sua natureza de fortalecedor ou, até mesmo, criador daquele sentimento de bonomia que o Estado procurava criar na população através da propaganda, produto de marketing que chamamos nesta tese de Veranico. O autor do artigo focaliza como as autoridades pernambucanas, ao contribuírem positivamente para o certame, se “*confraternizam com o povo*”, ambos protestando amor a Deus e aos homens. A propaganda eficiente procura a todo custo aqueles sentimentos que são caros ao seu público, fazendo-os seus. O quão mais esta relação estiver clara, aparente, tanto mais chance terá este divulgador em granjear a simpatia de sua audiência. Cerne do Veranico. Não se pode negar a crença católica das autoridades pernambucanas – sinceros eram, certamente – mas, ao mesmo tempo, souberam como divulgar bem a sua identidade com a população que dominavam.

Neste artigo, os secretários são nominalmente citados como verdadeiros cavaleiros cruzados, nobres de bom coração em defesa do cristianismo, Arnobio Tenorio, Nilo Pereira e, acima de todos, o interventor Agamenon Magalhães, cujo nome “*tão fidalgamente se vem impondo á estima e ao respeito dos católicos, anda em todos os lábios*”<sup>444</sup>. Sonho de todo político, ter seu nome a freqüentar fidalgamente os lábios de sua população.

Promessas de paz espiritual, de “*idílio de paz no meio dessa babel de rumores belicos*” e “*Oasis de misticismo cristão em pleno deserto de materialismo profano*”<sup>445</sup>. Promessas de paz política e social, com os pernambucanos devotos fiéis de sua Igreja e de seu governo, tanto um quanto o outro sacralizados, eternizados, santificados por uma prática política que os relaciona, torna-os equivalentes ambos.

---

<sup>443</sup> D’AZEVEDO, Soares. Um homem de fé para um certame de fé. A Tribuna: Recife: 03 de setembro de 1939, p. 15.

<sup>444</sup> Idem.

<sup>445</sup> Ibidem.

Outro notável exemplo de como a interventoria apropriou-se e aproveitou-se de tão excelente oportunidade para hastear suas bandeiras e pavonear suas causas foi o discurso de recepção que o interventor proferiu no Rádio Clube<sup>446</sup>. As primeiras partes de sua fala continuam e reforçam a similitude entre os discursos eclesiástico e governamental, de maneira já esperada: graças a Deus, salvas ao arcebispo e ao cardeal, boas vindas aos peregrinos, Pernambuco terra de heróis, invasores expulsos... et cetera, et cetera, et cetera.

O destaque deste pronunciamento ocorre ao seu final. Ele afirma a todos os visitantes que na cidade *“todas as portas estão abertas, todas as luzes acessas, todos os parques com as alamedas floridas, por toda parte a alegria, os braços acolhedores”*<sup>447</sup>. Quer dizer, nem todos lugares são tão acolhedores assim:

*“Só não há luzes, nem alegria nos mocambos, porque neles a vida é a pior das vidas. Mas essas habitações lugubres até nos dias de festa e de sol, vão desaparecer porque o Deus Eucarístico, o Deus dos humildes há de nos ajudar, ao governo e aos ricos que não queiram acumular os tesouros de ira, a construir casas para os que não tem casa”*<sup>448</sup>.

Perfeita articulação de propaganda, momento dos mais oportunos para defender uma postura política. Neste exato ano em que recepcionava o Congresso e seus peregrinos, Agamenon Magalhães empreendia sua mais vistosa campanha de toda interventoria, a Liga Social contra o Mocambo, e esforçava-se no jornal em descaracterizar os moradores dessas habitações, os mocambeiros, negando-lhe qualquer rasgo de humanidade; neste sentido, a alegria e o regozijo de um momento como este não poderiam ser compartilhados por eles. Não, jamais. Eles só poderiam estar alegres quando tivessem suas vidas saneadas, passassem a viver em casas de alvenaria, organizadas de acordo com o figurino estadonovistas.

---

<sup>446</sup> MAGALHÃES Agamenon. Discurso do interventor Agamenon Magalhães no Rádio Clube. A Tribuna, Recife, 05 de setembro de 1939, p. 03.

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> Ibidem.

Nesse pequeno trecho, o interventor fura uma brecha onde, a princípio, não havia – o assunto não remetia de modo algum aos mocambos ou à sua campanha. Divulga sua administração, cultiva as inteligências dos ouvintes e dos leitores à sua maneira, faz um movimento propagandístico bastante sofisticado. Agrega sua causa a um evento extremamente popular.

### **Congresso mundano, festa profana**

Boa parte da propaganda criada ao redor do Congresso Eucarístico de 1939 apresentava-o como uma ilha de paz e espiritualidade em meio a turbulento oceano de falsidade e violência. Nesse aspecto, a cobertura da Folha da Manhã foi absolutamente parcial, optou por um claro viés: apresentar o encontro como sucesso e unanimidade absolutos, esplendor de fé e de organização, festa para olhos e corações católicos de todo Brasil.

Há, todavia, outros aspectos que devem ser levados em consideração quando nos referimos a este acontecimento. Independente do que a cobertura do jornal oficial possa ter apresentado, houve naquela semana um imenso festival de gentes de várias partes do país, ocorrendo num ambiente até então desacostumado a aglomerações deste porte. Contrabalançando a cobertura da Folha com outros órgãos de imprensa contemporâneos, vemos que o Congresso mexeu com bem mais do que simplesmente a espiritualidade recifense.

Um veículo interessante de ser visto é o jornal católico *A Tribuna*, conservador até sua última fibra de celulose. Durante os dias do certame, circulava um caderno jornalístico diário com a programação do dia e as notícias do dia anterior, um esforço de jornalismo. Isto significa que a cobertura da Tribuna difere substancialmente daquela vista na Folha? Tal afirmação seria um exagero. A lista de colunistas e debatedores que se apresentou nos dias que antecederam ao encontro e durante sua ocorrência apresentaram uma coerência magnífica com a abordagem oficiosa feita pela Folha – e nem poderia ser diferente, dado que Dom Miguel dirigia este informativo: em seu já citado artigo, o secretário do interior dr. Arnóbio Tenório, por exemplo, critica o liberalismo em todas as suas formas: econômico (causador de misérias), laicizante, dissimulador, destruidor da unidade

do pensamento, e por fim o “*liberalismo moral de festas pagãs*”<sup>449</sup>. Nada de novo sob o sol.

Porém, o mesmo jornal que apregoa as virtudes cristãs e o oásis de misticismo ao mesmo tempo nos deixa perceber que houve, sim, novidades sob o sol. Um congresso mundano, de coisas mundanas, envolvendo interesses bem menos sublimes tais como o vil metal.

Nos cadernos especiais que marcaram a cobertura do evento, empresas e pessoas físicas passaram a pagar espaços para anunciar produtos e serviços, à maneira mais mundana e venial que se pode pensar – nada de estranho quando nos referimos a uma propaganda comercial.

No calor do evento, com o Congresso encaminhando-se para o final, a falta de mão-de-obra fez-se sentir, e um anúncio<sup>450</sup> pede aos sacerdotes que se encontram na cidade, nativos ou peregrinos e “*somente pessoas de indiscutível idoneidade*”, que entrem em contato para agirem como intermediários na instalação de microfones para igrejas.

Interessante observarmos tal anúncio com cuidado. Para que uma firma não-pernambucana (o anúncio remete a telefone e quarto no Grande Hotel) precisaria de sacerdotes para servir de “intermediários” na instalação de microfones? Ainda mais quando constam comissões tão suculentas, que iam de 400\$00 réis até mais de dois contos (2:500\$00)?

A resposta a tais questionamentos pode ser encontrada no mesmo jornal, quando há um outro anúncio:

---

<sup>449</sup> TENÓRIO, Arnóbio. III Congresso Eucarístico Nacional. Folha da Manhã, Recife, 04 de agosto de 1939, edição matutina, p 16, 10.

<sup>450</sup> A Tribuna, Recife, 05 de setembro de 1939, p. 6.

**Electro Acustica Para Igrejas**

**PROPOSTA**

Aparelhos portáteis de amplificação de voz e som

**PROPOSTA TIPO I**  
Aparelho de amplificação, portátil, 1 microfone, 1 amplificador e 2 alto-falantes. Toda a corrente elétrica em 2 molas de ouro. Para pequenas salas, pequenas salas de conferências.  
Rs. 3.200\$000

**PROPOSTA TIPO II**  
Aparelho igual ao oferecido na proposta tipo I - Com amplificação mais potente e 2 alto-falantes. Para salas maiores, clubs, auditório de ar livre etc.  
Rs. 6.200\$000

**PROPOSTA TIPO III**  
Auditório de 2.500 pessoas  
Microfone, Amplificador - 2 alto-falantes  
Controle de volume para distância. Em 2 molas de ouro.  
Rs. 2.740\$000

SOCEBA S. A. - RIO - RUA DAS MORRECAS 43

Em serviço durante o Congresso Eucarístico, encontra-se no **GRANDE HOTEL**, depto. n. 307 tel. 6196 - o sr. A. Neumann gerente da Soceba S. A. ao dispor dos interessados

451

Desta vez há um nome para a firma: SOCEBA S.A. com sede na Rua das Morrecas, 43, Rio de Janeiro. Seu representante encontra-se quarto 307 do Grande Hotel, o mesmo do anúncio anterior. Revela-se também a especialidade da empresa: eletroacústica para igrejas, aparelhos portáteis de amplificação sonora. A empresa viera ao Recife especialmente para aproveitar-se do Congresso, como fica bem claro no reclame, e tinha tal perspectiva de negócios que investiu em anúncios de página inteira em vários dias de Congresso.

A gama de produtos oferecidos não é muito grande, mas é bastante apropriada:

<sup>451</sup> A Tribuna, Recife, 05 de setembro de 1939, p. 10. Este anúncio foi veiculado por vários dias.



Varia desde um pequeno pacote que consta de um amplificador portátil, um microfone e um alto falante, todo alocado em duas malas de couro, até equipamento potente o suficiente para um auditório de 3500 pessoas, com vários microfones e amplificadores para distância. Preços? O mais em conta sai por três contos e quinhentos réis, enquanto que o mais caro passa dos oito contos de réis.

A estratégia de vendas da Soceba era cada vez mais clara: cada anúncio explicava o anterior. Uma empresa que se especializou em acústica para igrejas, só podia contar com os sacerdotes como seus mais destacados garotos-propaganda. E isso fica bem claro no último anúncio da série<sup>452</sup>, onde a empresa investe num testemunhal bastante significativo.

O reclame, mais uma vez de página inteira, reproduz uma carta de oito de julho de 1939 de certo Monsenhor Manoel (sem sobrenome), Bispo de Aterrado. O sacerdote fala das suas experiências com a citada firma, das “*diversas demonstrações de eficiencia da instalação*” realizadas pela Soceba na Matriz de São Cristóvão; de como “*distanciando-me mais de 3 quilometros*” ele pôde ouvir, perfeitamente “*não só a palavra do Revmo. Monsenhor Gomes, mas tambem os belos sinos e os Carrilhões instalados na Matriz. Apreciei a musica sacra transmitida do interior para o exterior da Igreja*”<sup>453</sup>

<sup>452</sup> A Tribuna, Recife, 06 de setembro de 1939, p. 06.

<sup>453</sup> A Tribuna, Recife, 06 de setembro de 1939, p. 05.



<sup>454</sup> Não é uma qualquer opinião; observemos: Monsenhor Manoel permitiu ser fotografado para o comercial defronte ao sagrado altar, paramentos litúrgicos completos e dedo em riste.

Ao final, faz questão de afirmar: “*Fiquei sumamente entusiasmado e contratei imediatamente com casa SOCEBA uma instalação igual para a Catedral de N.S. da Luz*”<sup>455</sup>. Um “eu recomendo” poderia arrematar a sentença, mas não era mais necessário, pois o eminente garoto-propaganda já fizera seu depoimento. E certamente convencera alguns de seus colegas eclesiásticos a contratar os serviços da Soceba. Pelo menos nesse particular, o Congresso era, de fato, negócio muito, mas muito mais de Marta que de Maria.

O Monsenhor Manoel ficou tão feliz com o produto oferecido no Congresso que resolveu dar seu testemunho e aprovação. Apesar disso, a satisfação não era garantida e nem todos ficaram contentes com o que encomendaram. Semana após o fim do Congresso, um enfurecido articulista anônimo (assinava apenas M&P), escrevia na revista radical *Fronteiras* uma nota furibunda sobre um filme encomendado à produtora Meridional, a mesma que realizava os cinejornais da interventoria.

---

<sup>454</sup> A Tribuna, Recife, 06 de setembro de 1939, p. 05.

<sup>455</sup> Idem.

M&P falou se sua expectativa, da ansiedade em ver o Congresso imortalizado em celulose... e também da sua decepção quando viu o produto final, que chegou a chamar de “*sabotage*”<sup>456</sup>. Na opinião do escritor, os filmadores escolheram premeditadamente os piores ângulos para suas câmeras, sabotando a grandiosidade do congresso.

O que mais provavelmente os *cameramen* tenham feito foi simplesmente depurar os exageros da propaganda oficial do Congresso. Assim, enquanto os jornais falavam de assentos lotados no parque do Congresso, o filme mostrou “*as cadeiras da imprensa e dos bemfeitores*” vazias; enquanto o “*speaker*”, o locutor das procissões, exultava com as “*multidões imensas [que] se curvam á passagem do SS*”, o celulóide mostrava apenas “*aspectos parciais da multidão, fugindo ao proposito de apanhar as visões soberbas de massa*”<sup>457</sup>. O contraste, afirma M&P, entre a locução e a cena do filme foi, em suas próprias palavras, “*chocante*”.

Mostrando que o Congresso era, sim, negócio de Marta, o filme oficial buscava aspectos bem mundanos desse evento: “*demorados stills do Grande Hotel*”<sup>458</sup>, closes de celebridades presentes... tudo muito comum a filmagens dessa natureza, mas que enfureceu o articulista da revista católica.

O filme, para desgosto dos elementos mais carolas, conseguiu mostrar que nos dias de congresso a vida continuava na cidade e nem todos estavam com os olhos fixos no Santíssimo Sacramento. Reportagens pós-evento reclamam das moças vindas do Rio de Janeiro, desfilando de pernas de fora pela cidade procurando os melhores cassinos para se divertirem. Longe de ser um oásis místico, como propagavam seus promotores, o Congresso era um movimentado bazar de vida.

---

<sup>456</sup> Um film anti-congresso eucarístico. *Fronteiras*, Ano VIII, nº 10, Recife, out. 1939, p. 13.

<sup>457</sup> *Idem*.

<sup>458</sup> *Ibidem*.

#### IV CAPÍTULO: FESTEJANDO AS LUZES NO ESTADO NOVO

##### Chag sameach, Agamenon



459

Ah, as delícias de se desfrutar de um passeio fluvial. Noitinha. Um barco todo enfeitado de guirlandas, corbelhas, vasos... um veículo da deusa Flora a transportar seus devotos?

Dentro dele, distintas senhoras aproveitam a noite no rio. Extremamente bem vestidas em sua sobriedade, dignas, pilares da sociedade. Um elegante chapéu pendente cinge a cabeça de uma das damas, enquanto que de uma outra uma flor ornamental como que brota de seus seios e, exige a modéstia, esconde-lhe o decote. Fariam estas ilustres damas como as inglesas de passagem nos mares do sul, que jogavam moedas de ouro às águas para ver as samoanas mergulharem a sua cata?

Não, não eram antigas gregas homenageando sua deusa ou mesmo britânicas em visita a colônias longínquas do império onde o sol nunca se punha. Eram matronas das mais importantes famílias do regime agamenosiano em

---

<sup>459</sup> Folha da Manhã, Recife, 27 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

Pernambuco, esposas do comandante do 30º B.C. e da Vila Militar, dos secretários de Estado do Interior, da Segurança Pública e da Viação e Obras Públicas. E, claro, a esposa do Interventor Federal em Pernambuco.

Eram todos, mulheres e respectivos maridos, passageiros da Lancha Capibaribe, “*artisticamente iluminada e ornamentada*”<sup>460</sup>. Ao fundo da pequena nave, de tal maneira escondido pelas decorações e passageiras que precisa ser destacado com uma seta, estava o promotor de todo este evento: Agamenon Magalhães.

Feio e frio como Mao Tsé-Tung, na descrição famosa de Manuel Bandeira<sup>461</sup>. “*Pão difícil de mastigar*”<sup>462</sup>, noutra definição pouco cortês. Neste dia, porém, Agamenon estava mais ameno, sentado satisfeito ao fundo da lancha. Via desde o início da noite transportes aquáticos das naturezas mais diversas se dirigirem ao local do acontecimento. Não deixou, *a posteriori*, de expressar publicamente sua satisfação com o evento, o primeiro de sua administração. Como os antigos doges de Veneza, que uma vez por ano seguiam em procissão pelos canais até o mar e lá jogavam uma aliança de ouro, simbolizando o casamento de sua sereníssima república com as águas, o desfile de barcos era, ele também, um casamento simbólico: Pernambuco – Recife em especial – trocava alianças com o Estado Novo, e Agamenon Magalhães, de uma só vez, era noivo, padrinho e celebrante deste enlace.

A Festa Veneziana, realizada em 26 de Abril de 1938, inaugura o tempo festivo da interventoria agamenosiana. Embora seja um evento lúdico e laico – quase um triunfo à moda romana, pele de leopardo sobre ombros vencedores – semelhante a diversos outros aspectos das práticas políticas desse regime, apresenta nuances religiosas muito marcantes: era a celebração da conquista do poder, sem dúvida, mas, ao mesmo tempo – interpretemos toda a retórica que foi utilizada contra o antigo governador Carlos de Lima Cavalcanti – era uma espécie de reconsagração do poder estadual pernambucano, do Palácio das Princesas, a

---

<sup>460</sup> A nova iluminação das pontes centrais do Recife e do rio Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 27 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>461</sup> “*Ele tinha a China por fora e por dentro*” (...) “*Era como o Mao: feio e frio*”. Apud LIMA Fº, Antônio de A., (op cit, 42).

<sup>462</sup> Idem, p. 43.

sede do governo e que agora passava a ser a moradia do novo líder do Estado. Era algo mais que mera celebração da vitória sobre os inimigos, era algo místico, mágico – porque saudava o elemento tecnológico moderno mais passível de poesia e misticismo: a luz elétrica. Purificação – governos passados, lembrava sempre que podia o novo interventor, pecaram, e por seus pecados todo o Estado havia purgado; era então chegada a hora da redenção.

Como muitos outros eventos e promoções públicas da interventoria, a Festa Veneziana começou a ser anunciada antes de sua realização efetiva<sup>463</sup>. A criação da expectativa era, sempre, um elemento fundamental para que tais acontecimentos fossem bem-sucedidos. Assim, a Folha da Manhã em sua edição mais popular, a vespertina<sup>464</sup>, anunciava, mais de uma semana antes, o evento que estava sendo preparado.

Como de hábito, a terminologia que acompanhava a notícia garantia desde logo o sucesso futuro da empreitada. Revelava-se, em primeiro lugar, o mote inspirador do evento: festejar a nova iluminação do Rio Capibaribe, que “*virá realçar a beleza do rio*”, após o quê começavam as promessas de grandiosidade. Prometia-se um “*vasto programma*” elaborado pela prefeitura, que garantiria uma cerimônia inaugural revestida de brilhantismo.

A notícia não se preocupava, de maneira alguma, em ao menos tentar relatar o futuro evento de modo imparcial. Era garantido um espetáculo com as mais diversas atrações: desfile de embarcações dos clubes da capital; as altas autoridades do Estado passeando em lanchas especiais a convite do prefeito Novaes Filho; “*originaes fogos de artificio, muitos dos quaes queimados sobre as proprias aguas*”<sup>465</sup>; bandas militares. Para aumentar ainda mais o interesse da população, prometia a reportagem uma “*custosa taça*”, dada pela Prefeitura do Recife à embarcação mais bem ornamentada.

---

<sup>463</sup> Uma festa veneziana da bacia do Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 13 de abril de 1938, edição vespertina, p. 06.

<sup>464</sup> Popular porque mais barata – custava apenas um terço do valor dos concorrentes. Popular porque fora desenhada e idealizada desta forma: com muito mais fotos que sua irmã matutina; mais poemas, mais diversões e charges; contos da vida quotidiana da cidade. Enquanto que a edição da manhã a informação era a tônica, à tarde o entretenimento ditava o passo.

<sup>465</sup> Uma festa veneziana da bacia do Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 13 de abril de 1938, edição vespertina, p. 06.

Notável como toda a estrutura deste relato foi pensada para garantir o interesse do público leitor. Por um lado, adoçava-lhe o palato com todas as maravilhas acima citadas, vislumbre de uma festa divina; enquanto que ao mesmo tempo já procurava assegurar a popularidade do evento. “*Essa iniciativa*”, informava, “*foi recebida pela população da cidade com a maior sympatia*”<sup>466</sup>. Nem sequer acontecera, aparecera ao grande público apenas e tão somente como promessa, e ainda assim o evento já contava com a simpatia popular. Na realidade, quem ou o que estaria disposto, naqueles tempos, a duvidar ou questionar afirmativa tão peremptória?

As chuvas do mês de abril, porém, foram madrastas, e durante três dias impediram o acontecimento. Lamentando o “*má tempo reinante*”<sup>467</sup>, a Folha da Manhã justificou o atraso da “*anunciada ‘Festa Veneziana’, na bacia da rua da Aurora*”, afirmando que, nessa noite, ela finalmente aconteceria; e o fez reforçando, para os seus leitores, o endereço da festa: “*no trecho compreendido entre a ponte 6 de Março e Santa Izabel*”. Uma informação desse calibre é vital para o sucesso de um evento: os leitores, na verdade, passavam a saber para onde deveriam se dirigir. Já no primeiro anúncio o local exato da festa era informado.

O local deste evento é, esteticamente, um dos mais apropriados da capital pernambucana. Dois flúvios, Capibaribe e Beberibe, dividem a cidade em ilhas habitadas, e deles é o primeiro quem causa maior impressão no centro da urbe.

Desde o Agreste pernambucano o rio Capibaribe serpenteia, arrasta-se em direção ao mar. Nasce numa cidade e acaba por dar-lhe o nome, Santa Cruz do Capibaribe. É, contudo, na Zona da Mata que ele engorda, torna-se perene, transforma-se em elemento inconsútil da realidade recifense. Seguem-no os canaviais, é ele o fiador último de sua existência. Entra sem cerimônias nos arrabaldes, nos antigos engenhos da Várzea e de Dois Irmãos e continua dividindo a cidade e seus bairros ao longo do seu trajeto: numa margem estamos

---

<sup>466</sup> Idem.

<sup>467</sup> A grandiosa iluminação do Capibaribe e uma festa veneziana comemorativa da solenidade de hoje. Folha da Manhã, Recife, 26 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

na Iputinga, noutra em Casa Forte; de um lado, a Torre; do outro, a Jaqueira. Segue nesse passo manso, nesse ritmo morno, mormacento, até chegar ao centro da cidade, núcleo original de povoamento.



Sendo um elemento tão presente em meio a uma cidade, o Capibaribe teve de ser cortado por pontes. Estas, em especial no centro, formam bela moldura para a calha ribeirinha.

Recife dos rios cortados de pontes, onde certa vez Dorival Caymmi encontrou Dora, rainha cafuza do frevo e do maracatu, que requebrava e dançava melhor que ninguém. Era essa beleza, das pontes e ruas circunvizinhas, que o “*novo systema de illumination*”<sup>469</sup> pretendia realçar.



No dia seis de abril, o tempo continuava instável. Chovera toda a semana, provocando o atraso do evento, e nada garantia que, naquela noite em especial, o clima seria mais simpático às veleidades propagandísticas do Estado Novo. Mas foi.

O articulista, que registrou o evento, não mediu palavras para registrá-lo. Enorme esforço fez para gravar os momentos de excitação que havia

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> A nova illumination das pontes centraes do Recife e do rio Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 27 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01, 07.

<sup>470</sup> Ibidem.

presenciado. No exagero retórico tão característico da Folha da Manhã, não se referiu a muitas pessoas acompanhando o evento, mas antes a “*incalculável multidão*” que desde o comecinho da noite já se espremia nas balaustradas das pontes e do rio. Essa multidão, chamada mais adiante de “*povo apinhado*” recebia com “*palmas ruidosas*” cada embarcação que chegava para o desfile.

Assim como a terra, também as águas estavam cheias de gente feliz em festa – ou pelo menos assim nos afirmava o autor em seu texto. “*Toda a bacia da rua da Aurora estava repleta de embarcações*”... mas não eram quaisquer embarcações: eram “*engalanadas*”.

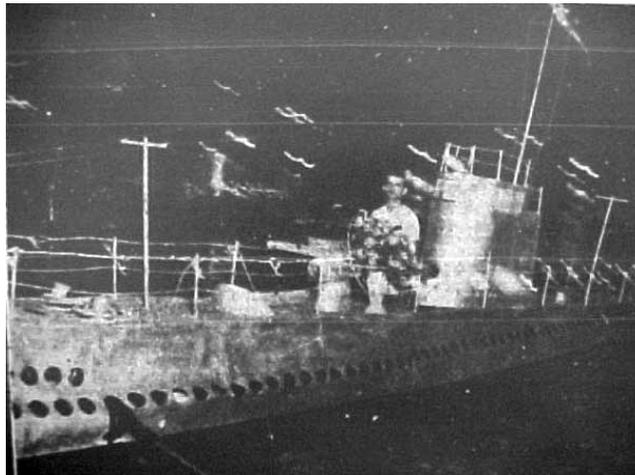
Segundo compreendemos, a massa começou a se compactar nas ruas e pontes bem cedo, para ver a chegada dos barcos para o desfile – e eles não chegaram até as 20 horas. Os clubes da cidade, nos 10 dias que decorreram do anúncio do projeto até o evento efetivamente ocorrer, elaboraram suas embarcações. Concorriam, todos, à referida “*custosa taça*” que a prefeitura instituíra para “*áquelles que melhor se apresentassem*”.

A cada nave que apontava na embocadura, um novo alvoroço. As janelas e varandas dos sobrados à beira-rio repletos de curiosos de visão privilegiada, confortavelmente instalados; situação muito melhor que a dos cidadãos nas ruas e pontes, debruçados sobre os parapeitos (arriscando-se a um indesejado mergulho noturno nas águas frias do Capibaribe), pulando e esticando os pescoços para ver sobre o vizinho da frente.

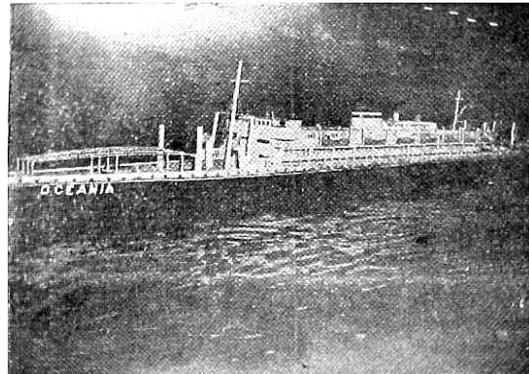
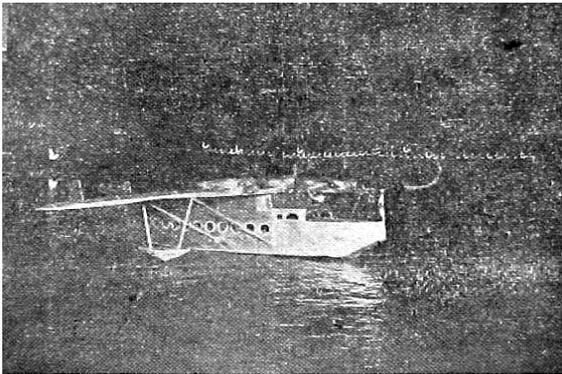
Um dos adjetivos mais comuns que acompanham a energia elétrica nesses textos é “*feérico*”. Das fadas. E as imagens que se viram foram, sem dúvida, de contos de fadas. De repente o sereno curso fluvial estava habitado pelas mais fantásticas criaturas, que a comissão julgadora certamente teve dificuldade em julgar. “*As embarcações ‘Tamoyo’ e ‘Tupy’*”, do Clube Náutico Capibaribe, vieram fantasiadas de submarinos, “*innegavelmente uma nota alegre da festa*”<sup>471</sup>.

---

<sup>471</sup> Idem.



O Sport Clube do Recife trouxe um “vaporzinho” travestido em transatlântico; a Brigada Militar optou por apresentar um avião quadrimotor em formato Clipper.



Aviões, submarinos, navios, dragões, gôndolas. Cerca de quarenta barcos estiveram presentes a esse desfile de gala, e todos “*causaram optima impressão*”, fez questão de frisar, como se ainda restasse alguma dúvida, o articulista.

Mas o civilizado carnaval não se restringia ao rio. Nesta folia institucionalizada, higiênica e moral, “*centenas de automoveis*” conduziam famílias inteiras em corso, tocando suas buzinas e celebrando, em terra firme, com o mesmo entusiasmo dos foliões aquáticos. Animação intensíssima, garantiu-nos o jornalista, que “*emprestou á festa um alto sentido de graça, animação e beleza*”<sup>474</sup>.

<sup>472</sup> Diário de Pernambuco, Recife, 27 de abril de 1938, p. 01.

<sup>473</sup> Ambas as fotos: Folha da Manhã, Recife, 27 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>474</sup> A nova iluminação das pontes centrais do Recife e do Rio Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 27 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01, 07.

Às 21 horas começava o desfile. O Capibaribe, a rua da Aurora e as pontes eram apenas brilho. Fogos espocavam no céu, alguns disparados de dentro das águas, a partir de bóias; enormes refletores situados nas balaustradas das pontes criavam um outro rio, feito de luz, que ia de encontro às águas turvas. Em coretos armados nas duas ruas que margeavam o rio, Aurora e do Sol, tocavam orquestras mantendo o povo animado em meio ao espetáculo – e mesmo dentro d’água existia uma banda: a orquestra da Brigada, composta de nove músicos.

Mas não era apenas luxo, festa e alegria. Naquela noite o Capibaribe não serviu apenas de avenida para embarcações enfeitadas, para os devaneios fantásticos de uma sociedade ansiosa por brilho. Não. O rio das capivaras serviu, também, de passarela do Estado Novo local e um microcosmo desse regime também se fez presente em meio à fantasia. E lá no fundo azul, na corte feérica da festa veneziana, ogros e pererês marcaram sua presença.

O interventor e seus convidados embarcaram na lancha Capibaribe às 20 horas, bem ao lado do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo pernambucano. Às 20:30 começava o “passeio das autoridades” anunciado no programa da festa. O barco do interventor, elegantemente atrasado, atraiu todas as atenções com a sua chegada – a multidão já se acotovelava em terra há pelo menos duas horas. Um morteiro iluminou o céu escuro. Todos os refletores nas pontes foram acesos ao mesmo tempo. Era o sinal: Agamenon Magalhães, em toda sua feiúra e frieza, estava presente.

“*Um espetacular fogo de artifício, de grande efeito*”<sup>475</sup> atraía os olhares para o alto, mas a aquática parada das “*altas autoridades*” um pouco mais abaixo era igualmente interessante. À frente, em sua lancha iluminada e ornamentada com arte, seguiam os personagens principais com suas respectivas esposas; a ela seguiam-se outras, satélites do astro maior: a lancha da prefeitura, com Novaes Filho e família, o comandante da Brigada Militar do Estado, o presidente da Federação Pernambucana de Desportos, demais secretários.

---

<sup>475</sup> Idem.

Todo o universo social preconizado e defendido pelo Estado Novo esteve presente no desfile. Da mesma forma como o carnaval era “o *maracatu com sua rainha e os caboclinhos com seus chefes*”, nas palavras do próprio Agamenon, essa festa veneziana desfilava vários elementos, cada um no seu lugar, cada qual com sua chefia. As representações de classe, troço indispensável às manifestações de massa nesta época, estavam presentes; também a imprensa, incentivada a cobrir o evento a partir do melhor local – de dentro d’água.

Ao final, não se usavam outros termos: êxito, sucesso. O Diário de Pernambuco falou em brilhantismo; a Folha da Manhã, grandiosidade. Não apenas acontecera a tão esperada inauguração como o evento produzido para celebrá-la levava multidões a festejar nas ruas em plena noite recifense. O Estado Novo jogara sua aliança no mar. No mar de gente.

Fogos de artifício, música, festas. Luz, muita luz. Fantasias. Maestros da prestidigitação política em pleno ato. Bem vindos à Ilha da Fantasia alcunhada de Estado Novo.

### **O gênio da lâmpada e suas façanhas**

Talvez a palavra-chave da “Festa Veneziana” promovida pela interventoria seja “fantasia”. Uma celebração da luz, mais difuso, mais intangível dos elementos. Fada, de cuja varinha de condão brota o chuveirinho de estrelas que transforma a noite em dia, permite aos homens ver o que antes lhes era vedado aos olhos.

Desde a Exposição de Paris, em 1900, que a energia elétrica era festejada como algo sensacional. O tal “fluido mágico” de que se falava então, promovia toda sorte de maravilhas e, à maneira da pedra filosofal dos antigos druidas, vertia a plúmbea e dura realidade quotidiana em ouro brilhante, sonho antigo da humanidade. Dentro do sentimento de recomeço e otimismo que o início do século evidenciava, prometia-se um futuro de abundância. “*Por isso mesmo a anfitriã – a grande ilusionista – dessa festa era a luz*”<sup>476</sup>.

---

<sup>476</sup> COSTA, Angela M. da & SCHWARCZ, Lilia M. **1890 – 1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 16.

Desde pelo menos a década de 1910 o Recife convivia com modernas invenções no seu cotidiano: em outubro de 1913, a empresa Pernambuco Tramways recebeu concessão do governador do Estado, general Dantas Barreto, para instalar o serviço de iluminação elétrica na cidade<sup>477</sup> e junto com ela vieram os bondes elétricos, “*causando alvoroço em 1914*”<sup>478</sup>.

Ainda assim, apesar de mais de duas décadas de convivência, a luz elétrica ainda não perdera o seu ar mágico: nada mais era senão uma fada, símbolo da eletricidade na Exposição de Paris, em 1900. Luz, velocidade, sons: o século XX instalara-se machucando os sentidos, incomodando. Muitos, como o vampiro Lestat, temiam as novas luzes, afastavam-se delas<sup>479</sup>, pois seus olhos ainda não tinham se acostumado com o brilho branco-amarelado noturno da eletricidade. E mesmo para aqueles que a consideravam um avanço civilizacional, um novo e grande passo da humanidade, a luz elétrica não parecia ser algo deste mundo. Parecia pertencer a um outro qualquer universo, onde os seres são tão fantásticos quanto o brilho incandescente das lâmpadas.

Falar da luz elétrica no início do século é falar do futuro pretérito. Ver como sociedades que até então seguiam o ritmo da natureza – dormir com o arrebol e acordar com o nascente, como os pássaros – começaram a romper este costume de maneiras seguras e relativamente baratas. Luz elétrica é confiança no futuro, no progresso<sup>480</sup>.

Um simpático personagem será nosso guia pelas maravilhosas impressões que a eletricidade provocava nos recifenses dos anos de 1930 e 1940: o Sr. Kilowatt, nosso criado elétrico.

---

<sup>477</sup> “A Pernambuco Tramways and Power Company Limited passou a explorar o serviço de iluminação e particular da cidade do Recife por transferência e novação do contrato anterior, celebrado em 16.06.1897, com a firma Fielden Brothers”. COELHO, Fernando. **Direita, volver – o Golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004, p. 129.

<sup>478</sup> REZENDE, Antonio P. **(Des)Encantos modernos – histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997, p. 58.

<sup>479</sup> “A sala se encheu com o piscar da luz vermelha da sirene que depois começou a se afastar. – Louis, não agüento, não agüento! – rosnou entre as lágrimas”. RICE, Anne. **Entrevista com o vampiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 299.

<sup>480</sup> COSTA, Angela M. da & SCHWARCZ, Lilia M, *op cit*, p. 15.



Era ainda uma criança. Norte-americano de nascimento<sup>482</sup>, surge pela primeira vez em 1926 como porta-voz da Alabama Power Company: a grande idéia do seu criador, Ashton B. Collins Sr., era dar à eletricidade – ainda algo novo e recém explorado até então – um rosto simpático, confiável... um perfeito “*electric servant*”, sempre pronto a servi-los em tudo que fosse mister.

Este ente simpaticíssimo era o garoto-propaganda da Pernambuco Tramways, a companhia elétrica do Estado, e desde o final da década de 1930 estrelava seus reclames nos jornais. Mas não nos deixemos enganar pela sua pouca idade ou o sorriso cativante: o Sr. Kilowatt era um eficiente operador de marketing, vendendo os serviços da empresa para qual trabalhava com incrível presteza.

Publicidade é, antes de qualquer coisa, sedução. Os novos produtos, as novas invenções “*aparecem e tentam seduzir*” (...) “*usando não só palavras, mas também ilustrações interessantes*”<sup>483</sup>. Dentre as muitas ilustrações interessantes, o Sr. Kilowatt certamente se destaca. É raro um exemplar da Folha da Manhã que, pelo menos a partir de 1938 não traga um reclame com sua figura. Sempre, sempre lá está, em seu leiaute moderno e bem característico das peças de publicidade comercial mais bem-sucedidas de sua época<sup>484</sup>.

No momento em que os reclames de novos utensílios são verdadeira coqueluche, quando a cada ano um novo modelo de rádio é anunciado como superior àquele que o precedeu, quando o adjetivo “maravilhoso” é ligado a toda

<sup>481</sup> São sete as maravilhas do mundo. Folha da Manhã, Recife, 18 de outubro de 1940, p. 06.

<sup>482</sup> <<[http://www.toonopedia.com/reddy\\_k.htm](http://www.toonopedia.com/reddy_k.htm)>>. Acesso em 18 de outubro de 2004.

<sup>483</sup> REZENDE, Antonio P., *op cit*, p. 62.

<sup>484</sup> Cf CADENA, Nelson V., *op cit*, p. 86, 87.

sorte de eletrodomésticos “*que facilitam o trabalho da dona de casa*”<sup>485</sup>, nosso criado elétrico comparece sem falsa modéstia e afirma: convenhamos que o que faço é maravilhoso!

Num anúncio bem pouco modesto, nosso herói aparece ao lado das sete maravilhas do mundo antigo: pirâmides egípcias, jardins babilônicos e assim por diante; mais abaixo, na legenda, afirma: “*faço algo que é realmente maravilhoso!*”. “*Prestar ininterrupta colaboração (...) nas fabricas, nas ruas, nos lares*”, eis a tal maravilha a que se referia.



486

Mesmo que comece seu texto afirmando “*não quero que me tomem por uma oitava maravilha*”, a informação é clara: a energia elétrica é, sim, maravilhosa. “*Sem alarde, com boa vontade e grande empenho*” o Sr. Kilowatt, alter-ego da Pernambuco Tramways, conjura o feitiço moderno da luz, espantando vampiros e extasiando humanos com a claridade em plena noite.

<sup>485</sup> SEVCENKO, Nicolau (org.). **história da vida privada no Brasil 3. república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 410.

<sup>486</sup> São sete as maravilhas do mundo. Folha da Manhã, Recife, 18 de outubro de 1940, edição matutina, p. 06.

Como personagem institucional, o jovem Sr. Kilowatt cultiva uma imagem muito simpática à população da cidade que serve com tanta presteza. “*Minha companhia*”, faz questão de afirmar, “*está ligada, por laços indissolúveis, ao povo e ao progresso dessa cidade*”<sup>487</sup>. Compara tal relação a um casamento, e considera que os vultuosos investimentos financeiros, os serviços prestados e a nunca suficientemente enfatizada boa vontade com que serve ao povo recifense são seu penhor e garantia.

“*Trabalho tantas horas quantas forem exigidas*”<sup>488</sup>, afirma o devotado criado elétrico, chamando a si próprio de “bom jardineiro” enquanto compara a cidade a um “grande canteiro” entregue a seus cuidados, que serve cada residência, cada rua e cada indústria.

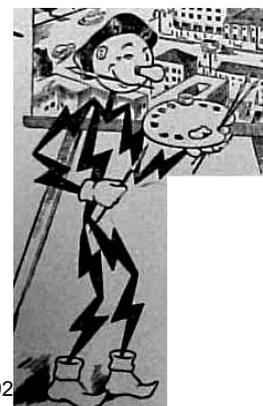
No mesmo diapasão do embelezamento que a figura do bom jardineiro lembra, o criado elétrico se apresenta, também, como um pintor que “*com muito ‘retoque’ e com muita ‘tinta’*” torna a cidade que tanto ama mais bonita – algo, reafirma, vital para o seu progresso.



490



491



492



489

<sup>487</sup> É um laço indissolúvel. Folha da Manhã, Recife, 23 de agosto de 1940, edição matutina, p. 07.

<sup>488</sup> O bom jardineiro. Folha da Manhã, Recife, 09 de agosto de 1940, edição matutina, p. 06.

“*Por Deus*”, exclama o Sr. Kilowatt às crianças que empinam pipas e papagaios nas ruas, “*fujam dos fios electricos, das arvores, das ruas onde haja trafego intenso, porque é muito perigoso brincar nesses lugares*”<sup>493</sup>.

O incansável e simpático mascate não se cansava de divulgar as boas causas, combater o bom combate. “*Garotada! Também já fui criança*”. Por tudo que vimos, o Sr. Kilowatt era um personagem extremamente empático à população consumidora do jornal. Sua figura lúdica evocava simpatia aos mais variados públicos: às mães, certamente satisfeitas com os bons conselhos dados; às crianças, naturalmente afeitas às criaturas caricatas, e assim por diante.

E foi justamente o simpático criado elétrico que, de certa maneira, assumiu a co-responsabilidade pela divulgação da propaganda da interventoria. Como veremos mais adiante, quando da Exposição Nacional de Pernambuco, a Pernambuco Tramways era uma parceira do Estado Novo em suas políticas modernizadoras, um símbolo do progresso e do avanço do Estado e da metrópole recifense, como a chamavam Agamenon e companhia, e, pelo menos uma vez, o Sr. Kilowatt ajudou, declaradamente, uma campanha institucional, assumindo uma postura clara de apoio ao governo: durante o censo de 1940.

Esta campanha de recenseamento foi celebrizada por um samba muito malandro do compositor Assis Valente. Malandro porque em sua segunda metade celebra as imagens mais adoradas e as virtudes mais queridas do governo de Getúlio Vargas: explicando ao agente recenseador o que possuía de mais valioso, a personagem do morro fala do “*tudo, tudo de valor que meu Brasil me deu*”: céu azul; pão de açúcar “*sem farelo*”; pano verde e amarelo; feriados; Pernambuco, São Paulo e Bahia, “*um conjunto de harmonia que não tem igual*”.

Não era, porém, mais um simples samba para exaltação do Berço Esplêndido<sup>494</sup>. Muito embora em seu final deslizesse para este tom bajulatório que

---

<sup>489</sup> Idem.

<sup>490</sup> É um laço indissolúvel. Folha da Manhã, Recife, 23 de agosto de 1940, edição matutina, p. 07.

<sup>491</sup> O bom jardineiro. Folha da Manhã, Recife, 09 de agosto de 1940, edição matutina, p. 06.

<sup>492</sup> Muito “retoque” e muita “tinta”. Folha da Manhã, Recife, 18 de outubro de 1940, p. 06.

<sup>493</sup> Garotada, também já fui criança!!! Folha da Manhã, Recife, 11 de outubro de 1940, edição matutina, p. 06.

<sup>494</sup> “*o culto das belezas naturais do país, notadamente da paisagem da capital federal, mecanismo psicológico coletivo que funcionou durante tanto tempo como irrisória compensação para o nosso atraso*”. GOMES, Paulo E. S. **A expressão social dos filmes documentais no cinema mudo brasileiro (1898 – 1930)**. Anais da I

vimos, em seu início a composição reflete o mal-estar provocado pela contagem. “O agente recenseador esmiuçou minha vida”, diz-nos a letra, “e foi um horror”! De fato, o autor soube retratar com propriedade os sentimentos de invasão experimentados pelos moradores dos morros cariocas uma vez diante do funcionário do governo: “e quando viu minha mão sem aliança/ encarou para criança que no chão dormia/ e perguntou se meu moreno era decente”.

A música reflete, portanto, a desconfiança da população pobre diante da iniciativa governamental. Acresçamos, em Pernambuco, que já se ia mais de ano de campanha contra mocambos, de pessoas arrancadas de suas casas sem maior pretexto, de barracos derrubados pela força de cabos de aço. A desconfiança seria, certamente, ainda maior.



495

Nesse momento entra em cena o simpático calunginha Sr. Kilowatt: Com sua proverbial boa vontade, mostra-se mais uma vez disposto a servir. Apenas agora serve ao programa de recenseamento do Governo Federal, explicando aos leitores da Folha da Manhã quais os propósitos da contagem geral. “Qual a população desta cidade, do nosso Estado, de todo Brasil?”, questiona. “Estas importantes perguntas ficarão respondidas quando terminar o Recenseamento Geral de 1940”.

Observemos que do lado esquerdo do anúncio, quase como uma moldura, há toda sorte de riquezas nacionais retratadas: frutas, gado, leite, café, um

estudante, indústrias, manufaturados... o Brasil só conhecerá suas riquezas, nos informa o anúncio, quando forem contadas.

Mais. Além deste trecho, digamos, informativo sobre a importância do censo, o personagem se preocupa, também, com a educação cívica de seus leitores; “*cooperar com as autoridades para o bom exito deste empreendimento*”, nos diz o criado elétrico, “*é dever de todos que habitam esta terra*”. Tal afirmação colocada em texto de Agamenon Magalhães, por exemplo, estaria perfeitamente integrada a todo o discurso tradicional do Estado Novo. A propaganda da empresa incorporou à sua publicidade todo o sabor da política estadonovista, subscrevendo-a. Como se não fora suficiente, ainda pôs a popularidade e a empatia de seu mascote-propaganda a serviço desse mesmo governo: “*e eu – nos diz o Sr. Kilowatt, seu criado electrico – farei, com toda a satisfação, o que estiver ao meu alcance*”. Logo abaixo desta mensagem patriótica, para que sombra de dúvida não paire, comparece o patrocinador do espaço publicitário: Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd.

Começamos a perceber porque a iluminação pública elétrica foi, com o perdão do trocadilho, tão brilhantemente festejada pelo interventor do Estado e seu prefeito: era parte integrante da propaganda institucional, divulgando o mesmo modelo de sociedade pontificado pelo Estado Novo. O Sr. Kilowatt é, não parem dúvidas, um criado elétrico: atende aos chamados do poder, agrega sua imagem aos valores defendidos pela interventoria. A modernização, aqui simbolizada pela iluminação elétrica, é incentivada, aplaudida mesmo, desde que se coloque exatamente como o sr. Kilowatt: submisso.

Notável que um elemento como a energia elétrica, referência moderna para todo mundo ocidental, no Pernambuco de Agamenon Magalhães assumia uma máscara tão conservadora, tão sóbria e familiar – êmulo, nunca é demais lembrarmos, de toda prosa estadonovista que então campeava.

Assumindo a forma de cupido, o sr. Kilowatt reafirma seu compromisso indissolúvel com o progresso da cidade... como indissolúveis são os laços sagrados do matrimônio. De maneira mais detalhada, obviamente, vários artigos de Agamenon Magalhães projetam idéias que possuem o mesmo tempero,

seguindo inclusive um raciocínio comum à propaganda da empresa: a relação que há entre o progresso e a família.

A argumentação básica do interventor consistia em criticar a contemporaneidade na qual vivia. No presente jaziam todos os males, o mundo moderno portava todas as desgraças – e, em relação à unidade familiar, não era diferente: Agamenon percebia a família como a instituição que “*mais tem sofrido as conseqüências*” (...) “*do laicismo e da indiferença do Estado liberal, ausente e céptico em tudo*”<sup>496</sup>. Este Estado absenteísta a que se refere reforçaria uma série de vícios notavelmente comuns, ou pelo menos assim pensava o político pernambucano: o egoísmo, o individualismo, o ceticismo, o ateísmo. Todos esses males terminariam por minar a nação, levando-a ao despenhadeiro, à queda fatal.

“*Contra todos os flagelos da corrupção e do modernismo*”<sup>497</sup>, interpunha-se o Estado Novo. Para garantir a “paz social” e a “paz de espírito”, essenciais ao bem-estar da Nação, o artigo 124 da Constituição colocava “*a família constituída pelo casamento indissolúvel*”<sup>498</sup> sob a proteção do Estado, restaurando os “*marcos de nossas fronteiras morais*”.

A família nuclear, composta pelo amor paterno e pelos filhos crescendo nos braços das mães, “*embalados nos cânticos da religião e da pátria*”<sup>499</sup>. Palavra sagrada, repetida e repetida. A esse valor tão caro, a Pernambuco Tramways agregou a sua marca e seu mascote-propaganda: o Sr. Kilowatt. A ligação do capetinha com a cidade que servia, era laço indissolúvel, definição clássica do casamento religioso.

Essa percepção da sacralidade do relacionamento entre a empresa e seu público é reforçada com as imagens que compõem sua peça de publicidade.

---

<sup>496</sup> MAGALHÃES, Agamenon, *op cit*, p. 175.

<sup>497</sup> *Idem*, p. 177.

<sup>498</sup> *Ibidem*, p. 176.

<sup>499</sup> *Idem*, p. 175.



A composição é bastante simples para que dúvidas não surjam: acima do cartum travestido em cupido estava a imagem de jovens recém-casados, algo que certamente agradava à intelligentzia, às cabeças-pensantes do Palácio das Princesas. Reforçava-se a idéia de que o casamento, a família tradicional defendida pela interventoria e pela igreja era, sim, algo moderno (ligada à energia elétrica, ao poder) e jovial.

Mas não era apenas a Pernambuco Tramways que ligava sua imagem institucional e seus produtos aos mores dominantes naquela época. Notável como justamente os produtos tecnologicamente mais revolucionários apresentavam-se, mais e mais, domesticados e amansados por esta visão de mundo católico-autoritária.

Temos ao lado mais uma cena edificante: um pai de família que chega ao seu lar depois de um dia de trabalho. Terno bem cortado (tweed?), valise e marmita à mão, sorri satisfeito vislumbrando a cerca branca de seu pequeno e iluminado castelo.



<sup>500</sup> É um laço indissolúvel. Folha da Manhã, Recife, 23 de agosto de 1940, edição matutina, p. 07.

<sup>501</sup> A felicidade de um lar. Folha da Manhã, Recife, 23 de agosto de 1940, edição matutina, p. 09.

Logo acima, emoldurados pela lua, um outro casal feliz, de pássaros, aproveitam seu ninho – aparentemente tão acolhedor quanto o humano, logo abaixo deles. É um comercial das lâmpadas Phillips, que vende aos pernambucanos um retrato do *american way of life* – toda a forma do anúncio lembra os reclames norte-americanos – e neste modo de vida, cabe muito bem um recado bastante local: “*a felicidade de um lar... é também influenciada pela sua correta iluminação*”.

A iluminação elétrica na sociedade estadonovista não era sinônimo de modernidade, de liberalismo, de arrojo. Não. Situava-se ombro a ombro com as instituições mais recatadas e convencionais. Era marco de uma modernidade pretérita. Formava quase que um ciclo, onde o progresso e a modernização pediam mais luz; esta, por sua vez, representando um papel civilizador, promove a família e auxilia no seu bem estar, “*embellezando lares, proporcionando conforto, alegria e saúde...*”<sup>502</sup>; esta, por sua vez, unida e confortável, seria o motor do progresso da nação – e assim o ciclo virtuoso seria reiniciado.

### **Próceres e luminares: novidades do Estado Novo**



503

Não se pode negar que houve certo quê de zoológico, de museu vivo na festa veneziana, em especial no “*passeio fluvial de autoridades*”, assim chamado

<sup>502</sup> Na hora H. Folha da Manhã, Recife, 08 de abril de 1938, edição vespertina, p. 04.

<sup>503</sup> Inaugurada, hontem, com o maior brilhantismo, a iluminação do Capibaribe. Diário de Pernambuco, Recife, 27 de abril de 1938, p. 01.

pela imprensa local e apresentado como um dos pontos altos do evento. Particularmente o Diário de Pernambuco, que exibiu na primeira página a foto que vemos: o barco, por si só, já era uma homenagem à luz, com as lâmpadas pendendo sobre as cabeças, onde se destaca a figura empertigada em linho branco e chapéu-panamá do Interventor.

A celebridade dos convidados foi robustamente enfatizada. A imprensa publicou o nome dos convivas, eram poucos os escolhidos e, afirmava-se com vigor, que os *“embarques para o passeio fluvial serão controlados pela Polícia Marítima e somente será permitido acesso às lanchas das pessoas cujos nomes foram publicados e que exibirem o respectivo convite”*<sup>504</sup>. Os penetras, compreendemos, não seriam admitidos em hipótese alguma: era o momento das autoridades (recém) constituídas, as importantes figuras políticas e militares do estado serem apresentados à população, serem apreciados a uma distância segura em suas preciosas e enfeitadas gaiolas aquáticas.

Há, por fim, algo bem característico das lideranças estadonovistas: como elas se apresentavam ao seu público leitor. Ora, sendo este o primeiro evento produzido e efetivado pelo Estado Novo pernambucano, serviu-nos como luva para conhecermos desde já nossos personagens. Afirmam, reafirmam – nunca é demais ressaltar – quem promoveu esta alegria: a festa, não podia ser diferente, era *“iniciativa do interventor Agamenon Magalhães”*<sup>505</sup>, cérebro pensante de todo processo, comandante-em-chefe da alegria.

Porém, se couberam a Agamenon os louros da centelha criativa, da iniciativa, foi seu atômico formicídeo que a tornou possível e efetiva. Pela primeira vez, Novaes Filho agia como o chefe-de-cerimônias oficial do novo regime, punha seu talento organizacional à disposição. Era, desde já, o obreiro, aquela imagem que cultivou durante toda sua estada à frente da prefeitura.

---

<sup>504</sup> Realiza-se hoje a “festa veneziana” comemorativa da iluminação do Capibaribe. Diário de Pernambuco, Recife: Diários Associados, 26 de abril de 1938, p. 01.

<sup>505</sup> Inaugurada, hontem, com o maior brilhantismo, a iluminação do Capibaribe. Diário de Pernambuco, Recife: Diários Associados, 27 de abril de 1938, p. 01.

Novaes vem à frente do desfile. Segura a baliza. Orienta o carnaval. Convida as “*altas autoridades*”<sup>506</sup> a participarem do evento; organiza “*interessante programma que foi executado com o maior brilhantismo*”<sup>507</sup> – como sempre, um relógio, de tão preciso ; institui a “Taça Cidade do Recife”, a tal custosa, “*para a embarcação que se apresentasse melhor organizada*”<sup>508</sup>.

É esta, por fim, a aliança de ouro que os novos doges da falsa Veneza atiravam ao mar. Sumia nas profundezas, engolfada pelas águas turvas do Capibaribe e pelos não menos insondáveis corações da multidão que se aglomerava diante do espetáculo. Abriram-se as cortinas, e os personagens adentraram o picadeiro, cada um deles declamando de cor as falas que famosos os fariam anos adentro. Temos, desde já, o líder máximo, incontrastável; seu fiel empreiteiro, faz-tudo, garantindo que os devaneios são praticáveis e factíveis. Esse papel, sejamos justos, não é apenas do prefeito do Recife, pois todos os secretários exibem essa mesma docilidade vis a vis seu chefe maior; forte indício desse fato: enquanto que o interventor e seus convidados embarcaram ao lado do Palácio das Princesas, o prefeito e companhia subiram em sua nave no cais da rua da Aurora, certamente menos importante.

A nova iluminação elétrica, pretexto da fantasia estadonovista, não iluminou apenas as ruas e as margens urbanizadas do rio Capibaribe. O novo serviço público tinha, da mesma forma, a função de jogar luz sobre as novas lideranças que se apresentavam, conceder-lhes um pouco de seu poder e de sua magia.

Neste período, a eletricidade conferia o “*fulgor do prestígio e a aura do poder a quem se associava com ela*”<sup>509</sup>, e os políticos buscavam com vigor esta associação; a luz artificial aumentou-lhes o capital político-simbólico para comandar os destinos do Estado e, principalmente, da cidade, pois era o prefeito Novaes Filho o mais preocupado em mostrar sua ligação com a energia elétrica – certamente porque, dentre todos, seria o mais beneficiado: à semelhança do

---

<sup>506</sup> Uma festa veneziana da bacia do Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 13 de abril de 1938, edição vespertina, p. 06.

<sup>507</sup> Inaugurada, hontem, com o maior brilhantismo, a iluminação do Capibaribe. Diário de Pernambuco, Recife: Diários Associados, 27 de abril de 1938, p. 01.

<sup>508</sup> Idem.

<sup>509</sup> SEVCENKO, Nicolau (org.), *op cit*, p. 549.

Imperador Augusto, que afirmou encontrar uma Roma feita de barro e deixou-a construída em mármore, também o prefeito afirmava ter encontrado uma cidade de candeeiros, deixando-a iluminada por lâmpadas elétricas.

“*O discurso da modernização contagia o poder público*”<sup>510</sup>, e o Estado Novo, não apenas em Pernambuco mas em todo país, é um momento de “*institucionalização das idéias modernas geradas nos anos 20*”<sup>511</sup>. Uma modernização de perfil autoritário, excludente: o Brasil seria incluído no rol das nações desenvolvidas (ou seja: ocidentais) qualquer que fosse o preço.

Continuando práticas administrativas anteriores, o prefeito Novaes Filho volta-se para a modernização da cidade, para a adaptação da estrutura física urbana aos novos tempos: higiene, saúde, beleza... e iluminação elétrica.

Quando observamos o debate sobre a iluminação, percebemos o variegado leque de idéias e concepções, a riqueza de uma discussão que se não chegava a colocar em lados opostos integrantes de um mesmo governo, ao menos salientava, entre eles, diferentes maneiras de se entender a cidade.

O interventor Agamenon, orgulhoso velho matuto, saudoso das coisas antigas, dos passeios, deixa-se levar pela poesia quando se refere à iluminação antiga. Foge do burburinho urbano, do centro, das luzes, da velocidade. Encontra seu Xangrilá nos subúrbios e arrabaldes do Recife, onde crescem árvores frondosas: mangas rosa, espada, papo-roxo, manguitos pendendo de mangueiras enrugadas; as folhas da “*velha jaqueira*” enrubescidas pelo brilho do dorminhoco sol poente; “*cajueiros pequeninos e grandes*”<sup>512</sup>, crescendo faceiros ao longo das ruas e estradas. Ele conseguiu encontrar naquilo que ele mesmo chama de “*cidade dos mercadores, e que se transformara rapidamente em um dos maiores parques industriaes do litoral do paiz*” chácaras e sítios produzindo verduras e legumes – alguns deles instalados pela própria interventoria, para garantir o abastecimento da urbe.

---

<sup>510</sup> REZENDE, Antonio Paulo, *op cit*, p. 37, 38.

<sup>511</sup> HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos A. M. **A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 34.

<sup>512</sup> MAGALHÃES, Agamenon. O encontro com o livro e o escriptor. Folha da Manhã, Recife, 09 de novembro de 1938, edição matutina, p. 01, 02.

Passeios preguiçosos ao fim da tarde e à noitinha, prosas longas e francas. Nada disso pertencia à luz elétrica. “*Os velhos lampiões de gaz*”. Estes, sim, “*assignalam ainda a vida antiga dos suburbios da Casa Forte e Apipucos*” e recordam Agamenon das gerações, como a dele, que não conheceram eletricidade nem técnica, “*nem a velocidade e a inquietação*”<sup>513</sup> do mundo moderno.

O prefeito Novaes, porém, não pensa desta maneira. Para ele, nenhum elemento empresta maior realce a uma cidade do que a iluminação elétrica<sup>514</sup>, e por isso mesmo ele não se furtava a escrever aos leitores da Folha da Manhã abordando o tema: “*o Recife está vendo o cuidado que minha administração vem dispensando a esse problema*”.

O prefeito revela em números o cuidado que tiveram os primeiros dois anos de sua administração: quase duplicara a quantidade de “velas” (unidade de medida para a intensidade luminosa usada então) de 420.210 para 802.600; boa parte desse aumento devia-se à eletrificação dos cartões-postais da cidade, como a rede marginal do Capibaribe; o Parque 13 de Maio; os jardins de Casa Forte; as praças do Benfica, Dezessete, Joaquim Nabuco e Maciel Pinheiro e as ruas Nova e Imperatriz. Tal e qual Cícero, que iluminava com sua oratória a verdade já existente, o prefeito esperava ressaltar a beleza dos logradouros e edificações da cidade iluminando-os com a eletricidade.

Não eram apenas as praças e as ruas sofisticadas que recebiam luz elétrica. Também as casas construídas para os trabalhadores “*receberam iluminação electrica varias villas e 209 ruas*”<sup>515</sup> – à sua maneira um cartão-postal tão importante quanto as praças e avenidas, fortíssimo indício do progresso que o Estado Novo procurava mostrar em sua propaganda: mocambaria, cortiços e correr-de-quartos eram destruídos pelo engenho da prefeitura e do governo do Estado, e em seu lugar brotavam casinhas e vilas operárias, já com sua iluminação moderna. A feérica luz elétrica tinha o poder de assustar os malassombros e afastar o atraso.

---

<sup>513</sup> Idem.

<sup>514</sup> A iluminação do Recife. Folha da Manhã, Recife, 19 de dezembro de 1940, edição matutina, p. 03.

<sup>515</sup> Idem.

“Com a topographia curiosa e privilegiada que o Recife possui, um serviço de luz é dos que mais movimentação e alegria emprestam á cidade”<sup>516</sup>. Essa movimentação e essa alegria a que se refere o prefeito valiam qualquer esforço ou sacrifício; ele pedia aos cidadãos que imaginassem o quanto tamanho aumento na iluminação pública causava ao município, e dizia do quanto ele gostaria de aumentar ainda mais a cobertura elétrica da cidade – impossibilitado que estava pelo fator financeiro. Dentro dos limites do cofre municipal, afirma, fazia-se o máximo.

Enquanto o interventor refugiava-se nos arrabaldes e nos confins para apreciar a simplicidade da vida pacata, perseguia-o o prefeito com sua eletricidade; se, para aquele, o passeio ideal incluía fruteiras carregadas e passeios ao pôr-do-sol, Novaes Filho exigia atrações menos prosaicas e frugais para seu relaxamento. “Uma cidade tropical, como a nossa”, afirmava, “precisa ser bem iluminada pois á noite, quando baixa a temperatura, e que se tornam mais agradáveis os passeios e visitas”<sup>517</sup>... mas nada de chácaras bucólicas para o prefeito: o comércio do centro, que “devia estender-se mais pela noite”, a praia de Santa Rita, “donde já consegui retirar os ferros velhos, tem sua iluminação projectada”, entre outras atrações.

Se, por seu turno, a eletricidade é figura mágica, irmã, digamos, do saci-pererê, a autoridade municipal é o Pedrinho que consegue capturar-lhe, tirar-lhe a carapuça e controlar os seus poderes; ao fazê-lo, potencializa seu capital político junto aos munícipes: é o prefeito quem decide, ao final, quais ruas e logradouros serão iluminados, e quais não<sup>518</sup>.

A Folha da Manhã noticia munícipes embevecidos e agradecidos ao prefeito, penhorados pela mercê da iluminação de suas residências. Os moradores da Rua dos Prazeres, bairro indeterminado, telegrafaram ao prefeito expressando sua gratidão; para eles, a chegada da eletricidade e dos postes elétricos na rua atestam “a sabia orientação dada ao plano de embelezamento da nossa

---

<sup>516</sup> Ibidem.

<sup>517</sup> Ibidem..

<sup>518</sup> “A eletricidade, representada como uma figura misteriosa que a autoridade pública cativa e controla, e da qual ela deriva o seu grande poder simbólico. Apresentando-se como a fonte que monopoliza o novo potencial miraculoso, a que todos desejam ter acesso, os dirigentes políticos se revestem da imagem de agentes legítimos e incontestáveis da modernização”. SEVCENKO, Nicolau (org.), op cit, p. 547.

*cidade*<sup>519</sup>, produto de “*esforço ingente*” de uma administração “*fecunda e laboriosa*”. Os melhoramentos – neste caso específico, a eletricidade – nada mais são que penhores de todo esse trabalho.

Os signatários do telegrama – Amaury Padilha, Antonio Mello e Francisco Silva – apresentaram seus “*vivos*” agradecimentos ao prefeito, fazendo questão de salientar o seu papel na realização do trabalho: “*vossencia á frente do governo municipal*” nada mais procurou que “*bem servir esta capital*”. Bela peça de propaganda. Ao fim e ao cabo, o poder municipal toma para si um pouco da magia da eletricidade.

A iluminação elétrica trazia consigo enorme poder simbólico. Representava o moderno estacado bem dentro da brejeira cidade recifense. Numa palavra: a luz era progresso. Sofisticação. Civilização.

Por causa destas qualidades, a energia estava sempre relacionada aos mais dinâmicos elementos da cidade. Não é estranho que exatamente no mesmo dia da Festa Veneziana, outro evento relevante ocorreu – apenas algumas horas antes, às 15 horas.

Neste dia agitado, que terminou tarde da noite, algumas horas antes da festa veneziana o interventor Agamenon Magalhães e o prefeito Novaes Filho encontraram-se no Teatro Santa Isabel, palco de grandes manifestações do regime.

Neste evento, foi aprovada a “*reforma do plano de remodelação do bairro de Santo Antonio*”<sup>520</sup>, cujo projeto fora elaborado por comissão designada pelo alcaide da capital. Ou seja, no mesmo dia em que festejou a inauguração das luzes do Capibaribe, “*de acordo com o projeto do técnico francês Le Tellier, constando 10 colunas com duas lâmpadas de 150 velas cada uma*”<sup>521</sup>, o prefeito apresentava seu plano urbanístico de remodelação da cidade. Eram duas faces de uma mesma medalha, luz e urbanismo. Caminhavam juntos.

---

<sup>519</sup> O prefeito Novaes Filho e a iluminação do Recife. Folha da Manhã, Recife, 16 de junho de 1939, edição matutina, p. 03.

<sup>520</sup> Uma festa veneziana da bacia do Capibaribe. Folha da Manhã, Recife, 13 de abril de 1938, edição vespertina, p. 06.

<sup>521</sup> PONTUAL, Virgínia, *op cit*, p. 105.

O Recife “*não é o mocambo, o mangue, a fome, o pé rapado e a treva*”<sup>522</sup>, praguejou anônimo articulista da Folha da Manhã em 1938. Não é a treva! É a luz. Elétrica. E os três elementos citados, deletérios aos olhos do escritor, tinham de desaparecer da paisagem para que a verdadeira cidade aparecesse.

Ora, mas que era o Recife? Uma “*cidade cheia de graça e de luz!*”, já dizia o título da matéria. Todo o diapasão, todo o sabor do texto nos fala da potencial *féerie*, da mágica que a luz comporta. A cidade encanta, fascina, brilha, deslumbra. Praças, avenidas e palácios têm seu “*encanto*”; “*os edifícios de mais luxo e as instituições de maior esplendor*” brilham no perímetro urbano da cidade; as “*instituições científicas*” da capital são deslumbrantes. “*É a capital [das] praias e das suas mulheres bonitas*”. É esta a cidade que o prefeito deseja realçar, deseja mostrar, a metrópole do norte brasileiro – como insiste a propaganda estadonovista. Talvez a melhor corporificação deste ideal seja, de fato, uma figura de mulher bela. Sensual. Curvilínea. Sílfide com cintura de vespa, aproveitando o mar, o sol e o verão: Nanette Pilar.

Enquanto os comerciais e reclames da energia elétrica eram docemente conservadores, incentivavam os valores da família e da modéstia (de maneira muito particular para o público feminino), os anúncios das bolachas e biscoitos eram bem mais arrojados: mulheres em locações deslumbrantes e pouca roupa. Pertence a tal gênero a charmosa Nanette.



523

<sup>522</sup> A cidade cheia de graça e luz. Folha da Manhã, Recife, 04 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

<sup>523</sup> Folha da Manhã, Recife, 16 de outubro de 1938, edição matutina, p. 06.

Sua figura de mulher atual conjugava-se com o apelo modernizante do prefeito do Recife. Desfrutando do passeio à beira-mar – como vimos, passatempo incentivado por Novaes Filho – mira o horizonte com um olhar blasé, cuidadosamente calculado para parecer natural; em contraste às atletas que aparecem no cartaz dos Centros Educativos, sua figura esbanja feminilidade: o seio esquerdo fazendo volume na parte superior do maiô; as pernas bem torneadas em ângulo, dando sensação de movimento à imagem; a bela e minúscula cintura realçada por um fino cinturão. Toda beleza, toda pecado.

Abaixo da figura, o patrocinador do reclame fortalece a sua marca: os biscoitos Nanette Pilar, são “*o biscoito para o verão, o biscoito da moda*”. Tais afirmações não condizem com o Recife poético e tradicional que Agamenon Magalhães evoca em seus passeios; antes, se relacionam muito melhor com a velocidade, com o ligeiro a que Novaes Filho se refere. A moda, a estação... todas imagens passageiras, inconstantes. Modernas, por definição.

O próprio cenário onde Nanette se encontra diz muito das expectativas modernizantes da fala estadonovista – que mais uma vez tem o prefeito como seu mais importante porta-voz (já mencionamos, por exemplo, o trabalho de iluminação feita a seu mando na praia de Santa Rita, para incentivar as caminhadas noturnas). Neste particular, porém, o trecho de litoral mais relevante para o turismo da cidade tem sido, então como agora, a praia de Boa Viagem.

Se no início do século XXI Boa Viagem é o metro quadrado mais caro da capital pernambucana e um cartão-postal nacionalmente conhecido, no fim da década de 30 do século passado ainda não era este o caso: urbanizada nos anos 1920, a praia conseguia ainda manter seu aspecto mais primitivo, selvagem até. Toda divulgação, todo projeto de aproveitamento turístico procurava realçar este aspecto não-urbano do local sem abdicar, no entanto, de levar a este Éden primitivo as comodidades do mundo moderno, do Recife moderno; oscilando, qual equilibrista na corda bamba, entre preservar o natural de Boa Viagem – algo fundamental – sem, contudo, deixá-la simplesmente abandonada entre maruins e manguezais.

“*Bôa Viagem é bem diversa de Copacabana*”<sup>524</sup>, afirmava um articulista da Folha da Manhã. Mas essa diferenciação não seria, necessariamente, algo negativo. A praia recifense apresentava qualidades que a carioca não tinha: seu ar pitoresco, de “*excursões às terras longinquas*”, de exotismo dos Mares do Sul que tanto atraía os turistas dos países ricos. Chamada de “*paysagem luminosa*”, a faixa de coqueiros acompanhando o mar, um barrado para o horizonte, formava uma paisagem notável, com enorme potencial de aproveitamento.

Boa Viagem serviu de exemplo de como a modernização açodada, sem controle, punha a perder os melhores esforços. O jornal é crítico feroz das intervenções urbanísticas feitas até então pelas administrações municipais que, ao invés de compor com a paisagem, impuseram-lhe sua forma e acabaram por estragar a vista local. A iluminação elétrica, por exemplo, até agora portadora de todas as belezas e reveladora de todos os encantos, era acusada de afeiar e mesmo desfigurar a bela e exótica paisagem: os “*pavorosos postes de cimento*” colocados pela Tramways são acusados de mutilar “*criminosamente a beleza da paisagem circundante. Ahi não houve um erro: houve uma estupidez, que se pôde remover, felizmente com facilidade*”<sup>525</sup>. Desta vez o Sr. Kilowatt não fora assim um criado tão excelente.

O próprio desenho da Avenida Boa Viagem, em linha reta, punha sombras à beleza natural; é sugerido um traçado mais sinuoso, ora aproximando-se da linha d'água ora afastando-se dela; ao mesmo tempo, chamando de “*largura mesquinha*” às dimensões da avenida, propõe o jornal uma via mais ampla. Todo este artigo tem uma grande questão em mente: a “*imponencia da avenida*”. Um ponto de turismo de tal visibilidade não poderia existir modestamente. Tinha que impressionar as pupilas de seus visitantes, tinha que ser fantasia.

Toda a crítica até agora feita dizia respeito a administrações anteriores e a seus erros de concepção. Mas tudo era passado, viviam-se tempos novos, de Estado Novo, onde eram ressaltadas e realçadas com vigor as novidades, e por isso mesmo, cabia à reportagem, feita a lista de senões, salientar o trabalho feito pela administração Novaes Filho no local.

---

<sup>524</sup> A cidade que renasce. Folha da Manhã, Recife, 22 de abril de 1939, edição matutina, p. 01, 03.

<sup>525</sup> Idem.

“*Bôa-Viagem transformou-se...*”<sup>526</sup>. Como tudo o mais no Recife, dentro da propaganda oficial do regime, em pouco mais de um ano de trabalho do novo prefeito e do novo regime as condições da praia já eram outras: plantas nativas como “*cactus e gravatás*” floresciam em canteiros gramados, cercados de “*passeios com pavimentação colorida*” sinuosamente desenhados em “*curvas ageis e graciosas*” para quebrar a dura prosa concreta da antiga avenida.

O prefeito era representado, mais uma vez, como um grande administrador, líder capaz de homens capazes: seu firme comando era o bastante para as coisas acontecerem, para as melhorias serem feitas. Os tempos velhos, de República Velha, ficaram pra trás. Não existiam mais “*lixo acumulado por toda parte*” ou “*bancos (...) cahindo aos pedaços*”, abandono descrito na reportagem em forense riqueza de detalhes. Não, agora estava criada uma faixa litorânea moderna, onde Nanette Pilar poderia abrir seu para-sol e, a bordo de seu maiô da moda, na praia da moda, observar as gaivotas voando por cima dos coqueiros.

### **Convite a Sebastiana**

A festa veneziana foi a celebração da visibilidade. Mantas de luz eram jogadas sobre a cidade, como lençóis de morim branco nas alcovas. Iluminava-se o Recife modernizado, em dia com as modas e os costumes da civilização: as águas do Capibaribe e suas fantasias náuticas, as ruas centrais, as grandes avenidas... e mesmo as acanhadas ruas das vilas operárias – se arquitetonicamente nada acrescentavam, eram importante declaração de princípios do governo que as construía e, por isso mesmo, mereciam a ribalta.

Os holofotes voltavam-se para o novo. Mas não apenas eles: as reportagens da Folha da Manhã, dentro dos limites de uma publicação, também eram, à sua maneira, canhões de luz e visibilidade para determinados aspectos do Recife: um forte acento para a “*cidade nova e bonita*”<sup>527</sup> que nascia dominava as reportagens.

---

<sup>526</sup> Ibidem.

<sup>527</sup> A cidade nova e bonita. Folha da Manhã, Recife, 06 de maio de 1938, edição vespertina, p. 01.



A inauguração de um edifício como o que vemos ao lado, da Sul América, bem no centro da capital, era saudado como mais um exemplo tangível e da metropolização da cidade: onde até bem pouco tempo atrás os restos de um universo colonial e antigo mantinham-se de pé, agora desafiava o firmamento um monumento ao atual, ao século XX.

A ânsia de criar coisas belas, no entanto, era também destruidora.



As demolições eram trombeteadas, e a queda do velho casario do Bairro do Recife trazia significado de modernização semelhante àquele da construção dos arranha-céus. Os edifícios mostrados, já naquela época, eram sobreviventes, pois lograram manter-se de pé apesar do grande reordenamento do porto da capital, que devastou boa parte do patrimônio arquitetônico recifense no início do século XX. Sem manutenção, todavia, simplesmente ruíram após os temporais de fim de verão.

O anônimo articulista não escondeu sua alegria ao reportar o acontecido: “*Um bairro velho que se desmorona*”, berra a manchete, salientando o “*activo*

---

<sup>528</sup> Idem.

<sup>529</sup> Um bairro velho que se desmorona. Folha da Manhã, Recife, 26 de abril de 1938, edição vespertina, p. 04.

*trabalho*” que as chuvas e as picaretas da prefeitura realizam na vizinhança, como se também a natureza conspirasse a favor da modernização do Recife e de sua inserção no mundo civilizado.

Um evento em particular representou, como talvez nenhum outro, o deslumbre com a nova civilização que se aproximava: descrita como “*Um acontecimento na vida da cidade*”<sup>530</sup>, a inauguração do Grande Hotel, “*verdadeiro ímã a atrair a sociedade elegante*”, desafiou a pena e o latim dos repórteres: não houve adjetivo suficiente, superlativo que bastasse para descrever a maravilha que abria suas portas naquele junho de 1938.



531

Como era hábito, a modernização do Recife, em primeiro lugar, rendia suas homenagens aos costumes mais caros da cidade, e às 16 horas, antes portanto da inauguração, sacerdotes católicos levaram as bênçãos divinas ao edifício.

O primeiro grande momento do novo prédio, porém, deu-se mais tarde. Já há alguns dias que se anunciava na cidade: o Grande Hotel seria finalmente inaugurado, e os recifenses se perguntavam quais atrações, quais maravilhas se apresentariam e se hospedariam naquele lugar.

Logo de manhã, a ansiedade começou a ser instigada: em enorme anúncio de página inteira, a empresa Alberto Quatrini Bianchi, arrendatária do Grande Hotel, apresentava à população seu novo bezerro dourado.

<sup>530</sup> Um acontecimento na vida da cidade. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 16, 10.

<sup>531</sup> A sumptuosa inauguração, hontem, do Grande Hotel. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 10.

Nada foi poupado, custos não foram medidos para aparelhar a cidade com um hotel de padrão internacional. Já a partir do seu cabeçalho, “o *Grande Hotel convida a elite recifense*”<sup>532</sup> não restam dúvidas: o público-alvo do empreendimento é a nata da sociedade pernambucana. Cada instalação foi descrita para atizar-lhe o apetite: o Bar, no térreo, “*mais um ‘spot’ para a reunião elegante*”; o Roof-Garden, na cobertura, “*o ponto predilecto daquelles que preferem saborear o seu ‘drink’ nesse ambiente de ar puro e tépido do nosso bello Recife sob uma abobada celeste crivada de estrellas scintilantes*”; o Grill Room, que “*regorgitará de novidades artísticas*”, com estrelas do naipe de Francisco Alves, o Rei da Voz; o Cassino, que “*deslumbrara a todos pela sua decoração bella*”.

Assim, a elite pernambucana possuía, desde já, um novo “*ponto chic*” onde podia tomar seus “*drinks*” servidos por “*page-boys*” em “*roof-gardens*”, saboreando pratos de “*chefs*” de renome no “*Grill Room*”... gente que tem a mania da exibição, na ironia fina de Noel Rosa.

Foi exatamente essa gente que se exibiu no evento de gala que marcou a inauguração do Grande Hotel, um “*sumptuoso baile*”<sup>533</sup>, que se estendeu madrugada adentro até as primeiras luzes do amanhecer, ultrapassando inclusive a hora limite do “*expediente redacional*” da Folha da Manhã: as prensas foram dormir antes dos últimos convidados.

Estes começaram a chegar no início da noite, a fina-flor do capitalismo local. Os longos vestidos de noite em pedrarias iluminavam as senhoras e senhorinhas à entrada, enquanto os cavalheiros dividiam-se entre as casacas, para os mais tradicionalistas, e o *summer jacket* para os mais jovens e ousados; “*ricos toilettes, numa fascinante apresentação de luxo e bom gosto*”.

As roupas de festa não protegiam os célebres convidados do frio e do sereno da noite, então eles entravam apressadamente pelo tapete vermelho estendido do jardim dianteiro até a porta de entrada do hall, onde *bell-boys* de uniformes

---

<sup>532</sup> Idem.

<sup>533</sup> Um acontecimento na vida da cidade. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 16, 10.

imaculados abriam-lhes as portas e davam-lhes boas vindas em nome do estabelecimento.

Fora da seleta lista de convidados e impossibilitados de entrarem em tão caro recinto, populares se apinhavam diante do hotel, vendo carros chegarem e partirem uma vez depositada sua preciosa carga. Essa pequena multidão concentrava-se naquilo que efetivamente lhe pertencia: os jardins defronte do hotel. Empreendimento apoiado pela interventoria e, conseqüentemente, pela Prefeitura, foi esta última quem organizou o ajardinamento da praça diante do Grande Hotel e, mais uma vez, realçou o paisagismo instalando nova iluminação elétrica.

Entre um aperitivo e outro, impressionados pela elegância da decoração e empolgados com as atrações musicais, os convidados sequer perceberam o tempo passar, e “as dansas” prolongaram-se até a manhã.



534

Duas orquestras, vindas do Cassino Icaraí e regidas pelo maestro Loreto Conti, animaram a festa. Não se esperem ritmos brejeiros – cocos, maxixes e congêneres. Não no *Grill Room*, no “bello e sumptuoso”<sup>535</sup> *Grill Room*: como o malandro da música de Noel, os célebres convivas do baile não queriam saber de dançar “dando pinotes”: eram “adeptos do *rhythm moderno*”, e exibiam toda sua desenvoltura em “*sambas, foxes, blues e tangos*”.

Falando de Pernambuco para o mundo, a PRA-8, o Rádio Clube, obteve permissão para transmitir o Rei da Voz Francisco Alves sentir no rosto os beijos da *Mulher que ficou na taça* e guardar, com a graça de Deus, a imagem da *Serra*

<sup>534</sup> A sumptuosa inauguração, hontem, do Grande Hotel. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 10.

<sup>535</sup> Idem.

da boa esperança em sua cantiga; a cantora “*indú*”<sup>536</sup> Uyára de Goyaz, como “*la rosa que engalana (...) con su mejor color*”, interpretou tangos e canções da Argentina; finalmente, a jazz band “*Os Quatro Broons*” agitou a mocidade tocando os mais recentes sucessos da música norte-americana. Os boêmios inveterados e resistentes puderam dançar *cheek to cheek* até o sol nascer – e eram tantos que o Grill Room só conseguiu ser efetivamente inaugurado no dia seguinte, quando os festeiros já tinham ido embora – *tout* Recife esteve presente.

A inauguração do Grande Hotel foi mais que simples rega-bofes ou convescote para a *high society* aborígine. Na verdade, este empreendimento foi saudado como a entrada definitiva da capital no mundo civilizado e a conseqüente negação de seu passado primitivo. Numa megalomania bastante comum àqueles tempos, interpretava-se a inauguração do Grande Hotel como um marco histórico: crescendo e se modernizando, aos poucos o Recife ia “*exigindo o seu lugar de grande metropole entre as maiores do mundo*”<sup>537</sup>. Exigindo, leia-se bem. Para que tal objetivo fosse alcançado a existência de um aparelho como o Grande Hotel era puro oxigênio: indispensável.

A culinária sofisticada, os prazeres mundanos modernos e o estilo de vida glamouroso que preconizava faziam do Grande Hotel um marco para o Recife, aumentava seu “*encanto de cidade nova, progressista e bonita*”<sup>538</sup>. Encanto. Tal como a energia elétrica era artigo de “fadas”, também o novo empreendimento de lazer e turismo do Recife tinha seu “quê” de mágico e místico em sua capacidade de transformação, sua alquimia. De repente, apenas por causa do surgimento deste sofisticado hotel, a modesta capital pernambucana poderia equiparar-se às grandes cidades... e em nenhum momento se referiam ao Rio de Janeiro ou São Paulo, grandes metrópoles nacionais, pois o horizonte era mais amplo e mais ambiciosas as pretensões: “*a Veneza Brasileira se colloca ao nivel das maiores e*

---

<sup>536</sup> Notável como na descrição desta cantora, notícias acabaram confundindo-se. Originária de país platino, Argentina ou possivelmente Paraguai, Uíára era uma cantora índia, e assim a propaganda do Grande Hotel a chamava. No dia seguinte, 26 de junho de 1938, o articulista da Folha da Manhã erroneamente chamou de “*indú*” à interprete.

<sup>537</sup> A sumptuosa inauguração, hontem, do Grande Hotel. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 10.

<sup>538</sup> Um acontecimento na vida da cidade. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 16, 10.

*mais civilizadas capitães do mundo (...) pode orgulhar-se do seu Grande Hotel, que se rivaliza com as mais modernos de Nova York e Londres*<sup>539</sup>.

Se a mania de grandeza desta sociedade recifense tivesse um porta-voz, este papel seria muito bem representado pela Folha da Manhã: as pretensões à grandiosidade encontravam perfeita ressonância com o programa político da interventoria, agindo, então, como impulsionador desta visão de mundo. O Grande Hotel, nos informa a Folha da Manhã, “*conta com o apoio do governo do Estado*”<sup>540</sup> e atesta, neste mesmo artigo, a idoneidade moral e tributária da empresa que arrendou o empreendimento. Desde esse início, como se vê, ligação entre o Palácio da Interventoria e o palácio da modernização será das mais íntimas, e este hotel funcionará, durante todo o governo agamenosiano, como uma espécie de “sala de visitas” do Estado Novo local: recepções oficiais e entregas de prêmios, entre outras grandes cerimônias *indoors*, terão lugar nos salões nobres do Grande Hotel.

Um dos aspectos mais fascinantes da luz é que ela não produz apenas visibilidade: como sabem desde os artistas do teatro japonês até as crianças com uma lanterna, também as sombras são filhas da luz. O Estado Novo apontava os holofotes da iluminação elétrica para um alvo bastante preciso: o Recife moderno, a Veneza Americana, uma cidade que se pretendia das maiores do mundo, que se quer e percebe atual e modernizada, que fala inglês.

Contrariando as leis da física, porém, existiam duas cidades que ocupavam o mesmo lugar no espaço, convivendo e se entrelaçando num jogo de luzes e sombras. A iluminação elétrica, a mesma que realça monumentos e políticos, também joga trevas sobre vários aspectos da cidade e dos seus seres viventes.

O Recife sombreado aqui e ali aparecia na propaganda agamenosiana, qual seres das águas abissais a nadar na superfície: suas barbatanas apenas riscam a linha d'água, e depois voltam a submergir.

---

<sup>539</sup> A sumptuosa inauguração, hontem, do Grande Hotel. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 10.

<sup>540</sup> Um acontecimento na vida da cidade. Folha da Manhã, Recife, 26 de junho de 1938, edição matutina, p. 16, 10.

As sombras cobriram um Recife lendário, de pretas de engenho cheirando a bangüê cantadas por Capiba e dos bairros e fontes coloniais visitados por Dorival Caymmi; dos blocos das Flores, Andaluzas, Pirlampos e Apôis Fum que Nelson Ferreira evocou e do trem de Ascenso Ferreira, o qual passava pela cidade e ia, danado, pra Catende. Memória batendo no ritmo dos maracatus retardados dentro do peito de Antônio Maria.

“*Recife sem história nem literatura. Recife sem mais nada*”<sup>541</sup>. Velhos, compridos e escuros sobrados. Ecos africanos, Luanda. Longe das luzes das praças e monumentos, da feérica e esfuziante festa veneziana, dos biscoitos e das lâmpadas sobrevive uma cidade povoada de seres antigos, quase arquetípicos. Todos estes apaixonantes personagens são-nos apresentados como figuras folclóricas, caricaturas de suas existências – fósseis vivos, resquícios de uma velha cidade que ainda teimam em existir.

São retratados como seres em extinção: vivem como amostra, como pitoresco, e só assim são tolerados; deverão, todavia, sumir. Desaparecer tão logo seja possível. Para que o novo se instale efetivamente.

Aqui e acolá, porém, um colunista, um repórter, um escritor muitas vezes anônimo se agarra a eles, resgata-os de sua sombra, ilumina-os. Saudades de um tempo que passa rapidamente diante de olhos arregalados e muitas vezes descrentes. Longe do brilho modernizante, o Recife possui uma poética que toca às sensibilidades menos mecanizadas.



542

No maltratado Bairro do Recife, onde pás, picaretas, chuvas e descaso levaram ao chão boa parte dos edifícios, criou-se um “*ambiente fundamental e característico*”<sup>543</sup> onde pombos sem dono reproduzem-se, voando em bandos e pousando nos mastros e nos edifícios.

<sup>541</sup> Evocação do Recife. BANDEIRA, Manuel. **Antologia Poética**. Porto Alegre: Do Autor, 1961, p. 76.

<sup>542</sup> Pombos e pombaes sem dono. Folha da Manhã, Recife, 12 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

Ninguém os cria, não são de ninguém. Em suas revoadas não distinguem seu pousio: os “estabelecimentos bancários e outras poderosas empresas, a Torre Malakoff, as avenidas”... todos os lugares são bons para uma pausa. Desconhecem o novo do Recife; as firmas e os grandes negócios fechados abaixo deles simplesmente nada significam. Mastros com o pavilhão nacional hasteado outra coisa não são senão privilegiados locais de descanso – risco real de manchas brancas no auriverde da bandeira.



544

Se os pombos sem dono do Bairro do Recife falam de uma natureza indiferente aos arroubos e desejos modernizantes e nacionalistas do Recife dos anos 1930 e 1940, outras imagens falam de gente pra quem as luzes e o glamour da “metrópole do norte” são distantes como o brilho das estrelas: podem até chamar a atenção, serem atraentes... mas totalmente fora de alcance. Pertence a esse grupo esta velha senhora que vende seu milho assado numa rua qualquer do Recife.

Acocorada, queda-se cercada dos instrumentos de seu ganha-pão. Uma cesta trançada cheia de espigas verdes. Uma lata à guisa de braseiro, onde assa seus produtos. Um tabuleiro, coberto com uma simples toalha com franjas.

Esta velha é parte intrínseca do Recife lendário, antigo. Não pertence à esfuziante Veneza Americana: não há lugar para ela aqui... a não ser como curiosidade, como folclore. Na legenda, quase antropológica, que segue abaixo da

---

<sup>543</sup> Idem.

<sup>544</sup> Folha da Manhã, Recife, 11 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

fotografia, o secretário de Estado Nilo Pereira tece algumas considerações sobre a pobreza e sua poesia: de como o milho é uma das mais “*características sugestões*” da vida humilde. Estaria a velha, enquanto sopra o fogareiro e aviva as brasas, pensando nas promessas das “*noitadas de S. João*”, divaga o secretário.



545

No espaço restrito da celulose de um jornal a pobreza é literalmente poética, e o escritor Austro Costa compôs, em homenagem a uma pobre lavadeira, um poemeto: “*Arte, vida, expressão, delicadeza/ Tudo o quadro contem – na humana graça/ Dessa negrinha em flôr, a alma da Raça/ Palpita e canta em gloria á natureza*”<sup>546</sup>.

Os versos celebraram-lhe a pureza “*da epiderme e das linhas*” de sua compleição; sua beleza, que “*vence e toma a taça a muitas brancas filhas da nobreza*”; seu viço, “*ideal producto*” da mestiçagem.

A menina e seu fado de bater, ensaboar e quorar as roupas, nada mais é que uma nota pitoresca num mundo de notícias: sua beleza é livre das vaidades, natural em todo seu esplendor... mas como todas as coisas naturais não faz parte do mundo feérico que se descortina diante dos olhos dos recifenses modernizados. A última estrofe da composição soa mais verdadeira, mais condizente com a realidade dessas pessoas sombreadas: baterá seu fado bruto como bate, hoje as roupas que lava, “*si um dia a vida não lhe fôr tão bôa*”.

As sombras espalham-se pelos mais encantadores personagens da cena recifense.

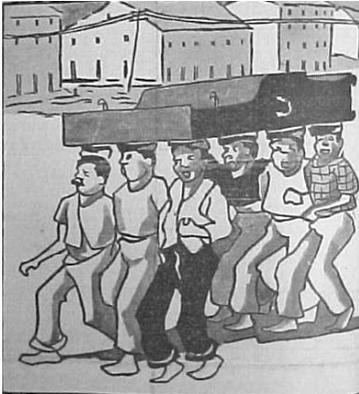
Caricaturas revelam que a cidade do Recife possuía um passo todo seu, um movimento ligado a tempos antigos completamente independente dos “*ritmos*”

---

<sup>545</sup> Idem.

<sup>546</sup> COSTA, Austro. Afro-brasileirinha lavadeira. Folha da Manhã, Recife, 01 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01.

modernos” do grande hotel e da *féerie* das luzes elétricas. Apenas a imprensa preferia não destacá-los.



547



548



549

São salientadas em todas as figuras o seu caráter atemporal. O vendedor de gravatas parece exercer o seu ofício “*ha centennas e centennas de anos*”<sup>550</sup>... “quem não o conhece?”, pergunta a reportagem; como a afro-brasileirinha, os carregadores de piano são um elemento pitoresco em sua composição; “*não perdem o rythmo nem cançam a guela*”<sup>551</sup>, e pelas ruas da cidade vão cantando suas modas antigas, cheias de memória de tempos passados: “*meu barco é veleiro/ das ondas do mar/ navio está no porto/ vamos todos embarcar*”; “*zumba minha nêga/ zumba meu sinhô/ quem quiser embarcar/ trem de ferro já chegou*”.

O pastoril retratado não é a dança das “*pastorinhas belas*”, as crianças que alegremente vão a Belém em suas exposições entre o Natal e o Dia de Reis. Este é o pastoril profano, safado, onde moças jovens (e não meninas, como o anterior) de pernas de fora e calçolas à vista dançam estimuladas por um pastor muito pouco honesto.

<sup>547</sup> “Zumba minha nêga, zumba meu sinhô”. Folha da Manhã, Recife, 23 de abril de 1938, edição vespertina, p. 08.

<sup>548</sup> O commercio ambulante das gravatas. Folha da Manhã, Recife, 30 de abril de 1938, edição vespertina, p. 08.

<sup>549</sup> Pastoras e pastoris. Folha da Manhã, Recife, 19 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01

<sup>550</sup> O commercio ambulante das gravatas. Folha da Manhã, Recife, 30 de abril de 1938, edição vespertina, p. 08.

<sup>551</sup> “Zumba minha nêga, zumba meu sinhô”. Folha da Manhã, Recife, 23 de abril de 1938, edição vespertina, p. 08.

Esta brincadeira, significativamente, traz consigo tudo o que não interessa ao Estado Novo: um pastor, com o sugestivo nome de “Herotildes”, inquirindo às dançarinas perguntas de duplo sentido (e às vezes de nenhum outro além do óbvio); num ambiente de moral feroz como o Estado Novo, um “*mancebo mettido a dengoso*” usava calças, mas admitia que “*vestido de mulher ganhava melhor a vida*”. A audiência, a imagem retratada pela charge não deixa dúvidas, era predominantemente masculina e ficava até de madrugada assistindo o espetáculo – coisas não santas.

A reportagem afirma que este divertimento está sendo esquecido pela cidade, ou mesmo “*arredando do caminho, por inconveniente*”<sup>552</sup>. Inconveniente porque não condiz, em quase nenhum sentido, com o projeto de sociedade defendido pelo Estado Novo: é popular, antigo, profano, sarcástico, sexualizado. Não cabe no espartilho de Agamenon.

Estes personagens, bem como muitos, muitos outros, habitavam o “Recife lendário”, não se adaptavam àquela obsessão de um Recife metropolitano, *up to date* com o universo industrial. Teimavam em levar suas vidas à moda antiga, imutável. Não cabiam, pois, na moldura que encerrava os eventos da interventoria; sequer preenchiam requisitos para serem efetivamente considerados notícia. Eram, tão somente, curiosidades, elementos pitorescos. Nada mais que isso.

As espigas assadas da velha não podiam concorrer com a sofisticada *cuisine* do Grande Hotel; por mais bela que fosse a afro-brasileirinha, não eram seu lugar as grandes efemérides – a não ser coadjuvando como público assistente; as volúpias das pastoras, os cantos dos carregadores de piano e os chistes do velho do pastoril não eram um ritmo moderno, diferentes certamente, e tidas, naquela época, como algo animal, semelhantes aos pulos dos macacos guaribas.

Ao fim, a festa veneziana na bacia do Capibaribe celebrava toda uma série de conteúdos simbólicos: a luz elétrica e seu feitiço, a cidade modernizada e progressista, as novas lideranças que os ventos do Estado Novo haviam trazido. Mas ainda restam algumas observações.

---

<sup>552</sup> Pastoras e pastoris. Folha da Manhã, Recife, 19 de abril de 1938, edição vespertina, p. 01

O carnaval armado pelo Estado Novo em 1938 retoma do carnaval burguês instituído no século anterior várias características: o grande dilema entre civilização e barbárie, intrínseco a toda essa discussão<sup>553</sup>. Festejar carnaval é até louvável, desde que sejam seguidas regras civilizadas – disciplina, numa palavra – eis a chave da civilização agamenosiana. Sucumbir aos prazeres do corpo é ser bárbaro, é não se enquadrar. É ser eliminado do horizonte.

Era um projeto de desenvolvimento totalmente excludente: as comadres até que eram convidadas para cantar e dançar nos eventos, mas dentro de limites restritos. Danças “diferentes”, fora do compasso, eram interpretadas como selvageria, macaquices, dar fracasso, fazer sujeira – e estar fora do compasso nada mais era que fugir ao espartilho social pontificado pela etiqueta estadonovista, sucumbir ao carnal, e tal coisa não seria tolerada de maneira alguma. Eram danças controladas, de passos cronometrados.

Fazia parte da proposta social do Estado Novo a incorporação de um projeto de modernização elitista e excludente, “*que incluía a redefinição do uso do espaço público e o reordenamento da disciplina e do comportamento coletivos*”<sup>554</sup>. As ruas eram iluminadas não para a malta ignara e bruta fazer mela-mela, ou para os rapazes, inebriados pelo álcool, fazerem vergonha às famílias. Postes e lâmpadas eram instalados para que costumes maus e/ou antigos sumissem das vistas, desaparecessem junto com a própria escuridão, para que os modernizados, aqueles que atenderam à convocação e à convicção estadonovistas pudessem deles desfrutar. Recife-pavão, exibindo sua plumagem (o *savoir faire* dos seus modernos, a interventoria e sua metrópole) e escondendo seus pés por achá-los feios.

Implementar tal projeto no carnaval propriamente dito tornou-se impossível. Por mais que o governo insistisse em controlá-lo, coibi-lo e coagir seus participantes, era grande demais mesmo para as hostes disciplinadoras estadonovistas. Fez-se, então, o paradigma de carnaval perfeito: a Festa Veneziana. Uma celebração da civilização, através do seu bem mais simbólico (a

---

<sup>553</sup> “*Que se festeje o carnaval seria cousa indiferente (...) mas que taes festejos sejam dignos d’hum povo civilizado, decente, moderado*”. ARAÚJO, Rita de C. B. de. **Festas: máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo na carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996, p. 170.

<sup>554</sup> Idem, p. 197.

luz elétrica); a festa das elites por excelência, pois os modernos desfilaram em seus carros em cursos, num carnaval civilizado, enquanto as lideranças desfilavam em suas falsas gôndolas – elas mesmas, mais os barcos enfeitados, também lembranças de outro mundo, civilizado, dos carnavais supostamente corretos da Europa.

Há, porém, um elemento fortíssimo na elaboração deste evento, aspecto fundamental que irá permear todas as criações propagandísticas: o povo é apenas mero assistente. Há, sem dúvida, certo medo, herdado de gerações passadas, do povo<sup>555</sup>. A liberdade da população, especialmente a mais pobre, de certa maneira, profanava os eventos criados, propunha sentidos outros que não aqueles pretendidos originalmente pelo governo.

Essa espécie de medo do povo materializa-se na “*ampliação dos poderes de Polícia*”<sup>556</sup>: censura, repressão. Cada vez, mais e mais, grupos são acusados de tramarem contra o Estado – comunistas, integralistas, anarquistas, judeus, umbandistas, japoneses, e assim por diante. Ora, para um regime populista, como era o caso, isso se torna um problema, pois as massas são um elemento essencial à sua prática política. Assim, a mordaza, os grilhões e a pressão são aumentados, tenta-se limitar ao máximo a expressão popular, e ao mesmo tempo criar formas de diversão outras onde o controle efetivo seja mais facilmente aplicado.

O espetáculo do Estado Novo tem essa natureza: graças, em parte, a esse medo intrínseco do povo, este é reduzido à condição de ouvinte, não é de fato incluído; os eventos não abraçam, envolvem a população. Um elemento da Festa Veneziana é tão óbvio que muitas vezes pode passar despercebido: ela foi realizada dentro d’água! O mais-que-perfeito carnaval estadonovista é realizado em barcos, e o povo está seguramente fora da folia, em terra, assiste-a passivamente. A celebração, em tese, foi feita pra ele – os jornais o convidaram para comparecer, e sua presença é ressaltada e aplaudida a todo o momento...

---

<sup>555</sup> “A invasão das ruas pelo povo, pelo mísero habitante dos mangues e das marés, era vista com apreensão pelos membros das camadas dominantes. Intimidava-os, amedrontava-os e levava-os a abandonarem os espaços públicos ou refugiarem-se no interior dos carros e automóveis”. Idem, p. 302.

<sup>556</sup> CAMPOS, Zuleica D. P., *op cit*, p. 195.

mas nada além disso. Qual a participação popular neste carnaval pasteurizado? Nenhuma, além de estar presente. Apenas isso lhe é exigido ou permitido.

A crença no povo como tábula rasa, como tela em branco onde a interventoria imprime sua marca é fundamental para compreendermos a lógica de propaganda deste regime político. Não há notícia que não saliente a multidão, o sucesso de público, o êxtase da multidão diante das atrações... mas tudo não passa de coadjuvância, pois os atores principais desta trama são outros: a elite educada e moderna e os políticos que engendram todo o cenário da película – na verdade, ninguém é mais bem representado que eles nesses eventos, ninguém tem mais destaque que Agamenon Magalhães e grande elenco.

## **EPÍLOGO: ÀS ARMAS, CIDADÃOS**

Dezembro de 1939. Há bem pouco tempo, Recife vivera um momento único, ao sediar o Congresso Eucarístico Nacional. Para comportá-lo, um enorme espaço no centro da capital, o atual Parque 13 de Maio, foi restaurado e remodelado, transformando-se no mais importante ponto de grandes concentrações daquela época. Durante meses após o encerramento do certame, contudo, a população foi privada deste renovado espaço público. Seus portões voltaram a ser fechados, seu espaço interno estava, de novo, fora dos limites.

Foram meses de reforma, de recuperação daquilo que a multidão que freqüentara o parque durante a semana eucarística havia destruído. A manutenção é um costume comum à administração pública, e o conserto do que foi destruído ou danificado não chamaria a atenção... não fora um pequeno detalhe: o Parque 13 de Maio veria, mais uma vez, uma grande manifestação pública do populismo estadonovista.

A 16 de dezembro, à noite, o interventor Agamenon Magalhães, que governava o Estado desde 1937 graças à confiança do presidente Getúlio Vargas, deu por abertos os trabalhos da Grande Exposição Nacional de Pernambuco. Feira gigantesca, imaginada para mostrar a todos os cidadãos os progressos da civilização brasileira sob o governo varguista.

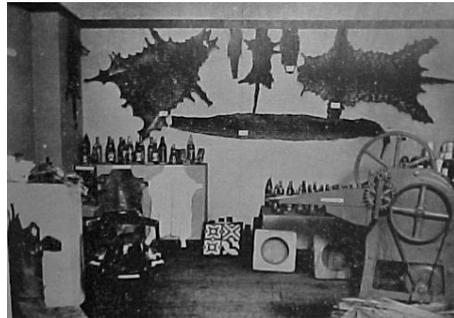
Despesas não foram poupadas. A iluminação do parque, recém instalada porque servira pouco tempo antes ao Congresso Eucarístico, foi totalmente reestruturada, e técnicos especialistas do Rio de Janeiro foram convocados para elaborar o desenho das luzes.

Boa parte do Brasil, as regiões Norte e Nordeste em peso, enviou suas representações, embora não tenha passado incólume a desfeita de algumas unidades da Federação (São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, entre outros) que sequer se interessaram em



*O estande paraense*

comparecer ao certame. A maioria dos Estados (inclusive o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul), porém, montou seus estandes. Um desfile de fluminenses e alagoanos, cearenses e baianos. Cada Estado exibia suas coisas típicas, e as cerâmicas fluminenses e os couros piauienses eram apresentados lado a lado.



O estande piauiense

Neste particular, contudo, nenhum estande chamou mais a atenção que o paraense: enorme apresentação, todo decorado e ornamentado em estilo marajoara, com coquinhos e babaçus em abundância, fibras vegetais, cerâmicas e até mesmo um aquário de peixes amazônicos vivos – ao



Estande da Sociedade Mecânica da Indústria e da Lavoura.

como o mais bonito.



O pavilhão anticomunista<sup>557</sup>

Durante três meses, os recifenses tiveram diante dos olhos uma atração jamais vista, um tanto equivalente aos bazares dos antigos contos árabes, onde mesmo a distinção entre o dia e a noite era difusa, imprecisa. Pavilhões construídos em toda extensão do parque mostravam aos visitantes importantes aspectos do seu país: o progresso da indústria, as comidas e construções típicas,

<sup>557</sup> Todas as fotos: **Álbum-Catálogo Oficial da Exposição Nacional de Pernambuco**. Recife: Oficinas Graphicas Diário da Manhã, 1940. Biblioteca Pública Estadual Presidente Castello Branco, s/p.

os esteios econômicos do Estado, o combate ao comunismo, o trabalho das diversas secretarias, em particular da Secretaria de Segurança Pública.



Ao lado deste mundo educativo, florescia o setor de entretenimento. O Parque Shangai, cujo anúncio vemos, foi anunciado durante meses nos jornais como um dos melhores da América do Sul, armado de todos os brinquedos mais modernos: montanhas-russas, rodas-gigantes, furacões e assim por diante. Cantores populares de todo país se apresentaram nos palcos da Exposição, para deleite dos ouvintes.

Era uma promoção da interventoria Agamenon Magalhães, que encontrara, assim, perfeita conjugação entre a propaganda oficial de seu governo e o entretenimento popular. Esta soma, contudo, tornou-se cada vez mais rara, depois que a exposição fechou as suas portas.

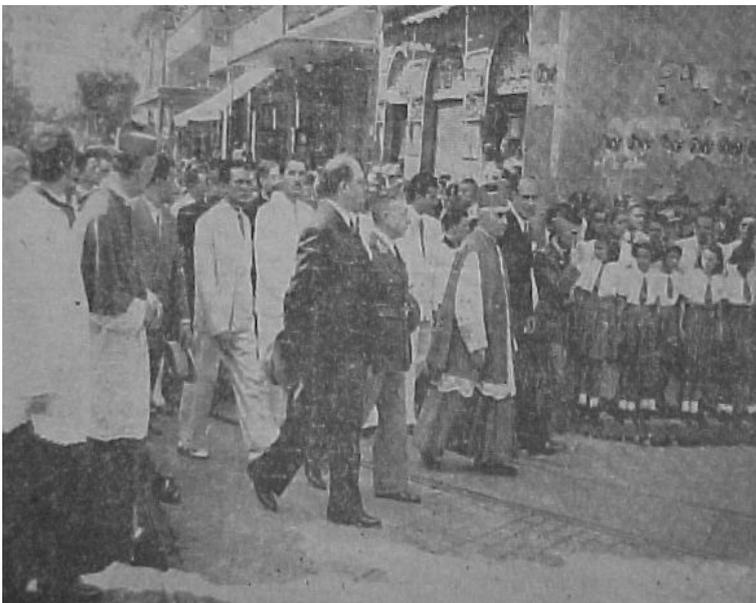
Anos depois, em 1942, crianças do Recife acordaram cedo. Uma vez mais, serviam aos eventos patrocinados pela interventoria. Não se tratava, contudo, de um reduzido contingente de jovens rapazes a serem enfatotados em roupas supostamente medievais que montaram guarda à sagrada eucaristia durante o Congresso Eucarístico. Não, tínhamos agora uma situação bem diferente. Moças e meninos e meninas, os quais ao invés de ostentarem golas bordadas à moda de reis franceses, usavam suas fardas escolares normais; não eram mais uns poucos, contáveis com os dedos de uma só mão, mas antes centenas de vários colégios, formando um todo de milhares: do CPOR, duzentos futuros oficiais; dos escoteiros do mar, meia centena; a acanhada Escola Normal Pinto Júnior enviou quinhentos estudantes, mais que o dobro da Escola de Aprendizes de Marinheiros, que comparecia com duzentos dos seus; dos colégios católicos do Recife, apenas um enviara mera centena de seus estudantes, ao passo que os

---

<sup>558</sup> Folha da Manhã, Recife, 12 de dezembro de 1939, edição matutina, p. 02.

demais apresentavam contingentes mais significativos, compostos por no mínimo trezentos alunos – e mesmo o colégio Americano Batista, de origem protestante, enviou número semelhante de seus pupilos.

Na noite anterior, as mães trataram com particular desvelo as fardas dos seus rebentos. O plissado das saias das meninas tinha que estar perfeito, imaculadamente dobrado e engomado; idem, idem para as gravatinhas, pendendo retas junto ao corpo; os sapatos, burnidos, cintilam nos retratos, belo contraste com o branco de meias bem dobradas. O vermelho das fardas salesianas contrastava com o azul dos irmãos maristas, mas lá estavam todos eles, devidamente enfileirados e empacotadinhos, identificados pelas bandeiras e pavilhões de seus respectivos colégios. Tal cuidado tinha razão de ser, pois as instruções recebidas eram claríssimas: todos bem arrumados e agrupados, deveriam ocupar seu lugar pré-determinado nas calçadas do Recife às sete e trinta da manhã. Em ponto. Atrasos, se tolerados, poriam em risco todo o andamento da cerimônia.



Os colegiais espremiavam-se entre as paredes dos edifícios e o penhasco formado pelas sarjetas, equilibrando-se entre umas e outras. Olhos atentos, ainda que um tanto marejados pelo sono não saciado.

Esperam e observam, enquanto as grandes figuras ainda não assomavam o palco da rua.

<sup>559</sup> Folha da Manhã, Recife, 05 de agosto de 1942, edição matutina, p. 01.

Era quatro de agosto de 1942, data comemorativa da Batalha das Tabocas, primeira grande vitória na campanha de expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro. Aproveitou-se a efeméride para transladar de seus túmulos particulares os restos mortais de dois dos mais importantes líderes militares desta guerra, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. As urnas com suas cinzas, após cerimônia celebrada na Concatedral da Madre de Deus, no porto do Recife, seguiriam em cortejo pelo centro da cidade até a praça Joaquim Nabuco, de onde partiriam para a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, no município de Jaboatão, templo erguido nos Montes Guararapes, exato sítio da vitória final das tropas luso-brasileiras e símbolo maiúsculo da pernambucanidade. Lá os heróis encontrariam seu descanso definitivo.

Embora a cidade apresentasse, desde cedo, um “*aspecto festivo*”<sup>560</sup>, repleta de escolares e populares em suas calçadas centrais, algo nesta organização lembrava que não apenas a alegria era celebrada, mas sim a guerra. A guerra e nada mais, nas palavras do estadista francês Georges Clemenceau: em toda extensão da ponte Giratória, no porto da cidade, canhoneiras apontavam suas bocas de fogo para o Atlântico, enquanto ao longo do percurso, lado a lado com as crianças, alunos do CPOR em suas fardas de gala e soldados do 14º Regimento de Infantaria, em verde oliva e capacetes, estavam a postos e armados. Marinheiros gaúchos e soldados do batalhão motorizado guardavam a frente da Concatedral, onde jaziam as urnas com as cinzas.

Às 8 horas da manhã teve início o réquiem. Uma grande celebração católica, com o arcebispo Dom Miguel Valverde, acompanhado pela *Schola Cantorum* do Seminário de Olinda, presidindo uma cerimônia de absolvição. Ocupavam a assistência as mais notáveis figuras do poder local, do interventor federal ao chefe da região militar, do prefeito Novaes Filho aos secretários de Estado; membros do corpo consular; descendentes das famílias Negreiros e Vieira... todos unidos em comum reverência aos heróicos defuntos.

---

<sup>560</sup> Transladação das cinzas dos heróis dos Guararapes. Folha da Manhã, Recife, 05 de agosto de 1942, edição matutina, p. 01, 05.



Finda a cerimônia religiosa, teve início sua congênere civil. Soldados carregaram sobre os ombros as urnas, colocando-nas em duas carretas militares *Bantam* e saindo em procissão pelas ruas da cidade, seguidas pelo grupo de nobres patricios que estava dentro da igreja. O interventor Agamenon acompanhava as cinzas de Vidal de Negreiros ao lado do general Mascarenhas de Moraes, enquanto o prefeito Novaes Filho dividia com o Dr. Joaquim Amazonas, do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, a honra de transportar os restos de Fernandes Vieira.

Quando o cortejo deixou a rua da igreja e entrou na avenida Marquês de Olinda, os soldados disseram a que tinham vindo e saudaram, com sete tiros, a passagem das carretas; pouco mais adiante, já na ponte Maurício de Nassau, era hora da artilharia mostrar serviço, explodindo por 13 vezes sua munição.

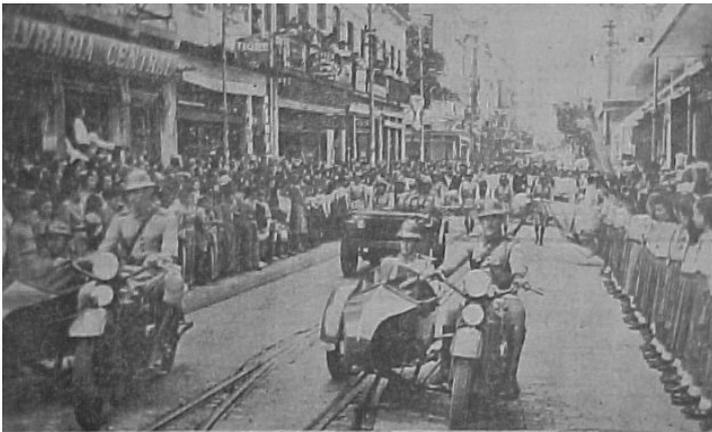
Pelas tortuosas ruas do centro do Recife, o féretro seguia. Lentamente. Progressivamente. Gigantesca serpente. Os soldados em suas motos com *sidecars*; os importantes carregadores e carpideiros oficiais logo atrás; as sacrossantas urnas, chacoalhando graças às ruas calçadas de paralelepípedos do centro, que faziam as grandes rodas de madeira das carretas gemerem e trepidarem. Todo trajeto era delineado pelos escolares (de pé no sol há mais de duas horas, a essa altura), uma moldura para o cortejo. Suas posturas rígidas, seus braços estirados junto ao corpo, seus pés perfeitamente alinhados, conferiam

---

<sup>561</sup> Idem.

à cena respeitabilidade, dignidade, disciplina. Populares, ao longo do trajeto, atiraram às carretas flores e mesmo alguns buquês.

A primeira etapa do traslado teve lugar no centro do Recife, em suas ruas velhas; seguiram desde a região do cais do porto até a praça Joaquim Nabuco. Esta última e final parada não fora uma escolha aleatória: a partir dali, o cortejo seguiria motorizado em direção aos Guararapes, e urnas, soldados, autoridades e convidados iriam de automóvel até o local de enterro definitivo. A manifestação na praça seria, portanto, a última etapa com visível e maciça presença popular e este espaço público, durante os anos precedentes, tornara-se um dos locais favoritos do regime para preparar e animar a população; as grandes festas e eventos freqüentemente lá conheciam seu início (a concentração) e seu final (a dispersão). Não é estranho, deste modo, que a homenagem aos restauradores tenha, também, passado por lá.



562

*Acima: cortejo motorizado.  
Ao lado: parada na praça Joaquim Nabuco, onde vemos (entre outros) o interventor e o arcebispo.*



Chegando à praça, após cerimônias e fotos, as urnas foram embarcadas num carro do exército. Autoridades e convidados, em seus respectivos automóveis. E seguiram para os montes Guararapes. O povo ficou pra trás, voltou para casa. Sua participação no evento, sua coadjuvância, chegara, então, ao fim.

---

<sup>562</sup> *Ibidem.*

O que tal cerimônia significou para o Estado Novo e, mais particularmente, para seu artífice local, o interventor Magalhães? Qual o intuito de tal espetáculo e qual o seu contexto?

A chamada Restauração Pernambucana, a expulsão dos holandeses<sup>563</sup> no século XVII, era verdadeiro fetiche para a propaganda governamental, um coringa muitas e muitas vezes tirado de dentro das mangas nas mais diversas oportunidades e situações. Assim sendo, um evento promovido sob esta inspiração apenas dava continuidade a uma linha de pensamento que fora delineada anos antes, fortalecia imagens reconhecidamente eficientes da propaganda oficial.

Ao resgatar e transladar os restos mortais dos restauradores, Agamenon Magalhães vinculava ainda mais fortemente a imagem dos heróis sagrados da pernambucanidade à de seu próprio governo, fazia-se sua continuidade, parte de seu prestígio tomava para si, prestígio esse cultivado pelas elites locais há pelo menos trezentos anos: André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira formavam, em seu tempo, a fina-flor da açucarocracia, senhores de muitos engenhos e imenso poder. A elite pernambucana nos anos 1940 ainda era, em grande parte, formada por produtores de açúcar – agora não mais senhores de engenho, mas usineiros – e viam nessas antigas lideranças seus espelhos, seus patronos, exemplos onde se mirar. Não por acaso, uma reportagem da Folha da Manhã assinalou, com destaque, que “a *Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco fez-se representar, em todas as cerimônias, pelos seus diretores dr. João da Costa e Humberto de Oliveira*”<sup>564</sup>: sua presença reforçava ainda mais o traço de união e continuidade que o evento, como um todo, desejava sublinhar.

Um outro aspecto é digno de nota: dentre os grandes “mestres de campo”, generais, das guerras holandesas, apenas os representantes da elite açucareira receberam a honra-mor de terem seus restos mortais transladados para os

---

<sup>563</sup> Mais precisamente, expulsou-se a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, mas à época de Agamenon esse termo era muito pouco utilizado: afirmava-se, em geral, que a Holanda invadira o Brasil, e os restauradores tinham expulsado os invasores holandeses e restituído a unidade nacional brasileira.

<sup>564</sup> *Revista do Instituto Histórico Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XXXVIII, 1943, p. 224.

montes Guararapes. Apenas os “*mazombos*”<sup>565</sup>, os grandes senhores de engenho foram agraciados. Mas existiram outros heróis igualmente significativos – de linhagem menos nobre, porém – neste conflito: o índio Felipe Camarão e o negro Henrique Dias. Ainda que a localização exata do seu repouso não fosse desconhecida, seus despojos não acompanharam aqueles dos seus pares, brancos, à glória definitiva e em sua homenagem, apenas placas foram descerradas nos muros das igrejas que lhes serviam de túmulos. A apoteose máxima seria concedida, apenas e tão somente, aos brancos senhores de engenho.

Se a lembrança da campanha contra os holandeses chegava a ser um lugar-comum na propaganda estadonovista, o tom que recebeu em 1942, quando da transladação, foi particularmente diferente. Nas festas e eventos anteriores, muito embora a presença militar fosse uma constante, o era de maneira discreta, sutil. A tônica das festividades agamenosianas era civil, não militar. O mesmo não pode ser dito da transladação dos corpos, uma vez que todo *mise-en-scene* soou fortemente militarizado, tão tonitruante quanto os canhões salvando a passagem das heróicas carcaças. Para tamanha mudança de rumos houve uma fortíssima razão: a guerra. E nada mais.

Mesmo antes de o conflito mundial começar oficialmente, em 1939, o Recife já acompanhava com atenção o desenrolar dos acontecimentos. Batalhas em distantes lugares da China ou da Espanha tornavam-se mais e mais familiares aos leitores contumazes dos jornais da capital e a invasão nazista de Paris, em 1940, mereceu dos jornais manchete de capa em página inteira. A cidade não permanecia alheia ao turbilhão surgindo ao seu redor<sup>566</sup> e debruçada sobre o oceano presenciava de seu privilegiado alpendre um dos mais ativos *fronts* da guerra: a Batalha do Atlântico, tida como a mais longa da história, que se iniciou

---

<sup>565</sup> Como eram chamados os portugueses nascidos na zona açucareira

<sup>566</sup> “A guerra não entrou na vida dos recifenses apenas pelos jornais. Era uma realidade” (...) “que se não lhes ensanguentava as ruas nem lhes explodia as veias, persistia como ameaça constante ao seu destino de cidade aberta ao Atlântico”. RIOS, Leda M<sup>a</sup> R. C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1988, p. 338.

em 1939 com a guerra submarina e findou apenas em 1945, com a rendição do III Reich.

No começo da guerra, a marinha de Hitler logrou um bloqueio dos mais eficientes, armando uma verdadeira muralha de submarinos ao largo das Ilhas Britânicas, no intuito de cortar as ligações do Reino Unido com seu império colonial e seu principal aliado, os Estados Unidos. Navios cargueiros e militares eram bombardeados sem, muitas vezes, sequer notar os agressores. Os exércitos do Eixo exibiam notáveis progressos também na África, atravessando os desertos do norte e chegando a ocupar, em 1941, Dakar, no Senegal. Se o Atlântico é um rio de duas margens, pelo menos uma delas estava sendo abocanhada por exércitos alemães.

Diante das movimentações do Eixo, ficava cada vez mais claro aos Estados Unidos que uma invasão de terras americanas era uma ameaça possível, e assim os norte-americanos arregalaram seus olhos em direção ao nordeste brasileiro, pois um desembarque inimigo nesta região poderia por em risco o Canal do Panamá, passagem vital das rotas marítimas que ligavam as costas leste e oeste daquele país: já em 1939 (e os Estados Unidos só entrariam na guerra dois anos depois), desenvolvem, secretamente, o chamado Plano de defesa do “Hemisfério Arco Íris”, considerando “*o saliente nordestino como área estratégica prioritária de defesa dos Estados Unidos (...) e a sua ocupação por forças americanas numa decorrência natural da necessidade de tornar efetiva aquela defesa*”<sup>567</sup>. Apesar desta ocupação ter-se dado por via diplomática, chegaram a haver recomendações “*de emprego da força*” vindas do Departamento de Guerra norte-americano<sup>568</sup>.

Destarte o impacto inicial do conflito e não obstante as turbulências que a presença das tropas norte-americanas trouxeram à cidade, a guerra permaneceu fisicamente distante para a população recifense por alguns anos; tal situação mudou a partir do início de 1942, quando em concerto com a conferência de nações americanas, realizadas no Rio de Janeiro, o governo brasileiro rompeu

---

<sup>567</sup> INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990, p. 379.

<sup>568</sup> Idem.

relações com o Eixo e as embarcações brasileiras passaram a ser, a partir de então, alvo para os torpedos alemães: em fevereiro aconteceram os primeiros afundamentos (os navios Cabedelo, Buarque e Olinda), e continuaram ano adentro – o Arabutã e o Cairu em março; o Parnaíba, em maio, e assim por diante.

1942. O Brasil rompe relações diplomáticas com o Eixo, expondo-se, desta maneira, ao mortífero enfrentamento das grandes máquinas de guerra do seu tempo; navios de bandeira verde e amarela são afundados numa média de mais de um por mês. Neste ano, neste exato ano, o Recife, na linha de frente do litoral brasileiro, foi buscar nas entranhas de sua história a força para enfrentar esse novo desafio.

“*O nosso cenário histórico está sacudido*”<sup>569</sup>, escreveu em sua coluna diária na Folha da Manhã o interventor Agamenon Magalhães, e em meio a tamanho bulício, as respostas, afirma, jaziam no passado, na tradição: “*é nas crises que as nações voltam às raízes de sua formação e procuram nos feitos do passado energia espiritual para fixar atitudes e rumos*”. Sobre a cerimônia do traslado, a partir de agora, brilham nuances em cores que até então passavam despercebidas: mais do que um simples reforço numa estratégia propagandística já experimentada, temos uma abordagem relativamente nova de um tema já conhecido, qual seja a exaltação dum passado guerreiro num mundo em guerra.

Até mais do que um evento da interventoria, a transladação dos heróis defuntos foi uma estratégia da elite política e intelectual que liderava Pernambuco naquele momento, ultrapassava os limites do governo estadual. Segundo o jornal, houvera “*entendimentos preliminares*” entre as “*autoridades civis, militares eclesiásticas e o Instituto Arqueológico*”<sup>570</sup> em toda organização. A questão do conflito mundial preocupava, portanto, as cabeças-pensantes do Estado como um todo.

Esperava-se que com as cinzas heroínas plantadas em pleno sítio histórico, o Brasil viesse em romaria para “*inspirar-se nos seus exemplos de patriotismo e de*

---

<sup>569</sup> *Revista do Instituto Histórico Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. XXXVIII, 1943, p. 246.

<sup>570</sup> *Idem*, p. 219.

*fé (...) retemperar o espírito ao calor das chamas que constantemente inflamavam os grandes e nobres corações vencedores e, despertando-lhe ardor e bravura, nos combates, nas refregas e nas horas de duras provações*<sup>571</sup>. Neste trecho, o conceito-chave, talvez aquele que melhor explique as intenções dos organizadores do evento, é “retemperar os espíritos”, discipliná-los, enrijecê-los. Tal preocupação ficou claramente estabelecida desde a espartana preparação do cortejo: dos pezinhos prussianamente alinhados das meninas nas ruas às não menos germânicas motocicletas militares e seus soldados com capacetes.

O conflito que se avizinhava, de proporções jamais vistas, ameaçava a integridade territorial brasileira; foram convocados, então, a memória, o exemplo, os espíritos mesmos de quem se acreditava criadores dessa integridade, que como um exército fantasma levantaria de suas tumbas de armas em punho, preparado para lutar mais uma vez. Estes venerados espíritos evocados não eram simples mortais e sim os “*maiores campeões da luta pela defesa do Brasil*”, “*duplamente veneráveis pelo patriotismo e pela fé*”<sup>572</sup>, lutaram para “*guardar a integridade territorial, defender brios e dignidades do povo luso-brasileiro, manter tradições, famílias e culto religioso*”<sup>573</sup>, exatamente os mesmos valores que, aos olhos dos organizadores do evento, estavam novamente em risco graças à guerra mundial.

Uma das metáforas usadas durante a cerimônia de enterro é bem significativa da representatividade dos personagens evocados: D. Moisés Coelho, arcebispo da Paraíba (terra natal de André Vidal de Negreiros), afirmou em sua elegia que os sepulcros serão um “*clarão*” para o Brasil, subvertendo completamente o sentido ocidental do túmulo. Das trevas da morte, quase como que ressuscitados, Vieira e Negreiros restaurariam a têmpera dos brasileiros e da nação da mesma maneira que, trezentos anos antes, restauraram a unidade nacional expulsando o invasor holandês: será “*em Guararapes*”, túmulo dos

---

<sup>571</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>572</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>573</sup> Ibidem, p. 224, 225.

heróis, “*onde todos encontrarão o estímulo que desperta a fé e sacode o marasmo dos tíbios e dos acobardados*”<sup>574</sup>.

Os discursos fúnebres proferidos dentro da Igreja dos Prazeres falam de um tempo passado e apesar disso conjugam os verbos no presente: “*Gigantes indômitos!, erguem-se e, sacudindo o jugo estrangeiro, escrevem uma página épica*”<sup>575</sup>. E por que os oradores usariam tempo diverso se, ao longo de todo preparo e no decorrer da cerimônia, tinham envidado todos os esforços para fazer da Guerra Holandesa e da II Guerra Mundial conflitos gêmeos? Só assim os heróis fantasmas poderiam lutar ao lado dos pernambucanos vivos, inspirar sua coragem. “*O Brasil tem*”, afirmou o arcebispo D. Moisés em sua elegia, “*ante os seus olhos, a perspectiva de uma guerra que por muitos aspectos tem a mesma fisionomia que aquela que enfrentaram os nossos antepassados*”<sup>576</sup>.

Segundo o jornalista Mário Mello, Secretário Perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, os trezentos anos que separavam um embate do outro não criaram diferenças significativas entre eles: o estopim de ambos conflitos, diz-nos, era a “*febre de imperialismo*”<sup>577</sup> que fervia o sangue dos líderes. Felipe II rei da Espanha, abrasado pelos calores imperialistas, iniciou “*na Holanda o que em nossos dias a Alemanha repetiu na Polônia*”, e como os Holandeses não tinham condições de retribuir a invasão em território espanhol continental, arrojaram suas velas na direção de áreas periféricas do império hispânico, da mesma maneira como, no século XX, “*não podendo num ímpeto, invadir a Alemanha ou a Itália, as Nações Unidas fazem desembarques nas colônias do Norte da África*”<sup>578</sup>. Esta explicação é notável em seu malabarismo diplomático, pois não é apropriado, em meio a um conflito, pregar-se contra país aliado, e neste momento em particular a Holanda era um país irmão-em-armas, submetido ao tacão nazista – e ainda assim a história da guerra precisava ser contada. Desta maneira, no discurso de Mello, a Holanda sequer chegara a fazer “*intencional guerra ao Brasil, nem à Portugal*”, mas ao grande inimigo da época, a

---

<sup>574</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>575</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>576</sup> Ibidem, p. 228.

<sup>577</sup> Ibidem, p. 233.

<sup>578</sup> Ibidem, p. 233.

Espanha. Se Felipe II era o “*Diabo do Meio Dia*”<sup>579</sup> no século XVII, Adolf Hitler ocupara seu lugar nos anos 1940.

Dentre todas as datas para o traslado, por que foi escolhido justamente o aniversário das Tabocas? Não por acaso. Que eram, então, os nativos? Uma desagregada “*plêiade de íncolas*”<sup>580</sup>, talhada como leite que dorme ao sereno. Os flamengos, por sua vez, tinham tudo de humano a seu favor: a “*prudência (...) os cálculos humanos e (...) os interesses políticos*”, os “*entendimentos com a judiaria de Amsterdam*”, os “*‘prudentes’ conselhos do Paço d’El-Rei*”<sup>581</sup>, que em acerto com os batavos reconheceu suas conquistas na América do Sul. Enfim, tudo apontava para a vitória dos invasores.

Nesta perspectiva, Tabocas ganha uma relevância única porque marcou o início da reação nativista, a primeira grande vitória contra os invasores holandeses, apesar e a despeito da desvantagem numérica e material; contra todas as possibilidades, o espírito superior dos pernambucanos sagrou-se vencedor, e como a história é uma “*seqüência de exemplos de falsas virtudes que, vitoriosas, sacrificam as nações e vencidas abrem espaço para a grandeza dos povos*”<sup>582</sup>, nas palavras de Mário Mello, todas as supostas “vantagens” holandesas na batalha nada mais eram que ouro de tolo.

Não é o momento de discutirmos táticas de guerra, conhecimento do terreno ou que tais: explicações de natureza mundana como estas nada representavam no calor do discurso de propaganda pré-guerra. Independentemente dos combates bem combatidos, não era neles que jazia o segredo da vitória pernambucana sobre os flamengos, aquele perfeito exemplo para os dias presentes a que se referiam os articulistas. O segredo da vitória da tal “plêiade de íncolas”, diz-nos o arcebispo da Paraíba, residiria na união que surgira entre eles, acima das raças e condições sociais: brancos, negros, vermelhos, ricos e pobres, todos unidos contra o inimigo comum. Um exemplo para os dias daquele presente de 1942.

---

<sup>579</sup> Ibidem, p. 233.

<sup>580</sup> Ibidem, p. 226.

<sup>581</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>582</sup> Ibidem, p. 239.

A riqueza de significados de todo este evento parece não ter fim: a imagem dos gigantes a levantarem-se torna em lilliputianos a todos que os cercam – aprontavam-se para a batalha os melhores dentre os melhores, o sal da terra. Monstros sagrados, purificados durante a cerimônia de absolvição conduzida pelo arcebispo D. Miguel, livre dos pecados da carne e dispostos a combater, uma vez mais, os infiéis, impuros, hereges... serão estes expulsos no futuro como o foram no passado. Suas mortalhas foram exibidas e sacudidas ante os olhos da multidão, como Antônio fizera com a túnica suja de sangue do atraído César, instilando ânimo novo no coração de sua gente.

Eis, então, os principais sentidos que os idealizadores deste relevante evento quiseram promover: a união de toda a sociedade defronte da adversidade, a crença que esta unidade poderia derrotar inimigos, mesmo que eles se apresentassem superiores. Se, para estes organizadores, a Restauração assinalava o nascimento da nacionalidade brasileira e a Guerra Holandesa, as dores do parto deste país, o Brasil estava pronto para nascer de novo, buscar no seu distante passado energias para, de novo, surgir e vencer.

\*\*\*\*\*

Sob a fétida névoa da guerra, a interventoria preparou o traslado dos despojos dos restauradores. Ao som das trombetas de Marte, imagens que, até então, tinham sido pouco ou quase nada exploradas pela propaganda oficial ganharam vida. O militarismo, esse excelente disciplinador que até então exercia um papel meramente coadjuvante, assumiu o papel principal com garbo. No dia seguinte, como de hábito, os jornais não falavam em outra coisa senão “espetáculo”. A transladação ficaria na memória de todos que a ela presenciaram pelo resto da vida. Mesmo jornais mais sóbrios e menos dados aos afãs da interventoria, como o Jornal do Commercio, usavam termos desta natureza.

O espetáculo de 1942 foi, sem dúvida, um ponto crucial no rol de eventos, festas e imagens que a interventoria Agamenon Magalhães, ao longo de seus oito anos, criou e usou. Mas talvez nem tanto por causa do tema em si, mas em grande parte porque foi um dos últimos espetáculos, senão o derradeiro,

montados pela Estado Novo pernambucano. A transladação e a guerra que a tornara possível, marcaram o fim do Veranico de Agamenon.

O Veranico foi um *corpus* propagandístico ativado logo nos primeiros meses da administração Agamenon Magalhães. Baseava-se em seqüências contínuas de festas e eventos (elementos de grande visibilidade para o governo que se instalava) e numa prosa que exaltava a serenidade de um país harmônico em meio a um mundo em guerra: nos jornais de 1937, 1938 e até mesmo 1940, o interventor exaltava as virtudes do Estado Novo, “*que soubera não só criar uma política social como também poupar o país da guerra mundial, e finaliza acrescentando como estão vivendo num dos melhores lugares do mundo*”<sup>583</sup>.

Muito embora ações repressivas freqüentemente não fossem escondidas (particularmente em relação a inimigos-objetivos do regime, como os terreiros de candomblé), o diapásão da propaganda para o grande público não era de violência, mas de alegria. Em poucos meses de atuação a interventoria já conjurava uma festa veneziana, para navegar em fantasias sobre as águas do Capibaribe; pouco mais adiante e as festividades do Dia do Trabalho ocupavam semana inteira da vida da cidade.

Comemoravam-se o aniversário do presidente Vargas, o aniversário do Estado Novo, o aniversário do interventor Magalhães, o aniversário da Revolução de 1930... havia sempre uma efeméride à mão, uma data redonda a ser celebrada.

Dos dois grandes eventos de 1939, o Congresso Eucarístico e a Grande Exposição Nacional de Pernambuco, aquele assinalou o ponto máximo da mobilização da cidade. Foi o que melhor conjugou as forças primordiais que organizavam o pensamento estadonovista, Estado e Igreja, foi o mais bem divulgado, o de maior repercussão nacional e possivelmente a mais bem-sucedida de todas as criações daquele regime, seu momento-chave, enfim.

Em 03 de março de 1940 a Exposição Nacional fechava suas portas. Durante pouco menos de três meses invadira os corações dos pernambucanos e dos

---

<sup>583</sup> SOUZA Neto, José M. G. de, *op cit*, p. 104.

recifenses com sua animação. As festas que seguiam noite adentro, os palcos, os espetáculos, os dias especiais (das crianças, dos times de futebol e assim por diante), os pavilhões. Ao final, restava muito pouco: jardineiras de pedra, o portão monumental. A *féerie* já não mais. Mesmo o carnaval é afetado e em 1943, com o país em guerra, Magalhães teve de ir a público defendê-lo. “O presidente da Federação Carnavalesca veio ao meu gabinete de trabalho saber se havia carnaval este ano”<sup>584</sup>, e o interventor tranqüilizou-lhe o espírito, garantindo não apenas o acontecimento quanto as subvenções de praxe, “a guerra não suprimiu a vida. A vida continua com a guerra”<sup>585</sup>.

A partir de então, e num crescendo, a prática de propaganda oficial da interventoria vai-se transformando. A exaltação às ações do governo e exposições doutrinário-educativas continuaram, mas, possivelmente por causa da guerra, eram bem mais modestas do que aquelas levadas a cabo até então. Por exemplo, quando do quinto aniversário do Estado Novo, não houve a azáfama e o burburinho das grandes e eletrizantes eventos, mas apenas uma exposição de fotos no hall do Grande Hotel. E só.

A mão de aço sobre a imprensa, essa continuou firme e talvez até fortalecida, pois em 15 de março de 1942 era criado o DEIP, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, unificando as ações de censura e divulgação do governo. Dirigido pelo secretário Nilo Pereira, o departamento expôs sua produção no balanço do seu primeiro ano de atividades: “No ano p. findo, o Departamento distribuiu aos jornais: 78 discursos; 227 notícias; 56 reportagens; 11 comunicados; 12 importantes decretos-leis (...) tôdas as determinações emanadas do DIP foram rigorosamente cumpridas pela imprensa pernambucana”<sup>586</sup>.

Noutras palavras: a censura, a tesoura, o corte eram ainda muito eficientes e ativos, mas a organização e promoção de eventos e celebrações, essas já não funcionavam tão bem, e sem elas, a espinha dorsal do Veranico se esfacelava.

Podemos dizer que, um a um, os sustentáculos que mantiveram de pé a atmosfera política do Veranico foram sendo derrubados, como um castelo de

---

<sup>584</sup> MAGALHÃES, Agamenon, *op cit*, p. 426.

<sup>585</sup> *Idem*.

<sup>586</sup> Fundo Interventoria. Diversos. APEJE.

cartas, uma bolha de sabão que o vento tangeu alto demais: alguns dos momentos mais belos dessa propaganda celebravam as luzes, a iluminação. Seja em seu momento-símbolo, a festa veneziana no Capibaribe, seja em vários outros: os fogos de artifício e as lâmpadas durante o Congresso Eucarístico, a iluminação noturna da Grande Exposição, as ruas iluminadas durante o carnaval, e assim por diante. O Veranico era luz. Em contraposição, a guerra traz os “*Blackouts*”, um dos elementos mais característicos dessa época. Os navios e a cidade tinham de ser protegidos das vistas inimigas, dos ataques aéreos e dos submarinos, já que à noite um alvo iluminado é sempre mais vulnerável e as noites do Recife que antes literalmente resplandeciam, emudeceram sob o medo e o escuro da noite.

A abundância era um slogan fundamental do Veranico. A interventoria e o governo Vargas diziam ter conseguido, em questão de meses, redimir o Estado das mazelas que carregava havia décadas. Todos os problemas eram coisa do passado. Com a guerra, tal discurso perde o sentido, e o que se vê são filas para compra de produtos básicos e racionamento de produtos, “*mercearias (...) autorizadas a vender uma garrafa de querosene por freguês*”<sup>587</sup>; a carestia: “*o bacalhau, desdenhado como comida de pobre, se refinava pelo preço de 50\$00, ovo a dez tostões, carne verde a sete cruzeiros*”<sup>588</sup>. Tais notícias não podiam ser negadas, e a popularidade do interventor vai sofrendo abalos.

Em notável contraparte, para os norte-americanos sediados na cidade carestia ou desabastecimento não eram questões prementes, eles usufruíam exatamente aqueles bens que faziam falta à população local. Se os gêneros alimentícios estavam com preços tão proibitivos, era em parte por que, seguindo as diretrizes da “Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios”, produzia-se para alimentar os soldados gringos, enquanto os nativos ficavam com o resto.

O Veranico celebrava a unidade, a conformidade. Como uma grande lagoa, a propaganda agamenosiana pretendia o Recife uma terra de sapos onde todos, de cócoras, responderiam ao coaxar do sapo-rei, Magalhães. Os sinais de diferenciação – a raça, a religião, o partidarismo – eram combatidos. O período da

---

<sup>587</sup> GOMINHO, Zélia de O., *op cit*, p. 162.

<sup>588</sup> Idem.

guerra trouxe, para o Recife, a diversidade: marinheiros e soldados de todas as partes, “*ingleses, americanos, hindus, filipinos. Uma população nova (...) As ruas estão de veículos estranhos, de ‘jeeps’, de ‘wagons’ exóticos. Nos arrabaldes andam carros de assalto*”<sup>589</sup>. Chocante contraste com tudo o que até então era defendido como bom para a cidade.

Um outro pilar da propaganda estadonovista foi duramente atingido: a Folha da Manhã. O papel, já então um ensumo regulado pelo mercado internacional, teve seu preço e sua oferta claramente influenciados pelo estado de beligerância. Menos notícias são publicadas, menos fotos ilustram as folhas. As 16 páginas das edições-padrão murcham, reduzem-se à metade, embora o preço tenha não tenha se alterado, indicando a dificuldade de se conseguirem matérias-primas em tempos tão difíceis.

As fundações da propaganda oficial estavam sendo minadas. Uma a uma, suas escoras eram derrubadas. Todo o brilhante edifício que foi erguido ao longo dos anos começou a ser derrubado, e não demoraria muito para que desabasse. O Veranico de Agamenon Magalhães teve muito em comum com a estátua sonhada por Nabucodonosor: embora reluzisse no alto com o brilho do ouro (e dos fogos e da luz elétrica...), no chão seus pés eram feitos de barro. A Segunda Guerra Mundial, como a pedra do sonho, esmagou estes suportes frágeis e tudo veio abaixo.

Enquanto subiam, em seu carro, os montes Guararapes, Agamenon Magalhães e grande elenco pensavam estar realizando mais um grande evento, mais um dentre os vários que já haviam conjurado em sua estada no poder. Tomaram do museu do Estado o primeiro saco de cimento produzido pela Fábrica Pernambucana, e com ele fecharam, em descanso eterno, os heróis restauradores. Um pouco desta argamassa respingou em suas próprias carreiras, e, pelo menos o Estado Novo que eles haviam criado, encaminhava-se para o seu fim. Os sóis gloriosos se punham. O inverno dos descontentamentos acabara. O Veranico, se fora. Os mortos estavam enterrados.

---

<sup>589</sup> Folha da Manhã, Recife, 06 de julho de 1943, edição matutina.

## **FONTES**

### ***Livros***

- **Annais do III Congresso Eucarístico Nacional.** Recife, 1940. Acervo particular.
- **Álbum-Catálogo Oficial da Exposição Nacional de Pernambuco.** Recife: Oficinas Graphics Diário da Manhã, 1940. Biblioteca Pública Estadual Presidente Castello Branco.
- BERDIAEFF, Nicolau. **Uma nova Idade Média.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936. Acervo particular.
- ESTADO DE PERNAMBUCO. **O governo Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública.** Recife: Imprensa Oficial, 1939. Acervo particular.
- FORÇA POLICIAL DE PERNAMBUCO. **Regulamento Disciplinar (R.D.).** Recife: Oficinas Gráficas da Força Policial, 1942. Arquivo da Polícia Militar de Pernambuco.
- SAMPAIO, Adelmo. **Ave Roma!** São Paulo, s/ed, 1936. Acervo particular.

### ***Arquivos militares***

- **Pasta individual.** Classificador 9026. Caixa 662. Arquivo da Polícia Militar de Pernambuco.
- **Registro de assentamento de praças efetivas e agregadas.** Brigada Militar de Pernambuco – Cia. Escola de Fuzileiros anexo ao Primeiro Batalhão Livro nº 12, soldado nº 82. Arquivo da Polícia Militar de Pernambuco.

### ***Jornais***

- **A Tribuna** – Caderno Especial do Congresso Eucarístico. Setembro de 1939. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
- **Diário de Pernambuco** (1938). Hemeroteca da Fundação Joaquim Nabuco.
- **Folha da Manhã:** Edição Matutina (1938 – 1942). Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
- **Folha da Manhã:** Edição Vespertina (1938). Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
- **Jornal do Comércio** (agosto, 1942). Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

### ***Revistas***

- **Revista do Instituto Histórico Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano,** Vol. XXXVIII, 1943. Recife: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1944.
- **Fronteiras,** Ano VIII, nº 10, Recife, out. 1939.

### ***Outros documentos***

- Fundo Interventoria. Diversos. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

**LISTA DE IMAGENS**

- P. 35: reclame de jornal
- P. 36: excerto história em quadrinhos Brick Bradford
- P. 37: reclame de jornal
- P. 37: primeira página de aniversário da Folha da Manhã
- P. 44: foto de velho lendo jornal
- P. 46: primeira página/ manchetes
- P. 47: primeira página/ manchetes da Folha da Manhã
- P. 48: pão dado aos pobres
- P. 50: pão dado aos pobres – detalhe
- P. 66: propaganda de cinema
- P. 66: reclame de batom
- P. 89: encontro de prefeitos
- P. 90: encontro de prefeitos – detalhe
- P. 94: recepção ao ministro Dutra
- P. 98: esquema de reunião na Praça Joaquim Nabuco
- P. 107: Manifestação no Primeiro de Maio
- P. 116: convite dos CEO's
- P. 117: convite dos CEO's – detalhes
- P. 118: convite dos CEO's – detalhe
- P. 133: passista de frevo
- P. 136: carnaval de 1940
- P. 147: guardas de honra do Congresso Eucarístico
- P. 148: guardas de honra do Congresso Eucarístico
- P. 149: mesa diretora do Congresso Eucarístico)
- P. 157: crônica de Arnóbio Tenório
- P. 166: selo comemorativo
- P. 167: brasão do Congresso Eucarístico
- P. 183: Congresso Eucarístico Mundial de Budapeste
- P. 188: Congresso Eucarístico Mundial de Budapeste
- P. 197: procissão fluvial
- P. 198: procissão fluvial
- P. 210: propaganda SOCEBA
- P. 211: propaganda SOCEBA – detalhe
- P. 212: propaganda SOCEBA
- P. 214: barco da interventoria
- P. 218: pontes do Recife
- P. 220: barcos enfeitados
- P. 224: Sr. Killowatt
- P. 225: Sr. Killowatt
- P. 226: Sr. Killowatt
- P. 228: Sr. Killowatt
- P. 231: propaganda
- P. 232: barco da interventoria
- P. 239: Nanette Pilar
- P. 243: prédio da Sulamérica/ demolição do Bairro do Recife
- P. 244: Grande Hotel
- P. 246: jazz band
- P. 249: pombos
- P. 250: velha do milho assado
- P. 251: lavadeira
- P. 252: caricaturas
- P. 257: estande da Exposição Nacional de Pernambuco

- P. 258: estandes da Exposição Nacional de Pernambuco
- P. 259: propaganda da Exposição Nacional de Pernambuco
- P. 260: procissão
- P. 262: traslado dos restos mortais dos revolucionários
- P. 263: cerimônia de traslado dos restos mortais dos revolucionários

## **BIBLIOGRAFIA**

- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo – entrudo, mascarada e frevo na carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**, 1ª reimpressão. São Paulo: Schwarcz, 1990.
- ATTLEE, Clement. **Bases e fundamentos do Trabalhismo**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- BAHBOUT, Scialom. **Judaísmo**. São Paulo: Globo, 2002.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo**, 4ª edição. São Paulo: Atual, 1991.
- BERLIN, Isaiah. **O sentido de realidade – estudos das idéias e de sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, gobierno y sociedad – por una teoría general de la política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. **Uma história social da mídia – de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- CADENA, Nelson Varón. **Brasil – 100 anos de propaganda**. São Paulo: Edições Referência, 2001.
- CÂMARA, Renato Phaelante da. **Fragmentos da história do Rádio Clube de Pernambuco**. Recife: CEPE, 1998.
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta**. 2001. Tese. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas – fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CARONE, Edgar **A Terceira República (1937 – 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do estado**. Lisboa: Europa-América, 1961.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_ . **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

- CÍCERO. **Do Orador – e textos vários**. Lisboa: Resjuridica, s/d.
- COELHO, Fernando. **Direita, volver – o Golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.
- CONTRERA, Malena Segura. **O mito na mídia – a presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.
- COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890 – 1914: no tempo das incertezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1999.
- DaMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**, 8ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- De FELICE, Renzo. **Explicar o Fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1978.
- DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor – as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem – a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922 – 1933)**. São Paulo: UNESP, 1996.
- DIEHL, Paula. **Propaganda e persuasão na Alemanha nazista**. São Paulo: Annablume, 1996.
- DORIA, Francisco Antonio. **No tempo de Vargas – memórias, reflexões e documentos**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- DURANDIN, Guy. **As mentiras na propaganda e na publicidade**. São Paulo: JSN Editora, 1997.
- DUTRA, Eliana. **O Ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**, 9ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera – a Grande Guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ELENA, Raquel Yantorno de. **El Hombre y los medios de comunicación de masas**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1969.
- FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920 – 1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Verdade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GARCIA, Nelson Jahr. **O que é Propaganda Ideológica**, 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GENTILE, Emilio & De FELICE, Renzo. **A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo**. São Paulo: Ícone, 1988.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais – morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GOMES, Paulo Emílio Salles. **A expressão social dos filmes documentais no cinema mudo brasileiro (1898 – 1930)**. Anais da I Mostra e I Simpósio do filme documental brasileiro (25-29 nov. 1974), Recife: MEC/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis – O Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **IN Memorian Agamenon Magalhães**. Recife: Imprensa Oficial, 1952.
- HERMET, Guy. **Totalitarismos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBBSAWM, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos – o breve Século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**, Vol. II, 2ª edição. Lisboa: Europa-América, 1972.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_ . **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê, 2002.
- KOHTE, Flávio R. **O herói**. São Paulo: Ática, 2000.
- LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2003.
- LAUERHASS JR., Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro – estudo do advento da geração nacionalista de 1930**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- \_\_\_\_\_ . **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- \_\_\_\_\_ . **História: novos objetos**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**, 2ª edição. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1986.
- \_\_\_\_\_ . **Nazismo: “o triunfo da vontade”**. São Paulo: Ática, 2003.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LEWIS, Susan. **O Anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo (1937 – 1945)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1997.

- LIMA Fº, Antônio de Andrade. **China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época**, 2ª edição. Recife: Universitária, 1976.
- LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LIMA, Valentina da Rocha & Plínio de Abreu Ramos (org.). **Tancredo fala de Getúlio (depoimento) (programa de história oral/ Cpdoc – FGV)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- LINS, Etelvino. **Um depoimento político – episódios e observações**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno – o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk, 2003.
- MAGALHÃES, Agamenon. **Idéias e Lutas**. Recife: Raiz: FUNDARPE, 1985.
- MAGALHÃES, Gildo. **Força e luz: eletricidade e modernização na República Velha**. São Paulo: Fapesp: Unesp, 2000.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MAZZOLARI, Primo. **A Igreja, o Fascismo e a Guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.
- MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O Jornal – da forma ao sentido**. Brasília; Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- NIVALDO Jr., José. **Maquiavel e o Poder – História e Marketing**. Recife: Makplan, 1991.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- **O Mundo em armas**. Rio de Janeiro: Abril Livros/Time-Life, 1993. (Coleção História em Revista).
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2003.
- \_\_\_\_\_ . **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987.
- ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1984.
- \_\_\_\_\_ (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães. Uma evocação pessoal**. Recife: Taperoá, 1972.

- PERNAMBUCO. Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. **O Jornalista Agamenon Magalhães**. Recife, 1982.
- PIO XII, papa. **Problemas da guerra e da paz**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944.
- PONTES, Joel. **O teatro moderno em Pernambuco**. Recife: Fundarpe: CEPE, 1990.
- PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos – Narrativas do Recife nas Décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001.
- PORTO, José da Costa. **Os tempos da República Velha**. Recife: Fundarpe, 1986.
- REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)Encantos modernos: histórias da Cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Fundarpe, 1997.
- RIOS, Leda M<sup>a</sup> R. C. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província**. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/Mestrado em História, 1988.
- ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da. **A Ideologia de Agamenon Magalhães: Progresso Sim! Mas com Ordem**. 1989. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- ROSE, R. S. **Umas das coisas esquecidas – Getúlio Vargas e controle social no Brasil/ 1930 – 1954**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ROSEMBERG, Bernard & WHITE, David Manning (orgs.). **Cultura de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo – ensaio sobre e contra o star system em política**. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1978.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros.
- SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil, Vol. IV: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_ . **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SEVERIANO, Jairo & MELLO, Zuza homem de. **A Canção no Tempo – 85 anos de músicas brasileiras**, vol. 2: 1958 – 1985. São Paulo: Editora 34, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**, 10<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; VIANNA, Alexander Martins & MEDEIROS, Sabrina Evangelista (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento de direita**. Rio de Janeiro: Faperj/Mauá, 2000.
- SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O Feixe e o prisma – uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. 2003. Tese. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

- SILVA, Sílvia Cortez. **Tempos de Casa-Grande (1930 – 1940)**. 1995. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- SOLA, Lourdes. **O Golpe de 37 e o Estado Novo**. IN MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**, 17ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SONTAG, Susan. **Sob o signo de Saturno**, 2ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- \_\_\_\_\_ . **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação (1889 – 1945)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- SOUZA Neto, José Maria Gomes de. **Engenho de sons, imagens e palavras – ditadura e propaganda na primeira metade do século XX**. 2000. Dissertação. (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna – Quatro Séculos de História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- STEPHENS, Mitchell. **Uma História das Comunicações: Dos Tantãs ao Satélite**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- TAVARES, José Nilo. **Conciliação e radicalização política no Brasil – ensaios de história política**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- TOTA, Antônio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TUCHMAN, Barbara W. **A prática da história**. Rio de Janeiro: José Olympio: Biblioteca do Exército, 1995.
- VARGAS, Getúlio. **Diário, vol II (1937 – 1942)**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WHITE, Hayden. **Meta-história – a imaginação histórica do século XX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_ . **Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- WISNIK, José Miguel. **Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo)**. In Squeff, Enio & Wisnik, José Miguel. **O nacional e o popular na cultura brasileira – música**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

## REFERÊNCIAS LITERÁRIAS

- BANDEIRA, Manuel. **Antologia Poética**. Porto Alegre: Do Autor, 1961.
- ECO, Umberto. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- LOBATO, Monteiro. **O Minotauro**, 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MAETERLINCK, Maurice. **A vida das abelhas**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MISHIMA, Yukio. **Cores Proibidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

- SHAKESPEARE, William. **The Complete Works**. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- RICE, Anne. **Entrevista com o vampiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

#### **INTERNET**

- GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. Disponível em <http://jahr.org/nel/enovo/index.htm>. Acesso em 05 de agosto de 2000.
- **<[http://www.toonopedia.com/reddy\\_k.htm](http://www.toonopedia.com/reddy_k.htm)>**. Acesso em 06 de novembro de 2004.
- **<<http://www.bibl.u-szeged.hu/ha/esemeny/euch/pic/euch1.jpg>>**. Acesso em 30.09.2004.